

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRICIA LIBRENZ

“A VIDA DA MAMÃE AGORA É UMA DROGA”: POÉTICA DO
DESCONTENTAMENTO MATERNO EM QUATRO ROMANCES
CONTEMPORÂNEOS ESCRITOS POR MULHERES

CURITIBA

2025

PATRICIA LIBRENTZ

“A VIDA DA MAMÃE AGORA É UMA DROGA”:
POÉTICA DO DESCONTENTAMENTO MATERNO EM QUATRO ROMANCES
CONTEMPORÂNEOS ESCRITOS POR MULHERES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Setor de Ciências Humanas, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Matiassi Cantarin

Curitiba

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Librenz, Patrícia

“A vida da mamãe agora é uma droga”: poética do
descontentamento materno em quatro romances contemporâneos
escritos por mulheres. / Patrícia Librenz. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Matiassi Cantarin.

1. Literatura moderna – Séc. XXI. 2. Crítica feminista.
3. Maternidade na literatura. I. Cantarin, Márcio Matiassi.
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação
em Letras. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -
40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **PATRICIA LIBREZ**, intitulada: **"A vida da mamãe agora é uma droga": poética do descontentamento materno em quatro romances contemporâneos escritos por mulheres.**, sob orientação do Prof. Dr. MÁRCIO MATIASSI CANTARIN, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 10 de Dezembro de 2025.

Assinatura Eletrônica

11/12/2025 17:30:58.0

MÁRCIO MATIASSI CANTARIN

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

12/12/2025 16:00:38.0

LORENA RODRIGUES TAVARES DE FREITAS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

Assinatura Eletrônica

16/12/2025 13:57:31.0

KALLIANDRA QUEVEDO CONRAD

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

11/12/2025 19:01:45.0

CLEIDE ANTONIA RAPUCCI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP)

Rua General Carneiro, 460, 10º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5102 - E-mail: pgletras@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 503275

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 503275

À minha mãe, que reprimiu os próprios sonhos para privilegiar os de outrem.
Que esta tese ecoe por tudo o que foi silenciado — por ela e por tantas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao meu orientador, Dr. Márcio Matiassi Cantarin, que, mesmo sem me conhecer, acolheu a mim e à minha pesquisa de coração aberto. Serei sempre grata por sua empatia, humildade e humanidade, por sua tranquilidade, por seu olhar feminista, pelas aulas inspiradoras — marcadas por sua voz clara e harmônica, digna de um narrador de audiolivros, que transformava as leituras de contos em experiências ainda mais especiais —, pelas dicas compartilhadas, pelo seu precioso tempo e pela confiança que sempre demonstrou ter em mim. Saiba que foi uma honra ter trabalhado com você. E reitero aqui o que minhas amigas sempre me disseram: eu realmente tenho sorte com orientadores.

À banca examinadora: Cleide Rapucci, Lorena Rodrigues Tavares de Freitas e Kalliandra Conrad. Foi um privilégio poder contar com a contribuição de pesquisadoras tão entusiasmadas. Cada uma de vocês trouxe apontamentos pertinentes e enriquecedores para minhas análises, proporcionando que eu ampliasse e aprofundasse meu olhar sobre este tema tão importante.

Aos meus pais, que conviveram com meu TDAH, marcado por falta de foco, alternâncias de faculdade e, conseqüentemente, uma extensa jornada acadêmica. Vocês foram essenciais para que eu alcançasse este degrau na minha formação. No entanto, preciso agradecer, sobretudo à teimosia e insistência de minha mãe para que eu continuasse estudando. Obrigada por me ensinar — quando eu ainda era uma pré-adolescente e já reclamava por ter que lavar a louça — que, por eu não gostar de ser “dona de casa”, deveria estudar muito para ter dinheiro para terceirizar este trabalho. Esse conselho não serviu para eu ter tanto dinheiro quanto gostaria, mas pelo menos me ajudou a conquistar minha tão sonhada máquina de lavar louças — e minha autonomia financeira, para “não precisar pedir dinheiro para o marido até para comprar um batom” (outra importante lição que aprendi com ela).

Às mulheres maravilhosas que sempre me incentivaram e torceram por mim: Micheli e Valentiny Martini, Aquésia, Hellen, Gabriela, Mayara, Angélica, Haniela, Graci, às “minhas Biancas” (Machado e Souza), Débora Black, Elizângela, Juliana e Ariane; às primas Tati, Isadora, Giseli, Franci, Fernanda e Miche; às tias Neidi, Geni e Maristela; e à colega de doutorado Hêmile. Durante este caminho desafiador, vocês estiveram presentes, constantemente me apoiando e ressaltando a relevância deste estudo. Caso tenha esquecido o nome de alguém, peço perdão, mas quero que saibam que cada pessoa com quem eu dividi

um pedacinho da minha pesquisa ocupou um lugar especial em meus pensamentos (ou em grupos de conversa de *Whatsapp*) ao longo de todo esse percurso.

Às profissionais que me auxiliaram com seu trabalho: minha psicóloga, Ana, que desempenhou um papel fundamental no meu processo de autoconhecimento e organização pessoal, permitindo que eu atravessasse cada etapa deste trabalho sem ~~ficar louca~~ me sentir sobrecarregada (e praticamente me obrigou a incluir atividade física na minha rotina); e minha professora particular de musculação, Fernanda (por me ajudar a odiar menos os exercícios de força — atividade que me salvou em vários momentos deste último e doloroso ano).

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPR, por ter me proporcionado essa qualificação de altíssimo nível e por ter direcionado meu projeto ao orientador adequado. Cursar doutorado em um programa com conceito máximo, em uma das melhores universidades públicas do país, foi uma experiência inesquecível e transformadora na minha formação.

À instituição em que trabalho, a UNILA, que, durante 3 anos e 3 meses, permitiu que eu me dedicasse inteiramente a esta pesquisa. Sem esse afastamento, o resultado deste trabalho não teria sido o mesmo. Também preciso reconhecer a importância de alguns professores que conheci naquela universidade: o Dr. Antonio Rediver Guizzo, que foi meu orientador no mestrado em Literatura Comparada — obrigada pela parceria que temos desde então e por ter me incentivado a seguir para o doutorado; a Dra. Lívia dos Santos Souza, a qual também conheci na UNILA, pelas aulas inspiradoras ministradas em parceria com a professora Lorena, e que me levaram a começar o esboço do meu pré-projeto, lá em 2021.

Por fim, não posso deixar de agradecer aos meus adoráveis felinos: Gatão (que partiu dois dias antes da minha defesa, depois de 16 anos me fazendo companhia com seu doce mau-humor), Aleph e Capitu. Apesar de tão incultos, esses anjinhos de quatro patas me proporcionaram instantes de leveza, ternura e paz dignos dos grandes sábios.

É provável que a ficção contenha mais verdade do que o fato.

Virginia Woolf

RESUMO

Este estudo traz à tona as vivências maternas de quatro mulheres fictícias, as quais, através de diferentes perspectivas, proporcionam um olhar singular sobre a maternidade, transpondo para a ficção contemporânea escrita por mulheres a representação do que socialmente convencionou-se denominar de “maternidade compulsória” — ou seja, a imposição da maternidade como norma. Portanto, esta pesquisa analisa como as novas dinâmicas maternas vêm sendo problematizadas nas narrativas ficcionais que dão voz a personagens que não encontraram realização no papel de mães — fenômeno que se denominou aqui de “poética do descontentamento materno”. Quanto à natureza, esta é uma pesquisa básica; quanto aos objetivos, é explicativa; já no que tange à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa. O objetivo geral é compreender como os sentimentos das personagens se constituem a partir das tensões entre experiência individual e construções socioculturais da maternidade, estudando comparativamente narrativas publicadas a partir dos anos 2000. Quatro romances que abordam a perspectiva da mulher-mãe e desconstruem o ideal hegemônico de maternidade estão no *corpus* desta tese, sendo eles: *Precisamos falar sobre o Kevin* (Lionel Shriver, 2003 – Estados Unidos), *A filha perdida* (Elena Ferrante, 2006 – Itália), *Uma duas* (Eliane Brum, 2011 – Brasil), e *Morra, amor* (Ariana Harwicz, 2012 – Argentina). A opção por selecionar obras de quatro países diferentes partiu da constatação, resultante do estado da arte realizado no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no *Google Acadêmico* e na base *SciELO*, de que há uma lacuna nos estudos literários sobre o tema. Após essa varredura, observou-se que as pesquisas publicadas no Brasil concentram-se majoritariamente na literatura nacional e, portanto, não investigam, de modo comparativo, como a experiência das mães e o descontentamento materno têm sido problematizados na literatura estrangeira contemporânea. Além disso, para ilustrar o quanto o discurso ficcional aproxima-se e/ou afasta-se da realidade, as falas das protagonistas desses romances foram contrastadas com as declarações das participantes de uma pesquisa israelense sobre arrependimento materno, realizada por Donath (2017). Ao buscar responder “por que (e quem são) as personagens (que) experimentam um sentimento de inadequação e/ou frustração em relação à maternidade?”, convém salientar que, embora as causas principais sejam bastante distintas entre elas (podendo ser respostas emocionais relacionadas a um transtorno mental pré-existente ou à uma violência brutal vivenciada), é possível identificar em todas elas dois aspectos secundários comuns, que apontam justamente para duas teses aqui defendidas: a) o caráter compulsório da maternidade, aliado à sua configuração histórica como prática de cuidado e abnegação feminina, contribui para o agravamento das experiências maternas, podendo levar muitas mulheres a sentimentos negativos em relação à decisão de terem tido filhos; b) a possibilidade de problematizar o descontentamento materno configura-se como um ato político e de resistência, cuja enunciação pública permanece socialmente restrita a mulheres que ocupam posições menos vulneráveis — predominantemente brancas, heterossexuais e pertencentes às camadas médias e altas. Através dos métodos comparativo e histórico, confrontou-se o discurso das personagens, utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada na crítica feminista de Badinter (1985; 2011), Beauvoir (2019a; 2019b), Federici (2017; 2019), Donath (2017), Lerner (2019, 2022), Bourdieu (2021), Iaconelli (2020; 2023), Zanello (2018), Zolin (2019a; 2019b; 2020; 2021), entre outras (os).

Palavras-chave: literatura contemporânea de autoria feminina; poética do descontentamento materno; desconstrução do ideal de maternidade; crítica feminista; maternidade compulsória.

ABSTRACT

This study brings to light the maternal experiences of four fictional women who, through different perspectives, provide a unique view of motherhood, transposing into contemporary fiction written by women the representation of what has become socially known as “*compulsory motherhood*”—that is, the imposition of motherhood as a norm. Therefore, this research analyzes how new maternal dynamics are being problematized in fictional narratives that give voice to characters who have not found fulfillment in the role of mothers—a phenomenon referred to here as the “*poetics of maternal discontent*”. In terms of nature, this is basic research; in terms of objectives, it is explanatory; in terms of approach to the problem, it is qualitative research. The overall objective is to understand how the characters’ feelings are constituted from the tensions between individual experience and sociocultural constructions of motherhood, studying narratives published since the 2000s comparatively. Four novels that address the perspective of women as mothers and deconstruct the hegemonic ideal of motherhood are included in the corpus of this thesis, namely: *We Need to Talk About Kevin* (Lionel Shriver, 2003 – United States), *The Lost Daughter* (Elena Ferrante, 2006 – Italy), *Uma duas* (Eliane Brum, 2011 – Brazil), and *Die, My Love* (Ariana Harwicz, 2012 – Argentina). The decision to select works from four different countries was based on the finding, resulting from research conducted in the CAPES Thesis and Dissertation Database, Google Scholar, and the SciELO database, that there is a gap in literary studies on the subject. After this scan, it was observed that the research published in Brazil focuses mainly on national literature and, therefore, does not investigate, in a comparative way, how the experience of mothers and maternal discontent have been problematized in contemporary foreign literature. Furthermore, to illustrate how much fictional discourse both mirrors and/or diverges from reality, the statements of the protagonists of these novels were contrasted with the statements of participants in an Israeli study on maternal regret conducted by Donath (2017). In seeking to answer the question “why (and who are) the characters (who) experience feelings of inadequacy and/or frustration toward motherhood?”, it should be noted that, although the main causes are quite distinct among them (and may be emotional responses related to a pre-existing mental disorder or brutal violence experienced), it is possible to identify two common secondary aspects in all of them, which point precisely to two central theses defended here: (a) the compulsory nature of motherhood, combined with its historical configuration as a practice of female care and self-sacrifice, contributes to the worsening of maternal experiences, which can lead many women to negative feelings about their decision to have children; and (b) the possibility of problematizing maternal discontent is a political act of resistance, whose public expression remains socially restricted to women in less vulnerable positions—predominantly white, heterosexual, and belonging to middle and upper classes. Using comparative and historical methods, the characters’ discourse was compared, using bibliographic research based on feminist criticism by Badinter (1985; 2011), Beauvoir (2019a; 2019b), Federici (2017; 2019), Donath (2017), Lerner (2019; 2022), Bourdieu (2021), Iaconelli (2020; 2023), Zanello (2018), and Zolin (2019a; 2019b; 2020; 2021), among others.

Keywords: contemporary literature by female authors; poetics of maternal discontent; deconstruction of the ideal of motherhood; feminist criticism; compulsory motherhood.

RESUMEN

Este estudio arroja luz sobre las experiencias maternas de cuatro mujeres ficticias, ofreciendo, desde diferentes perspectivas, una visión singular sobre la maternidad, trasladada a la ficción contemporánea escrita por mujeres la representación de lo que convencionalmente se denomina “maternidad compulsoria” — o sea, la imposición de la maternidad como norma. Por lo tanto, esta investigación analiza cómo se problematizan las nuevas dinámicas maternas en narrativas ficticias que dan voz a personajes que no se han sentido realizadas en el rol de madres — un fenómeno que se ha denominado aquí como “poética del descontento materno”. En cuanto a su naturaleza, se trata de una investigación básica; en cuanto a sus objetivos, es explicativa; en lo que se refiere al abordaje del problema, se trata de una investigación cualitativa. El objetivo general es comprender cómo se forman los sentimientos de los personajes a partir de las tensiones entre experiencia individual y construcciones socioculturales de la maternidad, estudiando comparativamente narrativas publicadas a partir de los años 2000. Cuatro novelas que abordan la perspectiva de la mujer-madre y deconstruyen el ideal hegemónico de la maternidad se incluyen en el *corpus* de esta tesis, a saber: *Tenemos que hablar de Kevin* (Lionel Shriver, 2003 – Estados Unidos), *La hija oscura* (Elena Ferrante, 2006 – Italia), *Uma duas* (Eliane Brum, 2011 – Brasil), y *Mátate, amor* (Ariana Harwicz, 2012 – Argentina). La decisión de elegir obras de cuatro diferentes países surgió de la observación, resultante del estado del arte, realizada en la base de datos de tesis y disertaciones de la CAPES, en el *Google Académico* y en la base de datos de SciELO, de que hay una laguna de investigación en los estudios literarios sobre ese tema. Después de esa revisión, se observó que las investigaciones publicadas en Brasil se concentran mayoritariamente en la literatura nacional y, por lo tanto, no investigan, de forma comparativa, cómo la experiencia de las madres y el descontento materno han sido problematizados en la literatura extranjera contemporánea. Además, para ilustrar hasta qué punto el discurso ficcional se acerca y/o se aleja de la realidad, se contrastaron los diálogos de las protagonistas de esas novelas con las declaraciones de las participantes de un estudio israelí sobre el arrepentimiento materno, realizado por Donath (2017). Al intentar responder “¿por qué (y quiénes son) los personajes femeninos (que) experimentan un sentimiento de inadecuación y/o frustración en relación a la maternidad?”, cabe destacar que, aunque las causas principales sean bastante diferentes entre ellas (pueden ser respuestas emocionales relacionadas con un trastorno mental preexistente o con una experiencia brutal de violencia), es posible identificar en todas ellas, dos aspectos secundarios comunes, que apuntan precisamente para dos tesis aquí defendidas: a) la naturaleza compulsoria de la maternidad, sumada a su configuración histórica como práctica de cuidado y autosacrificio femenino, contribuye al deterioro de las experiencias maternas, lo que puede llevar muchas mujeres a sentimientos negativos sobre la decisión de tener hijos; b) la posibilidad de problematizar el descontento materno se configura como un acto político y un acto de resistencia, cuya enunciación pública queda socialmente restringida a las mujeres que ocupan posiciones menos vulnerables — predominantemente blancas, heterosexuales y pertenecientes a las camadas medias y altas. A través de los métodos comparativos e históricos, se confrontó el discurso de los personajes femeninos, utilizando una investigación bibliográfica fundamentada en la crítica feminista de Badinter (1985; 2011), Beauvoir (2019a; 2019b), Federici (2017; 2019), Donath (2017), Lerner (2019, 2022), Bourdieu (2021), Iaconelli (2020; 2023), Zanello (2018), Zolin (2019a; 2019b; 2020; 2021), entre otras (os).

Palabras-clave: literatura contemporánea de autoría femenina; poética del descontento materno; desconstrucción del ideal de maternidad; crítica feminista; maternidad compulsoria.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 O INÍCIO DE TUDO: ROMPENDO COM O DISCURSO NORMATIVO E MATERNALISTA.....	11
1.2 EXECUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	16
2 ANTES DA LITERATURA, A HISTÓRIA: UMA REVISÃO DA CRÍTICA FEMINISTA.....	27
2.1 DA CRIAÇÃO DO PATRIARCADO À CAÇA ÀS BRUXAS.....	33
2.2 OPRESSÃO DISFARÇADA DE CIENTIFICISMO.....	50
2.2.1 O discurso iluminista: o mito do amor materno.....	52
2.2.2 O discurso evolucionista: o mito da superioridade biológica dos homens.....	65
2.2.3 Contestações ao discurso freudiano: o mito da mulher incompleta.....	69
2.3 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS: AFINAL, O QUE (AINDA) QUEREM AS MULHERES?.....	77
2.3.1 A “Revolução Sexual” após a pílula e a materno-normatividade.....	86
2.4 MULHERES NA/ DA FICÇÃO: REVISÕES CRÍTICAS E TEÓRICAS.....	90
2.4.1 Aspectos polêmicos da Teoria Literária.....	96
3 POÉTICA DO DESCONTENTAMENTO MATERNO: A ESCRITA DA RESISTÊNCIA.....	104
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS NARRATIVAS E SUAS LEITURAS FUNDAMENTAIS.....	108
3.1.1 <i>Precisamos falar sobre o Kevin</i>	110
3.1.2 <i>A filha perdida</i>	113
3.1.3 <i>Uma duas</i>	115
3.1.4 <i>Morra, amor</i>	117
3.1.5 <i>Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade</i>	120
3.2 MOTIVAÇÕES PARA NARRAR SUAS HISTÓRIAS.....	121
3.2.1 Eva.....	124
3.2.2 Leda.....	128
3.2.3 Maria Lúcia.....	131
3.2.4 Personagem de <i>Morra, amor</i>	135
3.3 MAL-ESTAR MATERNO E EMOÇÕES CENSURADAS.....	136
3.3.1 Maternidade versus saúde mental: depressão pós-parto e puerpério.....	139
3.3.2 Frustrações geradas a partir de expectativas em contraste com a realidade.....	155
3.3.3 Maternidade “performática” e culpa materna.....	168
3.3.4 Maternidade vista como trauma e perda de si.....	197
3.4 O DESFECHO DAS PERSONAGENS.....	228
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	242
REFERÊNCIAS.....	251

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	261
APÊNDICES.....	264
APÊNDICE A – SUPLEMENTO DE LEITURA: UMA REVISÃO DA LITERATURA FICCIONAL E DE OUTRAS REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS NA REPRESENTAÇÃO DA MULHER (MÃE E NÃO MÃE).....	265

1 INTRODUÇÃO

1.1 O INÍCIO DE TUDO: ROMPENDO COM O DISCURSO NORMATIVO E MATERNALISTA

Neste momento de apresentação, opto por dirigir-me aos leitores em primeira pessoa do singular, ciente de que tal escolha contraria a convenção acadêmica que preconiza o uso da terceira pessoa como forma de garantir a impessoalidade do texto científico. No entanto, assumir uma postura impessoal faria com que eu me sentisse, em certa medida, descolada de mim mesma — como se estivesse performando um papel alheio à minha experiência e, de certa forma, tentando dissimular a implicação subjetiva presente neste trabalho. Contudo, considero que esta escolha não compromete o rigor da pesquisa; pelo contrário, confere-lhe maior coerência e integridade, uma vez que reconheço que a minha trajetória pessoal teve papel decisivo na definição deste objeto de estudo. Em outras palavras: este é, sim, um discurso atravessado pela minha experiência pessoal, pois considero que meu envolvimento com o tema é indissociável da forma como o analiso e problematizo ao longo desta tese.

Assim, assumo desde já que esta pesquisa não é neutra — e, mais do que isso, defendo que a neutralidade na ciência é, em grande medida, um ideal inatingível. Além disso, acredito que, em muitos casos, o que motiva uma pesquisadora ou pesquisador a investigar determinado objeto está diretamente relacionado ao seu interesse subjetivo, ao seu envolvimento com a temática. Por isso, reconheço que, em diversos momentos do meu processo de pesquisa, a minha experiência pessoal se entrelaçou às análises desenvolvidas. Afinal, tudo aquilo que vivi, tudo o que me constitui como sujeito, emerge neste trabalho e, de forma direta ou indireta, influencia minha perspectiva e as interpretações aqui apresentadas.

Sendo assim, primeiramente, julgo necessário destacar um aspecto fundamental da minha trajetória de vida que incide diretamente no resultado desta tese: eu nunca desejei ter filhos e, até então, vivi de acordo com esse não desejo. Esta é uma convicção que considero difícil de ser abalada. Contudo, a partir dessa escolha, compreendo que muitos podem questionar o meu “lugar de fala”. Afinal, pode parecer paradoxal que uma mulher que nunca aspirou à maternidade se envolva em debates sobre maternidade. Embora eu não tenha filhos,

gostaria de explicar como o tema da maternidade tornou-se relevante para mim, mesmo sem o desejo de ser mãe.

Para início de conversa, meu interesse por pesquisar este assunto surgiu justamente a partir de uma inquietação deste lugar de “não mãe” (algumas pesquisadoras já problematizam o fato de não existir uma palavra para designar mulheres sem filhos¹ e sermos obrigadas a nos definirmos pelo que não somos — a partir de uma negação) e da minha militância pelo direito das mulheres à não maternidade nas redes sociais². Deste modo, minha experiência me levou a uma conclusão empírica: a escolha pela não maternidade gera desconforto na sociedade e levanta uma série de questionamentos. Todavia, antes mesmo de tornar minha opção pública, eu já notava como mulheres sem filhos muitas vezes são retratadas de forma negativa e estereotipada na ficção (um padrão facilmente identificável se olharmos em retrospecto para as fábulas infantis e para as novelas da Rede Globo).

Logo, algumas pessoas podem questionar minha autoridade para falar sobre uma experiência que desconheço, afinal, meu interesse pode soar contraditório à primeira vista, considerando que eu poderia pesquisar sobre a opção pela não maternidade (o que, aliás, era meu objetivo inicial, mas desisti diante das dificuldades encontradas para descobrir personagens que não são mães voluntariamente — embora existam na vida real, na ficção a história é outra). Essa dificuldade em encontrar representações de mulheres que optam pela não maternidade na ficção pode ser lida à luz da provocação de Spivak (2010) em *Pode o subalterno falar?*, em que a autora argumenta que, se o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, as mulheres estão ainda mais profundamente na obscuridade.

Outrossim, vivemos em uma sociedade que considera que toda mulher existe para ocupar função materna, independentemente de ter filhos ou não. Tanto isso é verdade, que pode ser bastante desafiador encontrar uma mulher sem filhos que nunca tenha sido demandada a desempenhar o papel de cuidado em relação a alguém, seja “maternando” irmãos ou primos mais novos, auxiliando adultos doentes, atendendo sobrinhos ou outras crianças próximas. Em consequência disso, ao longo da minha vida, exerci esse tipo de função (não remunerada, obviamente) inúmeras vezes, e percebi que raramente os meninos e homens

¹ Existe no dicionário o verbete “nulípara”, que designa de maneira bastante genérica e pragmática uma “fêmea que nunca pariu”, o que pode soar bastante problemático e reducionista quando falamos de seres humanos. Além disso, a palavra deriva do prefixo latino *nuli*, que significa “nulo” (HOUAISS), outra forma de negação. Esse termo, por levar em conta somente a biologia, ainda desconsidera a diversidade de mulheres que são mães de maneira não tradicional, criando filhos adotivos ou não concebidos por elas, mas nem por isso deixam de ser mães.

² Instagram: www.instagram.com/semfilhos; blog: www.semfilhos.com; YouTube: www.youtube.com/semfilhos;

são demandados a cuidar de alguém. Diferentemente das expectativas em relação às mulheres, não se espera que eles assumam esse tipo de responsabilidade.

Contudo, a maternidade que desperta o meu interesse está distante da concepção convencional de um amor sublime e incondicional, frequentemente proclamado por muitas mulheres. Ou seja, o meu foco reside na maternidade marginal, aquela que a sociedade prefere ignorar, pois é desconfortável e causa mal-estar. Em outras palavras, estou interessada nas mães que, desafiando o discurso predominante do *status quo*, não encontram realização na função materna e não estão contentes com a maternidade. Essas são as vozes muitas vezes silenciadas, as experiências menos exploradas, e é nelas que busco compreender as nuances e complexidades dessa faceta menos discutida e mais desafiadora da maternidade.

Além disso, optei por investigar o (que denominamos de) descontentamento materno porque, pelo menos desde os meus 24 anos, quando rompi oficialmente com a sociedade materno-normativa (embora tais reflexões tivessem me instigado antes disso), tenho sido constantemente confrontada pela ameaça do arrependimento em relação à minha escolha. Dessa maneira, perguntas do tipo: “Você não tem medo de se arrepender?” ou até afirmações como: “Quando estiver velha e sozinha, você irá se arrepender por não ter tido filhos!” permearam minha jornada. Felizmente, essa pressão nunca me abalou, por um lado porque demorei para ter consciência de que havia um sistema patriarcal opressor agindo indiretamente; por outro, porque de fato nunca me importei com tais ameaças, pois nunca temi me arrepender — pelo contrário, sempre receei a possibilidade de ser mãe em circunstâncias adversas e, posteriormente, lamentar essa decisão irrevogável, uma vez que a maternidade é, geralmente, uma escolha para toda a vida. Além disso, sinto-me completamente à vontade e despreocupada em ser conhecida como “a louca dos gatos” — será apenas mais um dos muitos estereótipos com os quais, como mulher sem filhos, tive de me acostumar. Outrossim, sempre estive confortável em falar abertamente sobre essa escolha, com a qual convivo em paz (e nunca teve importância nas minhas sessões de terapia).

Além do mais, a liberdade de reconsiderar minhas escolhas tem se mostrado crucial para o meu equilíbrio e saúde emocional. Sentir-me presa a decisões irreversíveis seria uma fonte de tormento para mim, e a opção consciente de não ser mãe é uma expressão desse comprometimento com minha liberdade de reavaliar o curso da minha vida.

No entanto, houve inúmeras tentativas externas de me persuadir a reconsiderar minha escolha (é notável como a minha opção por não ter filhos incomoda, sobretudo aqueles que os tiveram). Em virtude disso, muitas pessoas, ao ouvirem minha resposta de que na verdade eu só temia o arrependimento por ter filhos, argumentavam que “é impossível uma mulher se

arrepender de ser mãe”. Embora eu não tenha investido muito tempo nesse tipo de discussão (reconheço que meu letramento de gênero foi tardio), internamente, sempre mantive minhas dúvidas sobre a inexistência do arrependimento materno. Isto é, eu percebia uma espécie de aura misteriosa em torno da maternidade e tinha a firme convicção de que nem sempre as mães falavam a verdade.

Posteriormente, já em 2020, em plena pandemia de Covid-19, deparei-me com um livro que mudaria a minha vida (e minha visão e engajamento sobre o tema): *Mães Arrependidas: uma outra visão da maternidade*, da antropóloga Orna Donath. A partir dessa leitura, tudo começou a fazer sentido, pois pude compreender as camadas complexas que se sobrepõem à maternidade (e à não maternidade). Então, percebi que eu não estava tão equivocada, pois minhas suspeitas foram confirmadas. Mas, sobretudo, fui tomada por um sentimento de empatia por essas mulheres — pois tenho ciência de que, se eu tivesse sucumbido à maternidade compulsória, possivelmente hoje eu seria uma dessas mães arrependidas. Foi assim que fiquei profundamente fascinada por esse tema e comecei a refletir sobre como poderia incorporar essa discussão no campo dos estudos literários, área em que fiz mestrado.

Considerando isso, minha intenção não é promover um terrorismo psicológico ou advogar contra a maternidade, mas sim conceder voz àquelas mães que muitos consideram inexistentes (já que esse lado da experiência materna permanece profundamente silenciado, por se tratar de um tabu). Apesar deste estudo trazer à tona discursos de mulheres fictícias, para demonstrar até que ponto essas “mulheres de papel” diferem ou se assemelham às da vida real, proponho uma comparação entre o que está sendo dito nas obras literárias analisadas e os testemunhos das mães arrependidas entrevistadas por Orna Donath em Israel.

Adicionalmente, é importante destacar que apesar de eu não pretender fazer apologia antimaternidade, espero que este estudo seja, sim, um alerta àquelas que ainda não decidiram se desejam ou não ser mães. Em outras palavras, não se trata de desencorajar a experiência materna, mas de incentivar uma abordagem reflexiva sobre ela — para que a maternidade seja uma experiência pensada, consciente, e não simplesmente assumida como destino ou obrigação naturais.

Portanto, ao trazer à tona discursos silenciados e experiências frequentemente marginalizadas, este trabalho busca ampliar o espaço de reflexão e escolha, contribuindo para que a decisão de ser (ou não ser) mãe seja tomada com autonomia e lucidez. A minha luta é para que a maternidade seja uma escolha, e que minhas leitoras, seguidoras, amigas (ou as

filhas das minhas amigas) possam viver livres dessa imposição. Espero que este trabalho possa ajudar a pavimentar esses caminhos.

Embora eu não acredite na existência de um “instinto materno” ou de um “chamado da natureza” como algo inato da biologia feminina, reconheço e tenho evidências da poderosa força do amor maternal. Ao contrário do que alguns *haters* meus já sugeriram, tenho uma mãe extremamente amorosa, que abdicou de sua própria vida para cuidar de mim, do meu irmão e até mesmo do meu pai — e, mais tarde, dos pais do meu pai (pois em uma sociedade patriarcal ainda se espera que as mulheres sejam as principais responsáveis pelo cuidado e bem-estar da família). Quando tive condições de avaliar essa entrega sem romantizar, pude compreender que uma mulher, ao tornar-se mãe, abre mão de coisas as quais a maioria dos homens não precisa abrir mão ao tornar-se pai. Todavia, a maioria das mulheres pertencentes à geração de minha mãe sequer teve a oportunidade de refletir sobre a verdadeira dimensão da maternidade, dada sua extrema juventude e imaturidade na época em que se casavam. Dessa forma, frequentemente muitas dessas mulheres simplesmente exerciam os papéis que lhes eram atribuídos, sem questionar ou refletir, e cuidavam de todos à sua volta com zelo e devoção (por amor, ficando elas mesmas em segundo plano). Felizmente, eu faço parte de uma geração que começou a questionar esses papéis tradicionais de gênero. Portanto, foi justamente o fato de ter uma mãe devotada que me fez refletir sobre o alto preço que a maternidade cobra das mulheres — e decidir trilhar um caminho diferente para a minha vida.

Porém, também compreendo que o amor materno (tão propagado pelo discurso patriarcal, pela cultura e pela mídia) e as expectativas de completude feminina (frequentemente associadas à maternidade) estão longe de ser uma constante universal. Logo, pretendo evidenciar neste estudo as consequências emocionais desse silenciamento materno, que frequentemente causa sofrimento. Assim, enquanto algumas mães optam por manter em segredo seus verdadeiros sentimentos em relação à maternidade, a consequência social é que muitas mulheres ainda acreditam e aspiram que a experiência de ser mãe seja a única verdadeiramente significativa e o auge da sua realização pessoal. Enfim, o erro ao perpetuar esse discurso não está na maternidade propriamente dita, mas na problemática de projetar no outro a responsabilização pela própria felicidade.

Em síntese, para tornar essa experiência positiva e não impositiva, é essencial que as mulheres deixem de idealizar a maternidade e de depositar nela todas as suas expectativas de realização. Isso significa reconhecer que ser mãe representa apenas uma das diversas fontes de satisfação feminina — mas não deveria ser a única e principal. Desta forma, é fulcral reconhecer a diversidade de desejos e experiências das mulheres, além de compreender que

nem todas terão afinidade ou encontrarão prazer em maternar. Diante disso, esse fato precisa ser encarado como algo natural, intrínseco à subjetividade humana, e não como um ato de revolta ou de negação da “natureza feminina”.

1.2 EXECUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Após essa contextualização, que envolve as motivações pessoais na concepção deste trabalho, partimos, agora, para os aspectos técnicos da escrita. Nesta pesquisa, buscamos compreender os motivos pelos quais as personagens dos romances analisados experimentam um sentimento de mal-estar e inadequação em relação à maternidade. Logo, para alcançar esse entendimento, propomos uma análise sobre como foi construído esse imaginário da “boa mãe”, observando, também, como a materno-normatividade, frequentemente denominada maternidade compulsória, é problematizada na literatura contemporânea escrita por mulheres. Nesse sentido, a fim de estruturar este estudo, selecionamos quatro romances publicados após os anos 2000 — *Precisamos falar sobre o Kevin*³ (de Lionel Shriver), *A filha perdida*⁴ (de Elena Ferrante), *Uma duas*⁵ (de Eliane Brum) e *Morra, amor*⁶ (de Ariana Harwicz).

Optamos por esse recorte temporal por compreendermos que, embora não haja consenso entre os estudiosos quanto à delimitação exata do que se convencionou chamar de “literatura contemporânea”, esta pesquisa adere à vertente crítica que situa tal produção a partir dos anos 2000. Como observa Leyla Perrone-Moisés (2016), o termo “literatura contemporânea” não designa um período rigidamente demarcado, mas um conjunto de obras que refletem as tensões, fragmentações e transformações do sujeito e da linguagem no mundo globalizado do século XXI. Logo, essa periodização, além de marcar transformações significativas no panorama sociocultural e nas representações literárias da subjetividade feminina, coincide com um momento em que a maternidade passa a ser revisitada sob perspectivas mais complexas, contraditórias e, muitas vezes, dissonantes do ideal tradicional. Nessas narrativas, protagonizadas e narradas por Eva, Leda, Maria Lúcia e pela narradora sem nome de *Morra, amor*, as personagens se deparam com circunstâncias que as conduzem à

³ Título original: *We need to talk about Kevin*. Publicado nos Estados Unidos, em 2003.

⁴ Título original: *La Figlia Oscura*, publicado na Itália, em 2006.

⁵ Publicado em 2011, no Brasil.

⁶ Título original: *Matate, amor*. Publicado na Argentina, em 2012.

maternidade, mas entram em conflito consigo mesmas (e com os filhos) ao perceberem que não se reconhecem plenamente nesse papel.

Embora a literatura contemporânea explore a maternidade em diversas obras, percebe-se uma carência de estudos que comparem o descontentamento materno em romances contemporâneos escritos por mulheres. Tal observação justifica a delimitação desta tese. Assim, escolhemos esses quatro romances por considerarmos que eles, de maneira singular, exploram a maternidade sob a perspectiva do descontentamento, constituindo o eixo narrativo e o núcleo de conflito das protagonistas, o que permite observar a poética do descontentamento materno em sua plenitude. Contudo, a seleção do *corpus* levou em conta critérios como a relevância das autoras, a diversidade cultural, a pertinência crítica, o impacto editorial das obras tanto no público quanto na pesquisadora.

Em nossa leitura, essas obras privilegiam a interioridade da experiência materna, conferindo voz e agência às personagens, e possibilitam o estabelecimento de diálogos comparativos entre si e com os relatos de mães arrependidas analisados por Orna Donath (2017). A diversidade de contextos nacionais e sociais amplia a comparação, evidenciando tanto a transversalidade quanto as particularidades do mal-estar materno.

Desta forma, esta pesquisa procurou esclarecer as causas, os mecanismos e as relações que explicam o fenômeno literário analisado, combinado a uma abordagem qualitativa para alcançar uma compreensão abrangente e aprofundada do problema estudado. Através dessa abordagem, foi possível avaliar como o debate em torno da maternidade exigente⁷ vem sendo representado na literatura contemporânea, com foco nas narrativas de autoria feminina, observando os novos papéis assumidos pelas mulheres na contemporaneidade.

Dado isso, nosso objetivo principal é compreender como os sentimentos das personagens se constituem a partir das tensões entre experiência individual e construções socioculturais da maternidade. Destarte, para alcançar o objetivo geral, optamos pelo método técnico da *pesquisa bibliográfica*, seguindo as fases inerentes a esse tipo de investigação, conforme delineadas por Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2003): “a) escolha do tema; b) elaboração do plano de trabalho; c) identificação; d) localização; e) compilação; f) fichamento; g) análise e interpretação; h) redação” (p. 44). Essa escolha justifica-se pelo fato de tratar-se de uma pesquisa que pretende investigar um determinado

⁷ Termo utilizado por Orna Donath ao referir-se a um conjunto de normas prescritivas que favorecem o caráter normativo e controlador que rege o maternar na atualidade, cujos impactos irão resultar em uma maternidade performática. A autora acredita que o atual modelo de maternidade “dita para as mães quem elas devem ser, que aparência devem ter, como devem se comportar, pensar e se sentir de acordo com regras afetivas estritas e uniformizantes” (Donath, 2017, p. 24).

assunto na ficção literária, com uma abordagem teórica ancorada na crítica feminista. Ademais, essa abordagem é amplamente utilizada na área de estudos literários, especialmente quando o objeto de análise são obras ficcionais (Durão, 2020).

Embora se assuma que todo estudo literário seja, por natureza, bibliográfico, entendemos que a explicação da metodologia desempenha um papel primordial como fundamento sólido para o restante da tese, estabelecendo as bases essenciais para a compreensão e avaliação do estudo. Outrossim, a pesquisa bibliográfica envolve, ainda, a revisão de artigos acadêmicos, teses e dissertações relacionados ao tema e às obras que serão analisadas, além de poder incluir outras fontes documentais, como material em audiovisual (filmes, séries, novelas), o que permitirá uma análise mais abrangente e fundamentada sobre a questão central da pesquisa. Segundo Fabio Akcelrud Durão (2020), “a pesquisa procura fixar a obra, exauri-la em seus enunciados” (p. 27).

Nesse sentido, a análise de obras literárias geralmente requer a consulta a uma ampla variedade de fontes bibliográficas, que podem incluir teorias literárias, crítica feminista e outras disciplinas das ciências humanas, como sociologia, filosofia, antropologia, psicologia e história. Portanto, esse procedimento ancora-se na análise textual (tanto dos romances literários quanto na crítica pertinente). Para Marconi e Lakatos,

a análise de um texto refere-se ao processo de conhecimento de determinada realidade e implica o exame sistemático dos elementos; portanto, é decompor um todo em suas partes, a fim de poder efetuar um estudo mais completo, encontrando o elemento-chave do autor, determinar as relações que prevalecem nas partes constitutivas, compreendendo a maneira pela qual estão organizadas, e estruturar as idéias de maneira hierárquica (Marconi e Lakatos, 2003, p. 27-28).

A fim de atingir o objetivo geral, definimos cinco objetivos específicos, sendo eles: 1) Contextualizar historicamente a construção social da maternidade, por meio de um capítulo teórico que discute suas representações culturais, religiosas e filosóficas ao longo do tempo, com base na crítica feminista e nos estudos de gênero; 2) Analisar as experiências maternas de Eva, Leda, Maria Lúcia e da protagonista de *Morra, amor*, a partir da desconstrução do ideal materno pré-concebido, considerando os contextos socioculturais em que vivem e as interseccionalidades de gênero e classe; 3) Refletir, por meio da análise das personagens e do diálogo com outras pesquisas, sobre quem são as mulheres que rompem o silêncio e tornam público o mal-estar materno, analisando as posições sociais a partir das quais essa fala se torna possível; 4) Examinar as falas que expressam descontentamento explícito e/ou

sentimentos de inadequação, compreendendo-os como manifestações de tensões culturais associadas à romantização e ao caráter compulsório da maternidade; e 5) Estabelecer um diálogo entre as narrativas ficcionais e os testemunhos das mães reais entrevistadas por Orna Donath (2017), identificando aproximações e divergências entre os discursos literários e empíricos sobre o descontentamento materno.

Inevitavelmente, em algum momento de suas vidas, a maioria das mulheres — mesmo aquelas que não são mães —, refletirão sobre a maternidade — ou sobre sua decisão consciente de não serem mães. Posto isso, entendemos que a maternagem é uma temática que permeia a vida de quase todas as mulheres. Sob esse viés, desde o advento do pensamento burguês, observa-se o surgimento de um discurso moralizador, no sentido de associar a função materna à feminilidade. Assim, com o passar do tempo, a maternidade adquiriu *status* e tornou-se uma norma social hegemônica, uma construção profundamente enraizada nas bases do sistema capitalista⁸.

Mesmo nos dias atuais, mulheres que se afastam desse padrão são vistas com desconfiança e frequentemente silenciadas, sendo desencorajadas a expressar suas opiniões — uma realidade que afeta tanto aquelas que escolhem não ser mães quanto aquelas que, sendo mães, sentem-se insatisfeitas com relação às exigências da maternidade. Embora seja inviável impor diretamente a obrigatoriedade da maternidade às mulheres, há outros mecanismos que as influenciam indiretamente (Beauvoir, 2019a). Segundo Bourdieu (2021), trata-se de uma espécie de força simbólica, mais comumente conhecida como “pressão social”. Este fenômeno, permeado por um discurso que enfatiza o potencial arrependimento futuro por não ter filhos, acaba por impor a maternidade às mulheres, coagindo-as a tornarem-se mães, mesmo que, a princípio, não queiram. Esse discurso, ao mesmo tempo idealizador e moralizador, exerce uma influência marcante na tomada de decisão das mulheres em relação à reprodução, tornando a maternidade uma escolha compulsória.

Logo, a maternidade compulsória, conforme discutido pela pesquisadora Ana Luiza de Figueiredo Souza (2022b), engloba um conjunto de normas sociais e padrões culturais que podem levar muitas mulheres a acreditar que desejam ser mães, em grande medida para estarem em conformidade com a norma, sentirem-se socialmente úteis ou libertarem-se da pressão e estigma que afetam aquelas que optam por não ter filhos. Em suma, essa coerção pode manifestar-se de maneira direta e evidente, porém, frequentemente, atua de maneira mais sutil, tornando difícil a identificação de seus efeitos, já que é uma violência simbólica (Bourdieu, 2021). Esse fenômeno será chamado aqui também como materno-normatividade.

⁸ Essas correlações estão explicadas em detalhes no capítulo 2.

No segundo capítulo, de caráter teórico-crítico, foi realizada uma revisão bibliográfica profunda com o objetivo de inscrever o momento histórico em que a maternidade passou a ser associada à essência feminina, esclarecendo, assim, o surgimento do mito do instinto materno. Além disso, buscou-se compreender em que momento específico o determinismo biológico começou a ser utilizado para persuadir as mulheres de que a maternidade era um requisito essencial para sua validação como indivíduos “de valor”. Investigou-se, também, como ocorreu a atual divisão sexual do trabalho — a qual levou às mulheres, mais do que aos homens, à responsabilidade pelo cuidado dos filhos e das tarefas domésticas. Em síntese, neste capítulo explicamos como o pensamento patriarcal vem moldando a mentalidade das mulheres, conformando-as dentro de um regime materno-normativo que, apesar de seu caráter compulsório, nos últimos séculos revestiu-se de uma aura de “espontaneidade”.

Ademais, a experiência da maternidade tem sido idealizada e concebida em termos de instinto há tanto tempo que, quando uma mulher não se sente plena ao vivenciá-la, ela começa a questionar a própria sanidade e normalidade, muitas vezes considerando-se uma anomalia ou uma espécie de fraude. Assim, a desilusão com a maternidade é um contraste marcante em relação à visão romântica e sublime que muitas vezes é associada a ela. Além disso, falar abertamente sobre arrependimento materno é um grande tabu, frequentemente visto como algo proibido, especialmente pelos discursos religiosos. Como resultado, sentimentos negativos em relação à maternidade são frequentemente reprimidos, a ponto de muitas mulheres nem mesmo reconhecerem tais emoções. Outras, por medo de julgamentos, permanecem em silêncio em relação aos seus verdadeiros sentimentos. Isso ocorre porque o que elas sentem muitas vezes entra em conflito com as expectativas sociais de performance materna, que fala do “instinto materno” — ou do amor incondicional que sempre foram impostos como norma social para as mães.

Na última parte do segundo capítulo, abordamos o tema *Mulheres na/ da ficção*, destacando as mudanças provocadas nos textos literários e também na Teoria da Literatura, conforme a participação das mulheres passou a ser mais expressiva. Explicamos, também, a perspectiva da crítica literária feminista, adotada para nossas análises, além de abordarmos outros aspectos da teoria literária, como o polêmico narrador-personagem e algumas questões que envolvem a autoria de mulheres.

Após examinarmos o contexto em que a maternidade normativa está inserida e ao concentrar a atenção na esfera dos estudos literários, foi possível identificar o surgimento de uma tendência literária contemporânea que aqui denominamos como “poética do descontentamento materno”. Tal expressão busca dar conta de um conjunto de narrativas

ficcionais em que a experiência da maternidade é representada a partir de perspectivas marcadas por frustração, ambivalência, angústia e, por vezes, rejeição — em contraposição ao ideal hegemônico que a associa, quase exclusivamente, à realização plena e à felicidade incondicional. Além disso, essa estética coloca a maternidade no cerne da narrativa, desfazendo a imagem mítica da mãe, que, por sua vez, dá lugar a personagens mais complexas e multifacetadas. Apesar do surgimento dessas obras, faz-se necessário ponderar que elas ainda são escassas. Conforme observa Esther Vivas, “a maternidade é uma das grandes ausentes da literatura. Encontramos uma infinidade de manuais, revistas e livros de autoajuda sobre a gravidez e a criação, mas se buscarmos no romance, na poesia, no teatro, achamos muito poucas obras” (2021, p. 79). Deste modo, esta pesquisa justifica-se à medida que buscou reunir em um único estudo romances publicados em quatro diferentes países.

Em outras palavras, nossa expectativa é de que esta pesquisa seja capaz de colaborar para o enriquecimento das discussões sobre representações culturais, identidades de gênero e narrativas literárias, tanto no âmbito acadêmico-literário quanto no social, contribuindo para que a lacuna inicialmente identificada comece a ser gradualmente preenchida. Portanto, assumimos que a literatura, ao abordar temas que provocam inquietação, atua como uma ferramenta capaz de desafiar e questionar visões de mundo pré-estabelecidas. De acordo com o crítico literário Antonio Candido (2012), há uma ligação intrínseca “entre imaginação literária e realidade concreta do mundo. [Ela] serve para ilustrar em profundidade a função integradora e transformadora da criação literária com relação aos seus pontos de referência na realidade” (p. 84).

Nesse sentido, em uma sociedade onde ainda subsistem crenças de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres podem justificar desigualdades de gênero, e na qual a maternidade muitas vezes é vista como o único caminho para a realização feminina, entendemos que o contato com obras de ficção que questionam esses paradigmas pode ser uma ferramenta poderosa para promover transformações sociais mais profundas. Dessa forma, a literatura desempenha um papel social relevante, ao oferecer alternativas e perspectivas que questionam as normas tradicionais, estimulam a reflexão crítica e promovem uma visão mais inclusiva e igualitária da mulher na sociedade.

No capítulo três, estão a análise e os resultados alcançados, englobando o estudo dos quatro romances e da pesquisa sociológica de Orna Donath. Optamos por organizar dessa forma, uma vez que consideramos essencial examinar os textos de maneira interconectada, em vez de separadamente. Nesse sentido, a ideia de abordá-los de forma comparativa visa estabelecer vínculos, relações e destacar diferenças entre as narrativas, de modo a compor

uma tese unificada. No subcapítulo 3.3 (“Mal-estar materno e emoções censuradas”), abordamos os romances por meio de quatro categorias comuns, a saber: depressão pós-parto e puerpério, frustrações geradas a partir das expectativas e o contraste com a realidade, maternidade performática e culpa materna e maternidade como trauma e perda de si. Essas categorias, que permitiram uma abordagem integrada e serviram como lentes de interpretação, surgiram a partir de padrões observados nos romances, identificadas de forma indutiva durante o processo de leitura e fichamento.

Para Lakatos e Marconi (2003), “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo — conhecimentos válidos e verdadeiros —, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (p. 83). Assim, os métodos científicos escolhidos para este estudo se subdividem em método de abordagem e métodos de procedimento. Consideramos, portanto, que o *método de abordagem* mais adequado para conduzir esta investigação é o *dedutivo*, pois “tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente” (Marconi e Lakatos, 2003, p. 101).

Quanto aos *métodos de procedimento*, optamos por dois: o *histórico* e o *comparativo*. Em primeiro lugar, a abordagem histórica concentra-se na investigação de eventos, processos, instituições e ações do passado, com o objetivo de compreender sua influência no cenário atual — o que se mostra especialmente pertinente ao se estudar questões de gênero e seus desdobramentos diante das transformações sociais.

Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações (Marconi e Lakatos, 2003, p. 106-107).

Por sua vez, o método comparativo, como o próprio nome sugere, “realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências” (Marconi e Lakatos, 2003, p. 107). A escolha por incorporar esse método à abordagem histórica decorre do interesse em confrontar o discurso das personagens analisadas tanto entre si quanto com os

depoimentos das mães entrevistadas por Orna Donath (2017) em *Mães arrependidas*. Com isso, busca-se explorar as diferenças e semelhanças entre a realidade expressa nos relatos empíricos e a representação ficcional presente nas obras literárias selecionadas. Além disso, “o método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento” (Marconi e Lakatos, 2003, p. 107), o que reforça sua pertinência nesta pesquisa, ao possibilitar o diálogo entre distintos contextos históricos, sociais e narrativos.

Ademais, no âmbito dos estudos literários, destaca-se a Literatura Comparada como subárea relevante para esta investigação, uma vez que compreendemos que ela desempenha um papel fundamental na análise proposta. Essa área de pesquisa, dedicada a examinar e refletir sobre diferenças e similaridades entre temas, imaginários, culturas e escolhas estéticas, oferece instrumentos valiosos para a compreensão das estratégias narrativas adotadas pelas autoras dos romances analisados. Nesse sentido, a Literatura Comparada fornece uma base teórica sólida que possibilita uma investigação mais aprofundada das relações entre ficção e realidade. Dessa forma, a combinação dos métodos comparativo e histórico, aliada à abordagem da Literatura Comparada, contribuiu para a construção de uma análise crítica e abrangente das representações da maternidade tanto nos textos literários quanto na experiência empírica. Tal análise foi conduzida por meio da incorporação de trechos selecionados das obras e da revisão crítica da bibliografia especializada sobre os romances em questão. Ao longo desse processo, foram destacadas as semelhanças e diferenças entre as narrativas, sempre ancoradas no arcabouço teórico que sustenta esta pesquisa.

O enfoque desta pesquisa está centrado, sobretudo, nas teorias literárias, com ênfase especial nas perspectivas feministas e em estudos que explorem questões como a dominação masculina (Bourdieu, 2021), o mito do amor materno (Badinter, 1985) e o dispositivo materno (Zanello, 2018), além de outros debates contemporâneos pertinentes. Com base nesse referencial teórico, investigamos as experiências maternas vividas pelas protagonistas dos romances analisados, buscando compreender de que forma tais experiências são representadas e contextualizadas no interior da ficção. Paralelamente, examinamos, também, como as questões de gênero e classe social são tematizadas nas obras selecionadas. Essa análise foi conduzida à luz da fortuna crítica já consolidada sobre cada romance ou objeto de pesquisa, o que possibilitou uma compreensão mais ampla das conexões entre os textos literários e as realidades sociais, culturais e históricas que os atravessam (Coutinho e Carvalhal, 2011).

Já no que diz respeito à sua natureza, esta investigação configura-se como uma pesquisa básica. Essa classificação decorre do fato de que o objetivo central não está orientado para uma aplicação prática imediata ou específica, mas sim para a ampliação e o aprofundamento do conhecimento sobre os fenômenos abordados. Nesse contexto, busca-se evidenciar manifestações de arrependimento materno e da maternidade compulsória nos relatos das personagens, além de fomentar a reflexão crítica acerca dessas temáticas. A pesquisa básica tem como propósito fundamental o desenvolvimento teórico e conceitual em um determinado campo de estudo, sem que isso implique, necessariamente, uma aplicação direta no cotidiano. Assim sendo, o presente trabalho tem como finalidade primordial contribuir para o entendimento das questões relacionadas ao mal-estar materno, por meio de uma análise literária ancorada em fundamentos teóricos. Com isso, pretende-se enriquecer o debate acadêmico e fortalecer os estudos que problematizam a experiência da maternidade sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar.

Tendo em vista o caráter subjetivo dessa questão, a abordagem metodológica adotada é qualitativa, uma vez que pressupõe uma relação direta e interpretativa entre o pesquisador e o objeto de estudo. Nesse sentido, “não há pesquisa em literatura sem um momento de intervenção do sujeito” (Durão, 2020, p. 29), o que reforça a natureza interpretativa e analítica desta investigação. Ademais, a pesquisa qualitativa mostra-se especialmente adequada às ciências humanas, por buscar inquietar, provocar reflexões e suscitar (re)considerações a respeito de fenômenos complexos, geralmente vinculados a problemáticas de ordem social, cultural ou subjetiva. Assim, esta abordagem possibilita examinar, com profundidade, as camadas simbólicas e emocionais das experiências maternas representadas nas obras literárias selecionadas.

A pergunta norteadora desta pesquisa está alinhada aos seus objetivos de natureza explicativa, na medida em que visa investigar os motivos subjacentes aos sentimentos de arrependimento e inadequação materna vivenciados pelas personagens analisadas. Dessa forma, a proposta ultrapassa a mera descrição dos acontecimentos ou a simples observação dos fatos narrados, buscando compreender as causas e os mecanismos que sustentam tais experiências. Nesse sentido, o trabalho propõe uma leitura analítica que busca mapear as tensões e atravessamentos discursivos entre gênero, classe, papel social e construção simbólica da maternidade, investigando como essas forças configuram os afetos e os conflitos que emergem das narrativas.

Esta pesquisa parte de duas hipóteses centrais: a) o caráter compulsório da maternidade, aliado à sua configuração histórica como prática de cuidado e abnegação

feminina, contribui para o agravamento das experiências maternas, podendo levar muitas mulheres a sentimentos negativos em relação à decisão de terem tido filhos; e b) a possibilidade de problematizar o descontentamento materno configura-se como um ato político e de resistência, cuja enunciação pública permanece socialmente restrita a mulheres que ocupam posições menos vulneráveis — predominantemente brancas, heterossexuais e pertencentes às camadas médias e altas.

No que tange à primeira hipótese, entendemos que não se pode dissociar a compulsoriedade da maternidade do surgimento do descontentamento materno, uma vez que ambas as dimensões encontram-se profundamente interligadas. A partir das análises das narrativas selecionadas, verificou-se que as causas que desencadeiam sentimentos maternos conflitantes variam entre as quatro obras analisadas, podendo estar relacionadas a fatores como transtornos mentais preexistentes ou a traumas decorrentes de violências extremas. Ainda assim, identificaram-se elementos recorrentes nos romances, que serviram como chaves de leitura para guiar nossa análise. Dessa forma, ao se analisar a complexa representação estética de uma maternidade multifacetada — atravessada por insatisfações e por novas dinâmicas maternas, muitas das quais impostas pelas transformações sociais contemporâneas —, foi possível constatar uma forte correlação entre a maternidade compulsória e os sentimentos de inadequação, culpa e arrependimento que perpassam as experiências das protagonistas estudadas.

Nossa segunda hipótese sugere que a problematização do descontentamento materno, longe de constituir um privilégio discursivo, depende de condições sociais específicas de enunciação, estando ainda majoritariamente restrita a mulheres que dispõem de uma margem ampliada de tolerância social. Ainda que não estejam imunes ao julgamento moral, essas mulheres podem transformar a fala sobre as verdades dolorosas da maternidade em um ato político, justamente porque dispõem de condições sociais mínimas para enfrentar as sanções simbólicas que ele acarreta. Considerando que falar é um ato político, trata-se de uma ação que exige estratégia, pois envolve custos e riscos. Por isso que a fala sobre o descontentamento materno é fatalmente mais centralizada em mulheres que estão em um contexto social que lhes permite sustentar publicamente os custos simbólicos dessa enunciação.

Tal aspecto revelou-se como tese pelo fato de, ao longo de cerca de dois anos, termos nos empenhado em incorporar a interseccionalidade à pesquisa, tanto no que se refere às autoras quanto às personagens, com o objetivo de abordar a maternidade sob diversas perspectivas. Contudo, enfrentamos dificuldades em encontrar uma maior diversidade de

personagens que abordassem a maternidade como incômodo. Observamos que, quando as mães desafiam o discurso dominante sobre o amor materno, a complexidade intensifica-se, no mesmo passo que a pluralidade parece escassear-se nas narrativas. De maneira semelhante, a dificuldade relatada pela historiadora Michelle Perrot (2006) em acessar as vozes e experiências de mulheres marginalizadas para escrever sobre a história das mulheres conecta-se com o silenciamento do “descontentamento materno” neste grupo específico. Esse fenômeno revela uma limitação nas representações literárias que buscam questionar a maternidade, sugerindo que a discussão sobre o arrependimento materno ainda permanece confinada a uma camada específica da população feminina, em detrimento de outras vozes que poderiam enriquecer a reflexão sobre o tema.

Nas considerações finais, destacamos as principais contribuições deste estudo, bem como as lacunas identificadas no contexto dos estudos literários. É crucial enfatizarmos que esta pesquisa apresenta limitações que estão em grande parte além do nosso controle. Apesar de reconhecermos a importância de abordarmos a desconstrução do ideal de maternidade por meio da literatura, é fundamental observarmos que esse discurso ainda parece ser predominantemente conduzido por uma elite branca. Pareceu-nos que esta perspectiva tem sido explorada, principalmente, por um grupo específico de escritoras — em sua maioria brancas e de classe média. Portanto, é evidente que essas narrativas não representam de maneira abrangente todas as experiências de mães arrependidas, mas sim de um grupo específico de mulheres: brancas, cisgênero, que vivem em relacionamentos (presumivelmente) heteronormativos. Até o momento, são elas que têm “autoridade” e “credibilidade” para iniciar esse debate. Contudo, é importante destacar a coragem existente por trás de todo pioneirismo, pois a partir dessas autoras, outras vozes “subalternas” também podem sentir-se encorajadas a abordar suas experiências.

2 ANTES DA LITERATURA, A HISTÓRIA: UMA REVISÃO DA CRÍTICA FEMINISTA

O objetivo deste capítulo é explorar a história da invenção da materno-normatividade — que, conforme explicaremos, tem relação indireta com o silenciamento das mulheres na literatura. Esta escrita foi desenvolvida com o propósito de ser acessível aos leitores não familiarizados com os estudos de gênero e a crítica feminista, mas também esperamos que os entusiastas da crítica feminista possam se beneficiar desta leitura e obter uma compreensão mais ampla de como o ideal hegemônico de mãe foi sendo moldado ao longo do tempo. Conforme afirma a crítica literária Lúcia Zolin (2019a), “fica mais claro entender o que vem a ser a crítica literária feminista, e como ela funciona, quando se tem conhecimento de algumas noções prévias acerca do feminismo entendido como o movimento social e político que lhe deu origem” (Zolin, 2019a, p. 212). Logo, apesar de este estudo estar focado em analisar textos ficcionais a partir de uma perspectiva literária feminista, consideramos essencial contextualizar como a maternidade evoluiu para se tornar uma ideologia dominante.

Portanto, neste capítulo, faremos uma revisão sócio-histórica desse processo de normatização e, também, sobre os movimentos feministas, que começaram a se opor a essa visão restritiva. Não se trata de estabelecer uma hierarquia entre o aspecto social e o literário, mas sim de seguir a ordem cronológica dos acontecimentos. Se optássemos por começar pelo segundo capítulo, que aborda a perspectiva literária a partir do crescimento da produção ficcional escrita por mulheres, alguns leitores poderiam perceber uma lacuna no texto.

Uma figura central na historiografia feminista é a historiadora francesa Michelle Perrot (2006). Sua metodologia de “escrever sobre a história das mulheres” é um exemplo de como a crítica feminista pode ser aplicada para desconstruir narrativas dominantes. Esta tese, ao utilizar a crítica feminista para analisar as obras literárias, tensiona seguir um caminho metodológico semelhante ao de Perrot, buscando questionar os paradigmas estabelecidos sobre, maternidade, feminilidade e questionar a ideia de “natureza feminina”. No entanto, em *Pode o subalterno falar?* (2010), a teórica literária feminista Gayatri Chakravorty Spivak (2010) nos leva a questionar ainda mais profundamente essa ausência, sugerindo que o problema não reside apenas na falta de registro, mas na própria estrutura do sistema patriarcal que atravessa esses discursos, impedindo que certas vozes sejam consideradas como “fala”.

Assim, ao mesmo tempo em que a crítica feminista evidencia as lacunas nos registros históricos, como propõe Perrot (2006), e denuncia os mecanismos de silenciamento estrutural apontados por Spivak (2010), torna-se necessário observar como tais exclusões se

materializaram no campo literário. É possível que muitas pessoas nunca tenham refletido sobre por quê, antes o surgimento da burguesia, apenas homens pertencentes à elite branca aristocrática escreviam e eram lidos e, depois desse marco histórico, a maioria dos poetas e romancistas eram homens brancos de classe média⁹. Dessa forma, até o século XIX, as mulheres — mesmo as brancas pertencentes à elite — raramente conseguiam obter algum prestígio como escritoras (no capítulo 2, veremos que várias mulheres já escreviam, mas nem sempre conseguiam ter seus textos publicados, reconhecidos ou igualados aos dos seus pares masculinos). Muito se conjecturou que essa predominância deu-se pelo fato de a literatura produzida por homens ser de qualidade literária superior — mas por muito tempo as causas disso foram negligenciadas. No entanto, houve uma mudança significativa a partir da segunda metade do século XX e as mulheres começaram a escrever mais e se fazer mais presentes no mercado editorial; foi nesse momento que a literatura de autoria feminina começou a se estabelecer como um tema de interesse de pesquisa, ganhando mais destaque (embora ainda persistam muitas desigualdades no mercado editorial).

Na cultura judaico-cristã, a maternidade consolidou-se como uma imposição cultural, a qual foi naturalizada por força do discurso, sendo plausível sustentar que a normatividade materna, influenciada por construções ideológicas, práticas culturais e instituições sociais ainda impera no contexto do mundo ocidental. Contudo, a compreensão do desenvolvimento da maternidade tal como a conhecemos hoje só é possível por meio do estudo da história das mulheres. Ao revisitar alguns eventos passados para tentar compreender em que ponto da história a maternidade assumiu sua configuração atual, deparamo-nos com obras de intelectuais que se empenharam em compreender e analisar a função da mulher — destacando, sobretudo, o papel da maternidade —, não apenas no âmbito da estrutura familiar, mas também em sua utilidade para o Estado e a sociedade.

Obras como *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, da filósofa francesa Elisabeth Badinter (1985) e *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, da filósofa italiana Silvia Federici (2017) ajudam-nos a compreender e a inferir que a materno-normatividade existe, provavelmente, desde a Antiguidade Clássica¹⁰. Contudo, o

⁹ Ainda hoje, a maior parte dos currículos dos cursos de Letras pecam nesse aspecto, pois são poucas as instituições que ofertam disciplinas específicas de literatura escrita por mulheres, passando uma percepção extremamente falocêntrica do cânone. Embora isso reflita a sociedade da época em que esses textos eram produzidos, consideramos essencial promover mais reflexão sobre as origens e as consequências dessa dominação masculina na cena literária — tema ainda pouco explorado nos cursos de graduação.

¹⁰ Não temos a intenção de nos prolongar neste tópico, porém, Elisabeth Badinter aborda de forma mais detalhada o que ela denomina em sua obra de “legado aristotélico”, sustentando que Aristóteles foi o primeiro a justificar filosoficamente a autoridade do marido e do pai. A autora argumenta que, posteriormente, a Igreja apropriou-se dessas ideias, adaptando-as de acordo com o que julgava conveniente (Badinter, 1985).

papel da mulher-mãe, tal como está estabelecido hoje, foi uma invenção mais ou menos recente, um advento da modernidade. Essas obras situam o momento da sobreposição do capitalismo sobre o feudalismo como um ponto crucial de virada. De forma concisa, podemos considerar que o sistema capitalista dividiu o trabalho em essencialmente em duas categorias: produtivo e reprodutivo (Federici, 2017 e 2019; Zanello, 2018; Lerner, 2019; Vivas, 2021; Iaconelli, 2023). O trabalho produtivo diz respeito às atividades remuneradas e formalmente reconhecidas como trabalho e que, nos primórdios do capitalismo, eram majoritariamente reservadas aos homens, de acordo com sua posição social (quanto melhor a posição, melhor o posto de trabalho e, consequentemente, o salário).

Por outro lado, o trabalho reprodutivo é o trabalho não remunerado, muitas vezes não sendo considerado como trabalho, e que, conforme a psicanalista brasileira Vera Iaconelli, “diz respeito às atividades ligadas à manutenção da vida, às tarefas domésticas e aos cuidados de filhos, maridos e idosos” (Iaconelli, 2023, p. 27). Foram essas atividades que foram atribuídas às mulheres. Ao explicar a lógica dessa economia reprodutiva que torna o trabalho de cuidado invisível e perpetua-se até os dias atuais, a jornalista e escritora espanhola Esther Vivas (2021) destaca que as famílias com condições financeiras delegam o trabalho reprodutivo a “cuidadoras de baixo custo, muitas delas imigrantes” (p. 129), permanecendo, assim, uma divisão de classe e etnia no cuidado e na manutenção da vida. “As tarefas de reprodução, dessa forma, concentraram-se em certos setores sociais, raciais e de gênero, na base da escala socio-trabalhista” (Vivas, 2021, p. 129). Na prática, isso reproduz o comportamento que surgiu nos primórdios do capitalismo, pois dá continuidade à ideia de que as famílias das classes sociais mais favorecidas não só podem como devem se afastar de tarefas que são vistas como sendo de uma classe social mais baixa, para galgar postos e salários maiores. O resultado disso é que as famílias mais pobres, que não têm condições de pagar pelo cuidado, precisam “responder a essa necessidade dentro de seus lares, com suas mulheres — uma dinâmica que gerou um aumento das desigualdades de classe” (Vivas, 2021, p. 129), tendo em vista que praticamente não existem políticas públicas que garantam a essas famílias uma vida digna e, ao mesmo tempo, a permanência dessas mulheres no lar.

Contudo, essa divisão sexual do trabalho, que conferiu aos homens o acesso ao trabalho remunerado e deixou as mulheres em uma situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, evidencia um marco significativo na evolução do que a psicóloga brasileira Valeska Zanello (2018) chama de “dispositivo materno” — e que vem ao encontro do que Esther Vivas (2021) define como “maternalização da mulher”. No livro *Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade*, Vivas explica que a maternalização da mulher “foi

uma dinâmica que se deu no mundo ocidental e em suas regiões de influência, entre o fim do século XVIII e o início do século XX, de mãos dadas a uma série de mudanças sociais, políticas e econômicas que culminaram num novo modelo de sociedade capitalista industrial” (Vivas, 2021, p. 96).

Além disso, conforme explicaremos neste capítulo, a interseção de fatores como valores tradicionais, ideais de feminilidade e a percepção da maternidade como cumprimento do lugar da mulher na sociedade desempenhou um papel significativo na normalização desse fenômeno. É importante observar que “a maternalização implicava não apenas que as mulheres podiam ser mães, algo óbvio, mas que ‘só deviam ser mães’” (Vivas, 2021, p. 96). Sendo assim, a legislação vigente, políticas públicas e práticas sociais — pensadas majoritariamente por homens —, também desempenharam uma ação crucial na institucionalização da maternidade como norma, estabelecendo expectativas e padrões sociais em torno do papel da mulher como mãe. Desse modo, conclui-se que a ascensão da maternidade normativa está associada a representações simbólicas que a colocam como uma função essencial para a preservação da ordem social e a continuidade da linhagem, pois acreditava-se que esse era o destino inescapável das mulheres e parte da verdadeira “natureza feminina”, conforme afirmado por Jean-Jacques Rousseau: “As mulheres, direis, nem sempre fazem filhos! Não, mas sua destinação é fazê-los” (1979, p. 309).

Nesse aspecto, a obra *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*, da pesquisadora de gênero, feminismo e imperialismo zimbabuense-americana Anne McClintock (2010), contribui para compreender que a maternidade compulsória não se constitui de forma isolada, mas inscreve-se em um sistema sócio-histórico mais amplo, no qual patriarcado, capitalismo e colonialismo se entrelaçam. A autora fala sobre a “reinvenção do patriarcado” e demonstra como, no discurso imperial, a figura materna foi mobilizada como metáfora da pátria e como instrumento de legitimação do poder colonial, associando a mulher à preservação da pureza nacional e à reprodução da ordem social.

Em diálogo com McClintock, *Os Excluídos da História* (Perrot, 2006) e *Ao Sul do Corpo* (2009), da historiadora brasileira Mary Del Priore, evidenciam a centralidade do corpo feminino na constituição de regimes de poder. Se Perrot demonstra como a historiografia tradicional marginalizou as mulheres, relegando-as ao silêncio ou a papéis secundários, Del Priore, ao examinar o Brasil colonial, explicita como, no cotidiano, o corpo feminino foi regulado pela moral cristã e pelo patriarcado colonial, funcionando como pilar da reprodução social. Em conjunto, essas leituras permitem compreender que a maternidade compulsória e o descontentamento materno, tematizados na literatura contemporânea, não emergem

isoladamente, mas se inscrevem em uma longa genealogia de controle sobre o corpo feminino.

Um conceito central na discussão sobre a reinvenção do patriarcado está na seguinte citação: “As mulheres são figuradas como propriedade pertencente aos homens e, portanto, estão fora, por definição, das disputas masculinas sobre terra, dinheiro e poder político” (McClintock, 2010, p. 58). Essa citação dialoga com as ideias de Silvia Federici — sobre a constituição do patriarcado capitalista —, de Michelle Perrot — sobre a marginalização das mulheres na historiografia tradicional — e de Mary Del Priore — sobre a regulação do corpo feminino. A noção de mulher como propriedade é um elo comum que conecta essas perspectivas, demonstrando como o controle sobre o corpo e a vida das mulheres foi fundamental para a manutenção de regimes de poder. Tal processo revela uma contradição: enquanto as mulheres eram exaltadas como símbolos da nação, permaneciam excluídas da esfera pública, sem poder exercer sua cidadania. Além disso, essa ideologia ressalta a exclusão das mulheres da esfera pública e econômica.

Esta ideia demonstra como o sistema capitalista dividiu o trabalho em produtivo (masculino e remunerado) e reprodutivo (feminino e não remunerado), resultando na vulnerabilidade socioeconômica das mulheres, discutida com as formulações de Silvia Federici (2017) acerca da constituição do patriarcado capitalista e, mais precisamente, acerca do trabalho assalariado (2021)¹¹. Se McClintock revela como raça, gênero e sexualidade foram articulados no imaginário imperial, Perrot denuncia a exclusão das mulheres da narrativa historiográfica e Del Priore descreve, no Brasil colonial, a regulação cotidiana do corpo feminino. Enquanto isso, Federici fornece a chave teórica que integra esses fenômenos: o controle da reprodução e da maternidade como condição para a expansão do capitalismo. Assim, a maternidade compulsória e o descontentamento materno — que emergem nas obras literárias analisadas nesta tese — podem ser compreendidos como parte de uma genealogia de disciplinamento do corpo feminino, cujo alcance é, simultaneamente, global e local, histórico e literário.

Já em *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação* (2018), Valeska Zanello explica que a subordinação das mulheres passa por sua “identificação total entre corpo (capacidade de procriar) e função social (maternar)” (Zanello, 2018, p. 143). A pesquisadora defende que há uma “necessidade de se desassociar a capacidade de procriar e **a capacidade de cuidar** (maternagem), a qual **se faz presente em todos os seres humanos**”

¹¹ Em *O patriarcado do salário* (2021), Silvia Federici discute como o trabalho doméstico e reprodutivo, naturalizado como feminino, foi invisibilizado, mas permanece central para a acumulação capitalista.

(Zanella, 2018, p. 143 – grifos nossos). A esse fenômeno, que impele as mulheres a serem mães (e/ ou “maternais”), atribuindo a elas um suposto “chamado da natureza”, ela denomina de “dispositivo materno”. A autora sustenta que o trabalho de cuidado “exige dispêndio de energia física e psíquica, além de um saber fazer [...]. Ou seja, é *trabalho*. No entanto, recebeu uma ‘capa afetiva’, para transformar em ‘espontaneidade’ o que é fruto de um processo gendrado de subjetivação, ao qual a cultura presta sua grande contribuição” (Zanella, 2018, p. 150 – grifos do original).

Esses discursos foram, até meados do século XX, produzidos por homens, conforme explica a psicanalista, jornalista e escritora brasileira Maria Rita Kehl (2016), de modo que as mulheres se conformassem de que só havia um único destino possível.

A cultura europeia dos séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral foi promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado **feminilidade**. [...] A feminilidade aparece aqui como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; a partir daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social - a família e o espaço doméstico -, a partir do qual se traça um único destino para todas: *a maternidade* (Kehl, 2016, p. 47 – grifos nossos).

O que essa autora defende, portanto, é que a noção que se tem de feminilidade foi construída pelos homens, para que as mulheres se comportassem da forma como eles gostariam — garantindo, assim, alguns privilégios masculinos.

Contudo, é preciso reconhecer que a idealização da maternidade, a construção da ideia de “feminilidade” e a visão mítica da mulher-mãe restringiu-se às mulheres brancas. A filósofa e ativista política norte-americana Angela Davis (2016) acrescenta a dimensão específica da experiência das mulheres negras e evidencia o impacto histórico da escravidão em suas trajetórias de trabalho, ampliando o debate sobre a subordinação feminina e a consolidação do patriarcado capitalista. Afinal, “como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório” (p. 24). Dessa forma, estudar a vida das mulheres negras na escravidão implica, antes de tudo, reconhecer o papel fundamental que desempenharam como força de trabalho (Davis, 2016), tendo em vista que “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa” (Davis, 2016, p. 24).

Essa realidade não se limita ao passado escravista, mas reverbera ainda hoje nas trajetórias das mulheres negras. A sobrecarga de trabalho, historicamente imposta, tornou-se

um padrão estrutural que atravessa gerações, evidenciando a permanência da desigualdade racial e de gênero. Como observa Davis (2016), “Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão” (p. 24).

Essa permanência histórica do trabalho como eixo estruturante da vida das mulheres negras evidencia que a experiência da maternidade não pode ser pensada de forma homogênea. Enquanto para muitas delas a sobrecarga laboral inviabilizou ou limitou o exercício pleno da maternidade, outras mulheres foram submetidas à idealização da figura materna, que as reduziu quase exclusivamente ao papel de mães. Até hoje, construções discursivas difundidas por diferentes instâncias — como mídia, religião e instituições educacionais, além de uma vasta produção literária — reforçam essa última perspectiva, contribuindo para a consolidação da maternidade como modelo normativo.

A transformação da maternidade em norma revela-se, assim, um fenômeno multifacetado, moldado por fatores culturais, históricos e institucionais que conferiram à experiência materna um status preeminente tanto na concepção de “feminilidade” quanto na estrutura normativa da sociedade ocidental. Para compreender de que maneira esse processo foi historicamente construído, organizamos este capítulo em uma linha cronológica dos eventos mais significativos na luta das mulheres contra a mentalidade patriarcal. Iniciamos com a análise do discurso religioso, especialmente da Igreja Católica e da Protestante, e seguimos para o período da caça às bruxas na Idade Média, legitimada pela própria Igreja. Em seguida, abordamos o desenvolvimento do capitalismo e a transição para um discurso “científico” sobre a maternidade, culminando, no final do século XIX, com o surgimento da psicanálise. Por fim, destacamos a relevância dos movimentos feministas na busca pela emancipação das mulheres.

2.1 DA CRIAÇÃO DO PATRIARCADO À CAÇA ÀS BRUXAS

Ao longo da história, a Igreja desempenhou um papel significativo na formulação e perpetuação das ideias sobre a maternidade, moldando não apenas as normas sociais, mas também as percepções individuais e coletivas sobre o papel da mulher na sociedade, através de um sistema de opressão denominado *patriarcado*. Não obstante, como alguns acadêmicos afirmam que não vivemos mais em um sistema patriarcal no sentido estrito, consideramos

fundamental revisitar a história da criação do patriarcado antes de tudo, a fim de compreender a origem deste termo, uma vez que será empregado diversas vezes ao longo desta tese.

Precisamos esclarecer que quando usamos o termo “patriarcado” nos dias de hoje, não estamos nos referindo ao seu sentido original, baseado no período patriarcal da história bíblica, os quais aparecem no Antigo Testamento, mas sim ao patriarcado capitalista¹². Contudo, para explicar quem eram os chamados “patriarcas”, a historiadora austríaco-americana Gerda Lerner (2019) recorre à Bíblia como documento histórico para elucidar a origem do termo. É crucial enfatizar que durante esse período da civilização, situado aproximadamente na primeira metade do segundo milênio a. C, havia poucos registros escritos, e muitas das histórias e parábolas da Bíblia foram transmitidas principalmente pela tradição oral e, posteriormente, reproduzidas no *Gênesis*. Segundo a historiadora,

as tribos patriarcais do primeiro período descrito em *Gênesis* viviam, assim como seus ancestrais, como nômades ou seminômades no deserto. Criavam ovelhas, cabras e gado e se dedicavam à agricultura sazonal. Em vários momentos, também viveram nas cercanias das cidades, sob a proteção dos habitantes, mas mantendo os próprios costumes separados dos dos anfitriões. A coesão e a sobrevivência deles dependiam de fortes laços tribais. A menor unidade era a família patriarcal, composta de um homem, sua esposa, seus filhos com suas esposas e filhos, suas filhas solteiras e os servos. Diversas famílias formavam um clã, um *mishpahah*; eles se ajudavam economicamente e se encontravam para festividades religiosas. Um grupo de clãs, reivindicando um antepassado comum e reconhecendo um líder também comum, unia-se em uma tribo (Lerner, 2019, p. 277).

Dessa forma, alguns desses grupos começaram a se estabelecer na região de Canaã. Devido ao solo pobre e à escassez de água, esses locais eram pouco explorados e habitados. Para enfrentar os desafios do clima desértico, eles inventaram ferramentas que incluíam o uso do ferro, concentrando-se no gerenciamento e na preservação da água. Além disso, esse povo enfrentou consideráveis adversidades devido a guerras e diversas epidemias, mencionadas na Bíblia como pragas e pestes (Lerner, 2019). A autora considera que

a pressão da necessidade do trabalho agrícola para o estabelecimento em um ambiente deserto, combinada à simultânea perda de população em razão de guerras e crise epidêmica no próprio período em que surgiram os princípios rudimentares do

¹² Para fins de esclarecimento e para evitar repetições, esclarecemos que, sempre que mencionarmos o termo patriarcado, estamos nos referindo ao patriarcado capitalista. O termo refere-se ao sistema de dominação que combina as hierarquias de gênero do patriarcado com as relações econômicas do capitalismo. Nesse arranjo, a exploração do trabalho feminino – tanto o trabalho assalariado precarizado quanto o trabalho doméstico e de cuidado, historicamente não remunerado – é fundamental para a acumulação de capital e para a manutenção da desigualdade de gênero. Essa concepção tem sido desenvolvida por autoras do feminismo marxista, como Silvia Federici (2017) e de outras escritoras com influência marxista, como Perrot (2006) e McClintock (2010).

pensamento religioso judaico, pode explicar a ênfase bíblica na família e no papel de procriação da mulher. Nessa crise demográfica, é provável que as mulheres concordassem com uma divisão de trabalho que priorizasse o papel materno (Lerner, 2019, p. 279-280).

Lerner esclarece que, embora na época do *Gênesis* a sociedade fosse predominantemente patriarcal, havia outros modelos de estrutura familiar presentes. “As histórias dos patriarcas no *Gênesis* oferecem certos indícios de transição de uma organização familiar matrilocal e matrilinear para uma patrilocal e patrilinear em algumas tribos” (Lerner, 2019, p. 284). Segundo a autora, “os sete anos de trabalho de Jacó para Labão em troca de cada uma de suas filhas correspondia à prática de casamento matrilocal” (Lerner, 2019, p. 284).

Após um período de assentamento de tribos seminômades, os clãs fizeram entre si acordos de propriedade. “A responsabilidade pela manutenção e preservação desse patrimônio era do chefe patriarcal da família. A terra pertencia ao clã e era considerada inalienável, ou seja, não podia ser vendida a ninguém e só podia ser transferida por herança” (Lerner, 2019, p. 286). Convém lembrar que os patriarcas surgiram em uma sociedade pré-estatal, na qual não havia um sistema judicial, por isso os limites das terras geralmente eram definidos por túmulos ancestrais, que costumavam ser respeitados — caso contrário poderia haver a “vingança de sangue” (Lerner, 2019). Por garantirem os interesses do clã, os patriarcas tinham total autoridade sobre os demais membros da família, além da obrigação de protegê-los e de prover seu sustento. “Essa forte ênfase no controle patriarcal sobre a propriedade do clã e a forma como esse controle foi estruturado na própria organização da sociedade israelita tiveram grande impacto na posição das mulheres” (Lerner, 2019, p. 287).

Possivelmente, esse modelo de sociedade acabou sendo difundido como algo universal devido à influência e à disseminação das ideias presentes no Antigo Testamento. É evidente que, ao longo da história, essas relações foram se transformando, mas as raízes deixadas pelos patriarcas que comandavam os antigos clãs ainda se fazem presentes na sociedade contemporânea. Conforme afirmou Lola Aronovich (2019) no prefácio à edição brasileira do livro *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*: “Apesar de todas as conquistas feministas das últimas décadas, ainda vivemos no patriarcado” (p. 26). Ou seja, ela define o patriarcado como um sistema que “mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores” (Aronovich, *apud*

Lerner, 2019, p. 25), e, como sabemos, uma mentira, ao ser repetida diversas vezes, pode acabar sendo aceita como fato.

Em seu famoso ensaio intitulado *O tráfico de mulheres* (1975), a antropóloga estadunidense Gayle Rubin aborda essa questão dentro de um sistema que ela denomina de “economia política do sexo”. Nesse texto, Rubin menciona que, nessas sociedades pré-estatais, como o incesto já era proibido, desenvolveu-se uma cultura de troca de mulheres entre as tribos, o que conferia aos homens determinados privilégios e ao patriarca o poder de determinar quem seria trocada. “A proibição do uso sexual da filha ou da irmã obriga a dar em casamento a filha ou a irmã a um outro homem” (Rubin, 2011, p. 25).

É possível que, no contexto do surgimento dos primeiros patriarcas, a intenção inicial não fosse necessariamente subjugar as mulheres. No entanto, ao longo do tempo, o poder masculino acabou transformando-se em uma ferramenta para a manutenção de privilégios. Assim, é plausível inferir que o registro de certas narrativas por escrito, presentes no Antigo Testamento e estabelecendo valores morais universais, atendia aos interesses dos homens. Logo, a religião serviu de fio condutor para transmitir, ao longo dos séculos, ideias que eram convenientes para manter essa ordem social inabalável.

Optamos por agrupar nesta mesma seção os estudos sobre o papel do discurso religioso e a perseguição às bruxas, pois ambos estão intimamente ligados aos interesses do patriarcado. Isso se deve à nossa compreensão de que, por meio da Inquisição, a Igreja foi cúmplice no genocídio dessas mulheres, tornando-se, assim, responsável pelos seus desdobramentos, que ainda reverberam na contemporaneidade. Além do mais, estudar sobre maternidade sem abordar a função da religião na construção do discurso maternalista seria uma tarefa incompleta. Conforme analisa Mary Del Priore (2009), “a construção da maternidade idealizada foi um projeto desenvolvido pela Igreja e o Estado como um dos instrumentos de adequação da mulher à vida matrimonial” (p. 265). Por isso, também consideramos importante ir à origem desse discurso, que está no livro mais lido em todo o mundo: a Bíblia.

No livro do *Gênesis* narra-se, pela perspectiva cristã, a história da criação do Universo. Michelle Perrot (2006) enfatiza que as representações do poder das mulheres são recorrentes na história e modulam o livro inaugural da Bíblia: “A mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e da razão lúcida, é um grande tema romântico [...]” (Perrot, 2006, p. 168). Especula-se que, antes de Eva, Adão teria tido outra esposa: Lilith. Trata-se de uma figura mítica presente em tradições judaicas, mesopotâmicas e, posteriormente, em leituras modernas feministas.

De acordo com Roberto Sicuteri, nos textos medievais judaicos, Lilith é apresentada como a primeira esposa de Adão, que se recusou a submeter-se a ele, sendo então descrita como demônio e não como mulher, “uma figura de saliva e sangue” (Sicuteri, 1986, p. 15). Associada à noite, à sexualidade e à rebeldia feminina, Lilith evoluiu ao longo da história, sendo reinterpretada por autores contemporâneos como símbolo de autonomia e resistência da mulher frente às normas patriarcais (Sicuteri, 1986; Silva, 1998; Tardivo, 2021). Essa figura feminina, embora ausente na liturgia oficial da igreja, marca presença em textos apócrifos, e é considerada por estudiosos como Sicuteri (1986) “um mito arcaico, seguramente anterior, na redação jeovística da Bíblia, ao mito de Eva, por isto se pode dizer que Lilith foi a primeira companheira de Adão” (p. 15). Segundo o pesquisador brasileiro André Tardivo (2021), Lilith acabou sendo banida da Bíblia, por exigir igualdade sexual. “Daí a necessidade da substituição pela figura de Eva, modelo de submissão ao homem” (Tardivo, 2021, p. 55).

No imaginário judaico-cristão, Lilith foi construída como metáfora da transgressão e do pecado (Sicuteri, 1986), sendo, por essa razão, apartada da condição de companheira de Adão em virtude de seu desafio aos paradigmas divinos e de sua busca por autonomia (Tardivo, 2021).

Lilith agora é companheira dos demônios e das criaturas das trevas encontradas no Mar Vermelho. Surge então, a imagem de mãe dos demônios que se nega a submeter-se ao que mais tarde chamaríamos de patriarcado, isso porque reclama sua participação ativa e equivalente aos direitos masculinos. Com o passar dos séculos, sobretudo na Idade Média, o arquétipo de mãe dos demônios se solidifica, transmutando-se em outras imagens, como a bruxa, por exemplo. Talvez sejam as bruxas, a partir do olhar religioso, a personificação de Lilith em seu estado mais puro, pois são mulheres que vivem nas trevas e em contato com forças nefastas com o intuito de praticar o mal; mas mais do que simplesmente viver uma vida diametralmente oposta ao determinado pela Igreja, as bruxas tinham acesso a conhecimentos e desejos sexuais que às demais mulheres eram negados e/ou controlados. (Tardivo, 2021, p. 55-56)

Após a suposta ocultação de Lilith do *Gênesis I*, no Capítulo 3 do *Gênesis II*, intitulado “A desobediência do primeiro casal”, Eva infringiu a ordem divina ao comer (e dar de comer ao marido) o “fruto proibido”. Como castigo à mulher, Deus lhe disse: **“Vou aumentar o seu sofrimento na gravidez, e com muita dor você dará à luz filhos.** Apesar disso, você terá desejo de estar com o seu marido, **e ele a dominará”** (Bíblia, 2012, Gn, 3, 16 – grifos nossos). Este trecho evidencia as raízes profundas da submissão feminina, a qual encontra-se amparada pelo discurso religioso, muitas vezes servindo como justificativa para subjugar mulheres até os dias atuais. Portanto, de acordo com o *Gênesis*, Eva é a responsável

pela condição de subordinação da mulher ao homem, em decorrência de seu mau comportamento.

Essa narrativa pode ser interpretada de forma problemática, pois, ao validar certos tipos de violência, reforça a ideia de culpabilização da mulher, sugerindo que ela é responsável por todas as adversidades que enfrenta. A subversão de Eva resultou na expulsão do Éden, tanto para ela quanto para Adão, o qual recebeu a seguinte punição: “— **Você fez o que sua mulher disse e comeu a fruta da árvore que eu o proibi de comer.** [...] Você terá de trabalhar duramente a vida inteira a fim de que a terra produza alimento suficiente para você” (Bíblia, 2012, Gn, 3, 17-19 - grifos nossos). Percebe-se, portanto, que, segundo a perspectiva presente no livro de *Gênesis*, o erro principal de Adão foi ter seguido o conselho de Eva, refletindo uma crença profundamente enraizada em nossa cultura — de que dar ouvidos à mulher leva a consequências negativas. Esse ato, que resultou nos castigos de Adão e Eva, foi transmitido a toda a descendência do casal, ou seja, por extensão, todos os homens e mulheres da face da Terra pagam pelo erro de Eva. Segundo Esther Vivas (2021),

após o pecado original, Eva recebeu seu nome, que tem como significado “mãe de todos os seres vivos”, “aquela que dá vida”. Em outras passagens da Bíblia, aparece a figura da mulher mãe que gesta e cuida do bebê, mas que é incapaz de gerá-lo sem ser por vontade divina. É o deus masculino que fecunda virgens, idosas e mulheres estéreis (Vivas, 2021, p. 90).

A citação reflete sobre o papel simbólico atribuído à maternidade na tradição judaico-cristã, especialmente a partir da narrativa bíblica. No entanto, Vivas destaca ainda o paradoxo presente nessa representação: embora a mulher seja apresentada na Bíblia como “aquela que dá vida”, o poder de gerar é deslocado para uma autoridade externa — masculina e divina. Tal configuração reforça a ideia de que a maternidade, embora intrinsecamente feminina, está subordinada a uma lógica patriarcal, que, por sua vez, exerce controle sobre a fertilidade e a capacidade reprodutiva da mulher.

Logo, o discurso bíblico alinha-se ao do patriarcado capitalista, legitimando, assim, uma divisão sexual do trabalho (em que a mulher deve estar subordinada ao seu provedor, sempre representado por uma figura masculina, geralmente o pai e, depois, o marido), sob a justificativa de que “essa é a vontade de Deus”. Assim, é possível concordar com a perspectiva delineada por Vivas, que sustenta que a tradição judaico-cristã fortaleceu a ideia da submissão da mulher em relação ao homem.

É indispensável destacar, também, que foi com base no discurso religioso que, durante a Idade Média, foi promovida a maior guerra contra as mulheres que se tem conhecimento na História: a caça às bruxas — um projeto genocida promovido pelo Estado, com a outorga da Igreja (tanto Católica quanto Protestante), que surgiu no período de sobreposição do capitalismo sobre o feudalismo. Silvia Federici (2017) explica em *Calibã e a bruxa* que “a principal iniciativa do Estado com o fim de restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres” (p. 174). Guerra que, de acordo com a autora, “foi travada principalmente por meio da caça às bruxas, que literalmente demonizou qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa, ao mesmo tempo que acusava as mulheres de sacrificar crianças para o demônio” (Federici, 2017, p. 174). Essa narrativa surge a partir do entendimento de que era necessário controlar os corpos que gestavam e pariam a mão de obra necessária para o desenvolvimento de uma sociedade capitalista (Federici, 2017).

Além disso, é importante ressaltar que, nesse período, as alianças femininas e o controle que as mulheres detinham sobre seus próprios corpos (e, conseqüentemente, sobre sua capacidade reprodutiva) eram vistos como ameaças às transformações que estavam em desenvolvimento no final da Idade Média — que culminaram no surgimento do capitalismo. Portanto, o massacre de milhares de mulheres nesse período foi uma forma de acabar com qualquer tipo de conhecimento científico nesse sentido, e também de tentar jogar as mulheres umas contra as outras (Federici, 2017).

Vivas (2021) assente que a caça às bruxas “tratou-se de uma campanha de terror, desencadeada pelas classes dominantes, que teve por alvo muitas mulheres, perseguindo-as, torturando-as e executando-as aos milhares por mais de três séculos” (p. 94). Para essa autora, o objetivo dessa perseguição era banir o saber feminino.

O trabalho das curandeiras, como o das parteiras, que atendiam a população camponesa sem recursos, era considerado uma ameaça política, religiosa e sexual. Procurava-se afastá-las da prática médica. Por esse motivo, a perseguição que sofreram seguiu procedimentos bem regulados por lei e executados pelo Estado e pela Igreja, tanto católica como protestante (Vivas, 2021, p. 94).

O trecho interpreta a caça às bruxas como uma forma de controle social e político sobre as mulheres. Segundo a autora, essa campanha de terror visava não apenas punir mulheres, mas também eliminar seus saberes e práticas tradicionais, especialmente no campo da cura e da assistência ao parto.

No entanto, os laços profundos entre as mulheres na sociedade feudal impediam que o genocídio das detentoras do saber científico fosse suficiente para erradicação da ameaça que isso representava. Era necessário, portanto, adotar uma estratégia mais abrangente — daí a aplicação do princípio de “dividir para conquistar”. Isso implicou na criação de “categorias de mulheres”: as consideradas “boas” — que, se aceitassem o cárcere da língua, poderiam evitar a execução e até serem recompensadas com casamentos vantajosos, garantindo, assim, uma possível ascensão social; e as rotuladas como “más” — mulheres que não se encaixavam nesse padrão, sendo condenadas como bruxas e destinadas à fogueira. Além disso, mulheres que denunciavam outras mulheres por bruxaria também eram recompensadas.

Em *Mulheres e a caça às bruxas*, Federici (2019) explica que

o fato de ter sido comumente assumido que a personificação do diabo era uma mulher teve profundas consequências para a condição das mulheres no mundo capitalista que a caça às bruxas ajudou a construir. **Dividiu as mulheres.** Ensinou a elas que, ao se tornarem cúmplices da guerra contra as “bruxas” e aceitarem a liderança dos homens quanto a isso, obteriam a proteção que as salvaria do carrasco ou da fogueira. Ensinou-as, acima de tudo, a aceitar o lugar a elas designado no desenvolvimento da sociedade capitalista, pois, uma vez que fosse aceito que poderiam se tornar servas do diabo, a suspeita de diabolismo acompanharia a mulher por todos os instantes de sua vida (Federici, 2019, p. 60 – grifos nossos).

O que Federici quer dizer é que, ao apoiarem a perseguição das “bruxas” e aceitarem a autoridade masculina, muitas mulheres acreditavam estar garantindo sua própria segurança e proteção contra a violência do carrasco ou a ameaça da fogueira.

Desse modo, foi-se minando com a cultura de sororidade existente, pois, no contexto dos feudos, os vínculos entre as mulheres eram extremamente fortes — o que é corroborado por Federici (2019). De acordo com essa filósofa, embora se supunha que, nesse período, as mulheres já vivessem uma situação desfavorável em comparação aos homens, as relações de gênero eram diferentes do que veio a ocorrer logo a seguir, na economia monetária, “pois nem nas áreas rurais nem nas urbanas as mulheres eram dependentes dos homens para sobreviver; elas tinham as próprias atividades e compartilhavam muito da vida e do trabalho com outras mulheres” (Federici, 2019, p. 78). O fato de residirem em comunidades tornava o fardo da vida mais suportável, uma vez que elas auxiliavam umas às outras em todas as tarefas, “costuravam, lavavam roupas e davam à luz cercadas por outras mulheres” (Federici, 2019, p. 78).

Ao isolá-las no interior da esfera doméstica e torná-las rivais, foi necessário reformular o modelo feudal de maternagem, que no capitalismo passou a ser centrado

unicamente na figura da mãe. “Com a consolidação da família e da autoridade masculina em seu interior [...], e com a perda do acesso a antigos meios de subsistência, tanto o poder das mulheres como as amizades femininas foram enfraquecidos” (Federici, 2019, p. 79). Por isso se diz que a maternidade contemporânea é altamente solitária, exigindo mais dedicação, uma vez que no passado, o cuidado com as crianças era compartilhado em uma ampla rede de apoio¹³.

Dessa forma, a Igreja e o Estado, ao criarem narrativas que desqualificavam o saber feminino e a autonomia das mulheres, efetivamente transformaram-nas em subalternas, cuja “fala” (seja ela o conhecimento de curandeiras ou a recusa à submissão) era sistematicamente punida (Spivak, 2010). Portanto, a caça às bruxas foi uma forma de controle social e político sobre as mulheres. Essa campanha de terror visava não apenas punir mulheres, mas também eliminar seus saberes e práticas tradicionais, especialmente no campo da cura e da assistência ao parto. Essa erradicação do saber feminino e a imposição de uma única narrativa sobre o papel da mulher, como a figura de Eva em contraste com Lilith, podem ser compreendidas como um processo de subalternização, em que a voz e a agência das mulheres eram sistematicamente negadas e silenciadas, tornando-as incapazes de “falar” dentro do sistema dominante (Spivak, 2010).

No que tange à divisão entre as esferas pública e privada, Perrot (2006) destaca que essas fronteiras mudam com o tempo. No século XIX, consolidou-se a ideia de que o espaço público pertence aos homens, enquanto as mulheres deveriam se restringir ao espaço privado/doméstico. Isso produziu uma exclusão formal das mulheres da política.

Essa exclusão das mulheres pouco condiz com a Declaração dos direitos do homem, que proclama a igualdade entre todos os indivíduos. As mulheres não seriam “indivíduos”? A questão é embaraçosa; muitos pensadores — como Condorcet, por exemplo — pressentiram-na. Única justificativa: argumentar sobre a diferença dos sexos. É por isso que esse velho discurso retoma no século XIX no novo vigor, apoiando-se nas descobertas da medicina e da biologia. É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos. (Perrot, 2006, p. 177)

¹³ Nesse tempo havia um consenso, até hoje comum em algumas populações de povos originários na América do Sul, de que uma criança deve ser responsabilidade de toda a comunidade, e não apenas dos seus genitores. Esse entendimento é bastante lógico, pois, caso a mãe venha a falecer durante o parto ou logo após (o que, por sinal, não era incomum), outras pessoas têm o dever ético de garantir a sobrevivência do rebento. São exemplos extremos, porém ilustrativos, que destacam que a responsabilidade do cuidado não deve ser exclusivamente atribuída à mãe ou a outra figura feminina. Existem numerosos casos em todo o mundo de pais que assumem o cuidado de recém-nascidos após o falecimento da mãe biológica.

O excerto evidencia a contradição entre a universalidade proclamada pelos princípios da modernidade iluminista e expressos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (propagados nos primórdios da Revolução Francesa, cujo ideal era “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”) — e a exclusão sistemática das mulheres desse. Como aponta Perrot, essa exclusão se sustentou na retórica da diferença sexual, que naturalizava a desigualdade ao transformar distinções históricas e sociais em supostas verdades biológicas. A construção de dois “tipos humanos” — o homem racional e a mulher emotiva — fundamentou-se em discursos científicos que, no século XIX, ganharam novo prestígio com os avanços da medicina, da biologia e da antropologia.

Essa concepção “naturalista” serviu para reforçar a ordem patriarcal, definindo fronteiras rígidas entre os papéis de gênero e, com isso, “legitimando” a ausência das mulheres da cidadania plena. Ao afirmar que os homens detêm a inteligência e a razão, enquanto as mulheres restringiam-se à esfera da afetividade, consolidou-se uma hierarquia que justificava a marginalização feminina da vida pública, política e intelectual.

Já na análise que Mary Del Priore (2009) faz em *Ao sul do corpo*, embora focada em estudos sobre mentalidades durante o período colonial no Brasil, também é aplicável para compreender o método de coerção empregado pela Igreja durante a perseguição às bruxas. A autora explica que estigmatizou-se “as práticas transgressivas e comuns das mulheres de classes subalternas, até transformá-las num excesso — daí o estigma da puta para mulheres não enquadradas” (p. 94), uma vez que a Igreja, “ao enumerar os defeitos e [difamar] comportamentos considerados inadequados, deixava aflorar o único aceitável, louvável e útil: o da santa-mãezinha. Portanto, em vez de apenas louvar as benesses do matrimônio, a Igreja atacava especificamente a mulher não enquadrada” (Del Priore, 2009, p. 97). Ademais, Del Priore explica que o discurso religioso se encarregou de diabolizar a mulher, fazendo com que esta se confundisse “com o mal, o pecado e a traição, tudo aquilo enfim que ameaçava os homens ou o projeto normatizador da Igreja e do Estado modernos” (2009, p. 100).

Del Priore relata, ainda, que a Reforma Protestante sacudiu a Igreja Católica na Europa no início do século XVI. A divisão da Igreja e o surgimento de novas religiões cristãs obrigou a Igreja Católica a se remodelar. Assim, para restabelecer seu poder, a resposta do Clero às teses de Martinho Lutero resultou no movimento de Contrarreforma — ou Reforma Tridentina —, que implicava em uma maior rigidez em prol de uma suposta moralidade. Assim, a vida conjugal idealizada pela Reforma Tridentina caracterizou-se por limites bem definidos, nos quais o papel da mulher restringia-se à vida doméstica no interior do lar: o

casamento e a maternidade. No entanto, para alcançar o *status* de mãe ideal delineado pela Igreja, era necessário observar e cumprir rigorosamente uma série de regras e normas estabelecidas. Desse modo, a

adequação ou não das mulheres ao quadro normativo acabava por distingui-las, por separá-las entre aquelas modelares e as inadequadas. Tal processo taxonômico permitia, assim, que se instaurassem relações de poder e desigualdades, entre as populações femininas, que se afirmasse toda uma escala de gestos e comportamentos cujo paradigma era o modelo da santa-mãezinha (Del Priore, 2009, p. 265-266).

Na citação mencionada, a autora explica que a concepção da “santa mãezinha” emergiu de um sistema normativo que operava como um critério de classificação, distinguindo as mulheres que atendiam aos padrões estabelecidos daquelas consideradas inadequadas. Esse processo não apenas estabeleceu uma divisão entre as mulheres, incitando a rivalidade, mas também perpetuou relações de poder e desigualdade dentro das comunidades femininas.

Durante a época da caça às bruxas, não só foram enfraquecidos os laços de amizade entre mulheres através do estímulo à rivalidade, mas também surgiram novos mecanismos de controle sobre seus corpos. Assim,

as parteiras, que até então haviam agido com total liberdade, começaram a ser acusadas de magia e bruxaria, de ser cúmplices de infanticídios. As denúncias se baseavam em todo tipo de fantasias misóginas [...] formuladas pelas autoridades eclesiásticas e seculares que conduziam as perseguições. Apesar disso, os crimes que lhes eram imputados não eram mais que procedimentos médicos para assistir o parto, realizar abortos, administrar anticoncepcionais [...]. A monarquia e a Igreja, a fim de ter as parteiras sob controle, obrigaram-nas a inscrever-se num registro sob supervisão masculina (Vivas, 2021 p. 94-95).

É relevante enfatizar que, antes disso, apenas parteiras e/ou familiares do sexo feminino podiam assistir outras mulheres durante o trabalho do parto. Os homens eram estritamente proibidos de entrar nos aposentos da parturiente e os costumes daquela época consideravam isso necessário para preservar o recato. Mas logo após a era da caça às bruxas, ocorreu uma notável masculinização da prática obstétrica, resultando na predominância dos homens também no serviço de atenção ao parto — e o discurso do pudor deu lugar ao discurso médico/ científico.

Enquanto o Estado perseguia curadoras, curandeiras e parteiras, validava o trabalho de médicos e cirurgiões. A caça às bruxas aplainou o caminho para a profissão

médica, que se ergueu sobre a destruição das redes de apoio com que as mulheres contavam, deixando-as numa situação de vulnerabilidade e dependência em relação à profissão emergente (Vivas, 2021, p. 94-95).

Portanto, conforme destacado por Vivas (2021), todo o conhecimento prático adquirido pelas parteiras ao longo de séculos de experiência no cuidado do parto foi completamente ignorado pela nova cultura médica que se estabelecia — com os homens assumindo o protagonismo desse procedimento e as mães como meras coadjuvantes. Durante esse período, a prática da medicina ocidental ficou nas mãos de homens de classe alta, cuja formação era predominantemente teórica. De acordo com Vivas (2021), essa influência chegou ao ponto de modificar até mesmo a posição tradicional em que as mulheres costumavam dar à luz:

No passado, como mostram inúmeras gravuras e obras artísticas do Egito Antigo, da Roma Antiga, das culturas pré-colombianas, da Idade Média, etc., dava-se à luz em posição vertical. Do parto vertical — fosse de cócoras, numa cadeira de parto ou em pé — passou-se a dar à luz em posição supina, ou seja, deitada na horizontal de barriga para cima. **Uma postura estabelecida em função das necessidades do médico, e não da mulher** (p. 163 – grifos nossos).

A mudança na posição do parto não apenas indica uma alteração nas abordagens obstétricas, mas também evidencia um deslocamento nas dinâmicas de poder. Essa nova postura, que se tornou hegemônica, atende predominantemente às necessidades do médico, refletindo uma lógica que prioriza o controle e a intervenção sobre o corpo da mulher em detrimento do conforto e da autonomia desta durante o processo do parto.

Além disso, essa autora ressalta que, à medida que os médicos homens foram assumindo o trabalho de atenção ao parto, houve um aumento nos índices de mortalidade materno-infantil, uma vez que eles “desconheciam as técnicas de esterilização e higiene básica” (Vivas, 2021, p. 163). A pesquisa de Silvia Federici (2019), que se apóia em trabalhos anteriores de pesquisadoras, como Barbara Ehrenreich e Deirdre English, Mary Daly e Carolyn Merchant, entre outras, reitera que “a caça às bruxas serviu para privar as mulheres de suas práticas médicas, forçou-as a se submeterem ao controle patriarcal da família nuclear e destruiu um conceito holístico de natureza que, até a Renascença, impunha limites à exploração do corpo feminino”¹⁴ (Federici, 2019, p. 47).

¹⁴ Por outro lado, na atualidade, a violência obstétrica vem ganhando destaque e sendo amplamente discutida no meio acadêmico e nas mídias, devido ao seu caráter de práticas médicas abusivas — mas que, infelizmente, são extremamente comuns. Conforme apontado por Vivas (2021), o termo “violência obstétrica” foi inicialmente

Segundo a análise de Del Priore (2009), a Igreja atuou como uma grande aliada do Estado na empreitada de converter as mulheres a uma vida pautada pelo casamento e pela maternidade. Em consonância com essa perspectiva, destaca-se o discurso de Paul Preciado (2020), homem trans, proferido a uma academia de psicanalistas em 2019, no qual ele expôs o seguinte:

Ao nascer, atribuíram-me o gênero feminino, em uma cidade católica da Espanha ainda franquista. Os dados foram lançados. As meninas não estavam autorizadas a fazer a maior parte das coisas que os meninos faziam. Esperava-se de mim que cumprisse um trabalho de gênero e de reprodução sexual eficaz e silencioso. Eu deveria me tornar uma namorada gentil e heterossexual, uma boa esposa e mãe, uma mulher discreta (Preciado, 2020, p. 12).

Esse trecho sublinha a maneira como as expectativas sociais delineiam comportamentos e papéis que as mulheres devem seguir. A exigência de se conformar à figura de “boa esposa e mãe” exemplifica a pressão para aderir a ideais tradicionais de feminilidade, os quais não apenas limitam a autonomia das mulheres, mas também perpetuam as desigualdades de gênero.

Nesse contexto, a fé e a moral cristãs sempre serviram como fundamentos para estabelecer essa relação entre submissão feminina e maternidade. Esse trabalho de doutrinação foi denominado por Del Priore de “adestramento” da mulher, conforme segue:

Nesse cenário, o relacionamento entre mães e filhos também se constituía chão para a semeadura de práticas pedagógicas, quer para **adestrar a mulher**, quer para

cunhado no século XIX pelo médico inglês James Blundell, sendo ele o pioneiro em denunciar os abusos aos quais as gestantes estavam expostas: “Hemorragias, rasgos terríveis, inversões uterinas... estes são os efeitos da violência obstétrica, uma violência obstétrica feroz e atroz. Esse Moloc insaciável, em cujo altar sangrento se sacrificaram milhares de mulheres” (*apud* Vivas, 2021, p. 190). O conceito de violência obstétrica engloba “os maus-tratos de determinadas práticas médicas contra as mulheres durante a gravidez, o parto e o pós-parto [...]. Trata-se de um conjunto de atitudes e procedimentos executados pela equipe de saúde que sujeitam e menosprezam a mulher, com consequências físicas e psicológicas para a saúde dela e do recém-nascido” (Vivas, 2021, p. 189). Já na dimensão física, a violência obstétrica durante o parto se manifesta através de uma série de procedimentos invasivos. Estes incluem “o toque vaginal realizado por múltiplas pessoas; a episiotomia efetuada rotineiramente; o uso de fórceps didático, para a prática estudantil; a administração de medicamentos e anestesia sem justificativa; a manobra de Kristeller, que consiste em pressionar o abdômen da parturiente até o fundo uterino, para o bebê sair com mais rapidez, proibida em vários países pelas sequelas que pode deixar; as cesáreas desnecessárias; ou a manobra de Hamilton, na qual se introduz o dedo no colo do útero para desprender as membranas da bolsa a fim de induzir o parto, com o risco de rompimento prematuro da bolsa ou de sangramento abundante. São práticas realizadas normalmente sem o consentimento da mulher e sem que ela seja devidamente informada sobre as consequências” (Vivas, 2021, p. 191). Essas práticas nos levam a uma reflexão profunda sobre o equilíbrio delicado entre o progresso científico e os valores humanos. Enquanto avanços científicos na obstetria trouxeram benefícios significativos em termos de saúde materna e neonatal, também é crucial questionar se esses avanços foram acompanhados por uma melhoria real na qualidade dos cuidados e no respeito aos direitos e dignidade das mulheres.

fazê-la adestrar seus filhos. A mãe modelar tinha, pois, que ser abnegada, devota, obediente ao pai e ao marido, obrigada às leis de Deus e da Igreja e em tudo dedicada à doutrinação da sua prole (Del Priore, 2009, p. 266).

A utilização do termo “adestramento” indica uma abordagem disciplinar que restringe a autonomia das mulheres, ressaltando a expectativa de que elas se conformem a um papel de submissão e dedicação. Então, aos poucos, a Igreja foi tentando estabelecer um padrão de comportamento, a fim de tornar o casamento não apenas uma tarefa para a mulher, mas uma ambição (até porque o casamento foi, por muito tempo, o principal meio de sustento das mulheres).

Adestrá-la significava adestrar toda a sua descendência, mas também retirar das práticas tradicionais, experimentadas por tais mulheres, elementos para a construção de um modelo ideal. Fazia-se necessário encontrar brechas nas práticas correntes para transformá-las a partir de um critério que fizesse sentido para as mulheres. A Igreja sabia que a mãe representava o elo de transmissão de normas e valores ancestrais, e que o isolamento da faina doméstica permitia a gestação de elementos culturais peculiares. Introduzir no mais recôndito do lar, do fogo doméstico, o modelo da boa-e-santa-mãe tinha por objetivo valorizar o matrimônio, e a Igreja acenava com a ideia reconfortante de estabilidade conjugal, respaldada na Legislação eclesiástica para incentivar mancebas, concubinas e amasiadas a perseguirem a aliança sacramentada. Casá-las e dar-lhes garantias institucionais para proteger seu casamento fazia de cada mulher uma potencial santa-mãe que poderia azeitar a correia de transmissão desses princípios à sua descendência (Del Priore, 2009, p. 95).

Além de Del Priore, a obra *Os excluídos da história*, de Michelle Perrot, também investiga a resistência das mulheres à invisibilidade e à domesticação, a relação entre mulheres e poder, e os desafios enfrentados por elas na sociedade, a exclusão, o silenciamento e a estereotipagem na construção social dos papéis femininos ao longo da história.

Ao estabelecer um padrão de comportamento que transformava o casamento em uma ambição associada à estabilidade e à santidade, a Igreja oferecia reconhecimento e uma certa proteção jurídica às mulheres, especialmente àquelas em uniões não formalizadas, instigando-as a perseguir o casamento com a promessa de melhorar suas posições sociais. No entanto, esse “ganho” de *status* implicava um controle significativo sobre a autonomia dessas mulheres, reforçando sua subordinação ao marido e à Igreja. Além disso, a Bíblia ensina que um bom cristão deve ser temente a Deus. Desta forma, a pedagogia do medo também sempre se mostrou um mecanismo de dominação extremamente efetivo dentro da Igreja, de modo que “o confessorário era outro meio de controle eficaz dos comportamentos femininos. Instrumento de controle de intenções [...], era também uma forma de inculcar modelos de

comportamento por intermédio dos representantes do clero e dos símbolos da fé” (Del Priore, 2009, p. 99), colocando Maria, mãe de Jesus, como modelo de mulher virtuosa, exemplo através do qual a maternidade “correta” só era possível ser praticada pelas mulheres castas.

A francesa Elisabeth Badinter (1985) sustenta que a caracterização da figura materna ocorre, primeiramente, através de Eva e, posteriormente, da Virgem Maria. Vivas pondera que a devoção

à Virgem Maria, mãe de Jesus, tem fundamentos históricos escassos, já que Maria foi citada apenas nos Evangelhos de Marcos, Mateus, Lucas e João. No entanto, o afeto popular produziu uma mitologia exuberante, que se expressou principalmente nos chamados evangelhos apócrifos, difundidos no final do século I e no decorrer do século II, dedicados à vida de Maria, sua educação, concepção milagrosa, matrimônio e maternidade (Vivas, 2021, p. 90).

Em relação à representação da figura materna, de acordo com Mary Del Priore (2009), essa ideia de delimitar um papel para a mulher dentro do âmbito doméstico — o de “santa-mãezinha” — foi, inicialmente, adotada e difundida pela elite, que mantinha uma proximidade maior com moralistas e teólogos, mas logo se disseminou para outros estratos sociais, sofrendo, por vezes, adaptações nesse mesmo modelo. Conforme abordado nos estudos sobre o *Gênesis* e da caça às bruxas, a mulher vinha sendo constantemente associada ao Diabo, ao inferno e ao pecado. Porém, como se deu essa transposição de “pecadora” (Eva) para o “anjo do lar” (Maria)? Vera Iaconelli (2020) explica que esse discurso sobre a devoção materna “serve, dessa forma, para redimir a mulher medieval de sua tendência demoníaca” (p. 52). A salvação das mulheres estava, pois, na maternidade (mas não qualquer maternidade — a maternidade correta só poderia ser exercida nas bases do matrimônio). Em sua tese, o pesquisador André Tardivo (2023) endossa que essa visão contribuiu para “reduzir a mulher à condição de subalterna e também para mostrar como a religiosidade pode salvar os pecadores. A exceção é a Virgem Maria, a quem se destina toda aura de mulher ideal” (p. 39). Neste contexto, a maternidade, especialmente quando exercida dentro do matrimônio, é vista como um meio para que as mulheres possam alcançar essa salvação, refletindo normas e valores que valorizam a conformidade a papéis tradicionais.

De acordo com Del Priore (2009), a transição para a concepção da “santa” “foi resultado da percepção que tiveram a Igreja e o Estado modernos de salutar ou pernicioso da mulher na família e na sociedade” (p. 107). Para isso, a Igreja “descreveu uma maternidade santificada” (Iaconelli, 2020, p. 56), mas que era inatingível para as mulheres comuns. Diante

da impossibilidade de concepção assexuada, em nome de uma moral rígida, as mulheres eram orientadas a cobrirem o corpo durante o ato sexual com seus esposos, de forma que não sentissem prazer, pois o ato sexual deveria ser unicamente para a procriação.

Assim, a virgindade de Maria passou a ser tida como “um sinal de virtude, um exemplo na sociedade moralista da época” (Vivas, 2021, p. 90). Tardivo (2023) acrescenta que essa perspectiva religiosa categorizava as mulheres em classes como “mulher para casar” e “mulher para diversão”. Tal divisão estabelecia que a mulher “honesta” não deveria demonstrar interesse por sexo ou sentir prazer, pois tal desfrute era considerado impróprio e associado pejorativamente às meretrizes. A partir dessa perspectiva, a mulher que resistia às investidas masculinas para ceder aos impulsos carnis era vista como a única digna da confiança dos homens, tornando-se um modelo a ser seguido por outras mulheres (Iaconelli, 2020). Assim,

a veneração a Maria, naquele período, substituiu a adoração anterior a diversas deusas. Adorava-se agora uma só mulher, que era filha, esposa e mãe de Deus [...]. Um culto a Maria, e a tudo o que ela significava, que pode ser interpretado como uma demonstração de devoção pela maternidade” e “a amamentação era um símbolo não só de alimento vital, mas de sacrifício e entrega materna” (Vivas, 2021, p. 90).

A transição da adoração a várias deusas para o culto a Maria, conforme observado por Vivas, simboliza uma tentativa de centralizar e valorizar a maternidade dentro da tradição cristã e o início da empreitada de maternalização da mulher.

É perceptível que, apesar da mulher ser descrita como uma criatura diabólica e tentadora, constantemente colocada como responsável por induzir os homens ao pecado, ao mesmo tempo ela era encarregada de preservar sua própria honra, cabendo a ela resistir à sedução masculina e manter-se virgem até o casamento. Todavia, se as mulheres eram consideradas a personificação do diabo, por que então eram elas quem deveriam resistir às investidas dos homens? Destacar este paradoxo parece-nos pertinente, uma vez que, por muito tempo, não era permitido manifestar esse tipo de observação, pois qualquer questionamento ao que pregava a Igreja já era considerado pecado — e o medo, até os dias atuais, é usado como elemento regulador, desencorajando a criticidade. O trecho revela uma dualidade complexa na construção social e religiosa da figura feminina, em que as mulheres são simultaneamente vistas como fontes de tentação e como exemplares de pureza e virtude — valores que contribuíram para a construção do ideal de maternidade e feminilidade.

Ao mesmo tempo, imputava-se “a má educação dos homens e suas desordens ao exemplo que teriam recebido em casa. Não poderia haver boa educação se as mulheres, sobretudo as mães, não se educassem” (Del Priore, 2009, p. 107). Essa concepção persiste em nossa cultura até os dias atuais, quando frequentemente as mães são culpadas pelo comportamento inadequado dos filhos, enquanto os pais geralmente são poupados de quaisquer responsabilidades. Foi por esse motivo que, gradualmente, tanto a Igreja quanto o Estado reconheceram que a influência que a mulher exercia no seio familiar não poderia ser subestimada. “O isolamento desta mulher, desta mãe e desta que deveria tornar-se 'santa' no interior do lar engendrou mecanismos de resistência a tal situação, mas também uma certa confusão de papéis” (Del Priore, 2009, p. 107), pois “fazer filhos, tê-los e criá-los tornou-se um poder” (Del Priore, 2009, p. 108). Até hoje, ser mãe confere um certo status social a uma mulher, sobretudo se ela tiver filhos dentro do matrimônio, seguindo um padrão heteronormativo. A partir disso, Mary Del Priore reflete que “a maternidade e a feminilidade acabaram por sofrer um processo de imantação” (2009, p. 108), o que implica inferir que a concepção da ideia de ser mãe e os atributos tradicionalmente associados à feminilidade tornaram-se inseparáveis e influenciaram-se mutuamente de maneira significativa e duradoura. Mais adiante, aprofundaremos a análise do conceito de feminilidade atrelado à maternidade, o qual foi ratificado pela psicanálise.

Del Priore reforça que “a noção de que a maternidade funcionava como uma correia de transmissão de valores morais sedimentava-se de forma cada vez mais clara” (2009, p. 269), de forma que “a mãe passou a ser auxiliar do sacerdote e uma representante da legislação” (2009, p. 108). No entanto, a autora pondera que o fato de a mulher sempre ter vivido sujeita às restrições da Igreja, do Estado, da sociedade, do pai e, posteriormente, do marido possivelmente tenha deixado marcas profundas na subjetividade feminina. “Devota, obediente, dessexualizada e destituída de paixões, faz-nos pensar em quantas mulheres teriam de fato se sentido mulher sob essa norma” (Del Priore, 2009, p. 108).

Seguindo essa mesma linha crítica, Em *A dominação masculina*, o sociólogo francês Pierre Bourdieu assevera que a Igreja,

marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres (Bourdieu, 2021, p. 141).

Ao caracterizar a Igreja como profundamente antifeminista, Bourdieu ressalta o papel do clero na promoção de uma visão negativa da feminilidade, que não apenas condena as mulheres por suas transgressões, mas também reforça estereótipos prejudiciais sobre sua natureza e dignidade. Esse autor defende que a internalização desses valores pode levar as mulheres a aceitar passivamente tais condições, perpetuando, assim, um ciclo de dominação.

Por outro lado, o autor também sugere que a influência da instituição religiosa transcende a esfera moral explícita, alcançando as estruturas históricas do inconsciente por meio da simbologia dos textos sagrados, da liturgia e até mesmo da configuração do espaço e do tempo religiosos (Bourdieu, 2021). Essa perspectiva crítica de Bourdieu ressalta o papel da Igreja na perpetuação das desigualdades de gênero e na manutenção das hierarquias patriarcais na sociedade. Acreditamos que a busca por igualdade de gênero deve ser um esforço coletivo, envolvendo não apenas as mulheres, mas também os homens — para questionar e reformular os sistemas que sustentam a opressão. Dessa maneira, seria possível vislumbrar um caminho para que as mulheres alcancem maior autonomia, baseada na liberdade, na igualdade e na autenticidade. Afinal, como seria possível encontrar a felicidade vivendo sob um “cabresto” da Igreja, da Família e do Estado, sem poder se expressar de forma autêntica?

2.2 OPRESSÃO DISFARÇADA DE CIENTIFICISMO

Este subcapítulo aborda como a opressão feminina, antes justificada por dogmas religiosos, foi mascarada pela ciência a partir do século XIX. A maternidade e a feminilidade foram controladas discursivamente, com conceitos como “amor materno” e “natureza feminina” sendo cientificamente “comprovados”. Analisaremos como essa opressão (disfarçada de cientificismo) perpetuou a subordinação feminina, impondo padrões rígidos para a maternidade e para as relações entre mães e filhos.

A socióloga israelense Orna Donath (2017) ressalta que a idealização do amor maternal tornou-se uma forma de opressão, ao estabelecer requisitos rígidos que moldam o mundo emocional das mães e definem como devem ser as relações das mulheres com os filhos: “elas devem sentir um amor incondicional pelos filhos, um amor que não seja demasiado inclusivo, mas ao mesmo tempo distinto o suficiente, e demonstrar esse amor de

maneira louvável como parte de uma gama de sentimentos que define a natureza da ‘maternidade boa e moral’.” (Donath, 2017, p. 153-154).

Bourdieu (2021), por sua vez, destaca que “o trabalho de reprodução esteve garantido, até a época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes” (Bourdieu, 2021, p. 140). Além dessas três instituições, ele também destaca o importante papel do Estado em definir “todos os princípios fundamentais da visão androcêntrica” (Bourdieu, 2021, p. 144). Para esse autor, este foi o caminho pavimentado para que os homens exercessem a dominação sobre as mulheres. Ou seja, o discurso religioso coadunou-se aos interesses estatais e à ordem capitalista e patriarcal para perseguir as mulheres, rotular as rebeldes como “bruxas”, isolá-las umas das outras tornando-as rivais, restringindo-as à esfera privada para, desta forma, enquadrá-las à nova ordem patriarcal (Federici, 2017; 2019). Da mesma forma, esse engendramento permitiu que a maternidade fosse gradualmente elevada ao *status* de uma ferramenta regeneradora e humanizadora (Badinter, 1985).

Além disso, os textos bíblicos “se consolidaram como enormes pedras nos caminhos que as mulheres tiveram que percorrer para se definirem como iguais aos homens” (Lerner, 2022, p. 177). Isso limitou a atuação feminina na esfera pública, obrigando-as a exercerem, durante séculos, o trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado, apenas “por amor”, de forma a parecer que este não se constituía em verdadeiro trabalho (Federici, 2017; 2019). Na “transição” para o capitalismo, enquanto ocorria a expulsão dos camponeses de suas terras, houve uma notável feminização da pobreza, uma vez que o acesso aos trabalhos remunerados ficaram praticamente restritos aos homens, conforme destacado por Federici (2017; 2019).

Assim, a mulher ficou em uma situação de extrema dependência e vulnerabilidade, já que suas possibilidades de sobrevivência ficaram, basicamente, limitadas a atividades domésticas (Federici, 2017). Sob esse pilar, foi construída uma narrativa de que a mulher era um ser frágil, que carecia da proteção masculina. Foi nesse contexto que os pensadores iluministas cristalizaram a ideia de que tornar-se mãe era considerado essencial para que a mulher pudesse adentrar plenamente à vida adulta, uma vez que, de acordo com essa visão, o sexo feminino era frequentemente retratado como irracional e “débil” — e as mulheres consideradas eternas crianças (Beauvoir, 2019a; Badinter, 1985). Sob o pretexto de que mulheres eram incapazes de gerir patrimônios, durante alguns séculos, as mulheres não tiveram direito à herança e, dessa forma, naturalizou-se e legitimou-se o que hoje é denominado violência patrimonial (Bonnici, 2007).

Essa concepção passava pela crença da suposta incapacidade da mulher de cuidar de si própria e até mesmo de tomar decisões assertivas sobre seu futuro (por isso, também, eram os pais quem escolhiam os maridos para suas filhas). Dessa forma, a mulher foi infantilizada, de modo que, de acordo com essa visão, sua transição para a vida adulta só poderia ocorrer através da maternidade. Ou seja, para as mulheres, casar-se e tornar-se mãe era sua chance de “redenção” (para transformar-se em uma “mulher de verdade”), mas essa transição para o mundo dos adultos só poderia ser alcançada por aquelas que aceitassem dedicar suas vidas a amar e cuidar de uma criança. Claro que ser mãe não bastava, era necessário seguir rigorosamente o *script* da Igreja: ou seja, ser mãe dentro do matrimônio — e, preferencialmente, mantendo-se pura como a Virgem Maria.

Nesse sentido, Perrot (2006) traz o conceito de mulher como “potência civilizadora”, que, de acordo com ela, mostra como, mesmo em um papel aparentemente positivo, a mulher era enquadrada em funções que serviam à ordem social estabelecida, com a maternidade sendo central para essa “civilização”: “As mulheres, além disso, não são exclusivamente forças do mal. São também potência civilizadora, outro tema muito antigo reatualizado no século XIX pela insistência sobre a função educadora de uma criança revalorizada. As mães possuem o ‘os destinos do gênero humano’” (Perrot, 2006, p. 168-169). Portanto, a concepção da mulher como “força noturna” está atrelada à imagem de Eva, enquanto que a ideia da mulher como “força civilizadora” ancora-se no ideal de Maria.

Portanto, entre os séculos XVII e XX, observou-se o surgimento de uma série de discursos, difundidos por intelectuais, tais como filósofos, teólogos, biólogos, médicos, entre outros (predominantemente homens, dado que as mulheres eram excluídas dos círculos intelectuais da época, fazendo com que o sexo feminino fosse constantemente retratado como “o Outro”, percebido pela ótica masculina). Essas ideias valiam-se da diferença biológica entre os sexos para continuar justificando a subordinação da mulher, alegando que isso fazia parte de uma suposta “natureza feminina”. É notável, portanto, que algumas descobertas “modernas” alinhavam-se aos interesses do Estado e, até certo ponto, da moral cristã, embora agora estivessem revestidas de uma roupagem científica. Entre esses discursos, daremos destaque para o iluminista, o darwinista e o freudiano.

2.2.1 O discurso iluminista: o mito do amor materno

Nesta seção, discutiremos como discursos científicos e filosóficos, como os do Iluminismo, contribuíram para a opressão das mulheres e a construção do mito do amor materno.. Exploraremos a influência crucial do discurso iluminista, em especial as ideias de Jean-Jacques Rousseau, que, ao formular as responsabilidades morais da maternidade em termos de um suposto “instinto natural”, estabeleceu as bases para o que viria a ser o mito do amor materno. Discutiremos como essa concepção, longe de ser um fato biológico universal, emergiu como uma construção sociocultural, impactando profundamente a visão da mulher e seu papel na sociedade.

Na pesquisa histórica há uma certa controvérsia no que diz respeito à ideia do amor dos progenitores, principalmente das mães, pelos filhos. De acordo com uma corrente de pensamento, esse amor está longe de ser universal ou a-histórico; ou seja, o amor de mãe seria uma invenção moderna do Ocidente relacionada, entre outras coisas, com o surgimento da família nuclear e a separação entre as esferas “privada” e “pública”, assim como resultado de mudanças demográficas e da diminuição das taxas de mortalidade infantil (Donath, 2017, p. 152-153).

Nessa citação, Orna Donath faz referência a estudos como *A história social da criança e da família* (1960), do historiador francês Philippe Ariès. Neste trabalho, o autor conduziu uma pesquisa fundamentada na iconografia medieval, complementada por análises documentais, incluindo certidões de nascimento e casamento, diários de família e correspondências. Ariès argumenta que na sociedade tradicional da Idade Média não havia a concepção de infância, ou seja, a criança não era vista como um ser diferente do adulto, de modo que as crianças eram incorporadas ao mundo adulto — e tratadas como tal — assim que demonstravam uma certa independência física (Ariès, 2014).

Bastante instigada pelos documentos usados por Ariès, em 1981, a francesa Elisabeth Badinter analisou tais documentos sob outra perspectiva e publicou *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Baseada, portanto, em uma pesquisa documental e sócio-histórica, a filósofa scandalizou a sociedade conservadora da época ao afirmar que o instinto materno não existe na espécie humana. De acordo com ela, o que o senso comum concebe como “instinto materno”, trata-se de uma construção sociocultural (portanto, um comportamento aprendido com base em valores éticos e morais), e não algo inscrito na natureza feminina (Badinter, 1985). Sua tese, conforme veremos, foi formulada a partir de sua constatação de que a “ética do cuidado” (Vivas, 2021) não fazia parte do conjunto de valores da sociedade europeia até metade do século XVIII. Embora o *locus* de sua pesquisa tenha sido a Europa, especialmente a sociedade francesa entre os séculos XVIII e XIX, consideramos que as

reflexões propostas possam contribuir para o entendimento sobre esse ideal ocidental sobre a maternidade. Tal entendimento parte do princípio de que essa transformação do ideal materno adquiriu proporções quase-universais, incidindo sobre mulheres de outras culturas, alcançando, talvez, uma perspectiva até mais ampla do que inicialmente ambicionavam os iluministas¹⁵.

Como será discutido a seguir, o conceito de “instinto materno” não tem origem na biologia, mas sim na filosofia. Rousseau é amplamente reconhecido como o precursor dessa ideia, ao formular as responsabilidades morais da maternidade em termos de um suposto instinto natural. Daremos destaque aos escritos desse autor, por terem exercido uma influência significativa nesse período, a ponto de, anos depois, surgir o termo “mãe rousseauiana”. Mas, afinal, o que era “instinto materno” para Rousseau e seus seguidores? Aqui estão algumas passagens marcantes do tratado intitulado *Emílio ou da Educação*¹⁶, datado de 1762:

para bem desempenhar-lhe as funções, [as mães] [...] precisam, para bem os educar [os filhos], paciência e doçura, um zelo e uma afeição que nada perturbe; só elas servem de ligação entre eles e os pais, só elas os fazem amá-los e lhes dão a confiança de considerá-los seus. Quanta ternura e cuidado não precisam para manter a união em toda a família! E, finalmente, tudo isso não deve ser virtudes, mas sim gostos, sem o que a espécie humana seria dentro em breve destruída (Rousseau, 1979, p. 308).

Como é possível observar nesse texto, as obrigações maternas, além de idealizar, sobrecarregavam as mulheres, responsabilizando-as integralmente pela saúde física, psíquica e moral não apenas dos filhos, mas de toda a família.

Aqui também cabe mencionar a discrepância de classe e raça. Em *O couro imperial*, McClintock (2010) faz uma ressalva sobre a ideologia de Rousseau, a qual se convencionou chamar de “mãe rousseauriana”, salientando esse ideal materno só cabia às mulheres aristocráticas, e não às pobres (nem mesmo quando eram brancas). Ao analisarmos esse discurso sob o viés de raça, essa distância torna-se ainda maior. Angela Davis evidencia que a noção de “instinto materno”, tão difundida no pensamento iluminista e, posteriormente, consolidada no século XIX, foi concebida como um ideal restrito às mulheres brancas, de

¹⁵ O Iluminismo, também conhecido como o “Século das Luzes”, foi um movimento intelectual que floresceu na Europa nos séculos XVII e XVIII. Destacou-se por suas ideias progressistas para a época. Para os pensadores iluministas, a razão, a ciência, a liberdade individual e o progresso social eram valores fundamentais para o desenvolvimento humano. Eles acreditavam que o conhecimento baseado na razão e na observação empírica poderia emancipar a humanidade da ignorância, da superstição e da opressão política e religiosa. No entanto, é importante ressaltar que, inicialmente, os princípios de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” excluía as mulheres e outras minorias políticas, como os negros; tais ideais eram concebidos apenas para homens brancos.

¹⁶ Título original: *Émile ou de l'éducation*.

classe média ou alta, que podiam ser representadas como “guardiãs do lar e da moral familiar”. Para as mulheres negras, historicamente submetidas à exploração econômica e ao jugo da escravidão, esse ideal era inacessível e contraditório, já que suas maternidades foram sistematicamente desvalorizadas, negadas ou apropriadas em benefício das famílias brancas. “A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias” (Davis, 2016, p. 24). Assim, o discurso universalizante sobre a essência materna, longe de abarcar todas as mulheres, reforçava hierarquias raciais e sociais, naturalizando desigualdades e invisibilizando experiências maternas não conformes ao modelo hegemônico, até porque os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade defendidos pela Revolução Francesa não eram universais, conforme demonstra Badinter:

No que concerne à igualdade, parece que a filosofia da segunda metade do século se antecipou, e de longe, à prática cotidiana. É verdade também que ela militou mais pela igualdade dos homens entre si (igualdade das ordens) do que pela igualdade entre os seres humanos: o homem, a mulher e as crianças (Badinter, 1985, p. 162).

Essa observação contextualiza que, embora a filosofia da época tenha avançado em termos de igualdade, essa igualdade era predominantemente focada nos homens, negligenciando a igualdade entre homens, mulheres e crianças. Isso reforçaria a ideia de que o ideal de “amor materno” foi uma construção social que se desenvolveu em um contexto onde a igualdade feminina não era uma prioridade. Além disso, o viés racial e de classe, denunciado por Davis, revela que a noção de instinto materno não era apenas excludente, mas também construída como instrumento de normatização e controle social. É justamente nesse ponto que a crítica de Badinter a Rousseau se torna pertinente: para ela, se o instinto fosse de fato natural, não haveria necessidade de ser ensinado através de um tratado sobre educação; essa doutrinação foi necessária justamente porque era notável que a predisposição para a maternidade não era espontânea (Badinter, 1985). Então, buscaram reduzir a mulher ao papel de uma fêmea (ignorando que humanos são seres sociais e culturais), visando, assim, fazê-la aceitar sua suposta inferioridade em relação ao homem e, conseqüentemente, restringi-la à maternidade e ao ambiente doméstico, aceitando passivamente o lar como seu lugar “natural” na sociedade, conforme observamos na obra de Rousseau:

A rigidez dos deveres relativos dos dois sexos não é nem pode ser a mesma. **Quando a mulher se queixa a respeito da injusta desigualdade que o homem impõe, não tem razão**; essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão: **cabe a quem a natureza encarregou do cuidado dos filhos a responsabilidade disso perante o outro** (1979, p. 308 – grifos nossos).

Como podemos notar, Rousseau afirmava explicitamente que as mulheres tinham mais obrigações em relação aos filhos do que os homens. Para ele, “sustentar vagamente que os dois sexos são iguais, que seus deveres são os mesmos, é perder-se em declarações vãs, é nada dizer enquanto não se responde ao resto” (Rousseau, 1979, p. 309). No entanto, ele mesmo não fornecia uma explicação fundamentada para essas afirmações, apenas invocava o discurso da autoridade, sem explorar suas reflexões em detalhes. Esse tipo de argumento, denominado pela psicanalista brasileira Vera Iaconelli (2023) de “discurso maternalista”, envolvia a falta de fundamentação sólida para disseminar ideias machistas e misóginas. A autora explica que esse mecanismo baseia-se na ideia de que a mulher é intrinsecamente predisposta à maternidade “e que o cuidado que ela oferece ao filho — mas também aos familiares em geral — é insubstituível, por ser de uma qualidade única. Em função disso cabe ao Estado, à filantropia e ao restante da sociedade ‘ajudá-la’ a realizar o que é entendido como sendo de competência dela” (Iaconelli, 2023, p. 100). A reflexão de Iaconelli aponta que há necessidade de uma revisão crítica sobre as ideias de gênero e parentalidade que estão cristalizadas no imaginário cultural, cabendo ao sujeito contemporâneo questionar a validade de argumentos que se sustentam basicamente na tradição e na autoridade. A autora defende que as responsabilidades parentais devem passar por um processo de transformação profunda para que sejam mais igualitárias e não sobrecarreguem a mulher.

Apesar de todas as ponderações de sua tese, Badinter reitera: “estou convencida de que **o amor materno existe** desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres” (1985, p. 17 – grifos nossos). Então, embora a autora acredite que esse sentimento de fato seja encontrado na espécie humana (e que, portanto, ele não foi “uma invenção” da era moderna), ela insiste que o mito estaria na generalização de que ele existe em todas as mães — e que por isso não deveria ser denominado de “instinto”. De acordo com sua pesquisa, foi somente a partir do século XVIII que o amor consolidou-se como pilar fundamental da família. Gerda Lerner (2022) também trata sobre esse tema em seu livro *A criação da consciência feminista*, no qual ela separa “o aspecto físico da maternidade” da “construção social da maternidade”. A historiadora menciona que “a partir do século XVIII, os debates sobre as responsabilidades das mães em amamentar seus filhos começaram

a assumir uma carga ideológica” (Lerner, 2022, p. 172), corroborando que foi no século XVIII que começaram a surgir discursos que carregavam valores morais. Essa “carga ideológica” a qual se refere a autora pode ser interpretada como um meio de controle social, a partir do qual se moldava o comportamento das mulheres, pois a amamentação deixou de ser vista somente como uma função biológica, e passou a ser relacionada ao caráter da mãe.

Além disso, durante esse período, todos os discursos, que iam desde sermões religiosos até produções científicas, artísticas e filosóficas, enalteceram a maternidade e retrataram as mulheres como naturalmente predispostas à maternidade. “A literatura de aconselhamento incitava as mulheres ricas a amamentar os filhos; uma nova literatura sobre educação infantil tornou-se popular; as representações iconográficas da maternidade sentimental tornaram-se persistentes” (Lerner, 2022, p. 173). Para Lerner, se “a ‘instituição da maternidade’ muda com o tempo e é diferente em diferentes lugares ou quando aplicada a mulheres de diferentes grupos étnicos ou raciais” (2022, p. 151-152), então estaríamos diante de uma ideologia — e não de um fato biológico que poderia ser concebido em termos de instinto. A autora quer dizer que se as expectativas e normas em torno da maternidade são moldadas por contextos históricos e sociais, a ideia de que a maternidade é um instinto natural deve ser refutada, pois a maternidade, diferente da gestação, não é um fenômeno estático ou meramente biológico.

Antes disso, porém, era comum que famílias mais abastadas confiassem seus filhos a amas de leite, recebendo-os de volta por volta dos três anos de idade; depois, aos seis ou sete anos, muitas crianças partiam para internatos, o que resultava em poucos laços afetivos entre pais e filhos — uma prática considerada normal na época. Além disso, o amor não era valorizado como atualmente, e os casamentos eram frequentemente arranjados, sendo vistos como negócios mais do que relações afetuosas (Badinter, 1985).

É importante destacar que, nos contextos francês e inglês do século XVIII, as mulheres burguesas gozavam de uma certa liberdade que a mulher brasileira, mesmo a de classe mais elevada, jamais experimentara. Conforme elucida Badinter (1985), na França, em especial, ocupar-se dos cuidados com um recém-nascido não era uma tarefa bem vista pelas mulheres burguesas. Chegava-se ao ponto de considerar que amamentar os próprios filhos não era digno às mulheres da elite, pois elas acreditavam que tinham atividades mais interessantes para realizar. Sua condição financeira permitia que elas pagassem para que outras mulheres assumissem determinadas tarefas por elas, tornando-se natural, portanto, terceirizar o trabalho de maternagem. Dessa forma, criou-se uma cultura de que “amamentar o próprio filho equivalia a confessar que não se pertencia à melhor sociedade” (Badinter, 1985, p. 96). Essa

cultura de terceirização do cuidado ressoa fortemente na contemporaneidade. Até os dias de hoje, é comum que famílias de classes sociais mais altas recorram a cuidadoras, babás (geralmente mulheres) ou instituições de cuidado infantil para assumir as responsabilidades de cuidado e educação de seus filhos.

Badinter sustenta que as francesas não estavam dispostas a sacrificar sua juventude cuidando de bebês; em vez disso, preferiam desfrutar das noites em bailes e saraus. Como resultado, “é fato reconhecido por todos que as francesas foram as primeiras a confiar seus filhos legítimos a amas” (Badinter, 1985, p. 101), uma vez que esse costume era considerado “chique” naquela época. Embora haja estudiosos que afirmem que esse era um costume estritamente francês, Badinter sustenta que as francesas não foram uma exceção, observando que “essa prática foi mais comumente imitada do que se pensa em outros países da Europa” (1985, p. 101). Além disso, segundo o estudo de Aline Fernandes Bocchi (2022), comportamento similar foi repetido durante o período colonial brasileiro. Os portugueses consideravam a prática do aleitamento “instintiva e primitiva, não digna da mulher civilizada” (Bocchi, 2022, p. 140). Como resultado, as mulheres indígenas, que já tinham o costume de amamentar seus filhos durante aproximadamente dois anos, foram as primeiras amas de leite em terras brasileiras, alimentando os filhos das mulheres da elite para que estas pudessem manter seu *status* de “mães higiênicas”. Mais tarde, esse encargo recaiu sobre as mulheres negras escravizadas (Bocchi, 2022).

Já no contexto europeu, Badinter destaca a Alemanha e a Inglaterra como exemplos de países que reproduziram esse fenômeno, para o qual ela considera difícil encontrar uma explicação totalmente satisfatória, mesmo a França e a Inglaterra sendo considerados os países mais liberais para as mulheres no continente europeu (Badinter, 1985). A dificuldade em compreender esses aspectos reside no contraste entre a autonomia feminina observada e a cultura machista e misógina predominante naquele período. Entretanto, Badinter observa que “não se pode explicar essa liberdade feminina francesa ou inglesa por uma atitude particular da Igreja para com elas. Mas podemos notar que essas duas nações eram consideradas como as mais desenvolvidas da Europa, seus costumes como os mais refinados do mundo” (Badinter, 1985, p. 102). O que insinua que a autonomia das mulheres é um fator que gera progresso em uma sociedade, podendo ter relação direta com um contexto mais amplo de desenvolvimento social, cultural e econômico.

Por outro lado, o aparente desapego das famílias em relação aos filhos, chegando até mesmo à negligência, é motivo de espanto na atualidade. Era comum que as crianças permanecessem durante três a quatro anos com suas amas sem que a família biológica

buscasse por qualquer notícia. Muitas dessas crianças que morriam antes de completar um ano de vida sequer recebiam um funeral, desvelando um desinteresse que hoje causa estranhamento. Segundo Badinter, nesse período, o índice de mortalidade infantil era altíssimo, algo em torno de 50%. Em outras palavras, aproximadamente metade das crianças que nasciam e eram confiadas aos cuidados das amas de leite morriam antes de completar um ano de vida. Todavia, o fato de elas nunca retornarem para casa era encarado com naturalidade e frieza na época. Essa triste estatística talvez explique a indiferença com que as famílias lidavam com a possibilidade da perda¹⁷. Dada a alta incidência de mortalidade infantil naquele contexto histórico, era mais conveniente não criar vínculos de afeto com um filho que tinha poucas chances de sobreviver (Badinter, 1985).

Sem embargo, Iaconelli aponta que, embora a morte dos filhos pouco abalasse seus pais, o Estado começou a ver esse cenário com bastante preocupação, tendo em vista que era necessário “preservar as crianças, para que venham a ser massa de trabalho manipulável, defendam a pátria como soldados ou para que ocupem as colônias” (Iaconelli, 2020, p. 52-53). O temor estatal era que, sem a quantidade adequada de mão de obra, o avanço do capitalismo tornar-se-ia inviável. A escassez da força de trabalho resultaria em um colapso iminente do sistema, uma vez que os trabalhadores teriam mais poder de negociação, o que poderia diminuir os lucros dos detentores do capital (Federici, 2017; Iaconelli, 2020). Iaconelli relata que foi “a partir dessa constatação, [que] a conservação das crianças passa a ser a pauta do dia [...]” (2020, p. 52). Assim, julgou-se que o primeiro passo para mudar esse quadro seria incentivar uma transformação comportamental, eliminando da cultura burguesa a prática de confiar os cuidados das crianças exclusivamente às amas de leite. Para isso, “teólogos, filósofos, políticos e médicos se unem em coro a fim de responder à problemática social e buscar uma solução proveitosa, diríamos mesmo, rentável” (Iaconelli, 2020, p. 52).

À medicina, portanto, coube a tarefa de persuadir as mães através do discurso científico em prol do aleitamento materno. Del Priore (2009) ironicamente observa que, após extensivas investigações, os médicos finalmente confirmaram o que já era amplamente conhecido há muito tempo: “que o corpo feminino estava apto para a maternidade e a procriação. Da conclusão brilhante de que toda mulher poderia ser mãe, a medicina concluiu, com enorme funcionalismo, que a mulher não poderia ser outra coisa que mãe” (Del Priore, 2009, p. 275). Assim, a tarefa da mulher deixou de estar restrita à biologia (gerar, parir e amamentar); agora elas acumulavam, também, a tarefa moral de dedicar-se integralmente aos

¹⁷ Diários de famílias resgatados por Ariès (1960) revelam que o lamento pela morte do filho se dava mais pela perda financeira do que pela perda de um ente querido.

filhos, sob a ameaça de serem rotuladas como mães ruins. A autora também destaca que assim como “a igreja fazia das mães agentes eficazes da doutrina católica, exemplos de comportamento e guardiãs de valores morais, a medicina esforçava-se por tornar os laços entre mães e filhos naturalmente indissolúveis” (Del Priore, 2009, p. 275). Foi a esse conjunto de práticas que convencionou-se chamar de “instinto materno”.

Todavia, para alcançar tal objetivo, as mulheres deveriam abandonar a prática de terceirizar o aleitamento através de uma ama de leite e começar a amamentar seus próprios filhos. É importante lembrar que, naquela época, o aleitamento materno ia contra os costumes vigentes, que consideravam essa prática pouco higiênica. Badinter (1985) destaca que foi após 1760 que passaram a surgir publicações que enfatizavam a importância de as mães cuidarem pessoalmente de seus filhos e as encorajavam a amamentá-los. “Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho” (Badinter, 1985, p. 145). Iaconelli observa que foi a partir do Iluminismo que o “instinto materno” atribuído à fêmea humana passou a ser visto como fato científico.

Embora o amor pelos filhos sempre tenha existido, a moralização e a ideologia associadas a esse afeto foram meticulosamente construídas, fazendo supor que ele não seria contingencial — como todo amor —, mas garantido pela natureza feminina. No entanto, se o instinto é, por definição, aquilo que é intrínseco à espécie, com pouquíssimas variações, não poderia simplesmente desaparecer do nada em toda uma população. Como explicar que, por séculos, as crianças morreram como moscas sob os olhares complacentes de pais e mães, sem que o dito instinto materno operasse impedindo tamanha omissão? Além de apresentar a prova irrefutável de que ele é uma construção ideológica para responder a problemas socioeconômicos, coube a Badinter apresentar a forma como essa pseudoteoria foi sendo criada e incutida nas mentes e nos corações (Iaconelli, 2023, p. 41).

Nesse ponto, é preciso reconhecer um grande mérito da medicina daquele período, que se baseou em observações empíricas. Alguns médicos suspeitaram que o leite materno poderia ser crucial para a sobrevivência dos bebês e que a pouca oferta do alimento, que muitas vezes era fornecido por amas mercenárias¹⁸, além das condições precárias de cuidado e higiene, pudessem ser a causa de tantas mortes. Mesmo sem ensaios científicos formais, conjecturou-se que o leite humano poderia conter propriedades protetoras contra doenças, o

¹⁸ O termo "ama mercenária" era usado pejorativamente para descrever mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, muitas vezes viúvas ou abandonadas pelos maridos, que eram obrigadas a prover sozinhas o sustento da família, em uma sociedade majoritariamente misógina. Devido a essa necessidade extrema, algumas delas se viram compelidas a vender seu leite para amamentar os filhos das famílias mais abastadas. Essa prática muitas vezes resultava na negligência dos próprios filhos dessas amas, que ficavam privados do leite materno em detrimento do atendimento às necessidades de outras famílias.

que se comprovou muitos anos depois. É importante destacar que, naquela época, ainda havia pouca compreensão dos benefícios do leite materno. Dadas as limitações de recursos e tecnologia, não existia um substituto viável como temos hoje em dia, quando várias fórmulas industrializadas estão disponíveis para compra (Iaconelli, 2020). Portanto, “podemos imaginar como no século XVIII a oferta de leite materno era condição imprescindível para a sobrevivência dessas crianças” (Iaconelli, 2020, p. 53). Atualmente, é amplamente reconhecido que ele oferece vantagens físicas e psicológicas significativas para o bebê. Algumas delas foram elencadas por Badinter (2011) em *O conflito: a mulher e a mãe*:

O leite materno é perfeitamente adaptado ao sistema digestivo e ao desenvolvimento da criança. Ele reforça as imunidades naturais e diminui os riscos de alergia. A LL [Liga do Leite¹⁹] defende um aleitamento prolongado, bom para a saúde, e que solidifica a relação com a mãe. Cabe à criança decidir, e não aos médicos, a hora de suas refeições, bem como a do desmame. O ideal é, pois, o aleitamento a seu pedido, tão longamente quanto ela desejar [...] Durante cinquenta anos, uma lista impressionante de vantagens suplementares foi acrescentada a essas primeiras [...]: diminuição da seriedade de numerosas patologias infecciosas (meningite bacteriana, bacteriemia, diarreia, infecção urinária, septicemia no prematuro). Alguns estudos afirmam também que o aleitamento diminui os riscos de morte súbita do lactente, do diabetes tipo 1 e 2, do linfoma, da leucemia, da doença de Hodgkin na infância, da obesidade, da hipercolesterolemia, da asma e até mesmo da esclerose em placas. Outros até procuraram mostrar que a criança amamentada tinha um melhor desenvolvimento cognitivo... (p. 66)

Aos poucos, difundiram-se as ideias de que o ato de amamentar o filho não apenas o protegeria de doenças, mas também fortaleceria os laços de afeto entre mãe e bebê; assim, o aleitamento materno era mais do que um dever ligado à natureza feminina, era considerado uma demonstração de abnegação. O amor materno tornou-se, então, um pilar essencial na consolidação da família burguesa, de modo que ter e criar filhos deixou de ser visto apenas como uma obrigação ligada à continuidade da linhagem, passando a ser considerado um dever moral. É nesse contexto que os filósofos desempenham um papel crucial na compreensão e na promoção dessa questão, propagando a ideia de que o amor era o meio necessário para se alcançar a igualdade e a felicidade individual.

Na atualidade, influenciadoras criticam a perpetuação desse discurso moralizador, defendendo o posicionamento de que nem sempre amamentar é um ato de amor, conforme escreveu Tayná Leite no perfil da Revista AzMina no Instagram, em 2019, fazendo um alerta às feministas que relacionam amamentação com amor estarem advogando a favor da romantização da maternidade:

¹⁹ Tradução nossa para “La Leche League”.

A questão é: amamentar não é um ato de amor! Continuar ligando amamentação a amor e, maternidade a “essência do amor” serve apenas aos interesses de quem deseja exercer controle sobre os nossos corpos. A amamentação PODE SER um ato de amor? Óbvio que pode! Até faxinar a casa PODE SER um ato de amor, mas você não vê feminista por aí romantizando serviço doméstico e dizendo que as mulheres fazem isso porque amam, não é mesmo? (Leite, 2021, par. 6).

Esse ideal de “maternidade intensiva” ganhou força graças aos discursos filosóficos iluministas, os quais “obrigavam” as mulheres a amamentarem seus filhos. Essa perspectiva que liga a maternidade à “essência do amor” começou a circular na França a partir da segunda metade do século XVIII, e foi objeto de análise de Elisabeth Badinter (1985). A pesquisadora explica que “o amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam” (Badinter, 1985, p. 19). Portanto, a autora traz vários elementos históricos para o seu texto, a fim de comprovar sua tese de que instinto materno não existe e que, portanto, o amor pelos filhos não é um sentimento inato, e sim algo aprendido.

Em *O mito do instinto materno: Como a neurociência está reescrevendo a história da parentalidade*, Chelsea Conaboy (2024) desafia a ideia tradicional de que existe um “instinto materno” inato e universal que transforma automaticamente uma mulher em cuidadora ideal ao ter filhos. Conaboy menciona descobertas da neurociência, psicologia e estudos sociais que indicam que a realidade é muito mais complexa.

Sabemos que os humanos (e outros mamíferos) possuem a capacidade de cuidar de crianças que foram geradas por outro, inclusive crianças com quem não têm nenhum parentesco biológico. Vemos isso por toda parte: em homens empenhados em cuidar do filho, em pais adotivos amorosos, em outros cuidadores dedicados. A ciência das diferenças no cérebro baseadas em cada sexo que evoluiu nestas duas últimas décadas aproximadamente mostra um quadro muito mais matizado e em camadas, com diferenças médias em todo o cérebro que podem, mesmo assim, variar muito de pessoa para pessoa e que são moldadas por fatores relacionados a hormônios sexuais ou desvinculadas deles. No entanto, também vimos que nossa compreensão cultural da parentalidade tem raízes profundas na nossa compreensão cultural de sexo e gênero. Os estudos sobre o cérebro parental têm revolucionado ambas as noções, mostrando que a capacidade neural para os comportamentos parentais é comum em toda a espécie, ao mesmo tempo que põem em xeque as rígidas fronteiras de gênero. (Conaboy, 2024, p. 230)

Vera Iaconelli (2020) esclarece que “Badinter baseia sua refutação à ideia de um instinto materno humano na demonstração de que a relação das mães (e, obviamente, da comunidade como um todo) com o recém-nascido era, no mínimo, negligente e, mesmo

assim, levou alguns séculos para mudar” (p. 53). Conforme elucida a autora francesa, no final do século XVIII, foi preciso

lançar mão de muitos argumentos para convocar a mãe para sua atividade “instintiva”. Será preciso apelar ao seu senso do dever, culpá-la e até ameaçá-la para reconduzi-la à sua função nutritícia e maternante, dita natural e espontânea (Badinter, 1985, p. 144).

Em outras palavras, para alcançar o ideal contemporâneo de maternidade, no qual a mãe é vista como alguém dedicada e abnegada, disposta a sacrificar tudo pelos filhos, foi necessário o engendramento de uma mudança profunda nos costumes e mentalidades. Isso implicou em uma espécie de “doutrinação”, como descrito por Iaconelli (2020), que visava mudar a forma de ver o mundo; ou em um “adestramento” das mulheres, como colocado por Del Priore (2009). Iaconelli (2023) concorda com Badinter ao admitir que, caso

o instinto materno operasse em fêmeas humanas como nos demais mamíferos, não teríamos como justificar séculos de descaso e negligência perpetrados por mães europeias totalmente integradas à sociedade — mães que se recusavam a amamentá-los e a cuidar deles. Não se tratava de uma recusa pontual, mas de uma forma coletiva de lidar com as crianças. Mães, pais e familiares agiam de acordo com os costumes da época, e as mulheres não eram mais julgadas que os outros, pois seu comportamento era o esperado até então (Iaconelli, 2023, p. 46).

Ao discutir a recusa generalizada das mães em amamentar e cuidar de seus filhos, a autora questiona a noção de uma maternidade regida por um instinto universal. Iaconelli argumenta que tal comportamento, longe de ser interpretado como uma falha moral individual, como seria nos dias atuais, era amplamente aceito e normatizado pela sociedade da época, refletindo os valores e costumes vigentes.

Contudo, a psicanalista especifica que “é na passagem do século XVIII para o XIX que a infância e a maternidade vão sendo envoltas numa aura de amor natural entre mãe e filhos. Mulheres virtuosas zelam por sua família, e, nesse âmbito, o desejo de ter filho vai equivalendo à natureza benevolente da mulher” (2020, p. 56). Essa marcação temporal já havia sido observada anteriormente por Badinter (1985), uma vez que foi a partir da publicação de *Émile ou da educação*, de Jean-Jacques Rousseau (1762), que se cristalizaram as novas ideias do grande “impulso inicial à família moderna, isto é, a família fundada no amor materno” (Badinter, 1985, p. 54).

De acordo com estudos recentes realizados em camundongos no Centro de Ciência do Cérebro de Harvard, verificou-se que

os dois sexos possuem o mesmo sistema de circuitos associado à parentalidade — um “instinto parental” baseado na espécie e não em cada sexo, ainda que ele seja “ao mesmo tempo inato e plástico”, Dulac me disse. Ela e colegas do Centro de Ciência do Cérebro de Harvard escreveram que essa descoberta acrescentou evidências corroborando a ideia dos “cérebros bipotenciais masculino e feminino”, com um sistema de circuitos parental básico que é ativo ou não dependendo do estado fisiológico do indivíduo, do ambiente e da exposição a sinais da prole. (Conaboy, 2024, p. 233)

Embora camundongos não sejam humanos e ainda não haja comprovação científica nesse sentido, a líder do grupo de pesquisa de Harvard considera provável que exista, também em humanos, um conjunto de neurônios análogo capaz de sustentar a expressão da parentalidade. Em termos fundamentais, esse sistema neural parece constituir um mecanismo universal, regulado de modos distintos entre os sexos, variando de indivíduo para indivíduo e em função do contexto social da espécie — não estando, portanto, restrito ao cérebro das fêmeas (Conaboy, 2024).

Esse deslocamento do olhar da biologia para as práticas sociais permite compreender de que forma, ao longo da história, determinadas condições favoreceram a consolidação da ideia de que a maternidade seria um instinto exclusivo das mulheres. Entretanto, em um tempo em que não havia recursos e disponibilidade de um alimento substituto ao leite humano, é compreensível que esse ideal tenha sido forjado para garantir a sobrevivência das gerações futuras. O problema, hoje, em conceber a maternidade como “instinto”, o que implica em considerá-la um destino, reside no determinismo biológico ancorado em ideais machistas, pois o fato de a fêmea da espécie humana estar apta a gestar e a parir não significa que é ela quem deve, necessariamente, estar envolvida com os cuidados de seus descendentes (exemplo disso são mulheres trans e homens que adotam crianças). Iaconelli (2023) destaca que, assim, o instinto materno fora concebido como natural e insubstituível. Ela chama esse padrão de maternagem ligado estritamente ao gênero feminino de “modelo uterino de cuidado” e acredita que nele reside o exemplo máximo — ou a representação principal do conceito de maternidade, ainda bastante difundida na atualidade, na qual a “boa mãe” deveria saber, instintivamente, como agir, como cuidar, adivinhando e antecipando as demandas e sentimentos do filho.

Tomo por modelo uterino a idealização da condição oferecida ao feto no útero, na qual ele é alimentado, aquecido, transportado e oxigenado às expensas do corpo do/a genitor/a, sem que ele/a sequer tenha que lhe adivinhar as vontades [...]. A partir do nascimento, quem cuida tem que se desdobrar para tentar descobrir como responder às necessidades do bebê. Ideal de completude, infalibilidade, onipresença, aos moldes do funcionamento biológico, a ser perseguido sob o nome de cuidado materno (Iaconelli, 2023, p. 100).

Assim, compreendemos como a ideologia contida na obra de Rousseau ganhou destaque, pois desempenhou um papel crucial na formação do ideal de família burguesa, contribuindo para a construção da imagem da mãe como uma figura quase mítica e até sagrada, conforme idealizado na figura de Maria. A Igreja, por sua vez, começou a glorificar a amamentação por meio de representações artísticas. As tradicionais imagens de Maria segurando o menino Jesus com neutralidade deram lugar a pinturas que a mostravam amamentando afetuosamente, sugerindo que o aleitamento era uma prática de maternidade exemplar, conforme destacado por Mirtes de Moraes (2021).

Assim, foi-se dissociando a imagem de Maria à de Eva. Agora a figura feminina não é mais “uma criatura astuta e diabólica que é preciso pôr na linha. Ela se transforma numa pessoa doce e sensata, de quem se espera comedimento e indulgência” (Badinter, 1985, p. 176). Dessa maneira, a mulher do *Gênesis*, “curiosa, ambiciosa, audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar” e, assim, “Eva cede lugar, docemente, a Maria” (Badinter, 1985, p. 176).

Nesse contexto de mudança na representação feminina, a dissociação entre as imagens de Maria e Eva marca uma transição significativa. A mulher, anteriormente retratada como demoníaca, agora é reconhecida como uma figura doce e sensata, cujas virtudes são associadas ao comedimento e à indulgência. Essa mudança de perspectiva sobre a mulher reflete uma evolução nas percepções e expectativas sociais em relação ao seu papel na sociedade e ao redirecionamento de suas ambições, que agora deveriam se concentrar predominantemente no âmbito doméstico. Este fenômeno evidencia não apenas uma mudança na concepção cultural da feminilidade, mas também destaca o impacto da psicanálise na construção e redefinição dos papéis de gênero ao longo do tempo, conforme veremos a seguir.

2.2.2 O discurso evolucionista: o mito da superioridade biológica dos homens

É justamente contra essa tradição que a jornalista Angela Saini (2018) se insurge no livro *Inferior é o caralho*: ela revisita a história das ciências biomédicas e sociais para mostrar como a pesquisa científica foi atravessada por vieses de gênero, e como muitas das supostas “verdades” sobre a inferioridade intelectual, moral ou física das mulheres foram fruto de interpretações enviesadas, mais do que de fatos.

Saini compila alguns dados históricos que evidenciam como a ciência esforçou-se para, ao longo dos anos, disseminar ideias sobre uma suposta superioridade masculina — e demonstra como essas teorias já foram refutadas por pesquisas recentes. Cientistas contemporâneos concluíram que o método utilizado por Darwin para comprovar a inferioridade feminina eram, na verdade, anticientíficos, por basearem-se, essencialmente, na observação da sociedade partindo de analogias com outras espécies que não possuem o cérebro tão desenvolvido quanto o nosso²⁰. Da mesma forma, Beauvoir (2019a) explica que, quando a ciência concluiu que o cérebro feminino tinha 142g a menos do que o cérebro masculino, ignorou-se o princípio de proporcionalidade, pois a massa e o tamanho dos corpos avaliados não eram equivalentes²¹. Além disso, hoje também já é sabido que a massa do cérebro humano não tem impacto direto na inteligência.

Dados como esses são trazidos à tona na pesquisa recente de Saini, que demonstra como diversas perspectivas que anteriormente eram consideradas “científicas” foram superadas e perderam sua validade ao longo do tempo, mostrando que o conhecimento científico não é imutável. Entre outras contribuições, ela demonstra como a teoria evolucionista foi usada para propagar a ideia absurda de que a mulher era intelectualmente inferior ao homem. Fortemente influenciado pelos ideais Iluministas, Charles Darwin publicou, em 1859, *A origem das espécies*. Para o biólogo britânico, a superioridade do macho era uma verdade científica e incontestável, a qual poderia ser facilmente observada em todas as espécies, incluindo, por analogia, a humana.

De acordo com as palavras de Saini, na obra *A Descendência do Homem*, Darwin argumenta que

os indivíduos do sexo masculino alcançaram sua vantagem sobre os indivíduos do sexo feminino ao longo de milhares de anos de evolução por causa da pressão a que estavam submetidos no sentido de conquistar parceiras. Pavões machos, por

²⁰ No entanto, é importante destacar que isso não invalida a teoria evolucionista em si, mas sim que as afirmações de Darwin a respeito da suposta superioridade dos homens carecem de base científica e metodológica (Saini, 2018).

²¹ Posteriormente, ao compararem um homem e uma mulher de peso e estatura semelhantes, concluiu-se pela igualdade (Beauvoir, 2019).

exemplo, desenvolveram plumagem brilhante e enfeitada a fim de atrair pavoas, de aparência discreta. [...] No tocante aos seres humanos, pela mesma lógica, essa vigorosa competição pelas mulheres significa que os homens têm de ser guerreiros e pensadores. Por milênios, isso os aperfeiçoou, transformando-os em espécimes de estrutura física superior e mente mais aguçada (Darwin, *apud* Saini, 2018, p. 32).

Então, seguindo a lógica da sua teoria de seleção natural, o macho dominaria a fêmea pelo fato de ser melhor adaptado e, portanto, superior em vários aspectos, como força e inteligência, ou, conforme conclui a autora, para Darwin as mulheres seriam “literalmente menos evoluídas que os homens” (Saini, 2018, p. 32). O problema parece estar no fato de Darwin ter observado algumas espécies de aves e ter transposto essa analogia para a espécie humana, desconsiderando o fato de que humanos são seres culturais. Hoje já se sabe que a visão de que os homens são naturalmente predispostos a serem guerreiros e pensadores e as mulheres são menos evoluídas se baseia em estereótipos de gênero que não consideram a diversidade de experiências e papéis desempenhados por diferentes indivíduos ao longo da história e em diversas culturas (Saini, 2018). Abordagens contemporâneas na biologia evolutiva e nas ciências sociais reconhecem a complexidade das diferenças de gênero e destacam a interação entre fatores biológicos, ambientais e sociais na determinação das características individuais e coletivas.

Saini (2018) traz em seu livro trechos de uma troca de correspondências entre Charles Darwin e a ativista norte-americana Caroline Kennard — “uma mulher de destaque em seu movimento feminino local, fazendo pressão para melhorar o *status* das mulheres” (p. 30). O que teria levado a jovem militante a escrever ao biólogo foi por que, em uma de suas reuniões em prol do direito das mulheres, um dos participantes afirmou que “‘a inferioridade das mulheres, passada, presente e futura’ era ‘baseada em princípios científicos’. A autoridade em que essa pessoa encontrava suporte para fazer essa declaração tão ultrajante era nada menos que um dos livros do próprio Darwin” (Saini, 2018, p. 30). Tal afirmação, segundo Saini, consta no livro *A Descendência do Homem*, publicado por Darwin em 1871. “Em sua carta, Kennard naturalmente supunha ser impossível que um gênio como Darwin acreditasse que as mulheres eram, por natureza, inferiores aos homens” (Saini, 2018, p. 31).

Todavia, Darwin teria surpreendido Kennard ao responder que, embora acreditasse que as mulheres fossem “superiores aos homens [em] qualidades morais, são inferiores em termos intelectuais”, diz ele, “e parece-me ser muito difícil, a partir das leis da hereditariedade (se eu as compreendo de forma correta), que elas se tornem intelectualmente iguais ao homem” (Saini, 2018, p. 31). Segundo a jornalista, para Darwin a principal diferença na

capacidade intelectual entre homens e mulheres se evidencia pelo maior destaque alcançado pelo homem em qualquer atividade em comparação com o alcançado pela mulher.

As provas pareciam estar à sua volta. Os maiores escritores, artistas e cientistas eram quase todos homens. Ele supunha que essa desigualdade refletisse um fato biológico. Assim, de acordo com sua argumentação, “o homem acabou por tornar-se superior à mulher”. Hoje, a leitura disso parece algo inacreditável. Darwin escreve que, **se as mulheres conseguiram, de algum modo, desenvolver algumas das mesmas qualidades notáveis dos homens, talvez seja porque foram arrastadas pelo êxito dos homens graças ao fato de que os filhos, no útero, herdaram atributos do pai e da mãe** (Saini, 2018, p. 33 – grifos nossos).

Tal interpretação de Darwin de que essa desigualdade retrataria um fenômeno biológico reflete os preconceitos e estereótipos prevalentes do período em que ele viveu. A resposta de Kennard à argumentação de Darwin não teria sido tão gentil quanto sua primeira carta: “Deixe que o ‘ambiente’ das mulheres seja semelhante ao dos homens, e com as mesmas oportunidades, antes que elas sejam julgadas — de maneira honesta — e consideradas intelectualmente inferiores a eles, por favor” (Saini, 2018, p. 34), conclui a ativista. Hoje, conforme Kennard já suspeitava naquela época, compreendemos que o que Darwin observava ao seu redor refletia uma questão social relacionada ao gênero e não a um fato fisiológico.

Essa concepção de que os homens seriam inerentemente mais talentosos e criativos do que as mulheres carece de uma base científica sólida e provavelmente foi moldada por expectativas culturais e normativas da época. Como vimos, historicamente, as mulheres enfrentaram limitações significativas no acesso à educação e às oportunidades profissionais em comparação com os homens, o que contribuiu em grande parte para a predominância masculina entre os grandes nomes da literatura, arte e ciência ao longo dos séculos. Essas barreiras sociais, econômicas e culturais foram fatores significativos na explicação da desigualdade de representação entre os gêneros e a consequente predominância dos homens na esfera pública, enquanto as mulheres ficaram reduzidas à esfera privada: lar, matrimônio e maternidade.

Além desses pressupostos, é fundamental destacar que a noção de binarismo sexual ganhou proeminência sobretudo nos séculos XVII e XVIII. Pesquisas de **Thomas Laqueur, como as apresentadas em *Making Sex* (1990)**, revelam que, até o final século XVIII, a Europa era influenciada pela concepção de um único sexo, com gradações. Nesse período, a mulher era frequentemente vista como uma versão “imperfeita” ou “incompleta” do homem, com

seus órgãos considerados internos, mas funcionalmente análogos aos masculinos, de modo que a descoberta do “segundo sexo” difundiu-se no século XIX e sua roupagem científica conferiu força para subalternizar ainda mais as mulheres. Abordaremos este tópico com mais profundidade na próxima seção.

2.2.3 Contestações ao discurso freudiano: o mito da mulher incompleta

Não nos empenhamos aqui em realizar um levantamento exaustivo das teorias psicanalíticas relacionadas à maternidade, nem em reconstruir todas as controvérsias surgidas ao longo dos últimos anos. Nosso principal objetivo é delinear a origem de um pensamento emergente que se disseminou amplamente, deixando uma marca profunda na *psique* feminina ao estabelecer a concepção da mulher como incompleta — uma interpretação que consideramos um mito por julgarmos ser reducionista e equivocada.

Portanto, seguindo a essência deste capítulo, que é o de fazer um levantamento da crítica feminista acerca do que foi escrito sobre as mulheres, a ideia para esta seção não foi a de revisitar os textos originais de Sigmund Freud, e sim reunir análises de algumas estudiosas feministas que contestaram a teoria freudiana em torno da maternidade. Simone de Beauvoir (2019a), Elisabeth Badinter (1985) e Vera Iaconelli (2023) consideram que Freud contribuiu para promover um ponto de vista bastante limitado e determinista quanto ao desenvolvimento e ao papel das mulheres na sociedade, desconsiderando a subjetividade humana, escolhas individuais ou até mesmo as circunstâncias que as levam a fazer determinadas escolhas pessoais.

A psicanálise foi estabelecida no final do século XIX, por volta de 1895, por Sigmund Freud, um médico psiquiatra cuja teoria revolucionou os estudos da mente humana ao introduzir a ideia do inconsciente. Além disso, Freud foi um dos pioneiros em demonstrar interesse pela saúde mental feminina em uma sociedade profundamente machista e misógina, na qual as mulheres eram praticamente consideradas como não pessoas. A teoria do médico austríaco partiu da hipótese de que a repressão a qual as mulheres sempre estiveram submetidas trazia prejuízos emocionais que resultariam no que ele denominou de “neurose”. Não há dúvidas sobre os méritos de Freud em sua empreitada para desvendar os mistérios da mente humana, dentre os quais se destacam o fato de ter dado voz ao sofrimento feminino, ao ouvir e considerar as experiências das mulheres em um período histórico em que suas falas eram amplamente silenciadas.

No entanto, conforme veremos ao longo desta seção que irá revisitar o discurso psicanalítico sobre a maternidade, algumas críticas ao trabalho de Freud sugerem que ele não foi capaz de compreender plenamente as demandas e desejos femininos. Isso provavelmente deve-se ao fato de ele ter, muitas vezes, interpretado as falas das mulheres através de uma perspectiva masculina. De acordo com a perspectiva de Paul Preciado, “a psicanálise freudiana começou a funcionar no fim do século XIX como uma tecnologia de gestão do aparelho psíquico ‘fechado’ na epistemologia patriarcal e colonial da diferença sexual” (Preciado, 2020, p. 44). Em seu polêmico discurso *Eu sou o monstro que vos fala*, Preciado palestra aos acadêmicos da Escola da Causa Freudiana, no qual o orador sustenta que as teorias de Freud “devem ser questionadas e criticadas à luz dos novos processos de emancipação política e de transformação científica” (Preciado, 2020, p. 44).

Em 1949, ao publicar *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir (2019a) traz, no primeiro volume da obra, uma série de contestações à teoria de Freud sobre o suposto “complexo de castração” — o qual explicaremos na sequência —, e acredita que a visão do médico tenha sido calcada sob a ótica masculina: “Ele supõe que a mulher se sente um homem mutilado” (2019a, p. 70). Aparentemente, as filósofas francesas não simpatizavam muito com as ideias de Freud; em 1981, foi a vez de Elisabeth Badinter contrariar a visão reducionista e parcial do fundador da psicanálise:

Cento e cinquenta anos depois do *Émile*, o doutor Freud questiona por sua vez a natureza do “sexo” feminino, mas agora tanto no sentido literal como no figurado. Como seu antecessor, que pretendia falar na qualidade de observador isento de preconceitos, Freud pensa descrever a evolução sexual e psicológica da mulher com base apenas em sua experiência de clínico (Badinter, 1985, p. 297).

Destarte, é inegável a importância da maternidade na teoria psicanalítica. Vera Iaconelli (2023) considera que essa centralidade decorre “por remeter à constituição subjetiva, na qual a mãe teria uma presença maciça, e ao estudo de psicopatologias cuja etiologia estaria nos laços primordiais” (Iaconelli, 2023, p. 86). Ao que tudo indica, a psicanálise desempenhou um papel significativo ao ajudar a intensificar a cultura de culpabilização das mães. Badinter (1985) também refletiu sobre esse ponto, observando que “muitos psicanalistas sugerem hoje às mães cujos filhos têm problemas que se submetam elas mesmas a um tratamento analítico. A idéia essencial é a de que não basta tratar a criança, se não se combate, ao mesmo tempo, a raiz do mal, isto é, **a má condição da mãe**” (p. 296 – grifos nossos). Essa citação transpõe uma crença predominante em nossa sociedade, segundo a qual

quando algo não vai bem com um indivíduo, “a culpa é da mãe” — que certamente fez ou deixou de fazer algo.

Iaconelli (2023) frisa que mesmo que a psicanálise não fosse sua área de estudo e atuação, seria impossível abordar a maternidade sem considerar “a teoria que mais revolucionou sua compreensão e que também foi responsável por muitos mitos ligados a ela” (Iaconelli, 2023, p. 15). Essa citação revela que a pesquisadora, apesar de ser psicanalista, reconhece as limitações e desafios que a psicanálise enfrenta. No entanto, Iaconelli argumenta que Freud não desenvolveu suas teorias do zero; embora elas tenham sido moldadas pelas observações do médico, elas sofreram ruídos pelos valores e ideias predominantes do período. Considerando que o discurso maternalista surgiu contemporaneamente à psicanálise, Freud foi influenciado pelo pensamento machista, que era hegemônico em sua época. Isso explica por que o maternalismo ainda persiste, “em teorias e interpretações psicanalíticas que imputam à mulher poderes inigualáveis no cuidado com a prole, fortemente apoiados na heteronormatividade, afetados pelas condições raciais e de classe e fomentados pela idealização do ciclo gravídico-puerperal” (Iaconelli, 2023, p. 30-31).

A seguir, Iaconelli explica como a teoria psicanalítica contribuiu para perpetuar o discurso que limita a mulher ao papel de mãe.

As funções que o/a cuidador/a executa para que o bebê se torne sujeito foram sendo erroneamente atribuídas à genitora, bem ao gosto da ideia secular de que o instinto materno é determinante. Desse viés, que hoje entendemos como sendo de gênero, decorreram os termos usados para explicar as funções necessárias no cuidado com as crianças: “função materna” e “função paterna”. Trata-se de termos hegemônicos até hoje nos textos psicanalíticos e que revelam sua natureza ideológica e dão margem a confusão (Iaconelli, 2023, p. 85).

A suposta inveja que as mulheres teriam do pênis surgiu do “complexo de Édipo”²² (possivelmente a teoria freudiana que mais se disseminou). Utilizando a tragédia de Sófocles²³

²² O seu equivalente feminino foi denominado por Freud de “complexo de Electra”, mas pelo fato da teoria edipiana ter sido mais difundida, essa diferenciação acaba por praticamente não existir na atualidade. Assim, o termo “complexo de Édipo” é amplamente utilizado tanto para meninos quanto para meninas.

²³ No reino de Tebas, o rei Laio e a Rainha Jocasta têm um filho. Contudo, logo após o nascimento da criança, conforme mandava a tradição, o Oráculo de Delfos era trazido para vislumbrar o futuro da criança e ele profetiza que ele mataria o pai e desposaria a própria mãe. Assim, Laio entrega o seu filho recém nascido a um pastor e ordena que ele amarre a criança pelos pés e a deixe ser devorada pelos animais selvagens. Sem coragem para realizar tal ato, o homem entrega a criança ao rei de Corinto, por quem é criado como filho e recebe o nome de Édipo — contudo, sem nunca revelar sobre sua verdadeira origem, até descobrir, através do Oráculo, que ele havia sido adotado. Revoltado com a descoberta, Édipo vai embora atormentado. No caminho, ele acaba cruzando com um homem e sua comitiva e uma desavença entre os dois acaba levando Édipo a matá-lo. Este homem era Laio, seu pai biológico; Édipo acaba cumprindo, assim, a primeira parte de sua profecia. Após o

como parábola, Freud teoriza a respeito da sexualidade humana. Beauvoir descreve tal concepção freudiana, na qual a menina teria

inicialmente, uma fixação materna, enquanto o menino nunca é atraído fisicamente pelo pai. Essa fixação é uma sobrevivência da fase oral; a menina identifica-se, então, com o pai, mas por volta dos cinco anos descobre a diferença anatômica dos sexos e reage à ausência do pênis por um complexo de castração. Imagina ela ter sido mutilada e sofre por isso (2019a, p. 70).

A partir dessa constatação, as meninas desenvolveriam o desejo pelo “falo”, termo utilizado posteriormente por Lacan, na tentativa de mitigar interpretações literais e simplistas sobre a suposta inveja do pênis.

Lacan fez uma releitura do pênis como falo, significante da falta. Longe da ideia de um órgão real que homens teriam e mulheres invejariam, o falo diz respeito ao objeto que ocupa o lugar do comutador da falta. Dessa forma, o pênis e o bebê podem ser objetos fálicos, conforme se prestem a encarnar a promessa de satisfação para o sujeito (Iaconelli, 2023, p. 85).

Assim, de acordo com Beauvoir (2019a), não seria “a ausência do pênis que provoca o complexo, e sim o conjunto da situação; a menina [...] inveja o falo [...] como símbolo dos privilégios concedidos aos meninos” (p. 70). Beauvoir (2019a) explica que, de acordo com essa teoria, Freud conjecturou que “é pela maternidade que [a mulher] pode encontrar na criança um equivalente do pênis” (p. 70). A explicação da psicanalista Vera Iaconelli (2023) aponta para essa mesma interpretação. A autora afirma que, para Freud, a solução ao complexo de Édipo feminino “sela o destino da mulher como mãe” (p. 84), “e de preferência de um filho homem, diz Freud” (Iaconelli, 2023, p. 85). Iaconelli (2023) enfatiza que, de acordo com Freud, “a feminilidade ‘esperada’ estaria ligada ao desejo de filho, o qual, com sorte, será concretizado” (p. 85). De acordo com o fundador da psicanálise, a felicidade da mulher “é grande se, depois disso, esse desejo de ter um bebê se concretiza na realidade; e muito especialmente assim se dá, se o bebê é um menininho que traz consigo o pênis tão profundamente desejado” (Freud, *apud* Iaconelli, 2023, p. 85).

Considerando que essas falas de Freud deram-se no final do século XIX, quando a filha mulher ainda era preterida em relação ao filho homem (o único realmente desejado), esse

combate, ele é conduzido até Tebas e, após decifrar o enigma da Esfinge, passa a ser considerado um herói, apto a casar-se com a rainha Jocasta. Dessa forma, ao desposar a própria mãe, Édipo torna-se rei e cumpre a profecia.

tipo de afirmação, com um verniz “científico”, acabava por reforçar a cultura misógina que perpetuava a ideia da inferioridade das mulheres em relação aos homens e fazia as famílias enxergarem o nascimento de uma mulher como algo a ser lamentado. Faz-se necessário observar que essas ideias ultrapassadas ainda persistem até os dias atuais, a ponto de um ex-presidente brasileiro referir-se à sua única filha como sinônimo de uma “fraquejada”.

No entanto, a influência de Freud não se limitou a isso, para agravar ainda mais a situação, ele também contribuiu para o que hoje reconhecemos como “feminização do trabalho do cuidado”. Segundo ele, seria ideal que a esposa desempenhasse um papel “maternal” ao lado do marido, **“aumentando com isso as chances de sucesso da empreitada matrimonial**. A esposa como mãe e o marido como filho daria a ambos a compensação perfeita para as renúncias edípicas de cada um” (Iaconelli, 2023, p. 84 – grifos nossos). Essa afirmação, além de responsabilizar a mulher pelo fracasso de um casamento, reflete uma visão profundamente enraizada em estereótipos de gênero e em uma estrutura patriarcal que desvaloriza as mulheres ao relegá-las principalmente ao papel de cuidadoras, esposas e mães, em detrimento de sua autonomia e individualidade. Criticamente, essa perspectiva reforça a ideia de que as mulheres existem primariamente para servir aos interesses e necessidades dos homens, especialmente no contexto doméstico e matrimonial, e que devem cuidar de seus maridos como se fossem seus filhos, reforçando o estereótipo de que ao homem é dado o privilégio de não precisar amadurecer emocionalmente, nem ser um adulto funcional.

A teoria freudiana que alega que a mulher teria inveja do pênis revela a inclinação biologizante e normativa do pai da psicanálise, e foi uma tendência crescente em Freud ao longo do tempo. De acordo com Iaconelli (2023), a teoria freudiana parece ter se tornado mais conservadora para conquistar maior credibilidade, passando a normatizar padrões de comportamento de gênero com base em concepções biológicas. Anos mais tarde, essas ideias provocaram justificada indignação entre as feministas e foram alvo de duras críticas por parte do movimento de libertação das mulheres. Após o impacto do feminismo e dos estudos de gênero na sociedade e na teoria psicanalítica, psicanalistas contemporâneos defendem a necessidade de “retomar as vertentes sociais e políticas presentes em Freud” (Iaconelli, 2023, p. 83), as quais possivelmente seriam melhor recebidas na atualidade do que na época em que foram escritas pelo médico austríaco.

Um exemplo de como Freud foi endurecendo sua teoria pode ser observado em sua obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Ao longo de quase 20 anos, o autor incluiu várias notas de rodapé em cada nova edição dessa obra. Mesmo sem mexer no corpo do texto, tais inclusões, segundo Iaconelli, modificaram sobremaneira os rumos do original. Essas

mudanças foram tão marcantes que, ao final da vida de Freud, sua tese parecia ter se transformado em algo substancialmente diferente (Iaconelli, 2023).

Contudo, a grande polêmica em torno do complexo de Édipo reside no fato de que, segundo Freud, a resolução edípica da mulher seria supostamente alcançada apenas através da maternidade, e esse conceito tem sido utilizado ao longo dos anos para pressionar as mulheres a se tornarem mães de forma compulsória. Ele incorpora à sua tese a ideia de completude/incompletude, argumentando que, devido ao complexo de castração, a mulher só se tornaria plenamente mulher ao ser mãe de um menino. Portanto, as mulheres que não são mães (e, por extensão, aquelas que “apenas” são mães de meninas) permaneceriam incompletas ou “deficientes” — conforme o próprio Freud presume ser a sensação com a qual as meninas confrontam-se ao se darem conta da “falta do pênis”, a qual ele denomina de “complexo de castração”.

Além disso, de acordo com Beauvoir (2019a) e Iaconelli (2023), até o final do século XVIII, a ciência propagava que existia apenas um sexo. Sendo assim, “a mulher era vista como uma versão inferior do homem: seus órgãos seriam os mesmos, mas, pela falta de vitalidade e calor, na mulher eles teriam permanecido na parte interna do organismo” (Iaconelli, 2023, p. 33), descreve a psicanalista. Esse modelo teórico acreditava que a vagina era “um pênis invertido para dentro, assim como os ovários seriam tão somente a versão feminina dos testículos e o útero a do escroto. As diferenças eram de grau e não de qualidade, **faltando às mulheres o calor vital que as teria feito machos**” (Iaconelli, 2023, p. 33 – grifos nossos).

Iaconelli explica que somente na passagem do século XVIII para o XIX surgiu o paradigma binário dos sexos. “Nele se preconiza que a diferença entre homens e mulheres é de qualidade, e não de quantidade” (p. 33). Preciado acredita que

a invenção da estética anatômica da diferença sexual serviu para sustentar a ontologia política do patriarcado, estabelecendo as diferenças ‘naturais’ entre homens e mulheres, em uma época em que a universalização de um só corpo humano vivo poderia ter vindo a legitimar o acesso das mulheres às tecnologias de governo e à vida pública (Preciado, 2020, p. 41).

Freud baseou-se nesse modelo anatômico ao considerar o clitóris como uma espécie de “pênis atrofiado”, sugerindo que a preferência feminina pelo orgasmo clitoriano confirmava sua teoria a respeito da fixação das mulheres no órgão genital masculino.

Da leitura freudiana do pênis e da vagina, esta agora alçada a órgão sexual feminino por excelência, se depreendeu a ideia de que o homem tem o que falta à mulher, uma vez que, comparada ao pênis, a vagina é um canal muscular oco com pouca inervação. Apagar a relevância anátomo-fisiológica do clitóris ajudou a sustentar a teoria freudiana de que as mulheres sofrem de inveja do pênis. Teoria que desde então tem causado fúria em muitos/as psicanalistas por seu caráter machista (Iaconelli, 2023, p. 36).

A seguir, Badinter analisa alguns escritos de Freud e de Marie Bonaparte, psicanalista francesa adepta das teorias freudianas, e que confirmam esse ponto de vista. Segundo Freud e Bonaparte concordaram, uma mulher que não abdicasse do orgasmo clitoriano estaria expressando sua inveja pelo pênis, ratificando, com isso, a teoria do complexo de castração. Logo, para Freud e Bonaparte, a maturidade sexual da mulher só seria alcançada através do orgasmo vaginal. Badinter retoma as teorias psicanalistas de que

‘a descoberta da castração marca, na evolução da menina, um momento decisivo.’ Três atitudes se lhe oferecem. A primeira leva à inibição sexual ou à neurose. M. Bonaparte fala das “renunciadoras”. A segunda, a **uma insistência insolente da menina na sua masculinidade: ela se recusa a abandonar o prazer clitoriano.** Freud fala, a seu respeito, do “complexo de virilidade” e M. Bonaparte a chama de a “reivindicadora”. Só a terceira atitude conduz à “feminilidade normal”, que consiste, para a menina, em abandonar o desejo do pênis pelo do filho. **M. Bonaparte pensa que esta, a “aceitadora”, é a verdadeira mulher por excelência** (Badinter, 1985, p. 302).

Na análise de Badinter sobre a ideia da inveja do pênis, ela argumenta que, segundo a visão freudiana, “esse processo só se conclui realmente quando o desejo do pênis é substituído pelo desejo de ter um filho. Essa equivalência observada por Freud entre o filho e o pênis já anuncia uma definição da mulher normal em termos de possível mãe” (1985, p. 303). Em outras palavras, a teoria de Freud que sugere que a resolução do complexo de Édipo perpassa pela maternidade — como requisito fundamental para a realização feminina — reflete concepções sexistas que ignoram a diversidade e a complexidade das experiências das mulheres. Ela tem sido contestada por teóricos contemporâneos e por movimentos feministas por promover uma visão estreita e limitada da importância das mulheres na sociedade.

Na leitura de Badinter (1985), Freud não estabeleceu nenhuma conexão entre o modelo cultural predominante e a passividade feminina. Para o psicanalista, a obediência era considerada parte do processo “natural” de “feminilização”, sendo encarada apenas como uma alternativa necessária e saudável ao complexo de Édipo. Por outro lado, a mulher que se rebelava e não se conformava com a subserviência era considerada “masculina” e “viriloide”

— alguém com dificuldades na resolução do seu complexo de Édipo. Em consonância com essa ideia, “do ponto de vista dos homens — e é o que adotam os psicanalistas de ambos os sexos — consideram-se femininas as condutas de alienação, e viris aquelas em que o sujeito afirma sua transcendência” (Beauvoir, 2019a, p. 80). É relevante observar que, em certa medida, essas ideias ainda persistem, uma vez que ainda existe uma expectativa de que as mulheres sejam dóceis, meigas e “maternais”. Quando uma mulher demonstra segurança, firmeza e assertividade, é comum que seja rotulada como louca, desequilibrada ou “masculinizada”, conforme corroborado por Simone de Beauvoir: “é particularmente entre os psicanalistas que o homem é definido como ser humano e a mulher como fêmea: todas as vezes que ela se conduz como ser humano, afirma-se que ela imita o macho” (2019a, p. 80-81).

Como podemos observar, tradicionalmente a feminilidade vem sendo associada à submissão. Assim, podemos concluir que Rousseau, Darwin e Freud, de fato, foram produtos de seu tempo. Suas ideias refletiam as crenças tradicionais e os valores da sociedade em que viveram, e influenciaram não apenas suas próprias obras, mas também as de outros estudiosos contemporâneos e que vieram depois. É importante reconhecer que as ideias de Rousseau, Darwin e Freud sobre gênero, sexualidade e desenvolvimento humano foram moldadas pelo contexto cultural e social em que eles estavam inseridos.

Embora suas contribuições tenham sido significativas para os campos da filosofia, biologia e psicologia, é fundamental levarmos em conta os avanços sociais, científicos e culturais posteriores, especialmente considerando as perspectivas mais inclusivas e diversificadas que emergiram desde então. Ao analisar criticamente essas ideias sob a luz de perspectivas contemporâneas mais inclusivas e progressistas, abrimos espaço para questionar as normas de gênero que foram historicamente impostas. Nesse sentido, os movimentos feministas emergiram como uma resposta direta a essas normativas e aos discursos que sustentam a opressão feminina. Eles desafiaram não apenas as instituições tradicionais, como a Igreja, o Estado e a ciência, mas também as concepções de feminilidade e maternidade que foram culturalmente construídas e impostas às mulheres. Esses pontos, assim como os movimentos de luta de mulheres, serão o ponto de partida do próximo subcapítulo.

2.3 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS: AFINAL, O QUE (AINDA) QUEREM AS MULHERES?

Até aqui, observamos como as mais diversas instituições — tais como Igreja, Estado e ciência — alinharam seus discursos para enquadrar o comportamento das mulheres dentro de um padrão que eles denominaram de “feminilidade”, na qual estaria inserida a maternidade e, conseqüentemente, o “instinto materno”. No entanto, ao contrário do que se tentou afirmar, tais atributos não são naturais; os papéis de gênero, tal como estão colocados até os dias atuais, são frutos de uma construção sócio-histórica e foram criados culturalmente com o propósito de categorizar as pessoas com base no dimorfismo sexual: homem ou mulher. Essa categorização, ao invés de promover a igualdade, serviu para perpetuar a subordinação feminina, estabelecendo expectativas e limitações sociais que restringiam a autonomia das mulheres. Assim, podemos afirmar que os movimentos feministas surgiram como uma resposta a esses discursos e práticas sociais, na tentativa de libertar as mulheres da situação de opressão.

Antes de abordarmos a definição feminismo, consideramos crucial trazer uma ideia de Beauvoir (2019a) sobre a mulher. A autora considera que “a mulher define-se como ser humano em busca de valores no seio de um mundo de valores, mundo cuja estrutura econômica e social é indispensável conhecer” (Beauvoir, 2019a, p. 81). Ou seja, de acordo com ela, para que as mulheres possam compreender sua condição e se afirmarem como sujeitos, é essencial que elas compreendam como as estruturas sociais e econômicas influenciam sua posição no mundo. Para a filósofa, a mulher reitera sua alteridade ao hesitar “entre o papel de *objeto*, de *Outro* que lhe é proposto, e a reivindicação de sua liberdade” (p. 81 – grifos do original). Quando as mulheres começaram a tomar consciência de que sua liberdade estava condicionada por fatores externos, que precisavam ser compreendidos e enfrentados para que elas pudessem definir-se como sujeitos plenos e livres, elas começam a se organizar em movimentos, que inicialmente eram conhecidos apenas como “movimento de mulheres” e, posteriormente, ganharam o nome de Movimento Feminista.

A ativista bell hooks (2019) aponta que “um problema crucial do discurso feminista reside em nossa incapacidade para chegar a um consenso sobre o que vem a ser o feminismo ou aceitar uma definição (ou mais de uma) que possa constituir um denominador comum” (p. 47). Genericamente, diz-se que o feminismo é um movimento político que luta pela emancipação das mulheres da mentalidade patriarcal e reivindica sua liberdade e equidade

perante os homens e a sociedade. Todavia, ao longo da história do feminismo, esse conceito foi se complexificando, pois “se os homens não são iguais entre si dentro da estrutura de classe patriarcal, capitalista e de supremacia branca, com quais homens as mulheres querem se igualar? Elas partilham da mesma opinião sobre o que é igualdade?” (hooks, 2019, p. 48). A respeito desse ponto, a pesquisadora Eurídice Figueiredo (2020) observa que, embora as mulheres possam compartilhar histórias comuns, elas “estão separadas uma das outras por diferenças econômicas, raciais e culturais, que afetam sua maneira de perceber a dominação masculina. Essa questão da interseccionalidade fica muito visível na discussão do feminismo negro ou no feminismo decolonial” (Figueiredo, 2020, p. 21). Pode-se notar que este tema é complexo e rico em nuances, o que significa que há muito a ser explorado. Nesta seção, vamos tentar oferecer uma explicação concisa sobre o desenvolvimento do pensamento feminista, abordando suas origens e as causas pelas quais cada geração lutou.

No entanto, é importante esclarecer inicialmente o equívoco de que o feminismo seria um “machismo às avessas” — supostamente buscando prejudicar os homens ao considerar a superioridade das mulheres. Felizmente, essa afirmação, que é falsa e busca deslegitimar o movimento, está gradualmente sendo superada. Em linhas gerais, o feminismo defende a equidade entre homens e mulheres — reconhecendo que existem diferenças, mas que elas não tornam nenhum superior ao outro —, e busca eliminar qualquer forma de hierarquia de gênero, raça e classe enraizada em nossa cultura.

Em *Elogio à diferença*, Rosiska Darcy de Oliveira (2012) explica que o movimento organizado de mulheres buscava

questionar o corte hierárquico do mundo, ao afirmar que o pessoal é político e que a política se enraíza na vida cotidiana e nos sentimentos privados, ao opor ao modelo único a ser imitado uma pluralidade de projetos e identidades a serem inventadas, essas novas protagonistas sociais atacam princípios sagrados da ordem estabelecida. **A expressão coletiva desse questionamento de normas, valores e modos de organização ficou conhecida como Movimento Feminista** (Oliveira, 2012, p. 65 – grifos nossos).

O feminismo, portanto, ataca o paradigma da hierarquia, cujo alicerce, que reside na dominação das mulheres pelos homens, passa a ser questionado (Oliveira, 2012). Segundo Thomas Bonnici (2007), “o feminismo poderá ser definido como uma crença e convicção na igualdade sexual acoplada ao compromisso de erradicar qualquer dominação sexista e de transformar a sociedade” (p. 86). Portanto, enquanto o machismo pressupõe que o homem é superior à mulher, o feminismo defende que não existe hierarquia entre ambos.

Mas, afinal, de onde surgiram os ideais feministas? Ao contrário do que muitos possam pensar, o feminismo não é um produto do século XX. Embora o termo ainda não estivesse em uso, é possível afirmar que Jesus Cristo tenha sido um dos primeiros defensores dos direitos das mulheres na história da humanidade, ao proclamar a igualdade entre os dois sexos e ao rejeitar a visão de que a esposa deveria ser considerada uma escrava do marido, uma interpretação comum do Antigo Testamento. Jesus enfatizou a posição da esposa como companheira, conforme expressado por Badinter (1985):

Foi preciso esperar a palavra de Cristo para que as coisas se modificassem, pelo menos em teoria. Guiado por esse princípio revolucionário que é o amor, Jesus proclamou que a autoridade paterna não se estabeleceria no interesse do pai, mas no do filho, e que a esposa-mãe não era sua escrava, mas sua companheira. Ao pregar o amor ao próximo, o Cristo punha um freio à autoridade, de onde quer que viesse. Reforçava o companheirismo, e portanto a igualdade dos esposos, fazendo do casamento uma instituição divina. Assim, punha fim a um poder exorbitante do marido, o poder de repúdio, e à poligamia. A mensagem de Cristo era clara: marido e mulher eram iguais e partilhavam dos mesmos direitos e deveres em relação aos filhos. Se alguns apóstolos e teólogos obscureceram a mensagem com sua interpretação, chegando, como veremos, a traí-la, a palavra de Cristo modificou, em boa parte, a condição da mulher. Na França, até o fim do século XIII, a igualdade proclamada pela Igreja traduziu-se num certo número de direitos concedidos às mulheres (p. 30).

Essas ideias de Cristo compartilham muitas semelhanças com o movimento feminista. Embora o feminismo traga na sua essência valores de igualdade e humanidade, a etimologia da palavra ainda gera controvérsias, além de algumas confusões e desconfianças, já que deriva de “feminino” (que vem da palavra *femina* — “mulher” em latim), acrescida do sufixo “ismo” (que significa “doutrina”). De acordo com o dicionário *online* Houaiss (2024), o feminismo trata-se de uma “doutrina que visa à extensão dos papéis femininos”. Mas, na prática, esse conceito de dicionário acaba sendo extremamente reducionista, tendo em vista que o feminismo vai muito além disso. Embora sua nomenclatura possa ser objeto de questionamento por linguistas e filósofos, o termo representa, na verdade, um **movimento de luta das mulheres**. Logo, nosso entendimento vai na direção de que a etimologia da palavra reflete a reivindicação do **protagonismo feminino** nessa batalha, pois todas as conquistas do feminismo resultaram da mobilização e da luta de milhares de mulheres ao longo da história. É importante que tenhamos em vista que nenhum direito ou espaço foi cedido generosamente pelos homens; todas as mudanças conquistadas em relação aos direitos das mulheres foram resultado da persistente **luta feminina**.

Na leitura de *Calibã e a Bruxa*, é possível identificar indícios de um movimento precursor do feminismo, considerando que, no período medieval, as mulheres já estavam envolvidas em mobilizações em defesa de seus direitos. De acordo com Federici (2017), é através da luta antifeudal que é possível identificar os primeiros sinais (na história europeia) do surgimento de um movimento de mulheres que desafiava a ordem estabelecida e contribuía para a criação de modelos alternativos de vida comunitária.

A luta contra o poder feudal produziu também as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre mulheres e homens. Combinadas à recusa do trabalho servil e das relações comerciais, estas formas conscientes de transgressão social construíram uma poderosa alternativa não só ao feudalismo, mas também à ordem capitalista que estava substituindo o feudalismo, demonstrando que outro mundo era possível, o que nos encoraja a perguntar por que ele não se desenvolveu (Federici, 2017, p. 45).

Lúcia Zolin (2019a) destaca três textos escritos por mulheres no século XVIII que foram essenciais para o desenvolvimento da consciência feminista. No texto *Algumas reflexões sobre o casamento*²⁴, publicado em 1730 pela escritora inglesa Mary Astell, a qual, além de ironizar a inteligência masculina, “questiona o fato de todos os homens nascerem livres e todas as mulheres nascerem escravas” (Zolin, 2019a, p. 213). De acordo com Astell, Deus teria distribuído a inteligência “a ambos os sexos com imparcialidade, mas que o conhecimento foi arrebatado pelos homens a fim de que eles se mantivessem no poder” (Zolin, 2019a, p. 213). Depois, em 1791, na França, Marie Olympe Gouges, embalada pelo espírito da Revolução Francesa, que sacudia a Europa desde 1789, escreveu a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*²⁵. Este documento “defende a ideia de que as mulheres devem ter todos os direitos que o homem tem ou quer para si, inclusive o de propriedade e de liberdade de expressão” (Zolin, 2019a, p. 213). Em 1792, na Inglaterra, Mary Wollstonecraft escreveu uma das principais obras da literatura feminista, intitulada *As Reivindicações dos Direitos da Mulher*²⁶ (Zolin, 2019a).

Baseada no argumento do dano econômico e psicológico sofrido pelas mulheres em decorrência de sua dependência forçada do homem e da exclusão da esfera pública, ela defende uma educação mais efetiva para elas, capaz de aproveitar-lhes o potencial humano e torná-las aptas para se libertarem da pecha da submissão e da

²⁴ Tradução para “*Some reflections upon marriage*”.

²⁵ Tradução para “*Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*”.

²⁶ Tradução para “*A vindication of the rights of woman*”.

opressão , tornando-se, de fato, cidadãs, como lhes é de direito (Zolin, 2019a, p. 213).

Embora as ideias expressas nessas declarações públicas tenham sido de extrema importância para o subsequente desenvolvimento do pensamento feminista, elas não tiveram efeitos imediatos no contexto em que foram divulgadas, pois foram manifestações isoladas e dispersas. O primeiro movimento organizado de mulheres que ficou mundialmente conhecido, e que a maioria dos acadêmicos classifica como *Primeira Onda Feminista*, “só entrou no cenário da política pública nos Estados Unidos e na Inglaterra por volta da segunda metade do século XIX, por meio de petições que reivindicavam o sufrágio feminino e das campanhas pela igualdade legislativa” (Zolin, 2019a, p. 213). De acordo com Bonnici (2007, p. 218), esse movimento “abrange o ativismo literário, cultural e político a partir das décadas finais do século 18 até a luta pelo direito de voto feminino nas primeiras décadas do século 20”. Em alguns países do mundo as mulheres não tinham o direito de trabalhar e, quando o faziam, precisavam da autorização do pai ou do marido — mas sempre recebendo salários menores do que os homens. Por isso, a situação das mulheres operárias sempre foi de maior vulnerabilidade e suas jornadas de trabalho acabavam sendo mais longas, tanto nas fábricas quanto como domésticas ou babás (Bonnici, 2007).

Além disso, na Inglaterra, por exemplo, “o direito de possuir e administrar a sua propriedade, independentemente da interferência de seu marido, foi concedido entre 1870 e 1908, após muita atividade lobista no parlamento” (Bonnici, 2007, p. 219). Em 1893, a Nova Zelândia foi um dos primeiros países do mundo a permitir que as mulheres votassem, de forma que, ao longo das primeiras décadas do século XX, devido à pressão das mulheres que se organizavam em marchas, esse direito foi sendo gradualmente conquistado em outros países. As mulheres que foram às ruas reivindicar pelo direito ao voto ficaram conhecidas como “sufragistas” e são tradicionalmente associadas ao feminismo da Primeira Onda — embora, como vimos, o movimento não tenha se limitado apenas à participação na política. Além de conquistar o direito das mulheres de votar e de serem votadas, esse movimento conseguiu fazer a sociedade reconhecer a mulher como uma cidadã plena, com direito à adquirir herança, propriedades e administrá-las sem a interferência de um homem, algo que até então era proibido, o que relegava as mulheres à submissão masculina.

Dessa forma, podemos assumir que a Primeira Onda Feminista representou um marco inicial na busca pela libertação das mulheres, considerando que, até então, a única forma de uma mulher sobreviver em uma sociedade capitalista era se submetendo à subserviência dos

homens. Seja dentro do casamento, como concubina ou até mesmo como prostituta, direta ou indiretamente, o sistema patriarcal assegurou que a fonte de sustento financeiro das mulheres derivasse exclusivamente dos homens. É interessante notar que as primeiras feministas enfatizaram que as mulheres deveriam receber instrução para melhor desempenharem seu papel como mães e esposas. “Até mesmo a primeira grande teórica feminista, Mary Wollstonecraft, atraiu as mulheres como grupo sobretudo no que dizia respeito à sua maternidade” (Lerner, 2022, p. 173). Podemos afirmar, portanto, que a “instituição materna” só veio a ser contestada e questionada pelas feministas da segunda geração.

Mesmo com as transformações que essas mudanças provocaram na sociedade, a situação das mulheres ainda estava longe do ideal, e as feministas seguiram lutando por outros espaços. Foi assim que surgiu a Segunda Onda Feminista. “Convencionalmente, poder-se-ia dizer que a *Segunda Onda Feminista* começa pela publicação, em 1949, de *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, e pelas atividades do Movimento pela Libertação da Mulher na década de 1960” (Bonnici, 2007, p. 235), estendendo-se até aproximadamente os anos 1980. O marco nesse período foi, sem dúvida, o surgimento da pílula anticoncepcional, na década de 1960, proporcionando uma verdadeira revolução sexual. A mulher passou a ter a oportunidade de controlar sua função reprodutiva, e as reivindicações feministas dessa geração incluíam não apenas maior inserção no mercado de trabalho, mas também liberdade sexual, autonomia reprodutiva e o direito ao aborto — tornando o corpo o elemento central da luta feminista.

Foi nesse contexto que a maternidade e suas problemáticas estiveram, pela primeira vez, no cerne das discussões, o que obviamente gerou tensões e discordâncias devido à diversidade de experiências e pontos de vista, dividindo o movimento. Mesmo assim, “embora certas atitudes feministas tenham propiciado um conceito de aversão à maternidade, a maioria vê a maternidade a partir de perspectivas positivas e de poder” (Bonnici, 2007, p. 179). Apesar de as pautas das ativistas da Segunda Onda terem sido de profunda relevância social e política, o feminismo ainda se tratava de um movimento de uma elite branca, uma vez que não incluía em suas agendas as demandas de mulheres negras, pobres, lésbicas etc, conforme observado por hooks (2019, p. 195):

Algumas mulheres de classe média e com ensino superior propuseram o argumento de que a maternidade constituía um sério obstáculo à libertação das mulheres, um mecanismo ardiloso destinado a confinar as mulheres em casa, mantendo-as prisioneiras de tarefas domésticas como limpar, cozinhar e cuidar de filhos. Outras simplesmente identificaram na maternidade e na criação dos filhos o *locus* da opressão da mulher. Se as mulheres negras tivessem expressado sua visão sobre a maternidade, esta certamente não teria sido definida como um sério obstáculo à

nossa liberdade como mulheres. Racismo, falta de emprego, falta de habilidades ou de formação e várias outras questões estariam no topo da lista — menos a maternidade. As mulheres negras não diriam que a maternidade nos impede de ingressar no mercado de trabalho, porque sempre trabalhamos.

Evidentemente, a situação das mulheres pobres e negras não era a mesma das intelectuais brancas, que, por pertencerem à elite, já tinham acesso a cursos superiores. A maioria das mulheres que reivindicava por igualdade de emprego muitas vezes contava com uma cuidadora — geralmente do sexo feminino e pertencente a uma classe social menos favorecida. Nesse sentido, o feminismo foi duramente criticado por defender apenas os direitos das mulheres de uma elite branca, que ainda se beneficiava da exploração de outras mulheres — que, por sua vez, seguiam sendo marginalizadas e subalternizadas. Dessa forma, não é surpreendente que as mulheres de grupos considerados minoritários não se sentissem representadas pela agenda do movimento feminista hegemônico.

Assim, a *Terceira Onda Feminista* surgiu não somente como uma alternativa a esses grupos dissidentes, mas também como uma resposta à Segunda Onda. Conforme destacado por Bonnici (2007), embora sujeito a algumas limitações e debates, há acadêmicos que situam nos Estados Unidos o surgimento do movimento conhecido como *Terceira Onda Feminista*, logo nos primeiros anos da década de 1990. O pesquisador também comenta que, em oposição às feministas da Segunda Onda, que exigiam a inserção da mulher nos espaços habitualmente dominados por homens,

as feministas da Terceira Onda, partindo do princípio de que a igualdade sexual não foi atingida e de que o feminismo continuará ativo até alcançar essa meta, problematizam e expandem os conceitos referentes ao gênero e à sexualidade [...]. Os itens na agenda da Terceira Onda Feminista incluem a teoria *queer*, a conscientização da negra, o pós-colonialismo, a teoria crítica, o transnacionalismo, a interpretação pós-estruturalista de gênero e sexualidade, dando menor ênfase à opressão patriarcal e mostrando maior interesse na igualdade dos sexos [...]. Acreditam que a negociação e a contradição das diferenças são próprias do feminismo contemporâneo, cuja identidade se caracteriza pela influência das feministas “marginalizadas” pela Segunda Onda, especialmente pessoas negras, hifenizadas, híbridas, migrantes, diaspóricas, não pertencentes à academia (Bonnici, 2007, p. 252-253).

Portanto, a Terceira Onda do feminismo abraça o conceito de “interseccionalidade”, reconhecendo que o feminismo hegemônico não aborda adequadamente a complexidade das experiências das mulheres, uma vez que a opressão que muitas enfrentam opera em múltiplos níveis, incluindo gênero, raça e classe, os quais se sobrepõem. Em linhas gerais, a

interseccionalidade trata-se de uma “tendência influenciada pelo pensamento pós-colonial (e sua concepção fraturada de identidade), empenhada em valorizar o lugar de enunciação, consequentemente, perspectivas plurais e dialógicas do sujeito do feminismo” (Zolin, 2019a, p. 233).

Patricia Hill Collins (2016, pp. 16-17) define interseccionalidade como uma área das ciências sociais e humanas que

investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Em um contexto marcado por imposição de comportamentos e controle do corpo feminino, a perspectiva do feminismo matricêntrico de Andrea O'Reilly (2019) oferece uma lente crucial. O'Reilly argumenta que, para além das estruturas patriarcais que oprimem as mães, existe uma experiência materna única e poderosa que pode ser fonte de agência e resistência. Embora a pílula tenha oferecido um controle reprodutivo sem precedentes, a materno-normatividade persistiu, e o feminismo matricêntrico busca justamente revalorizar a experiência da mãe, não como uma função imposta, mas como um locus de subjetividade e poder. A autora enfatiza que

Esse reposicionamento não pretende sugerir que um feminismo matricêntrico deva substituir o pensamento feminista tradicional; em vez disso, pretende enfatizar que a categoria de mãe é distinta da categoria de mulher e que muitos dos problemas que as mães enfrentam — sociais, econômicos, políticos, culturais, psicológicos e assim por diante — são específicos aos papéis e à identidade das mulheres como mães. De fato, as mães são oprimidas pelo patriarcado como mulheres e como mães. Consequentemente, as mães precisam de um modo matricêntrico de feminismo organizado a partir e para sua identidade e trabalho particulares como mães

Desse modo, a maternidade se configura como um espaço interseccional, no qual distintos eixos de opressão — como gênero, raça, classe e sexualidade — se entrelaçam, gerando experiências singulares de exclusão e resistência.

Portanto, embora a categoria “mãe” não constitua, em si mesma, uma interseccionalidade, ela representa uma posição social em que múltiplas estruturas de poder

convergem e se manifestam de modo particular. Como propõe Andrea O'Reilly (2016; 2019), as mães são oprimidas sob o patriarcado tanto como mulheres quanto como mães, o que revela a necessidade de um feminismo matricêntrico que reconheça as especificidades políticas, culturais e econômicas da experiência materna. Essa perspectiva dialoga com a formulação de Kimberlé Crenshaw (1989) sobre a interseccionalidade, na medida em que ambas evidenciam as limitações dos discursos feministas que universalizam a experiência das mulheres e ignoram as múltiplas posições de subordinação que as atravessam. Da mesma forma, Collins (1990) demonstra que, para as mulheres negras, a maternidade é atravessada por desigualdades raciais e de classe, configurando um lugar de resistência, mas também de sobrecarga. Assim, compreender a maternidade como um ponto de intersecção entre diferentes sistemas de poder permite desvelar não apenas o caráter relacional das opressões, mas também o potencial emancipatório de uma prática materna consciente de suas condições históricas e estruturais.

Como quase tudo no campo das ciências humanas, também não há consenso sobre este assunto, mas conforme Heloisa Teixeira²⁷ (2018), estamos vivendo a *Quarta Onda Feminista*. De acordo com essa autora, o feminismo contemporâneo, caracterizado por ela como “a explosão feminista”, surgiu na segunda década do século XXI e é reconhecido por uma linguagem política fortemente influenciada pelo ativismo midiático (Teixeira, 2020). A pesquisadora menciona que a ascensão de uma extrema direita conservadora serviu como catalisador para o surgimento das “novas feministas” (Teixeira, 2018; 2020). Para Teixeira, a linguagem da Quarta Onda é marcada pela “potencialização política e estratégica das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais e das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala” (2020, p. 12).

Por isso, Bonnici (2007) considera que “atualmente seria mais adequado falar em ‘feminismos’ por causa da extensa gama de definições dadas” (p. 86-87), tendo em vista que “o feminismo é um movimento internacional histórico e culturalmente muito diversificado” (p. 87), o qual abrange “o ativismo político feminista, a teoria acadêmica feminista, os protestos contra as bases nucleares [...], a luta pelo voto, os protestos contra o *sati* na Índia e a clitorectomia ou circuncisão feminina na África e na Ásia, a luta por oportunidades iguais no emprego” (p. 87), além de críticas à pornografia e à objetificação da mulher nas mídias, mas

²⁷ Heloisa Teixeira, que desenvolveu sua carreira acadêmica como Heloisa Buarque de Hollanda, através do qual alcançou reconhecimento nacional e internacional, recentemente optou por abandonar o sobrenome de seu primeiro marido, adotando o sobrenome de solteira de sua mãe como forma de desafiar o patriarcado — que, historicamente, “apagou” os sobrenomes das mulheres em sua descendência. Em respeito à escolha da autora, neste trabalho ela será referenciada como “Teixeira”.

sem desconsiderar “os direitos das mulheres negras em países industrializados, os direitos das lésbicas, a luta pela autonomia corporal” (Bonnici, 2007, p. 87), entre outros.

2.3.1 A “Revolução Sexual” após a pílula e a materno-normatividade

Conforme visto, ao longo da história, houve uma pressão cultural e social significativa para que as mulheres se tornassem mães e assumissem o papel de cuidadoras principais dos filhos, fazendo da maternidade uma norma social hegemônica. Neste aspecto, pode-se dizer que existe norma, a qual denominamos “materno-normatividade”. No campo simbólico, trata-se de um conjunto de regras que tornam a maternidade “obrigatória” (ou, em outras palavras, compulsória) para as mulheres. Antes da invenção da pílula, ter filhos era praticamente um destino inescapável para a maioria das mulheres. Nesse sentido, a pílula anticoncepcional foi revolucionária porque, até então, as mulheres praticamente não tinham controle sobre sua função reprodutiva. Ou seja, a capacidade de decidir quando iria tornar-se mãe era extremamente limitada, uma vez que o momento oportuno era frequentemente determinado pela vontade dos maridos ou atribuído a “forças divinas”. A autonomia e vontade das mulheres raramente eram levadas em conta, tampouco a ideia de não ter filhos por opção era considerada um caminho viável para uma “moça de família” — pois o sexo para fins não reprodutivos era visto como pecado.

Como mencionado anteriormente, foi durante a Segunda Onda Feminista que surgiu a primeira pílula anticoncepcional, que desempenhou um papel fundamental na Revolução Sexual ocorrida em meados de 1960. De acordo com a pesquisadora Georgiane Garabely Vázquez (2015, p. 102),

a década de 1960 apresentou-se como um divisor de águas na política da fertilidade humana. A chamada Revolução Sexual que veio acompanhada do advento da pílula e, posteriormente, de outros métodos contra a gravidez aumentou o controle feminino sobre seu próprio corpo, diminuiu o número de crianças, e as mulheres passaram a ter maior controle sobre sua sexualidade, chegando a, em alguns casos, optar por nunca ter filhos.

Antes da primeira metade do século XX, o único método verdadeiramente eficaz para evitar a gravidez era a abstinência sexual, uma opção viável apenas para mulheres que permanecessem solteiras (o que não era socialmente aceito) ou que viviam confinadas em

conventos (a única forma de solteirice vista como uma escolha respeitável). O diafragma²⁸, embora existisse, era praticamente inacessível para a maioria das mulheres e sua eficácia era de aproximadamente 70%. Além disso, havia métodos menos confiáveis de contracepção natural, como o “coito interrompido” e o método do calendário, popularmente conhecido como “tabelinha”. Portanto, “a reprodução humana colocada como uma escolha só viria a acontecer mediante o desenvolvimento de ideias sobre contracepção” (Vázquez, 2015, p. 97). As inovações tecnológicas impulsionadas pelo contexto pós-Guerra, combinadas com mudanças nos valores sociais, em parte promovidas por feministas, juntamente com o interesse de alguns países em controlar a natalidade, possibilitaram o desenvolvimento e a comercialização da pílula anticoncepcional (Vázquez, 2015; Dias, 2019). Conforme mencionado por Tânia Maria Dias,

a história do desenvolvimento da primeira pílula anticoncepcional esteve ligada a nomes como Margeth Sanger, Gregory Pincus, John Rock, Katherine McCormik e da organização *Planned Parenthood Federation of America* (PPFA) — que possuía o objetivo de disseminar informações sobre contraceptivos, onde Margareth Sanger atuava, desde sua criação em 1940. Sanger foi enfermeira, ativista e defensora dos direitos da mulher, principalmente, direitos à contracepção e ao aborto. Sempre defendeu a ideia de um contraceptivo que pudesse ser de fácil acesso, simples, barato e controlado pelas mulheres. No pós-guerra, investiu esforços para fomentar pesquisas que pudessem melhorar os métodos contraceptivos existentes e lançar novos produtos (Dias, 2019, p. 29).

É fundamental destacar que, apesar de a indústria farmacêutica estar ciente de que essa descoberta enfrentaria significativa resistência moral e religiosa, as pesquisas que levaram ao desenvolvimento da pílula anticoncepcional receberam financiamento e recursos para progredir. Além das influências sociais e culturais mencionadas anteriormente, os avanços científicos nas décadas precedentes, particularmente nas áreas de fisiologia reprodutiva e endocrinologia (com foco no estudo dos hormônios sexuais), desempenharam um papel crucial no desenvolvimento dos contraceptivos hormonais durante a segunda metade do século XX (Dias, 2019).

²⁸ O diafragma, também conhecido como pessário de Massinga, é um método contraceptivo de barreira inventado em 1880 pelo médico alemão Hasse. Embora tenha sido amplamente difundido na Holanda e na Alemanha no final do século XIX, sua notoriedade se deu quando Margareth Sanger o levou para os Estados Unidos, em 1920. No entanto, o diafragma só chegaria ao Brasil em 1980, quando a pílula anticoncepcional e os dispositivos intra-uterinos já estavam disponíveis no mercado. O diafragma nunca foi muito popular em países do Sul Global, pois as políticas públicas de planejamento familiar privilegiam métodos de longa duração. Isso se deve ao fato de que métodos contraceptivos controlados pelas mulheres tendem a ter eficácia reduzida em populações com menor acesso à educação formal (Kalckmann, 1999).

Após um longo processo de pesquisa e desenvolvimento, em 1956, foram iniciados os testes clínicos, em Porto Rico, com a finalidade de aferir a eficácia e a segurança contraceptiva desse novo produto. Os comprimidos continham uma combinação de progesterona (*norethynodrel*) e uma pequena quantidade de estrogênio (mestranol), ambos compostos do laboratório Searle, que com a capacidade de elevar os níveis hormonais no sangue inibiam a ovulação e aumentavam a espessura do muco cervical [...]. Os testes provaram eficácia de quase 100%, entre as participantes que faziam o uso adequadamente. Embora muitas mulheres apresentassem efeitos colaterais, como náuseas, dores de cabeça, tontura e desconforto intestinal, ao concluírem os ensaios clínicos, Pincus, Rock e os gestores da Searle acreditaram que haviam testado adequadamente e por tempo suficiente o novo medicamento contraceptivo (Dias, 2019, p. 30).

Oliveira (2012) também destaca que “foi no século XX que a Ciência profanou a imutabilidade do Feminino. A descoberta da contracepção, introduzindo liberdade cultural onde antes só se conhecia fatalidade natural, permitiu às mulheres, pela primeira vez, separar prazer e procriação” (Oliveira, 2012, p. 57). As feministas celebraram o surgimento da pílula anticoncepcional, pois viam no controle da fertilidade um aspecto crucial da libertação feminina. No entanto, seria ingênuo pensar que a disponibilidade da pílula hormonal por si só garantiria às mulheres uma plena autonomia sobre seus corpos. Apesar da alta eficácia dos contraceptivos, nenhum método é 100% seguro e, mesmo assim, o aborto continua sendo proibido na maioria dos países. Em muitas culturas, as decisões sobre reprodução são determinadas por normas sociais e religiosas, e não pela vontade das mulheres.

Mesmo em contextos ocidentais, há disparidades socioeconômicas que limitam a capacidade das mulheres de tomar decisões sobre maternidade, tornando-a mais uma imposição do que uma escolha consciente. Como Simone de Beauvoir observou, “não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio” (2019a, p. 89). O que podemos concluir disso é que, ainda hoje, persiste um sistema de coerção que tenta impor a maternidade como uma obrigação moral para as mulheres. No entanto, essa pressão muitas vezes se manifesta de forma simbólica e é disfarçada sob o discurso do amor e da realização feminina; mais adiante, voltaremos a este ponto trazendo a perspectiva de Valeska Zanello (2018), que aborda essa questão a partir do que ela denominou de dispositivos amoroso e materno. Dessa forma, são criados obstáculos culturais e ideológicos que limitam a autonomia das mulheres em relação às suas escolhas reprodutivas.

Segundo Orna Donath (2017),

ainda que a recusa em ser mãe não caracterize necessariamente um determinado grupo social (por exemplo, mulheres brancas de classe média, cultas e laicas), pode ser que essas sejam as mulheres que têm condições sociais de expressar sua atitude, enquanto aquelas que vivem em circunstâncias nas quais se entrelaçam várias formas de marginalização e opressão podem ter pouco espaço para fazê-lo sem serem severamente punidas mais uma vez. Em outras palavras, apesar de mulheres de todos os grupos sociais poderem sentir que não querem ser mães, a capacidade de expressar isso e de viver de acordo com esse desejo pode estar a favor das mulheres dos grupos dominantes. Ainda assim, mesmo quando são capazes de expressar sua vontade de não ser “mãe de ninguém”, e de fato o fazem, não é raro que a maioria se sinta forçada a ceder em seus desejos iniciais (p. 50-51).

Nesse trecho, Donath expõe a força dos valores patriarcais e das expectativas culturais que continuam a moldar as trajetórias femininas, mesmo nas esferas mais privilegiadas.

Portanto, afirmar que o advento da pílula traduziu-se um poder de escolha para todas as mulheres — permitindo-lhes decidir quando (e se) desejam ter filhos — implica em ignorar a diversidade de situações enfrentadas por mulheres em todo o mundo. Muitas ainda sofrem com barreiras à liberdade individual, com suas mentes influenciadas por ideias colonizadoras e vivendo em contextos de opressão, com acesso limitado a informações básicas sobre educação sexual. Por isso, consideramos essencial que o feminismo permaneça ativo para, antes de tudo, libertar as mentes das mulheres do pensamento patriarcal. Segundo Lerner (2022), isso só será alcançado por meio da criação da consciência feminista, a qual pode ser cultivada e se manifestar de várias maneiras — uma delas é justamente o objeto desta pesquisa: o texto literário.

Embora o mercado editorial ainda seja bastante desigual em relação a publicações entre homens e mulheres, na contemporaneidade, já existem livros numerosos de autoria feminina. Tanto de ficção quanto de não ficção, essas obras destacam-se pelo seu compromisso em abordar o ponto de vista da mulher, constituindo uma escrita subversiva (Zolin, 2021). Essa nova estética literária, além de dar voz e protagonismo às mulheres, desafia as convenções sociais estabelecidas, desconstruindo a visão idealizada da maternidade e da figura materna, as quais foram moldadas ao longo dos séculos de maneira artificial. Foi justamente o surgimento desse tipo de literatura, impulsionada pelas transformações sociais mencionadas, que possibilitou a condução desta pesquisa. Portanto, a partir da disseminação das ideias do feminismo, especialmente no decorrer do século XX, emergiu, também, um novo fazer literário. Escritoras passaram a reconfigurar as temáticas e a representação da figura feminina na ficção literária. Para a crítica literária Lúcia Zolin (2019a),

no que se refere aos lugares ocupados pelas mulheres na sociedade e sua presença no universo literário, essa visão deve muito ao feminismo, que pôs a nu as circunstâncias sócio-históricas entendidas como determinantes na produção literária. Do mesmo modo que fez perceber que os estereótipos femininos negativos, largamente difundidos na literatura e no cinema, constituem-se num considerável obstáculo na luta pelos direitos das mulheres (Zolin, 2019a, p. 211).

Essa autora, portanto, considera que o feminismo revelou não apenas as dinâmicas de exclusão e marginalização das mulheres na literatura, mas também como os estereótipos femininos negativos — amplamente difundidos na literatura e no cinema —, funcionam como instrumentos de controle social. Embora seja possível observar um movimento de mudança nesse sentido, posteriormente abordaremos algumas representações artísticas contemporâneas que ainda seguem a cartilha do patriarcado e discutiremos como esses estereótipos são predominantes e mantêm as mulheres em posições subordinadas. Em contrapartida, conforme também será exposto no próximo capítulo, emergiram narrativas, de autoria feminina, que trazem a perspectiva feminina para o centro, abordando temas como amizade entre mulheres, aborto, estupro, sexualidade, maternidade *etc* (Figueiredo, 2020).

A maternidade, por ser amplamente naturalizada socialmente, raramente era problematizada na ficção literária antes dos movimentos feministas. Nesse aspecto, a literatura, ao retratar experiências de mães que não se conformam com os padrões socialmente impostos e não se encaixam no arquétipo romântico e hegemônico da maternidade, tem cumprido uma importante função social — a qual se encaixa no que Antonio Candido (2012) caracteriza como *função humanizadora* da literatura. Ao desestabilizar visões de mundo preestabelecidas, especialmente no que diz respeito à idealização da maternidade, a literatura assume uma função transformadora, que vai além do simples relato de experiências individuais. Esse debate, impulsionado pelos movimentos feministas, abre espaço para a revisão crítica da posição da mulher na ficção, tanto como objeto de representação quanto como autora.

No próximo tópico, exploraremos como essas transformações têm impactado a crítica literária e a produção de textos escritos por mulheres, analisando as revisões teóricas que emergiram a partir dos movimentos feministas.

2.4 MULHERES NA/ DA FICÇÃO: REVISÕES CRÍTICAS E TEÓRICAS

A literatura tem sido território masculino desde sempre, e quando a maternidade aparece nos textos assinados por homens, é sob o ponto de vista do marido ou do filho. A vida das mulheres fica invisibilizada, e embora tenha havido escritoras que deixaram registro de suas vivências em obras notáveis, seus trabalhos não tiveram a mesma difusão que os de seus pares masculinos. O patriarcado não só silenciou a experiência materna no aspecto social, mas também cultural.

(Vivas, 2021, p. 79)

Neste subcapítulo, analisaremos diversas teorias literárias com o objetivo de demonstrar como a posição da mulher na ficção, tanto como escritora quanto como personagem, tem se transformado ao longo das últimas décadas. Para realizar esta tarefa, começaremos abordando o papel da crítica feminista nesse percurso. Zolin (2019b) destaca que a crítica feminista surgiu por volta de 1970, no contexto do movimento feminista. Ela acrescenta que essa vertente trouxe à tona uma tradição literária de textos escritos por mulheres, os quais haviam sido ignorados e silenciados pela história da literatura até então.

Tomando como elemento norteador a bandeira do feminismo e, portanto, a ótica da alteridade e da diferença, muitos historiadores literários começaram a resgatar e a interpretar a produção literária de autoria feminina, numa atitude de historicização que se constituiu como **resistência à ideologia que historicamente vinha regulando o saber sobre a literatura** (Zolin, 2019b, p. 319 – grifos nossos).

A autora acrescenta que, nos últimos anos, foram resgatadas inúmeras obras de escritoras do século XIX que, apesar de sua qualidade estética, foram relegadas ao esquecimento e negligenciadas pelo cânone e pela crítica por, supostamente, serem de baixo valor estético frente às “altas literaturas” de autoria masculina (Zolin, 2019b). É inegável que o feminismo vem provocando mudanças significativas na sociedade como um todo, não apenas na vida das mulheres. A crescente presença feminina no mundo do trabalho, na academia, na literatura e nas artes está redefinindo a prática científica e a visão de mundo.

Historicamente, o cânone literário, tido como um perene e exemplar conjunto de obras-primas representativas de determinada cultura local, sempre foi constituído pelo homem ocidental, branco, de classe média alta; portanto, regulado por uma ideologia que exclui os escritos das mulheres, das etnias não brancas, das chamadas minoria sexuais, do seguimento sociais menos favorecidos etc. Para a mulher inserir-se neste universo, foram precisos uma ruptura e o anúncio de uma alteridade em relação a essa visão de mundo centrada no logocentrismo e no falocentrismo (Zolin, 2019b, p. 319).

Dessa forma, aspectos anteriormente negligenciados ou simplificados pela perspectiva masculina dominante na literatura passaram a ser abordados de forma mais profunda e autêntica. Além disso, a representação e presença limitadas das mulheres na literatura refletia as normas sociais e as expectativas de gênero da época, que, muitas vezes, relegavam às mulheres ao papel de cuidadoras e donas de casa, com suas vozes e experiências subjugadas, tanto na escritura quanto nas representações artísticas.

Beauvoir (2019b) declara que as mulheres são “herdeiras de uma tradição de submissão” (p. 504). Em *Literature after Feminism*, a crítica literária norte-americana Rita Felski (2003) argumenta que o atravessamento de gênero deixa marcas profundas na psique das mulheres e, por conseguinte, influencia a sua escrita. Para ela, são textos que, se lidos corretamente,

revelarão evidências convincentes da luta da autora para encontrar um eu verdadeiro por trás dos “eus copiados” da cultura patriarcal. O verdadeiro significado da escrita das mulheres está abaixo da superfície, em mensagens ocultas e pistas submersas. Porque esse significado é socialmente inaceitável e até mesmo subversivo, ele é enterrado profundamente no texto. A crítica feminista está envolvida em um projeto de escavação, cavando pelas camadas da linguagem para descobrir vestígios abafados da identidade e do desejo femininos. Ela é capaz de recuperar essas mensagens subterrâneas por causa de sua afinidade com a autora mulher. Sua própria experiência como mulher a torna uma leitora ideal dos textos de mulheres, permitindo que ela decifre as marcas ocultas da psique feminina (Felski, 2003, p. 69)²⁹.

Felski sugere, portanto, que a escrita das mulheres é moldada por experiências e desafios únicos impostos pela cultura patriarcal, que podem estar escondidos sob a superfície dos textos. Essa ideia de que a verdadeira essência da autoria feminina é frequentemente oculta e precisa ser “escavada” pela crítica literária propõe que a crítica feminista deve assumir o papel de “arqueóloga da literatura”, em busca de significados que são frequentemente silenciados.

Essa ideia de Felski coincide com a de Zolin (2021), ao reiterar que “as escritoras engendram narrativas a partir de argumentos que, em alguma medida, remetem a sinais da

²⁹ Tradução nossa para “[they] will yield compelling evidence of the author's struggle to find a real self behind the 'copy selves' of patriarchal culture. The true meaning of women's writing lies beneath the surface, in covert messages and submerged clues. Because this meaning is socially unacceptable and even subversive, it is buried deep within the text. The feminist critic is involved in a project of excavation, burrowing through the layers of language to uncover muffled traces of female identity and desire. She is able to retrieve these subterranean messages because of her kinship with the female author. Her own experience as a woman renders her an ideal reader of women's texts, allowing her to decipher the covert marks of the female psyche” (Felski, 2003, p. 69).

ancestral opressão das mulheres, [...] porque eles, irremediavelmente, integram seu cosmos feminino” (Zolin, 2021, p. 37). Zolin indica que a história de luta das mulheres não apenas influencia suas vivências como indivíduos, mas se torna um elemento intrínseco às suas produções literárias. Essa perspectiva enfatiza que a literatura de autoria feminina não é apenas uma expressão individual, mas um reflexo das lutas coletivas e das narrativas compartilhadas por mulheres ao longo do tempo. Logo, a literatura produzida após os feminismos traz à tona o importante debate social sobre a história de opressão das mulheres, pois mesmo com os avanços sociais e direitos civis conquistados, as consequências persistem.

Como bem se sabe, as mulheres historicamente sempre estiveram sujeitas a regras instituídas por força de poderes hegemônicos e masculinistas que, quase sempre, lhes negavam a humanidade, tolhendo-lhes os direitos básicos de se expressarem, de demonstrarem seus anseios, de transporem os muros da casa, de gerirem, enfim, a própria existência. E quando os feminismos, enfim, lhes devolvem tais direitos, as marcas da opressão não podem ser simplesmente apagadas, seus resquícios, transmutados em respostas, aparecem como pano de fundo dos enredos [...] (Zolin, 2021, p. 37-38).

A autora enfatiza que as normas impostas às mulheres restringiram sua capacidade de viverem plenamente, tanto em esferas pessoais quanto sociais. Ao afirmar que os feminismos, ao longo do tempo, restituíram direitos fundamentais às mulheres, Zolin sublinha a relevância desse movimento na luta pela autonomia feminina. Entretanto, a autora também evidencia a persistência das cicatrizes deixadas por essa opressão, que não podem ser simplesmente desconsideradas ou erradicadas, tendo em vista que a *psique* dos indivíduos é moldada de acordo com as regras de sua socialização.

Além disso, as questões abordadas pelas mulheres transcendem a visão limitada do olhar masculino, introduzindo personagens femininas mais intrincadas e multifacetadas, as quais desafiam as concepções tradicionais de feminilidade até então estabelecidas. Segundo Zolin (2021), a literatura escrita por mulheres “vem sendo frequentemente abordada a partir de seu viés subversivo dos padrões representacionais nascidos da tradição patriarcal, propagados no tempo e arraigados no inconsciente coletivo” (p. 14). A pesquisadora explica que as personagens “são construídas de modo a promover a desconstrução da suposta naturalidade das práticas de dominação masculina e da resignação feminina” (Zolin, 2021, p. 14). Dessa forma, a ficção contemporânea oferece uma visão mais complexa das relações familiares e das experiências específicas do universo feminino. Com isso, nessas obras, a noção de feminilidade também torna-se mais multifacetada.

A partir do século XX observou-se um considerável aumento no número de escritoras na literatura, até então predominantemente masculina. É fundamental destacar que, apesar disso, essa desigualdade ainda está longe de ser superada, tendo em vista que homens são muito mais publicados e, conseqüentemente, lidos. Felski (2003, p. 58) entende que o problema é que “as mulheres não receberam prontamente os poderes numinosos de criar mundos e se autoformar. Seu trabalho tem sido frequentemente visto como derivado e secundário, menor em vez de universal, autorizado por outros em vez de autoautorizado”³⁰. Quando a autora fala que o trabalho literário produzido por mulheres frequentemente foi considerado como derivado, significa que eles eram considerados uma extensão ou mera imitação do trabalho masculino, em vez de algo original e autônomo. Isso se deve ao fato de as mulheres, por muito tempo, terem sido consideradas incapazes de realizar qualquer trabalho criativo ou artístico, por serem vistas como intelectualmente inferiores aos homens. Felski, portanto, rejeita esse ponto de vista e sugere que essa perspectiva depreciativa do trabalho criativo das mulheres reflete uma desigualdade de poder e reconhecimento na esfera cultural e artística.

Figueiredo (2020) explica que “a literatura foi gerada por uma ‘economia libidinal e cultural masculina’ com o recalçamento da palavra das mulheres, condenadas ao silêncio” (p. 73). A descrição persistente da mulher pelos olhos dos homens sugere que essa perspectiva falocêntrica contribuiu, em parte, para a “outremização” da mulher — a concepção freudiana que a coloca como “Outro”. O próprio complexo de castração levaria a mulher a identificar-se com a dita “feminilidade”, transformando-se nesse “Outro,” incompreensível na ótica masculina.

Virgínia Woolf, famosa romancista inglesa, é também autora de alguns ensaios feministas que abordam as dificuldades que uma mulher escritora enfrentava; nesses textos, ela refletiu sobre o fazer literário e o lugar da mulher na literatura. Em *Um teto todo seu* (2014, publicação de 1929), ela conclui que “uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção; e isso, como vocês verão, deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção” (Woolf, 2014, p. 10). Quando Woolf fala do “grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção”, ela reflete sobre como a ausência de liberdade, tanto econômica quanto espacial, molda a produção literária das mulheres. Woolf sugere que a

³⁰ Tradução nossa para “Women have not been readily granted the numinous powers of world-making and self-fashioning. Their work has often been seen as derivative and secondary, minor rather than universal, authorized by others rather than self-authorizing.” (Felski, 2003, p. 58)

experiência das mulheres como escritoras foi distorcida pela opressão e pelas expectativas sociais, que limitam suas vozes e criam barreiras à criação literária genuína e inovadora.

Em *Profissões para mulheres* (2021, texto derivado de um discurso proferido por ela em 1931 e publicado postumamente, em 1942), Woolf retorna ao assunto e emprega uma metáfora para explicar o pensamento patriarcal personificado no fantasma de uma mulher, a quem ela se refere como o “Anjo do Lar”: “segundo o Anjo do Lar, as mulheres não podem tratar de nenhuma dessas questões [relações humanas, moral, sexo] com liberdade e franqueza; se quiserem se dar bem, elas precisam agradar, precisam conciliar, precisam — falando sem rodeios — mentir” (Woolf, 2021, p. 13). Nesse texto, a escritora reconhece que, para ela, só foi possível “matar” esse fantasma porque “alguns excelentes antepassados me deixaram um bom dinheiro [...], e assim eu não precisava só do charme para viver” (Woolf, 2020, p. 12-13). Em outras palavras, Virgínia Woolf reconhecia que sua condição econômica privilegiada fora um fator determinante para ela se estabelecer como escritora.

Todavia, poucas mulheres tiveram a mesma sorte de herdar uma pequena fortuna, como foi o caso da escritora inglesa. Várias escritoras que vieram antes e depois dela foram relegadas ao esquecimento ou enfrentaram restrições severas, primeiro para conseguir tempo para se dedicar à escrita (em uma sociedade machista, sabemos que o tempo livre de uma mulher raramente é igual ao tempo livre de um homem) e, depois, para conseguir publicar seus livros (como mencionado, as editoras consideravam que a literatura produzida por mulheres eram pertencentes a um gênero “menor”).

Felski (2003) também aborda esse tema, e destaca que as críticas feministas

listaram as muitas barreiras e obstáculos enfrentados pelas mulheres que queriam escrever: dependência econômica, falta de tempo e espaço, a intrusão implacável da vida cotidiana na forma de bebês chorões ou maridos irritados, a depreciação enfrentada por mulheres que optaram por permanecer solteiras ou sem filhos para se dedicar mais plenamente à sua escrita. Não menos importantes do que tais restrições materiais eram os mitos e visões predominantes de autoria (p. 58)³¹.

Mas, aos poucos, a literatura de autoria feminina vem ganhando força e captando a atenção dos pesquisadores, dando origem a um novo campo de estudos literários: a crítica literária feminista. Para Zolin (2019a), esse campo de estudo trata-se de uma importante

³¹ Tradução nossa para “They listed the many hurdles and obstacles faced by women who wanted to write: economic dependency, lack of time and space, the relentless intrusion of everyday life in the form of squalling infants or testy husbands, the disparagement faced by women who chose to remain single or childless to devote themselves more fully to their writing. No less important than such material constraints were the prevail-ing myths and visions of authorship” (Felski, 2003, p. 58).

ferramenta a qual podemos recorrer atualmente para leitura e interpretação de textos literários. A autora considera que essa vertente “é profundamente política, na medida em que trabalha no sentido de interferir na ordem social. **Trata-se de um modo de ler a literatura confessadamente empenhado**, voltado para a desconstrução do caráter discriminatório das ideologias de gênero” (Zolin, 2019a, p. 212 – grifos nossos).

Figueiredo (2020) observa que “nos últimos cinquenta anos, nota-se um aumento na produção de autoria feminina em que se destacam várias tendências” (p. 12). Ao longo de sua carreira acadêmica, a pesquisadora vem tentando responder sobre *o que falam as mulheres*. De acordo com ela,

as autoras têm demonstrado cada vez maior liberdade na escrita ficcional de aspectos que envolvem seus corpos, abordando temas como erotismo, gravidez, aborto, maternidade, estupro, incesto, relações abusivas, menstruação, TPM, distúrbios alimentares (anorexia e bulimia), automutilação, prostituição, lesbianidade, velhice (Figueiredo, 2020, p. 11).

Também em uma investigação a respeito dos temas presentes nos romances, Zolin (2021) conclui que cerca de 40% dos romances escritos por mulheres exploram questões familiares e amorosas. Entretanto, ao contrário dos romances urbanos do século XIX, a ficção contemporânea frequentemente permite “com muita frequência, a revisão e a atualização de estruturas de pensamento e de comportamento derivadas de ideologias opressoras, como a patriarcal, berço das hierarquias de gênero” (Zolin, 2021, p. 15). Essa citação sublinha a evolução temática e crítica na literatura produzida por mulheres na contemporaneidade, o que indica um movimento consciente na literatura para questionar e transformar as narrativas históricas e culturais que perpetuam a desigualdade de gênero. A literatura torna-se, assim, um espaço de resistência e transformação social, refletindo e promovendo mudanças nas estruturas de poder e nas relações de gênero.

2.4.1 Aspectos polêmicos da Teoria Literária

No sentido amplo, a literatura pode ser entendida como tudo o que está registrado por escrito em qualquer área do conhecimento. No entanto, para os propósitos deste estudo, adotaremos uma definição mais estrita de literatura, referindo-nos especificamente aos textos literários, ou seja, a *literatura como expressão da arte*. Contudo, a própria teoria literária é

repleta de controvérsias e discussões intermináveis que, muitas vezes, não chegam a conclusões definitivas. Dessa forma, evitaremos adentrar no debate sobre *o que é considerado literatura* pelo cânone. Em vez disso, abordaremos brevemente alguns aspectos da teoria literária que consideramos mais relevantes para os propósitos deste estudo. Dentre esses aspectos, destacamos especialmente a questão da autoria, dos narradores-personagens e da criação de personagens, pontos que consideramos cruciais para nossa pesquisa e que, portanto, merecem uma análise mais aprofundada.

A presença das mulheres na literatura não se limitou ao debate social em torno da maneira peculiar na abordagem dos problemas por parte das escritoras, mas também reacendeu uma antiga polêmica literária sobre autoria. Conforme Rita Felski (2003), algumas críticas feministas argumentam que discussões sobre autoria na teoria literária ganharam relevância apenas após o surgimento do feminismo e do aumento do interesse pela literatura escrita por mulheres.

Os críticos, em outras palavras, muitas vezes discordavam sobre o mérito de recorrer ao autor. As feministas que notaram esse conflito de opinião muitas vezes não se contentaram em parar por aí. Não é coincidência, elas alegaram, que no exato momento em que as mulheres estavam ganhando proeminência na academia, os estudiosos do sexo masculino começaram a menosprezar toda conversa sobre autoria como ultrapassada. Ameaçados pelo dramático aumento do interesse pela escrita das mulheres, esses estudiosos estavam tentando sabotar a crítica feminista ao desacreditar um de seus conceitos orientadores. Reconhecidamente, a rejeição da autoria poderia ser irritante para as críticas que estavam começando a lidar com a questão da criatividade feminina (Felski, 2003, p. 58)³².

Anteriormente, a crítica literária considerava a figura do autor inseparável do conteúdo de seus textos. Felski explica esse fenômeno destacando que teóricos renomados, como Michael Foucault e Roland Barthes, trouxeram à tona questionamentos sobre a importância da autoria nos estudos literários. Em *A morte do autor* (1968), Barthes argumentou que o papel do autor deveria ser minimizado, pois o verdadeiro significado de um texto não deveria ser limitado à intenção ou biografia do escritor. Em vez disso, a obra deveria ser apreciada em sua multiplicidade de sentidos e ressignificada pelo leitor (Barthes, 2004).

³² Tradução nossa para: “Critics, in other words, have often clashed on the merits of recourse to the author. Feminists who noted this conflict of opinion were often not content to stop there. It is no coincidence, they claimed, that at the very moment women were gaining prominence in the academy, male scholars began to disparage all talk of authorship as passe. Threatened by the dramatic upsurge of interest in writing by women, these scholars were trying to sabotage feminist criticism by discrediting one of its guiding concepts. Admittedly, the breezy dismissal of the author could be infuriating to critics who were beginning to grapple with the question of female creativity.” (Felski, 2003, p. 58)

Em resposta à pergunta de Foucault "Que importa quem está falando?" elas responderam que isso importava muito. Quando Barthes falava de rejeitar o Deus-Autor, elas apontaram que ser confundido com Deus não era um problema comum para as escritoras. No entanto, a maioria daqueles que proclamaram a morte do autor foram, eu suspeito, indiferentes ao invés de abertamente hostis à crítica feminista (Felski, 2003, p. 58)³³.

Segundo Felski, Barthes e Foucault levantaram argumentos que contestavam a centralidade do autor na interpretação e compreensão das obras literárias. Ou seja, a crítica de Felski sugere que houve um esforço da crítica em minimizar a importância da mulher como escritora.

Todavia, segundo a ótica da crítica feminista, autor e obra devem continuar sendo consideradas categorias indissociáveis — em contraste com a teoria literária que eclodia da época, a qual visava valorizar exclusivamente a obra em si, desconsiderando quem a produzia. Esse novo olhar tem impactado significativamente a forma como se escreve e se concebe a literatura, de forma que é possível afirmar que o aumento da participação das mulheres nessa área representou uma mudança fundamental na teoria literária. Conforme argumenta Felski, “a autoria foi vigorosamente defendida como uma parte indispensável do *kit* de ferramentas feminista, uma forma de rastrear as injustiças históricas enfrentadas por mulheres escritoras e de avançar em direção a formas de conhecimento mais adequadas e inclusivas” (2003, p. 58)³⁴.

Contudo, é crucial considerarmos esses pontos sobre a autoria ao analisar os romances do *corpus* desta pesquisa, sobretudo *A filha perdida*, de Elena Ferrante — escritora que optou por manter sua identidade em sigilo justamente para evitar correlações entre sua vida e sua obra. Na sociedade moderna, estamos habituados a buscar informações sobre nossos ídolos na mídia, procurando conexões entre suas obras de ficção e suas vidas pessoais. A falta de acesso a essas informações sobre Ferrante, embora por vezes possa frustrar seus leitores, também confere uma certa atmosfera de mistério em torno da persona da escritora. Felski (2003) argumenta que essa expectativa é bastante comum porque

³³ Tradução nossa para “In response to Foucault's 'What matter who's speaking?' they replied that it mattered a great deal. When Barthes spoke of debunking the Author-God, they pointed out that being confused with God was not a common problem for female writers. Yet most of those who proclaimed the death of the author were, I suspect, indifferent rather than openly hostile to feminist criticism” (Felski, 2003, p. 58).

³⁴ Tradução nossa para “authorship was vigorously defended as an indispensable part of the feminist toolkit, a way of tracking the historical injustices faced by women writers and of moving toward more adequate and inclusive forms of scholarship” (Felski, 2003, p. 58).

Os autores se apresentam diante de nós como criadores carismáticos ou confidentes íntimos, figuras aureoladas com intensidades de significado brilhantes e altamente carregadas. Por exemplo, algumas formas populares de falar sobre autoria frequentemente dão a entender que um livro é uma extensão da alma do escritor, um derramamento íntimo do eu interior do escritor. Somos incentivados a ler de forma autobiográfica, a imaginar uma conexão intensa e simbiótica entre autor e obra. Essa maneira de pensar está tão profundamente arraigada que parece natural. Quando viramos as páginas de um livro, podemos imaginar um indivíduo por trás das palavras: alguém empático ou julgador, caloroso ou distante, alguém que é amigo, inimigo ou cúmplice (p. 61)³⁵.

O fato de sua identidade ser um mistério levou a inúmeras alegações de que Elena Ferrante poderia ser um homem, apesar de ela própria já ter declarado que é uma mulher — tal atitude desvaloriza o trabalho feminino. Em uma cultura historicamente misógina, não é surpreendente que o sucesso editorial de uma romancista mulher seja alvo de desconfiança e, até mesmo, inveja. Mesmo assim, Ferrante tem sido amplamente estudada e analisada pela crítica feminista como uma escritora mulher, devido à maneira como suas narrativas exploram e problematizam as experiências e identidades femininas e também em respeito à autodeclaração da autora. Em sua tese *Maternidade incômoda e jogos de espelhos femininos na tetralogia napolitana de Elena Ferrante*, Emília Rafaelly Soares Silva cita que

a febre Ferrante é explicada [...] pelo alcance popular dos romances da autora, pelos inúmeros trabalhos produzidos até então acerca de suas produções e pelos diversos temas do universo feminino que sua obra tem suscitado pesquisa, principalmente aqueles relacionados ao casamento, à maternidade e ao divórcio (Silva, 2022, p. 23).

As narrativas dessa escritora desafiam as concepções tradicionais da maternidade, oferecendo uma visão mais complexa das relações familiares e das vivências específicas do universo feminino, que anteriormente eram frequentemente negligenciadas ou simplificadas pela perspectiva masculina dominante na literatura. Logo, pode-se afirmar que a entrada das mulheres no mundo da literatura trouxe uma nova perspectiva e complexidade para a descrição das experiências femininas. Ao trazer à tona questões que antes eram pouco exploradas ou mal representadas, ao lermos autoras mulheres, temos uma compreensão mais abrangente e inclusiva da feminilidade.

³⁵ Tradução nossa para: “Authors come before us as charismatic creators or intimate confidantes, figures haloed with glowing, highly charged, intensities of meaning. For example, some popular ways of talking about authorship often make it sound as if a book were an extension of the writer's soul, an intimate outpouring of the writer's inner self. We are encouraged to read autobiographically, to imagine an intense, symbiotic connection between author and work. This way of thinking is often so deeply ingrained that it seems natural. When we turn the pages of a book, we may imagine an individual behind the words: sympathetic or judgmental, warm or distant, someone who is friend, enemy, or coconspirator” (Felski, 2003, p. 69).

Ainda ponderando sobre algumas questões teóricas controversas, temos a abordagem de Figueiredo (2020), que traz à tona um questionamento sobre “o poder” da literatura. Essa reflexão é extremamente necessária, considerando que não podemos perder de vista que o objeto de nosso estudo é essencialmente fictício (e não real). Portanto, é fundamental refletirmos “até que ponto a literatura ‘representa’ alguma coisa do real? Qual é a parte de realismo na ficção?” (Figueiredo, 2020, p. 11). Não existe resposta simples para essas perguntas, mas partimos do pressuposto de que a literatura é uma forma de representação da realidade, “ainda que o real não possa ser representado, porque o real e a linguagem pertencem a ordens diferentes, **a literatura aceita o desafio de realizar o impossível de ser, ao mesmo tempo, realista e irrealista**” (Figueiredo, 2020, p. 12 – grifos nossos). Nosso respaldo ancora-se, também, em Virgínia Woolf, ao postular que “é mais provável que a ficção contenha mais verdade do que o fato” (2014, p. 10); e Barthes (1978) — que considera que a literatura “é sempre realista, não no sentido de escola ou movimento, mas porque veicula sempre um brilho do real, operando nos interstícios da ciência” (*apud* Figueiredo, 2020, p. 12).

Outro tema que gera polêmica nos estudos literários diz respeito ao narrador-personagem, frequentemente considerado “não confiável” devido à parcialidade inerente à narrativa em primeira pessoa. Afinal, se o narrador em primeira pessoa nada mais é do que um personagem que participou da história e a narra sob sua perspectiva, há que se considerar que o leitor terá acesso a apenas uma parte dos fatos, e não ao todo. Além disso, se a ficção não conta uma história real, por analogia pode-se pressupor que ficcionalizar é mentir — e, desta forma, o narrador também poderia ser considerado um grande mentiroso ou manipulador.

No entanto, como o objetivo deste trabalho é compreender os motivos pelos quais essas personagens expressam sentimentos de inadequação e/ou arrependimento em relação à maternidade, assumimos a posição de que a discussão sobre a confiabilidade das narradoras torna-se secundária. Para todos os efeitos, partimos do princípio que o mais importante a ser analisado aqui é o que está escrito, ou seja, o discurso feminino. Sendo assim, uma análise sobre a credibilidade das narradoras ficará em aberto, pois além de julgarmos não ser algo relevante para esta análise, consideramos que o verdadeiro encanto da ficção é exatamente este: fazer o irreal parecer verossímil, mas sem perder de vista que nosso estudo está ancorado na literatura. Isso remete a outro ponto que julgamos interessante ser discutido: o conceito da personagem e o processo de sua constituição.

Em seu livro *A personagem*, Beth Brait (2017) estuda essas criaturas no seu espaço de existência: as palavras. A pesquisadora explora a relação entre personagens e pessoas, esclarecendo que os autores procuram destacar dois aspectos essenciais. O primeiro ponto é que “a personagem é, antes de tudo, um problema linguístico-artístico” (Brait, 2017, p. 19), tendo em vista que ela não existe fora do texto. Em segundo lugar, Brait aponta que as personagens representam indivíduos por meio de abordagens específicas da ficção. Segundo a linguista, nesses dois enunciados aparentemente simples residem os elementos cruciais que carregam a complexidade da questão.

Se quisermos saber alguma coisa a respeito de personagens, teremos de encarar a construção do texto, a maneira que o autor encontrou para dar forma às suas criaturas, e aí pinçar a independência (ou não!), a autonomia e a “vida” desses seres de ficção, que fazem a ponte entre a arte e a vida. É somente sob essa perspectiva, tentativa de deslindamento do espaço habitado pelas personagens, que poderemos, se útil e se necessário, vasculhar a existência da personagem enquanto representação de uma realidade exterior ao texto (Brait, 2017, p. 19).

Nesse estudo, Brait reuniu algumas respostas de escritoras e escritores famosos respondendo à pergunta “de onde vêm esses seres?”, a maioria responde que eles são uma mistura de imaginação e observação. Portanto, criador e criatura mesclam-se; mas, sobretudo, também se misturam a pessoas reais, fatos e, sobretudo, à imaginação do autor, para então compor a persona do papel. Contudo, “essas criaturas, [...] depois de prontas, fogem ao seu domínio e permanecem no mundo das palavras à mercê dos delírios que a escritura possibilita aos incontáveis leitores” (Brait, 2017, p. 90). Autran Dourado postula que “o personagem nasce com a escrita, vive depois de escrito” (*apud* Brait, 2017, p. 97).

Sendo assim, para Brait, personagens são “formas inventadas pelo homem para representar, simular e criar a chamada realidade” (2017, p. 20). Por isso, esses indivíduos frequentemente parecem tão reais que podem confundir o leitor. Ao se identificar, simpatizar ou antipatizar com uma determinada figura, o leitor muitas vezes tem dificuldade em acreditar que ela não existe na vida real.

Por isso que, para o leitor, muitas vezes pode ser difícil separar a pessoa fictícia de uma pessoa real, pois, a personagem é “o que há de mais vivo no romance” (Candido, 2014, p. 54), sendo fundamental, portanto, para a experiência de leitura. Para o crítico literário, a apreciação de um romance depende principalmente “da aceitação da *verdade* da personagem por parte do leitor” (Candido, 2014, p. 54 – grifos do original), o que pode soar como uma grande incoerência, tendo em vista que a personagem não é uma pessoa real. Ele esclarece

que a criação literária repousa justamente sobre o paradoxo do “ser fictício” — afinal, “como pode uma ficção *ser*? Como pode existir o que não existe?”, indaga Candido (2014, p. 55 – grifos do original). Ele argumenta, ainda, que

o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste (Candido, 2014, p. 55).

Conforme já mencionamos, antes do advento do feminismo, a mulher se fazia presente na literatura muito mais como personagem do que como escritora. Ou seja, as personagens femininas eram descritas aos olhos dos homens, por vezes reforçando alguns estereótipos de gênero e até mesmo romantizando o sistema de opressão. Além disso, “não é exagero dizer que as mulheres eram tratadas com a mesma hostilidade e com o mesmo senso de distanciamento que se concedia aos “índios selvagens” na literatura produzida depois da Conquista” (Federici, 2017, p. 203). Federici considera que essa “depreciação literária e cultural estava a serviço de um projeto de expropriação” (p. 203).

Na tese de doutorado intitulada “*Nada é natural na natureza*”: a construção narrativa do sujeito-mãe na literatura brasileira contemporânea escrita por mulheres, Ariane Ávila Neto de Farias conclui que

embora tenha se feito personagem constante na literatura, a mãe não é colocada como indivíduo central das narrativas. Percebe-se que a temática, principalmente por ser uma experiência exclusiva do feminino e, por consequência, sem interesse para a sociedade de normas masculinas, que valorizou os feitos grandiosos dos homens, não foi representada de maneira substancial na literatura (Farias, 2021, p. 121).

Logo, as mães, quando presentes nas narrativas, eram frequentemente retratadas de maneira superficial e, por vezes, idealizadas como figuras de abnegação e virtude, como parte de um grande projeto de doutrinação. Em **suplemento de leitura disponível no Apêndice A** (elemento pós-textual, disponível na página 263), exploramos como a literatura (e outras expressões artísticas) contribuíram para moldar a maternidade como destino, e como ela foi sendo transformada e reinterpretada de acordo com o contexto histórico — refletindo mudanças sociais, culturais e ideológicas. Contudo, essa representação não reflete uma

verdade universal — e foi justamente o fato de essa temática literária ser um campo árido que nos impulsionou a escolher como foco desta pesquisa personagens maternas que desafiam essa visão de mundo.

Com base nesses entendimentos, com a finalidade de demonstrar essa complexa proximidade entre ficção e realidade — e visando responder à nossa pergunta de pesquisa³⁶, propomos uma provocação acadêmica, ao aproximar realidade e ficção, estabelecendo uma comparação entre os discursos das personagens das obras literárias e os de mulheres reais do livro *Mães arrependidas*. Acreditamos que essa abordagem permitirá uma análise crítica das interseções entre as narrativas fictícias e as experiências vividas, destacando como a literatura pode refletir e questionar as complexidades da vida cotidiana.

³⁶ Por que (e quem são) as personagens (que) experimentam um sentimento de arrependimento e/ou frustração em relação à maternidade?

3 POÉTICA DO DESCONTENTAMENTO MATERNO: A ESCRITA DA RESISTÊNCIA

*uma literatura de reivindicação pode engendrar obras
fortes e sinceras
(Beauvoir, 2019b, p. 534)*

Neste capítulo, dedicamo-nos à análise dos romances *Precisamos falar sobre o Kevin*, de Lionel Shriver (2003), *A filha perdida*, de Elena Ferrante (2006), *Uma duas*, de Eliane Brum (2011) e *Morra, amor*, de Ariana Harwicz (2012). Conforme explicitamos na Introdução, optamos por incluir apenas obras publicadas após os anos 2000, para abordarmos um olhar literário o mais contemporâneo possível sobre a maternidade e suas tensões, para que, assim, as transformações recentes no imaginário social e cultural dessa experiência possam estar representadas.

No século XXI, temos observado o surgimento de uma nova tendência na literatura, liderada por autoras mulheres, na qual a figura tradicional da mãe é desconstruída, dando espaço a personagens mais complexas e menos maniqueístas. Essas mudanças acontecem porque as autoras dessas histórias, ao observarem a realidade à sua volta, começaram a sentir a necessidade de questionar e desafiar a ideia idealizada da maternidade, mostrando, assim, um outro lado da maternidade, que vai além dos modelos tradicionais impostos pela sociedade. Como Farias (2021, pp. 133-134) afirma: “a representação de uma mãe incomodada com o papel que lhe é demandado instaura uma narrativa que apresenta a maternidade que não se encaixa nos padrões impostos, transparecendo os incômodos e as misérias desse feminino acerca de seu papel materno”. Essas personagens, ao desobedecerem ao *script* da “santa mãezinha”, produzem não apenas uma ruptura simbólica da maternidade idealizada, mas também abrem espaço para pensarmos a potência da literatura como campo de elaboração de silêncios e de impasses subjetivos e coletivos. Portanto, ao desafiar as normas convencionais, essas obras literárias contribuem para uma reflexão mais profunda sobre os conflitos internos das mulheres diante de uma construção sócio-histórica que as subjuga, e as expõe como seres humanos plenos e imperfeitos, com sentimentos e desejos próprios, e não apenas como figuras sacralizadas.

Após a leitura de algumas dessas narrativas e da análise minuciosa dos quatro romances sobre os quais nos debruçamos para compor esta tese, cunhamos o termo “poética do descontentamento materno”, com o intuito de nomear essa tendência estético-literária que rompe com os padrões tradicionais e discursivos da representação da mulher-mãe na

literatura. Esse termo, elaborado por esta pesquisadora, parte da constatação de que, nos romances aqui analisados, a maternidade não se concretiza de acordo com o imaginário social. Pelo contrário, ela se manifesta, muitas vezes, como um espaço de conflito, frustração, sofrimento e, às vezes, até rejeição — seja em relação à própria função de ser mãe ou aos sentimentos que se esperam dela. Essa abordagem, de uma mãe incomodada e que incomoda, apoia-se em uma oposição, seja implícita ou explícita, à ideia de natureza, conforme discutida por autoras como Simone de Beauvoir (2019a; 2019b), Elisabeth Badinter (1985; 2011), Silvia Federici (2017), Orna Donath (2017), entre outras. Apesar de não usarem a nomenclatura “maternidade compulsória”, elas rejeitam a imposição cultural, política e simbólica da maternidade como destino feminino.

Assim, ao articular o campo da literatura com as contribuições da crítica feminista e dos estudos sobre maternidade, a poética do descontentamento materno compreende um conjunto de narrativas ficcionais contemporâneas em que a experiência materna é narrada a partir do desconforto, da ambivalência, do cansaço, do sofrimento psíquico ou do arrependimento. A presença dessas vozes dissonantes indica não apenas uma mudança nas representações literárias da maternidade, mas também a emergência de um espaço simbólico — onde é possível romper com o silêncio que historicamente recobriu o mal-estar materno. São, portanto, textos que desafiam a ordem patriarcal na representação da maternidade normativa. Conforme apontado na análise da pesquisadora brasileira Amanda da Silva Oliveira (2023), as autoras dessas histórias, ao explorarem o limiar entre poesia e violência, provocam um estranhamento que “desacomoda” as expectativas do leitor. Assim, surgem essas narrativas de “mal-estar na maternidade” (para usar o termo de Vera Iaconelli) ou da “transgressão causada pelas produções escritas por mulheres e a literatura como incômodo/estranhamento de uma voz outra, dissidente, marginalizada e silenciada” (Oliveira, 2023, p. 118).

Portanto, diferente de conceitos já consolidados como o de ambivalência materna (Parker, 1995), que parte do pressuposto de que amor e ódio podem coexistir na experiência da maternidade, ou de arrependimento materno (Donath, 2017), que investiga sociologicamente o arrependimento em mulheres reais, a proposta aqui desenvolvida desloca o foco para o campo ficcional, mas sem desconsiderar o impacto social da literatura, comparando relatos de mulheres reais e fictícias. Nesse contexto, para esta análise, adotamos a perspectiva de Zolin (2019a), pois concordamos com a ideia de que a leitura de um texto literário que parte dos conceitos operatórios da crítica feminista implica investigar como a narrativa reflete e é influenciada pelas questões de gênero,

num processo de desnudamento que visa despertar o senso crítico e promover mudanças de mentalidades, ou, por outro lado, divulgar posturas críticas por parte das(os) escritoras(es) em relação às convenções sociais que, historicamente, têm aprisionado as mulheres e tolhido seus movimentos (Zolin, 2019a, p. 212).

Logo, consideramos que as protagonistas dos textos que fazem parte do nosso *corpus* são, antes de mães, mulheres que, ao não se identificarem com a nova rotina que lhes é imposta, frustram-se e rebelam-se. Dessa forma, a escrita poética emerge como um recurso para que as escritoras digam o indizível, permitindo que suas personagens transgridam as normas convencionais da boa maternidade ao darem vazão às suas emoções. Essa transgressão literária possibilita a representação de experiências maternas que desafiam as expectativas sociais e culturais, oferecendo uma voz às complexas e muitas vezes silenciadas realidades do ser mãe. É nesse interstício entre estética, afeto e crítica social que se inscreve a poética do descontentamento materno, categoria analítica que orienta esta pesquisa e que busca lançar luz sobre as narrativas literárias que colocam a maternidade em xeque, sem, contudo, descartá-la como experiência possível — mas, sobretudo, sem romantizá-la.

Nessa perspectiva, os estudos de Orna Donath (2017, p. 13) tornam-se particularmente relevantes, pois a autora evidencia que

arrepender-se de ser mãe lança luz de um ângulo diferente sobre nossa (in)capacidade de tratar a maternidade como apenas mais uma das relações humanas, e não como um papel ou um reino de sacralidade. Nesse sentido, o arrependimento pode ajudar a abrir o caminho para romper com a ideia de que as mães são objetos cujo propósito é servir constantemente aos outros, vinculando estreitamente seu bem-estar ao dos filhos, em vez de reconhecê-las como sujeitos individuais, donas de seu corpo, seus pensamentos, suas emoções, sua imaginação e suas memórias, e capazes de determinar se tudo isso valeu a pena ou não (p. 13).

Ao ampliar o debate sobre a condição feminina, é possível estabelecer um diálogo entre essa perspectiva contemporânea e reflexões clássicas, como as de Simone de Beauvoir. No segundo volume de *O segundo sexo*, Beauvoir faz uma crítica às escritoras que “ganham glória e dinheiro, mas não enriqueceram por certo nossa visão do mundo” (2019b, p. 533), sustentando que “muito mais interessantes são as revoltadas que acusaram essa sociedade injusta” (Beauvoir, 2019b, p. 534). Esse posicionamento reflete um olhar crítico sobre a literatura e o papel das escritoras dentro da sociedade de sua época, sugerindo que as mulheres poderiam, e deveriam, usar suas vozes para questionar as injustiças e desafiar as

normas vigentes. A partir desse ponto de vista, é fascinante perceber como o cenário da ficção literária evoluiu desde a publicação de *O Segundo Sexo*, em 1949. Se Simone de Beauvoir estivesse viva hoje, certamente ficaria entusiasmada ao constatar que, ao contrário do que ela observava em sua época, a literatura contemporânea abraçou com vigor a subversão das normas e dos padrões estabelecidos.

Acreditamos que a frustração seja um sentimento relativamente comum diante das demandas de um recém-nascido, contudo, o ato de rebelar-se e falar sobre esse mal-estar ainda é visto com bastante desconfiança em uma sociedade materno-normativa, que censura a expressão feminina e idealiza a maternidade. Por esse motivo, é mais comum que essas experiências sejam silenciadas e mascaradas por um fingimento de falsa completude e falsa realização maternas. De acordo com Eni Orlandi (2007), em *As formas do silêncio*, a política do silenciamento não ocorre somente pelos vazios discursivos, mas quando o sujeito “se obriga a dizer ‘x’ para não deixar dizer ‘y’.” (p. 54). Em outras palavras, o que a autora quer dizer é que a censura pode obrigar as pessoas a expressarem determinadas ideias para evitar a expressão de outras. Além disso, há situações em que os vazios discursivos acabam sendo preenchidos pelo interlocutor, como demonstra a narradora de *A filha perdida*: “Nas conversas com as minhas filhas, ouço palavras ou expressões omitidas. Às vezes, elas ficam com raiva e dizem mamãe, eu nunca falei isso, é você que está dizendo, você inventou isso. Mas eu não invento nada, só escuto, **o não dito fala mais do que o dito**” (Ferrante, 2016, p. 26 - grifos nossos).

No entanto, devido à natureza dispersa do sujeito e ao movimento que o constitui em sua identidade, as ideias não expressas podem, ainda, ser significativas por meio de outros processos. Isso resulta na “retórica da resistência”, que é quando o sujeito encontra maneiras de expressar suas verdadeiras ideias, apesar das restrições impostas pela opressão (Orlandi, 2007). Essa dinâmica é bem exemplificada na seguinte citação do romance *Precisamos falar sobre o Kevin*:

Não me importava o fato em si de me ver privada de uma taça de vinho. Mas, como a lendária viagem que começa com um único passo, eu já tinha embarcado no meu primeiro ressentimento. Ressentimento banal, é verdade, mas a maioria deles o é. E, por sua pequenez, me senti obrigada a reprimir. Por falar nisso, essa é a natureza do ressentimento, a objeção que não podemos exprimir. É o silêncio, mais que a queixa, o que torna a emoção tão tóxica, como os venenos que o organismo não expele com a urina (Shriver, 2011, p. 60).

Dessa forma, essas personagens, ao irem na contramão do que se espera delas, afirmando sua individualidade, subvertem a lógica patriarcal de que, ao tornarem-se mães, as mulheres seriam automaticamente contempladas com o “instinto maternal” que lhes concederia a paciência, o zelo e a abnegação necessárias à execução da maternagem.

Nas obras literárias selecionadas, esse imperativo social é tensionado a partir de experiências subjetivas que falham em se conformar ao ideal da “boa mãe” — seja por recusa voluntária, seja por colapso emocional, violência estrutural ou impossibilidade de sustentar os afetos esperados. Trata-se, portanto, de uma poética que desnaturaliza a maternidade e revela o mal-estar subjetivo produzido quando a norma se impõe sobre o desejo ou a saúde mental.

O objetivo deste capítulo, portanto, é conduzir uma investigação detalhada das obras literárias selecionadas que compõem o *corpus* desta tese. Para atingir esse propósito, a análise será organizada em quatro subcapítulos, a saber: 3.1 Breve contextualização das narrativas e suas leituras fundamentais; 3.2 Motivações para narrar suas histórias; 3.3 Mal-estar materno e emoções censuradas; e 3.4 O desfecho das personagens. Tais categorias analíticas, assim como as suas subdivisões, emergiram de forma indutiva — a partir da leitura atenta e do fichamento dos romances selecionados. No decorrer desse processo, foi possível identificar recorrências temáticas e estruturais que se repetiam, sob diferentes nuances, nas quatro narrativas, revelando pontos de convergência que poderiam servir como eixos interpretativos. Assim, essas categorias não foram pré-estabelecidas de modo rígido, mas configuraram-se gradualmente como lentes de leitura capazes de evidenciar as especificidades de cada obra e, ao mesmo tempo, de articular entre elas um diálogo crítico em torno da poética do descontentamento materno. Consideramos que isso nos proporcione explorar em profundidade as nuances de cada tópico, permitindo, assim, uma análise mais organizada e crítica, que leve em conta tanto os aspectos individuais das obras quanto as interconexões entre elas.

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS NARRATIVAS E SUAS LEITURAS FUNDAMENTAIS

Cabe apontar, ainda que neste momento de maneira incipiente (faremos uma análise mais detalhada nos subcapítulos 3.3 e 3.4), alguns aspectos da recepção crítica dessas obras, sobretudo no que concerne à representação da maternidade. *Precisamos falar sobre o Kevin* (2003), de Lionel Shriver, foi simultaneamente celebrado e controverso: ao mesmo tempo em

que recebeu o *Orange Prize for Fiction* (2005) e elogios pela ousadia de sua forma narrativa (Andrade, 2021; Souza e Amorim, 2021; Souza, 2022), também suscitou polêmicas ao retratar uma mãe incapaz de amar o próprio filho (Doval, 2016; Csillag, 2017), tensionando a idealização de instinto materno e sugerindo que a origem do descontentamento materno está no modelo atual de maternidade patriarcal (O'Reilly, 2016; Smialek, 2016; Andrade, 2021; Souza, 2022).

Um aspecto interessante, embora não seja objeto de análise nesta tese, é o fato de que três dos quatro romances aqui presentes foram adaptados para produções audiovisuais. Nesse contexto, o roteiro adaptado, distribuído pela *Oscilloscope Pictures*, obteve grande sucesso de bilheteira no ano de 2011, sete anos após a publicação do livro. A resenha de Peter Bradshaw ao *The Guardian* (2011) elogia a adaptação cinematográfica de *Precisamos falar sobre o Kevin* como uma parábola extrema sobre parentalidade, dor e culpa. Para ele, o filme confronta “verdades desagradáveis” sobre a maternidade e os medos proibidos da parentalidade (Bradshaw, 2011), enquanto Barbosa (2017) faz uma análise a partir das ideias de Winnicott (teoria da “mãe suficientemente boa”). No entanto, a nossa crítica a essa adaptação centra-se no fato de que, ao contrário do romance, o filme enfatiza a representação da violência, e não a trajetória da mãe.

Já *A filha perdida* (2006), de Elena Ferrante, deve ser compreendido no contexto da chamada “febre Ferrante”, fenômeno editorial e cultural que ampliou a visibilidade internacional da autora e trouxe à cena literária representações femininas que desestabilizam o ideal materno (Ferrante, 2017; Bergamo, 2019; Dal Bosco Sitta, 2021; Silva, 2022; Duarte Pena, 2024; Vieira, 2024). Ademais, o longa *A filha perdida* foi distribuído pela *Netflix* e adaptado para o cinema em 2021, 15 anos depois da publicação do romance, cuja adaptação ganhou um viés bem psicanalítico (Araújo, 2023). No filme, observamos o esforço da diretora Maggie Gynlennhall em manter-se fiel à narrativa original, resultando em uma indicação ao Oscar de Melhor Roteiro Adaptado. Assim, as alterações feitas para a linguagem cinematográfica foram mínimas, mantendo a película relativamente fiel ao romance. Consideramos que tanto o romance quanto o filme abordam de forma sensível e impactante os desafios enfrentados por Leda, explorando questões como a pressão social, a perda da identidade individual e as consequências emocionais desse processo.

Por sua vez, *Morra, amor* (2012), de Ariana Harwicz, tem sido lido como uma escrita “radical” e “perturbadora”, cuja força estética emerge justamente da recusa em suavizar a violência, o desejo e a angústia que marcam a maternidade (Martins, 2021; Matias Junior, 2023; Oliveira, 2023; Klein, 2024). De maneira bem mais modesta, em 2020, o romance

argentino *Morra, amor* (publicado em 2012) ganhou uma adaptação no Brasil, por meio do Edital “Cultura Presente nas Redes”, promovido pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, e foi disponibilizado gratuitamente no *YouTube*, cujo foco é a discussão dos impactos da maternidade sobre a saúde mental (Librenz, 2024).

Dessa forma, o livro de Eliane Brum, *Uma duas*, foi o único que, até o presente momento, não recebeu nenhuma adaptação audiovisual. Em *Uma duas* (2011), de Eliane Brum, a crítica tem destacado a polifonia e a fragmentação discursiva como estratégias que rompem com narrativas normativas sobre a maternidade, evidenciando a pluralidade de vozes que atravessam essa experiência (Farias, 2021; Oliveira, 2021; Coelho da Silva, 2023; Librenz e Guizzo, 2023).

Embora existam diferenças substanciais nessas adaptações da literatura para o cinema, influenciadas pela perspectiva dos diretores e roteiristas, dinâmica de mercado e pela transformação do gênero textual (literatura para cinema), reconhecemos o valor artístico dessas transposições. Entretanto, nesta tese, nossa análise será exclusivamente centrada nos textos literários. Com isso, a seguir, faremos uma breve apresentação dos livros analisados, seguindo a ordem cronológica de publicação.

3.1.1 *Precisamos falar sobre o Kevin*³⁷

Precisamos falar sobre o Kevin é um romance da escritora Lionel Shriver, publicado em 2003 nos Estados Unidos. Esta obra é amplamente reconhecida por sua abordagem controversa e desidealizada da maternidade. A crítica literária frequentemente a contextualiza como um marco na literatura contemporânea que ousa questionar o mito do amor materno incondicional e a naturalização do instinto materno. Nesse sentido, para Andrea O'Reilly (2016, p. 64), essa obra “revela a causa e a razão desse descontentamento materno: a saber, a essencialização, a naturalização e a idealização da maternidade patriarcal”³⁸. No artigo *We*

³⁷ Cabe ressaltar que esta obra ocupa, nesta tese, um espaço analítico mais expressivo, em grande parte devido à sua extensão narrativa, que é significativamente maior do que a dos demais romances do *corpus* — cerca de quatro vezes superior a *Morra, amor* (Ariana Harwicz), e consideravelmente mais longo também que *A filha perdida* (Elena Ferrante) e *Uma, duas* (Eliane Brum). Essa diferença de dimensão, para além da densidade narrativa, exige um exame mais detalhado das múltiplas camadas da obra, sem que isso signifique atribuir-lhe uma relevância hierárquica em relação às demais. Procuramos manter uma análise equilibrada, destacando tanto as especificidades estéticas e temáticas de cada romance quanto os pontos de convergência e divergência entre eles, de modo que todos contribuam, de forma consistente, para a construção da poética do descontentamento materno.

³⁸ Tradução nossa para “uncovers the cause of and reason for this maternal discontent: namely, the essentialization, naturalization and idealization of patriarchal motherhood” (O'Reilly, 2016).

Need to Talk about Patriarchal Motherhood: Essentialization, Naturalization, and Idealization in Lionel Shriver's We Need to Talk about Kevin, O'Reilly (2019) desenvolve conceitos como “patriarchal motherhood” (maternidade patriarcal), “empowered mothering” (maternagem empoderada) e analisa três mandatos ideológicos que estruturam a maternidade sob o patriarcado — essencialização, naturalização e idealização —, articulando essas ideias com teóricas como Adrienne Rich, Roszika Parker, Barbara Almond e Judith Butler. Nesse estudo, O'Reilly sugere que o romance *Precisamos falar sobre o Kevin* oferece uma visão de uma prática de maternidade alternativa, que ela denomina “empowered mothering”. Este conceito está associado à autenticidade materna e à oposição ao modelo patriarcal.

Temos, ainda, a dissertação de *Fe/male mother of two: gender and motherhood in Lionel Shriver's We Need to Talk About Kevin* (Amy Smialek, 2016), que constitui uma das análises mais consistentes sobre o romance de Shriver no âmbito acadêmico. A autora examina como a figura de Eva Khatchadourian articula normas de gênero e de maternidade, combinando práticas convencionais e não convencionais — que variam de acordo com cada filho. O estudo faz, ainda, uma revisão da recepção crítica de Kevin. Mostra que há poucas análises acadêmicas; as existentes concentram-se nos assassinatos escolares e na suposta falha de Eva como mãe. A autora ainda destaca lacunas: pouca atenção à relação com Celia, ao julgamento cultural de Eva e ao peso das normas de gênero e maternidade (Smialek, 2016).

Estudos de Souza (2021; 2022) e Andrade (2021) contextualizam o romance como uma ferramenta para desconstruir a ideologia maternalista. Eles destacam como a narrativa epistolar de Eva expõe a pressão social sobre as mulheres para se dedicarem exclusivamente aos filhos, revelando uma maternidade que oprime e coage, servindo à manutenção de uma organização patriarcal da sociedade.

A maternidade é, ainda hoje, um tabu. Quando se fala sobre o tema e sobre as mulheres que são mães, o normal é que se fale sobre as experiências positivas, ou, no máximo, sobre as experiências mais realistas, talvez até um pouco complicadas. Não se fala, contudo, sobre as mães que estão infelizes, insatisfeitas; e, principalmente, não se fala sobre as mães que se arrependem (Souza, 2021, p. 366)

Na dissertação intitulada *A representação da mulher-mãe: a desconstrução da memória cultural da figura materna em Precisamos falar sobre o Kevin*, Bárbara Ramos Souza destaca que, nesta obra,

ao contrário do que costumamos ler e ouvir falar quando o assunto é maternidade e a mulher-mãe, que geralmente são histórias que vão ao encontro da memória cultural vigente em relação ao tema, Lionel Shriver construiu uma personagem feminina complexa, que quebra a expectativa socialmente criada em relação à figura materna pautada no amor inato. Não encontramos, no referido romance, a história de uma mulher que sonhou com o momento em que se tornaria mãe ou que encontrou na maternidade a grande realização de sua vida; pelo contrário, nos deparamos com uma figura feminina que, antes de se tornar mãe, era a representação de uma mulher livre, orgulhosa de sua carreira, que priorizava sua independência e se sentia realizada com a vida que levava ao lado do marido (Souza, 2022, p. 75).

No artigo de Beatriz Martins de Andrade (2021) intitulado *Luzes sobre Eva: uma nova mulher; um velho patriarcado*, a autora descreve esta obra como sendo uma narrativa que

aborda inicialmente a vida de Eva, uma mulher estadunidense de ascendência armênia, autora de guias de viagem, independente e que tem paixão por viajar para conhecer os lugares que indica em seus guias. Ela se apaixona e tem uma relação com Franklin, com quem tem um filho – que a princípio não tinha vontade de gerar, mas observando o desejo de seu marido, a felicidade que ele sentia quando convivia com algumas crianças, abre mão de sua não-vontade e engravida do seu primeiro filho – Kevin, e depois da sua filha mais nova, Célia, da qual Eva engravida apenas como uma forma de mostrar para Franklin que tentava ser uma boa mãe, mas que o filho mais velho não aceitava seu amor (Andrade, 2021, p. 54).

O romance, escrito em primeira pessoa, é desenvolvido em caráter epistolar: são cartas que Eva escreve a seu marido, Franklin, após Kevin ter executado um assassinato em massa, acontecimento que destrói a família e muda completamente a vida da protagonista. Ao final, contudo, percebemos que a personagem escreve essas cartas sobretudo para si mesma, na tentativa de, não apenas relembrar os eventos passados que a levaram àquela realidade presente, mas também tentar compreender, perdoar seu filho e, sobretudo, perdoar-se. Essas recordações permitem que a trajetória da personagem seja analisada desde antes do nascimento de seu filho.

O primeiro fato que Eva omite de Franklin é sobre sua falta de vontade de ter filhos, que antecede o nascimento do seu primogênito, seguido pelo seu constrangimento ao vivenciar uma sensação de mal-estar na maternidade e de desconfiança quanto à índole de Kevin. Através de um enredo não linear, as circunstâncias que a levaram a mudar de rumo e a ceder em relação aos seus desejos iniciais de não ter filhos são gradualmente reveladas aos leitores e evidenciam o traço compulsório por trás da sua decisão pela maternidade — embora, à primeira vista, a escolha de engravidar pareça ter partido dela.

Este romance discute as angústias da maternidade, trazendo à tona temas como ambivalência, arrependimento, sentimento de inadequação e culpa, ao abordar a perspectiva da mãe de um assassino, a qual precisou seguir sua vida após perder absolutamente tudo o que

tinha. Embora a maternidade não nos pareça ser o tema central, mas sim o pano de fundo para a construção deste enredo, consideramos que o debate que dele suscita é bastante enriquecedor para este estudo.

Embora a crítica literária desta obra esteja mais preocupada com os problemas de personalidade apresentados por Kevin, sugerindo uma possível psicopatia, o foco central de nossa análise será o discurso feminino, especialmente marcado pelo silêncio e pela culpa. Entretanto, além da poética do descontentamento materno, existe, como pano de fundo, essa segunda narrativa, que trata do desenvolvimento de Kevin, fazendo que o romance adquira múltiplas camadas. Nesse sentido, embora o que nos interesse seja a narrativa materna, também buscamos alguns estudos que se debruçaram sobre a personalidade de Kevin, como Barbosa (2017), Csillag (2017), Tian, Liru e Wanggai (2025), Baron-Cohen (2011) e Erica e Hendrawan (2024), porque consideramos que o traço psicopático do filho não pode ser desconectado da experiência materna da narradora.

3.1.2 *A filha perdida*

De autoria da escritora italiana Elena Ferrante, este romance foi publicado em 2006. Este livro talvez seja o único do nosso *corpus* cujo tema central seja a maternidade em si. Elena Ferrante é uma autora cuja obra, em geral — e *A filha perdida*, em particular — é contextualizada como sendo de importante contribuição para a literatura contemporânea escrita por mulheres, explorando as complexidades da experiência feminina, especialmente a maternidade, de forma crua e ambivalente. Encontramos uma grande diversidade de estudos que pudemos explorar no estado da arte a fim de mostrar que há um corpo crescente de pesquisas que ligam a crítica ferrantiana ao mito materno. Diversas resenhas, como as publicadas em veículos culturais brasileiros (Plano Crítico, 2021; Mulheres que Escrevem, 2019), apontam para a força disruptiva da narrativa ao tematizar a maternidade como experiência ambígua, permeada por culpa, rejeição e desejo de autonomia, em contraste com o modelo normativo da “mãe perfeita”.

A pesquisadora Emília Rafaelly Soares Silva, que se dedicou em analisar o mal-estar na maternidade presente na tetralogia de Elena Ferrante, observa que “dentre muitas histórias da mulher que foram negligenciadas, certamente uma das mais importantes é a história da maternidade. É por isso que muitas escritoras, como Elena Ferrante, enfatizam essa experiência feminina em suas várias nuances, principalmente nas mais ambíguas” (Silva,

2022, p. 34). No artigo *As mães na literatura*, Gabriela Dal Bosco Sitta (2020) menciona que “em *A filha perdida*, de Ferrante, a narradora é mãe de duas filhas já adultas e deixa claro o alívio que sente por não ter mais de tomar conta de ambas” (Dal Bosco Sitta, 2020, p. 102). Assim, no enredo de *A filha perdida*, conhecemos a história de Leda, uma professora universitária de classe média e, ao que tudo indica, branca.

Ao refugiar-se em um pequeno vilarejo no litoral da Itália, Leda acaba conhecendo Nina, uma jovem mãe que, ao demonstrar uma maternidade bastante performática, chama a atenção da narradora que, depois, acaba descobrindo que Nina, assim como ela, enfrentava dificuldades para lidar com os desafios da maternidade.

Podemos verificar que a maternidade se revela no espelhamento entre Leda e Nina; entre Leda e sua própria mãe; entre Elena e a boneca (em suas brincadeiras, a menina se comporta como a mãe da boneca). Essas inter-relações disparam o gatilho das memórias de Leda vinculadas à relação entre ela e sua mãe e entre ela e suas filhas. No ápice de suas lembranças, Leda rouba a boneca na praia (Rocha Ribeiro, Lima e Alves de Souza, 2024, p. 146).

Nesse sentido, movida por um *voyeurismo* quase obsessivo em relação a Nina e sua filha Elena, a protagonista desenvolve uma espécie de inveja latente — da mãe que não teve e da mãe que não conseguiu ser. Embora esse gesto seja aparentemente trivial, ele desencadeia um desconforto interno em Leda, que passa a revisitar seu passado e sua identidade como filha, mãe e mulher. Por meio desse incidente, Leda percebe a urgência de reconciliar-se com seu passado, especialmente com as complexidades de sua experiência materna. Esse sentimento culmina em um ato impulsivo: o furto da boneca da criança.

Consequentemente, a personagem precisa ressignificar seu passado mal resolvido, enfrentando a culpa que a assombrava por ter ido embora quando suas filhas eram pequenas, carregando consigo o estigma de “mãe desnaturada” (Duarte Pena, 2024). O retorno de Leda para as filhas, três anos depois, nunca a libertou da culpa, ao mesmo tempo em que lhe trouxe uma sensação de frustração pela resignação consentida. Apesar de ter tentado conversar sobre esse assunto com as filhas, elas nunca lhe deram a abertura que ela esperava. O texto sugere que os laços entre elas não seguiam os padrões convencionais da “boa maternidade” — embora fossem, talvez, mais afetuosos do que a maioria dos relacionamentos entre pais e seus filhos, considerados absolutamente normais.

Maryana Gomes Araújo, em seu trabalho sobre a romantização da maternidade e a ambivalência materna a partir de uma análise do filme *A filha perdida*, investiga a temática da

paternidade distante. Ela observa que “a forma como os pais se relacionam com seus/suas filhos/as, por mais que seja isenta de afeto e cuidado, pode ser naturalizada e, posteriormente, entendida como um modelo referencial de paternidade” (Araújo, 2023, p. 51).

Por fim, na dissertação de Cintya de Abreu Vieira (2024), a pesquisadora descreve Leda como

uma mulher mãe que contrasta com o imaginário da mãe angelical, que ama seus filhos com um amor livre de ódio e está disposta a fazer qualquer sacrifício por eles. A autora nos faz vislumbrar através dos desdobramentos da história dessa personagem, como ainda no século XXI, temos resquícios dessa noção moralizante e patologizante da mulher que não se enquadra nos requisitos construídos do ideal de amor natural entre mãe e filha, percebidos através dos desconfortos de Leda. Ela não queria se enquadrar como uma mulher doente, por não ser mãe, uma vez que o imaginário social fomenta a noção de que o natural e saudável é uma mulher ser mãe e o contrário pode ser sinônimo de uma anormalidade. Isso também pauta sua decisão pela segunda gestação (Vieira, 2024, p. 76).

A análise desta narrativa revela uma complexa dicotomia com o ideal social da maternidade. O retrato de Leda desafia a visão romântica da maternidade, revelando as camadas de julgamento e as construções sociais que moldam a experiência feminina. A personagem personifica a luta interna entre o desejo pessoal e as normas impostas, evidenciando como a sociedade ainda dita o que é “ser mulher” e “ser mãe”, e as consequências psicossociais para aquelas que se desviam desses padrões.

3.1.3 *Uma duas*

Representando o Brasil nesta pesquisa, o romance inaugural de Eliane Brum, *Uma duas* (2011), distingue-se das demais obras do corpus pela complexidade narrativa. Diferentemente dos outros romances, que privilegiam narrativas em primeira pessoa, aqui encontramos três vozes distintas: Laura, a filha; Maria Lúcia, a mãe; e um narrador onisciente. Embora a estrutura polifônica revele as múltiplas camadas de uma relação marcada por conflitos, o eixo desta análise recairá sobre Maria Lúcia, uma mulher branca, de classe média, sexagenária, diagnosticada com câncer terminal, cuja experiência materna desestabiliza frontalmente os discursos normativos sobre maternidade.

A fortuna crítica destaca que, em *Uma duas*, Brum constrói uma narrativa de ruptura ao articular o testemunho de Maria Lúcia a partir de experiências-limite, como estupro, infanticídio e eutanásia (Librenz e Guizzo, 2023).

Maria Lúcia, portanto, descreve sua experiência materna de forma muito diferente do imaginário da boa mãe, para as quais a maternidade representa uma fonte de força. Para ela — e para tantas outras mães “invisíveis” mundo afora —, essa relação sempre esteve muito longe desse ideal, resumindo-se apenas à memória das violências que sofreu e que se viu obrigada a cometer depois, ao matar os filhos que via como possíveis abusadores em potencial no futuro (Librenz e Guizzo, 2023, p. 6).

Nessa perspectiva, Maria Lúcia contrapõe-se ao imaginário da “boa mãe” — para quem a maternidade representaria fonte de força e realização —, apresentando-se antes como sujeito atravessado por violências, ressentimentos e desejos de fuga. Ao “invadir a narrativa” e disputar a voz da filha, Maria Lúcia inscreve na literatura uma experiência materna que não se harmoniza com o mito do instinto materno (Badinter, 1985), mas expõe o quanto essa representação é historicamente construída e socialmente imposta.

Já Nathália Coelho da Silva (2023) faz uma leitura da obra a partir da noção de “estética dos contrários”. Essa ideia ilumina a forma como Brum estrutura a narrativa em pares antagônicos — amor/ódio, vida/morte, mãe/filha, palavra/corpo — que não se resolvem, mas coexistem em tensão. Essa chave interpretativa evidencia a poética da contradição que permeia a maternidade, desmontando qualquer possibilidade de idealização e inscrevendo a experiência materna em um campo de conflitos irresolúveis.

Nessa direção, Joice Fagundes Martins (2018) propõe a ideia de “cativeiros das mulheres”, a partir da análise desta obra. Seu estudo possibilita compreender algumas experiências de confinamento metafóricas e concretas que muitas mulheres experienciam cotidianamente. Em *Uma Duas*, Maria Lúcia vivencia esse tipo de encarceramento: criada por um pai que, sob a justificativa de protegê-la, a impedia de sair de casa, a personagem cresce privada do contato com o mundo exterior. Quando o pai morre, a vulnerabilidade resultante dessa superproteção a torna presa de outra forma de cativeiro, desta vez imposto pelo porteiro do prédio, responsável por abusá-la e manter sob controle seus deslocamentos, chegando a ter com ela cinco filhos. Esse duplo confinamento, primeiro pelo pai e depois pelo companheiro, evidencia como o espaço doméstico pode se constituir em lugar de restrição e violência, aproximando-se da ideia de “cativeiro” como um mecanismo social de contenção das mulheres e revelando, de modo contundente, os efeitos de um encarceramento que é ao mesmo tempo físico, relacional e simbólico.

Ao reunir essas leituras, a crítica ressalta que *Uma duas* dá visibilidade a mulheres silenciadas pelos discursos da idealização materna (Librenz e Guizzo, 2023). A narrativa literária de Brum se insere, portanto, em um debate mais amplo sobre a desromantização da maternidade, questionando tabus e estigmas que ainda pesam sobre a experiência materna. Nesse sentido, o romance não apenas denuncia a violência estrutural que atravessa a vida de Maria Lúcia, mas também tensiona os limites entre realidade e ficção, memória e identidade, sugerindo que a maternidade, longe de ser destino natural, constitui-se como espaço de ambivalência, sofrimento e resistência.

Embora a estratégia narrativa polifônica adotada por Brum permita ao leitor imergir profundamente no universo das personagens e compreender as múltiplas camadas desse relacionamento complexo, o desfecho da história suscita dúvidas sobre o que realmente ocorreu ou se tudo não passou de uma ficcionalização por parte de Laura, que estava escrevendo um livro. Nesse sentido, a obra propõe uma reflexão sobre os limites entre realidade e ficção, bem como sobre os efeitos da memória e da narrativa na construção da identidade. Assim, embora as falas de Laura sejam consideradas, a essência de nossa análise concentrar-se-á no discurso da mãe, Maria Lúcia, uma vez que ele se revela central à compreensão dos mecanismos relacionais retratados na obra. Nesse sentido, o romance polifônico, cuja temática gira em torno da relação mãe e filha a partir da iminência da morte, traz à tona os conflitos desse relacionamento.

3.1.4 *Morra, amor*

Por fim, *Morra, amor* é um romance escrito por Ariana Harwicz, publicado na Argentina em 2012 (traduzido no Brasil pela Editora Instante em 2019), que se desenvolve em torno de um problema de saúde mental da narradora, personagem principal do romance, a qual não é nomeada. Ao optar por não nomeá-la, a autora parece sugerir que essa figura poderia representar qualquer mulher que, após tornar-se mãe, adoece psiquicamente — ou tem uma condição preexistente agravada — a ponto de ser internada para tratamento em uma casa de repouso.

Por se tratar de uma escritora argentina contemporânea, a crítica literária brasileira sobre Harwicz ainda é tímida. Até setembro de 2025, não encontramos teses e dissertações no portal de periódicos da CAPES que tenham se debruçado sobre esta obra, apenas poucos artigos em bases indexadas e algumas resenhas publicadas em portais sobre cultura e

literatura. Diversos críticos, ao analisar os romances de Harwicz, recorrem a termos como violência, desejo, inquietação e excentricidade, frequentemente acompanhados da menção a reflexões inquietantes e efeitos desestabilizadores. Segundo a crítica de Kelvin Falcão Klein (2024) para o portal "Quatro cinco um", as caracterizações apresentadas demarcam um universo criativo que se posiciona explicitamente na divisa entre o ético e o estético (Klein, 2024). Klein ainda complementa a análise com ponderações sobre comentários da própria escritora.

“Se este livro tem algum sentido”, escreve Harwicz logo no início, “é o de afirmar a necessidade do paradoxo. Não estou sendo nada original, o paradoxo é ir contra a opinião geral, contra a lógica, é celebrar a contradição”. A frase faz parte do esforço da autora de esclarecer seus propósitos: identificar e problematizar aquilo que, em nossa época, é ruído e aquilo que é música, ou seja, as manifestações artísticas que apenas repetem o consenso e aquelas que estão preocupadas com a construção de posturas dissidentes, desconfortáveis e questionadoras. Nossa época “lê mal” porque lê “a partir da identidade”, ela escreve: se a ambiguidade for eliminada num artista, ele será destruído (Klein, 2024, parágrafo 3).

Por outro lado, Maura Martins (2021), em sua resenha de *Morra, amor*, veiculada no portal “Escotilha”, expressa o seguinte:

Neste romance forte da escritora argentina Ariana Harwicz, não há espaço para relatos ternos de maternidade. O que temos em nossa frente é a digressão de uma mulher que se destroça aos poucos, envolta em seus humores flutuantes e seus paradoxos. Ela ama e odeia o filho; deseja e detesta o marido; é protetora mas, num surto, dá um tiro de espingarda no cachorro; tem um caso extraconjugal, mas é acometida pelo tormento louco de ciúme pelo companheiro. Todo esse seu processo interno é colocado para o leitor de forma crua e mesmo odiosa. Somos como testemunhas e cúmplices de uma pessoa que se desfaz, sem rodeios na fala, e que por isso nos parece ignóbil; por outro lado, ela incomoda justamente por ser humana exatamente como nós – apenas assume aquilo que nem sempre estamos dispostos a assumir (Martins, 2021, parágrafo 2).

Além disso, há poucos elementos disponíveis sobre essa personagem; mas como, assim como ocorre com as demais protagonistas analisadas, não há menção à raça, partimos do pressuposto de que se trata de uma mulher branca, de classe média-baixa, vivendo em uma pequena cidade no interior da França. Conforme aponta Oliveira (2023), os textos de Ariana Harwicz se destacam por pertencerem a uma literatura que “perturba e desacomoda pelas representações em que os papéis sociais de seus personagens adotam, neste caso, a desconstrução da imagem ‘imaculada’ da maternidade” (p. 116). Nesse sentido, “o tema central de *Morra, amor* é a depressão pós-parto, numa não-realização da maternidade e um não-pertencimento no papel de mãe” (Oliveira, 2023, p. 122).

Essa dimensão de desconforto também é ressaltada por Hernandes Matias Junior (2023), ao enfatizar o caráter “feroz e perturbador” da escrita de Harwicz. O crítico observa que a autora elaborou o romance pouco depois de tornar-se mãe, o que confere à narrativa uma tensão particular entre autobiografia e ficção. Tal perspectiva reforça a sensação de estranhamento e isolamento da narradora, marcada por uma experiência materna que oscila entre desejo e violência (Matias Junior, 2023). Ao destacar essa fusão entre vida e literatura, a resenha contribui para a compreensão de *Morra, amor* como uma obra que ultrapassa os limites da representação tradicional da maternidade e inscreve-se em uma poética do descontentamento, em que a maternidade torna-se espaço de conflito e de subversão das normas tradicionais.

Logo, embora a maternidade não seja o fio condutor da narrativa, ela se configura como um elemento essencial para a construção da protagonista, visto que o texto sugere que a experiência materna pode ter contribuído de forma significativa para a intensificação de seus distúrbios mentais.

O enredo aborda uma narrativa em primeira pessoa de uma mulher que se torna mãe recentemente e passa a narrar o caos psicológico em que vive a partir da experiência dessa maternidade, num ambiente em que interage com o bebê recém-nascido, o marido, a família do marido, na pacata cidadezinha em que vivem (Oliveira, 2023, p. 116).

Além disso, há ainda um outro narrador na história: o suposto amante da protagonista, cuja presença se manifesta apenas em alguns capítulos e de forma bastante obscura, o que pode levar o leitor a demorar a perceber que se trata de uma nova voz narrativa. Nesse contexto, a narração desenvolve-se em um fluxo de consciência que entrelaça realidade e fantasia, o que dificulta a distinção entre o que é fato e o que é devaneio — aspecto este corroborado por Oliveira:

Através da negação do papel de esposa e de mãe, a narradora passa a adotar situações em que [*sic.*] a permitam romper com o papel uno da maternidade. Numa das primeiras buscas por essas experiências de realização, ela vive um caso com um vizinho, mas, como tudo parece nebuloso no relato que se vai apresentando, parece ao leitor um delírio, um fato irreal (Oliveira, 2023, p. 124).

Essa abordagem remete o leitor à clássica discussão literária sobre a, por vezes sutil, mas frequentemente complexa separação entre ficção e realidade.

Ademais, é importante destacar que a escrita parece intencionalmente embaralhada, o que contribui para a dificuldade em identificar, com clareza, quem está falando em determinadas passagens. Essa ambiguidade ocorre tanto no que se refere à voz do segundo narrador quanto aos diálogos, os quais são apresentados de forma linear — sem aspas ou travessões — e separados apenas por vírgulas ou pontos. Entretanto, essa aparente “confusão” não deve ser compreendida como falha narrativa, mas sim como uma estratégia poética consciente da autora. Ao recorrer a esse recurso, Harwicz parece buscar representar o funcionamento de uma mente transtornada e perturbada, de modo a permitir que o leitor mergulhe na subjetividade fragmentada da personagem e, ao mesmo tempo, se questione se os acontecimentos narrados de fato ocorreram ou se são fruto exclusivo da imaginação da narradora.

Nessa direção, a própria contracapa da edição brasileira já antecipa a densidade interpretativa da obra: “Em uma região esquecida do interior da França, uma mulher luta contra seus demônios: ao mesmo tempo que abraça a exclusão, quer pertencer; que almeja a liberdade, sente-se aprisionada; que anseia pela vida familiar, deseja incendiar a casa”

3.1.5 Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade

A pesquisa de Orna Donath, que fundamenta parte significativa desta tese, caracteriza-se como um estudo qualitativo de orientação sociológica e feminista. A autora baseia sua investigação em entrevistas em profundidade, de caráter semiestruturado, realizadas com 23 mulheres israelenses que se autodeclararam arrependidas da maternidade. As participantes da pesquisa não foram selecionadas por amostragem estatística nem por intermédio de instituições clínicas. As mulheres chegaram à pesquisa, sobretudo, por autoidentificação, após entrarem em contato com textos, palestras e debates promovidos pela própria autora, nos quais a possibilidade de arrependimento materno era nomeada e legitimada como experiência social. O critério central de inclusão foi a autodeclaração explícita de arrependimento pela maternidade, e parte das entrevistadas foi indicada por outras participantes, em um processo típico de amostragem em rede (“efeito bola de neve”). Ao optar por esse percurso, Donath assume conscientemente a não representatividade numérica de seu *corpus*, privilegiando a emergência de narrativas silenciadas e recusando a patologização do arrependimento.

Desta forma, o foco analítico recai sobre as narrativas das participantes, nas quais emergem relatos de sofrimento, perda da identidade pré-materna, esgotamento e a percepção da maternidade como uma experiência não realizadora, privilegiando a interpretação dos sentidos atribuídos à experiência materna e aos mecanismos discursivos de culpa, silenciamento e autocensura. Ao recusar a patologização do arrependimento, Donath desloca a análise do plano individual para uma crítica estrutural da maternidade compulsória, compreendendo o sofrimento materno como efeito de normas sociais, e não como falha moral das mulheres.

Embora essa pesquisa tenha conseguido trazer um pouco mais de diversidade do que conseguimos encontrar na literatura, ainda assim contou com uma maioria branca (das 23 mulheres participantes do estudo, apenas uma mencionou a cor da sua pele como “escura”, quando abordou a questão de estar revivendo o trauma do racismo — pelo fato de sua filha também ter “pele escura” e “cabelos cacheados”) e heterossexual (no tocante à orientação sexual, somente uma das 23 participantes definiu-se como lésbica, embora tenha tido filhos através de relacionamentos com homens). Além disso, “oito das mulheres eram casadas ou tinham relacionamento estável, catorze eram divorciadas ou separadas e uma era viúva” (Donath, 2017, p. 19). No que diz respeito a emprego, “vinte das entrevistadas tiveram emprego em algum momento da vida, e algumas ainda estavam empregadas na época da entrevista; três delas, não” (Donath, 2017, p. 19). Quanto à classe social, sete delas “se definiam como de classe baixa³⁹, catorze como de classe média⁴⁰ e duas como de classe média-alta⁴¹” (Donath, 2017, p. 19), o que significa que quase 70% das participantes pertenciam à classe média a média-alta. Quanto à escolaridade, “onze das entrevistadas tinham diploma universitário, oito tinham completado os estudos secundários, três tinham formação profissional e uma cursava bacharelado na época da entrevista” (Donath, 2017, p. 19).

Outro dado interessante dessa amostragem é que, embora todas as mulheres sejam de origem judaica, nenhuma se identificou como pertencente a uma religião fundamentalista: “quatro delas se definiam como ateias, doze como laicas, três como pertencentes a diversos setores religiosos, e três se recusaram a rotular o que viam como uma identidade religiosa híbrida” (Donath, 2017, p. 19). Logo, embora a religião ainda exerça uma influência significativa na pressão por uma maternidade idealizada, é importante reconhecer que ela não

³⁹ 30,4%.

⁴⁰ 60,9%.

⁴¹ 8,7%.

constitui a principal fonte de opressão, uma vez que essas mulheres, embora desfrutem de certa liberdade religiosa, sentem-se coagidas a expressar seus sentimentos devido ao temor de retaliações sociais. Nesse sentido, a pressão cultural parece prevalecer sobre a religiosa.

Além disso, mesmo estando protegidas pelo anonimato da pesquisa, essas mulheres concordaram em compartilhar suas experiências, ainda que de maneira confidencial, o que talvez não aconteceria em contextos de religiosidade mais rígida e ortodoxa, nas quais se busca manipular até os pensamentos dos fiéis por meio do medo. Ou seja, a pesquisa corroborou com a ideia de que as expectativas sociais em torno da maternidade afetam todas mulheres, independente de raça ou classe social. Essa disposição para relatar suas vivências poderia não se manifestar sem garantias de sigilo e anonimato. Desse modo, embora para o estudo elas tenham concordado em abrir seus corações, na vida real elas sentem que ainda precisam manter uma “fachada”, pois temem não serem compreendidas.

3.2 MOTIVAÇÕES PARA NARRAR SUAS HISTÓRIAS

Um ponto notável desta pesquisa é que as quatro personagens estudadas frequentemente mencionam sua relação com a escrita ou a relevância da literatura em suas vidas, percebendo-a como um espaço de libertação e independência. Dessa forma, o objetivo deste subcapítulo foi evidenciar a importância da escrita como forma de legitimação por meio da criatividade. Conforme Gloria Alzandúa (2000) revela em seu ensaio *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, para ela, a escrita é um ato político e desempenha um papel crucial na construção da subjetividade subalterna.

Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (Alzandúa, 2000⁴², p. 232).

⁴² O texto foi originalmente publicado em 1981 pela autora e reproduzido na seção de Ensaio, da Revista de Estudos Feministas da UFSC, em 2000.

Essa citação destaca o poderoso testemunho do papel transformador da escrita na construção da subjetividade e na busca por autonomia.

Deste modo, neste subcapítulo, exploramos a perspectiva de Zolin (2019a), que destaca a escrita de autoria feminina como um reflexo da experiência da mulher. Observamos, nas narrativas analisadas, uma busca constante pela reconstrução da identidade por meio da memória e da escrita. Este processo criativo permite que as personagens usem a linguagem para revisar, reinterpretar e reinventar suas vivências passadas. “O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como “outro” — o escuro, o feminino. Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós?” (Alzandúa, 2000, p. 232).

Essa dependência da escrita como ferramenta de conexão com o eu interior pode estar relacionada à histórica exclusão das mulheres, não apenas do cenário literário, mas a todo o contexto de silenciamento e repressão femininos. Mesmo que a segregação das mulheres da vida pública esteja aos poucos se dissipando, ela marcou por séculos o pensamento social, frequentemente exigindo que as mulheres justifiquem suas ações e escolhas, muito mais do que os homens. Esse contexto leva muitas mulheres a desconectarem-se de si mesmas e, inevitavelmente, influencia a forma como elas pensam e agem, levando-as a se explicarem antecipadamente em relação a quase tudo, como observado em algumas personagens, que parecem tentar justificar sua escrita.

A discussão sobre o trabalho feminino, historicamente invisibilizado e desvalorizado, frequentemente se divide entre as esferas da reprodução e da produção. O trabalho de reprodução, intrinsecamente ligado à maternidade e ao cuidado do lar, abrange as atividades essenciais para a manutenção da vida e da força de trabalho, mas que, na lógica capitalista e patriarcal, foram relegadas ao âmbito privado e, em grande parte, não remuneradas. Em contrapartida, o trabalho de produção refere-se às atividades que geram valor econômico e reconhecimento social, tradicionalmente associadas ao espaço público e, majoritariamente, aos homens.

Conforme Lerner (2022), ao longo de muitos séculos, as mulheres garantiram seu direito à expressão e à criatividade, mesmo diante de inúmeras restrições que sufocaram e negaram seus talentos. A historiadora aponta que, apesar disso,

havia mulheres cuja autolegitimação era baseada exclusivamente na confiança que tinham na própria criatividade, e que se empoderaram como escritoras e pensadoras. Essas mulheres reconheceram que tinham talento, o que lhes permitiu escrever, e, com seus escritos, influenciaram outras [...]. E não foram poucas que, em seu

trabalho criativo, também avançaram em direção à consciência feminista e sua expressão pública. (Lerner, 2022, p. 2011)

Portanto, para as mulheres que se encontram no cerne desta análise — sejam as autoras que escrevem sobre o descontentamento materno ou as personagens que o vivenciam —, a escrita emerge como uma poderosa forma de trabalho de produção, um campo onde a criatividade não é apenas exercida, mas também se torna um caminho crucial para a busca de legitimação. Em um contexto onde a função materna muitas vezes define e limita a identidade feminina, o ato de escrever transcende a mera expressão artística; ele se configura como um ato político e de autoafirmação, permitindo que essas mulheres construam narrativas próprias, contestem discursos hegemônicos e, por meio do intelecto e da arte, reivindicuem um lugar de valor e reconhecimento que vai além das expectativas impostas pela maternidade. A escrita, nesse sentido, não é apenas um ofício, mas um espaço de resistência e de construção de uma subjetividade autônoma.

3.2.1 Eva⁴³

À medida que nos aprofundamos na leitura do livro de Lionel Shriver, fica claro que o próprio título — *Precisamos falar sobre o Kevin* — sugere uma necessidade urgente de comunicação por parte da narradora, inicialmente com o destinatário das suas cartas. Tanto o uso da locução verbal “precisamos falar” quanto o conteúdo das cartas evidenciam um casamento marcado por silêncios e lacunas no diálogo. A autora constrói a narrativa em forma epistolar, de forma que cada uma das 28 cartas escritas por Eva Khatchadourian compõe um capítulo da história, que nos é apresentada em ordem não cronológica. Assim, conforme aponta o estudo de Bárbara Souza, “a personagem encontra uma forma de lidar com a solidão e a culpa por meio da escrita de suas cartas, dizendo ao marido tudo aquilo que uma mãe jamais deveria dizer” (Souza, 2022, p. 11).

⁴³ Eva é um nome de origem hebraica que significa “aquela que dá a vida” (mãe da humanidade). Além disso, o nome escolhido para a personagem faz alusão à primeira mulher do universo, a quem, na tradição cristã, atribui-se a culpa pelo “pecado original”. Essa carga simbólica reforça a leitura da personagem como aquela que inaugura uma linhagem marcada pela transgressão e pela responsabilização feminina. Ao nomear sua protagonista como Eva, Lionel Shriver inscreve-a em uma tradição cultural em que a mulher é simultaneamente origem da vida e culpada pela queda — o que explica a maneira como a personagem é julgada socialmente pela violência do filho. Assim, o nome funciona como um dispositivo irônico e crítico, que condensa a dualidade entre maternidade e culpa.

A estrutura envolvente do romance contribuiu para que o livro se tornasse um *best-seller*. Segundo Souza (2022), o sucesso de público pode estar relacionado ao fascínio pela vida dos outros, já que, ao lerem correspondências destinadas a terceiros, os leitores têm a sensação de estar bisbilhotando a intimidade alheia (Souza, 2022), mesmo que se tratem de cartas de ficção. Desta forma, embora na sociedade contemporânea a carta não seja mais um meio de comunicação frequente, “a natureza dialógica do romance epistolar pode captar a atenção do leitor ainda nos dias de hoje” (Souza, 2022, p. 17).

Embora este romance seja classificado como epistolar, por ser composto de “cartas de ficção” (Harouche-Bouzinac, 2016), ele apresenta algumas peculiaridades, já que não há troca de correspondências, tendo em vista que o leitor tem acesso apenas às cartas da remetente. Assim, embora essa escrita possa inicialmente parecer mais um monólogo ou um diário, à medida que se avança na leitura, percebe-se que Eva, ao escrever para um destinatário que nunca lhe responderia, expressava principalmente uma necessidade de diálogo consigo mesma. Logo,

é possível considerar, então, que para a personagem, a comunicação é efetiva, afinal, por meio da simulação de conversa com o marido, Eva encontra a forma de dizer tudo aquilo que não pôde falar. Ao escrever para o cônjuge, a personagem explora questões que precisou silenciar durante anos, especialmente ao falar sobre o filho, Kevin, porque enfrentaria o julgamento de Franklin (Souza, 2022, p. 24).

Este trecho sugere que a escrita de Eva, longe de ser apenas um monólogo ou diário, representa um diálogo interior profundo, e uma forma de comunicação que ela não pôde estabelecer na vida real com seu cônjuge.

Transcrevemos, abaixo, um pequeno trecho da primeira carta escrita por Eva:

8 de novembro de 2000.
Querido Franklin,
Não sei ao certo por que o incidente banal desta tarde acabou provocando em mim a vontade de lhe escrever. O fato é que, desde que nos separamos, o que mais me faz falta, acho, é chegar em casa e ter a quem contar as curiosidades narrativas do meu dia, do jeito como um gato às vezes larga um camundongo aos pés do dono, as pequenas, modestas oferendas com que os casais se brindam, depois de revolver quintais diferentes (Shriver, 2011, p. 9).

O excerto revela que a narradora decidiu escrever porque sente falta de ter com quem compartilhar os acontecimentos do seu dia. Aparentemente, esse desejo de comunicação surge como uma necessidade de preencher o vazio deixado pela ausência do parceiro com quem ela

costumava trocar essas “curiosidades narrativas”. Geneviève Harouche-Bouzinac aponta para uma conexão entre o ato de escrever uma carta e a solidão do remetente. Segundo a autora, “as pessoas escrevem porque estão sós, a partir de uma situação em que se sentem sós” (Harouche-Bouzinac, 2016, p. 108). A escrita, portanto, torna-se uma forma de viver o luto e restabelecer uma conexão perdida, permitindo-lhe externalizar suas experiências e sentimentos.

Para Souza, “a personagem criada por Shriver escolheu fazer seu registro memorialístico por meio de cartas, pois precisava — de alguma maneira — manter sua relação com o marido, além de romper o silêncio sobre aquele que talvez seja um dos maiores tabus da vida das mulheres: a maternidade” (2022, p. 25). Assim, é possível deduzir que o “incidente banal” que desencadeia a vontade de Eva escrever não é o foco principal da carta, mas sim o que ele simboliza: a ausência de alguém com quem ela possa partilhar as “modestas oferendas” da vida cotidiana, as trocas diárias que, apesar de simples, são carregadas de significado. Dessa forma, ao sentir-se “machucada por suas perdas pessoais e pelo peso do ato brutal cometido pelo filho, a personagem encontra uma forma de refletir sobre si mesma, e de dizer o indizível” (Souza, 2022, p. 29). Além disso, Souza (2022, p. 31) destaca que

Eva demonstra saber que precisa superar a perda de Franklin, e que o ato de escrever para o marido morto não seria visto de forma positiva por um psicólogo, uma vez que a morte do marido era justamente um dos principais pontos de seu sofrimento e, por meio da escrita, ela encontrava uma forma de simular contato com ele.

Logo, escrever torna-se um meio de a narradora lidar com essa perda e de manter viva a prática de contar suas histórias.

Na segunda carta, contudo, Eva revela:

Talvez tenha sido desonestidade minha deixar subentendido, no começo da carta anterior, que, quando confabulávamos, no final do dia, eu lhe contava tudo. Ao contrário, **uma das coisas que me impelem a escrever é o fato de ter a cabeça entulhada com todas as pequenas histórias que nunca lhe contei**. Não pense que eu acalentava meus segredos. Eles me encurralaram, me pressionaram e, tempos atrás, **tudo que eu queria fazer era me abrir com você. Mas, Franklin, você não queria ouvir**. Tenho certeza de que não mudou de opinião. Talvez eu devesse ter me esforçado mais, na época, para obrigá-lo a escutar, mas desde o princípio nos pusemos em lados opostos [...]. **O que nos separava era muito tangível** e, se não estivesse no quarto, podia entrar quando quisesse, com as próprias pernas. **Nosso filho**. Que não é bem um punhado de pequenos casos, e sim uma longa história (Shriver, 2011, p. 26 – grifos nossos).

Percebe-se que a narradora tenta, com seu desabafo, além de “desentulhar a cabeça”, preencher os vazios discursivos deixados pela falta de diálogo entre ela e o esposo. Escrever, portanto, acaba sendo uma forma de a narradora confrontar e processar o profundo distanciamento e a falta de comunicação que marcaram seu casamento. Ela sente a necessidade de confessar a Franklin tudo o que foi reprimido e nunca dito durante o tempo em que estiveram juntos. Essa atitude emerge da frustração e da culpa pelo mal-estar que a maternidade lhe trouxe, sentimentos acumulados ao longo dos anos em que ela tentou, sem sucesso, compartilhar seus sentimentos mais íntimos, mas foi constantemente ignorada ou desencorajada pelo marido. Isso vai ao encontro das ideias de Souza, que destaca que Eva

teve dificuldades em encontrar equilíbrio entre os papéis que precisava desempenhar ao mesmo tempo, a partir do momento em que descobriu a gravidez: o de mulher e de mãe. O incômodo em ter que abrir mão de diversas coisas em prol do filho esteve presente desde a fase da gestação, e se intensificou com o nascimento do filho, que impactou diretamente em sua carreira e até mesmo na relação com o marido (Souza, 2022, p. 76).

O impulso para escrever, portanto, advém do peso emocional que Eva carrega, resultante de histórias não reveladas e sentimentos não expressos, especialmente em relação ao filho. A narrativa mostra que Kevin tornou-se um ponto de tensão insuperável no casamento, uma força que separou o casal de maneira explícita e irreversível. Portanto, a experiência dessa personagem desafia a concepção tradicional de que os filhos têm o poder de unir os casais e fortalecer os casamentos, tornando-os mais felizes e duradouros. Assim, para Eva, a escrita é uma tentativa de poder externalizar tudo o que estava reprimido, talvez na esperança de encontrar algum tipo de alívio ou de obter uma compreensão tardia, mesmo ciente de que Franklin nunca lhe responderá, conforme vai evidenciando-se ao longo da narrativa.

Apesar disso, escrever essas cartas permite à narradora revisitar o passado, refletir sobre sua maternagem e seu relacionamento conjugal, além de compreender até onde vai sua culpa nessa história, reconhecendo sua própria desonestidade por fingir ao marido que tudo estava bem, quando na verdade ela sentia que havia algo de errado com Kevin — aquele “algo” sobre o qual precisavam conversar. Sobretudo, para Eva, que não acreditava que buscar ajuda de um profissional de saúde mental poderia beneficiá-la, as cartas funcionaram como recurso terapêutico: “eu encontrara minha única ‘ajuda’ ao escrever a você, Franklin

[...]. Tenho certeza de que essas cartas não constam na lista das terapias prescritas, uma vez que você está no próprio cerne do que eu preciso ‘superar’ para que possa ter meu ‘encerramento’” (Shriver, 2011, p. 138). Em última análise, parece que o que a motiva a escrever é o desejo de confrontar a si mesma e escavar essas verdades dolorosas, para que ela possa processar tudo o que foi silenciado.

Já no final da narrativa, durante uma de suas visitas ao filho na prisão, Eva confessa: “Sinto saudade do seu pai, Kevin. Ainda falo com ele. Chego até a escrever para ele, se é que você acredita. Escrevo cartas. E agora, elas estão numa grande pilha bagunçada na minha mesa, porque não sei o endereço dele. Também sinto saudade da sua irmã — muita saudade” (Shriver, 2011, p. 606). Embora houvesse pistas ao longo do livro, este é o momento em que a autora revela de forma explícita e direta que Eva sequer enviava as cartas que escrevia a Franklin, mas o real motivo ainda não é apresentado. Embora a personagem afirme que isso se deva ao fato de não saber o endereço do pai de Kevin, a verdade, conforme nos é revelada no penúltimo capítulo, é que essas cartas nunca foram enviadas porque Franklin estava morto (assim como Celia, a segunda filha do casal). Pai e irmã foram assassinados por Kevin no quintal de casa e, depois de executá-los, o adolescente foi à escola em que estudava, onde empreendeu uma chacina meticulosamente arquitetada, matando mais sete pessoas.

Souza reitera que “por meio de seu registro memorialístico, Eva tenta trabalhar o trauma e recuperar sua identidade enquanto mulher-mãe” (2022, p. 29). Portanto, “a partir do emaranhado de recordações que são as epístolas da narradora de Shriver, o leitor constrói sua perspectiva acerca da personagem, ciente de que tudo aquilo que é dito por ela é atravessado pela fatídica quinta-feira, na qual Kevin se tornou um assassino em massa” (Souza, 2022, p. 75). Logo, podemos afirmar que a escrita de Eva está intrinsecamente ligada à memória e ao trauma.

A autora fez das cartas de sua personagem um interessante trabalho com o trauma, por meio da escrita. Em um momento de extrema solidão, tristeza e culpa, Eva confronta o trauma da maternidade, ao rememorar suas vivências, ao mesmo tempo em que consegue simular contato com Franklin (Souza, 2022, p. 111).

Exploraremos esses pontos em maior profundidade na próxima seção, pois, através dessas cartas, a personagem narra dois eventos traumáticos: além do crime cometido por seu filho — que a transformou em uma pária social por ser “mãe de um assassino” e a fez perder sua filha querida e seu marido — Eva também descreve a experiência da maternidade como

um grande trauma. Contudo, faz-se necessário sublinhar uma diferença entre as obras: Franklin era o interlocutor de Eva, era para ele que ela escrevia, enquanto que as narradoras dos outros três romances não tinham um “destinatário” certo, conforme veremos a seguir.

3.2.2 Leda⁴⁴

No primeiro capítulo de *A filha perdida*, Leda revela aos leitores ter sofrido um acidente de carro, e que teria mentido a todos sobre a razão pela qual ela havia perdido o controle do veículo: “Falei que o sono é que me fizera sair da estrada. Mas eu sabia perfeitamente que esse não fora o verdadeiro motivo. **O motivo havia sido um gesto sem sentido**, sobre o qual, justamente por ser sem sentido, decidi não contar a ninguém” (Ferrante, 2016, p. 5-6). O silêncio em torno desse incidente pode simbolizar uma forma de autoproteção, ou receio de expor uma parte de si mesma que talvez não fosse facilmente compreendida. Contudo, contrariando o desejo inicial de “não contar a ninguém”, a história começa pelo final justamente porque a narração irá revelar o que aconteceu, demonstrando uma necessidade de processamento emocional.

Ao escrever e compartilhar sua história, ela busca estruturar seus pensamentos e sentimentos sobre o dito “gesto sem sentido” e encontrar algum tipo de clareza ou compreensão interna. Posteriormente, é revelado que quando fala do “gesto sem sentido”, Leda está se referindo ao fato de ter roubado uma boneca de uma criança na praia e tê-la escondido por dias, mesmo assistindo ao desespero da criança e da família para encontrá-la. Como ela mesma não compreende suas razões, a narração dessa experiência, inicialmente mantida em segredo, torna-se, portanto, uma ferramenta de autoconhecimento, permitindo-lhe processar emoções complexas e contraditórias.

Essa luta interna e o desejo de explorar suas motivações estão intimamente ligados ao que Silva (2022) sugere em sua análise do título original do romance, *La figlia oscura*, sugere a existência de problemas familiares impossíveis de serem resolvidos.

⁴⁴ Na mitologia grega, a história da sedução de Leda, rainha de Esparta, por Zeus, que se metamorfoseou em cisne, é um marco. Dessa união, Leda engravidou de Helena, a mulher que desencadeou a Guerra de Tróia. Portanto, ao batizar sua protagonista com esse nome, Ferrante evoca uma herança mítica que associa a maternidade à ambiguidade, à violência e à catástrofe. Tal escolha intensifica a leitura da personagem como herdeira de uma linhagem de experiências femininas marcadas pela ruptura, pelo desejo e pela culpa, aproximando-a de uma tradição trágica em que o corpo feminino se torna palco de forças históricas e familiares incontornáveis. Mušović (2021) sugere que a Leda de Ferrante reflete a Leda mítica ao vivenciar experiências que impactam profundamente sua identidade, criando uma tensão entre passado e presente. Essa dinâmica é evidenciada, sobretudo, na relação entre mãe e filhas e no simbolismo da boneca roubada, tensionando a maternidade.

A palavra italiana *oscura* provém do latim *obscurus*, o que nos remete ao obscurantismo e ao mistério que permeiam essa narrativa. Em geral, diz-se que as mães dão à luz aos filhos, mas esse título, em que encontramos uma adjetivação inesperada, contraditoriamente traz a ideia de falta de luz, de clareza. Além dessa palavra, uma frase, logo no primeiro capítulo, já coloca o leitor nessa zona de desconforto: “As coisas mais difíceis de falar são as que nós mesmos não conseguimos entender.” (Silva, 2022, p. 129).

Com essa última frase, a narradora evidencia que sua dificuldade em articular pensamentos e emoções muitas vezes decorre justamente da falta de clareza sobre o que estava vivendo e sentindo, o que vai ao encontro com a tese de Silva. Esta citação é o nosso ponto de partida, pois acreditamos ser a mola propulsora que leva Leda a escrever: a necessidade de tentar se compreender.

A própria Elena Ferrante explica essa relação em *Frantumaglia*:

Leda diz: 'As coisas mais difíceis de falar são as que nós não conseguimos entender.' É o lema — posso chamá-lo assim? — que está na base de todos os meus livros. A escrita deve sempre enveredar por um percurso difícil, e a mulher que escreve ficção — o eu narrador em minhas histórias nunca é uma voz que monologa, e sim escrita — deve pôr a si mesma em uma condição árdua: **organizar em texto o que sabe e que, todavia, não está claro em sua mente** (Ferrante, 2017, p. 288 – grifos nossos).

Leda é professora de literatura inglesa em uma universidade italiana, o que, por si só, já indica que a personagem tem afinidade com leitura e escrita. Quando ela afirma que “ler e escrever sempre foram a minha forma de me acalmar” (Ferrante, 2016, p. 39), a protagonista revela o papel fundamental que a literatura e o ato de escrever desempenham em sua vida. Este trecho reflete como tais práticas vão muito além de simples atividades prazerosas ou uma forma de escapismo, pois são essenciais para sua saúde mental, pois sua autorregulação emocional se dá através “do papel”. Ao considerar a leitura e a escrita meios para acalmar a mente, a narradora está enfatizando a importância dessas atividades para lidar com suas emoções.

Para Leda, relatar o “gesto sem sentido” foi sua forma de romper o silêncio sobre algo que a envergonhava — não apenas o furto da boneca, mas sobretudo o fato de ter se afastado e ficado longe das filhas por três anos. Assim, o que perturbava a protagonista era precisamente sua relação com as filhas e seu passado com a maternidade. Suas férias na praia, durante as quais Leda observava uma mãe e sua filha brincando na areia (o que culminou no furto da boneca), desencadearam um profundo conflito interno, levando-a a explorar seu baú

emocional. A boneca, portanto, é uma espécie de alegoria que Leda utilizou para confrontar seus dilemas maternos, pois o que realmente a sufocava era a sensação incômoda de enfrentar sozinha um problema que parecia incomunicável. O tom confessional do enredo assemelha-se a um diário íntimo. Ao mencionar o abandono das filhas, Leda descreve outra situação em que recorreu à escrita para se expressar:

Dois anos atrás, quando previ que iriam embora por sabe-se lá quanto tempo, escrevi para elas uma longa carta na qual contava detalhadamente como as havia abandonado. Eu não queria explicar meus motivos — quais eram? —, mas os impulsos que mais de quinze anos antes haviam me mandado para longe. Fiz duas cópias da carta, uma para cada uma, e as deixei em seus quartos. Mas nada aconteceu, nunca me responderam, nunca me disseram: vamos conversar sobre isso (Ferrante, 2016, p. 85).

O gesto de deixar as cartas nos quartos das filhas e o subsequente silêncio destas refletem a dificuldade de abordar assuntos considerados tabus. Leda ficou frustrada ao não receber uma resposta imediata, observando que suas filhas, seguindo o padrão estabelecido por ela ao longo dos anos, escolheram permanecer em silêncio a respeito disso. Assim, enquanto a escrita pode servir como um meio de conexão consigo mesma, ela também pode revelar a dificuldade em estabelecer uma comunicação direta, muitas vezes escondendo a insegurança de um confronto pessoal. Essa situação destaca a barreira emocional e a falta de compreensão mútua que frequentemente acompanham as tentativas de reconciliação e de comunicação sobre temas complexos e dolorosos.

Por fim, Ferrante observa que Leda

desenvolve uma escrita que a leva a contar coisas insuportáveis como filha, como mãe e como amiga de outra mulher. E, sobretudo, deve dar conta de um gesto impensado — o coração da história —, cujo sentido não apenas lhe foge, mas que sem dúvida não pode ser decifrado se ela permanecer dentro da própria escrita. Ali, é provável que eu tenha cobrado de mim mais do que podia dar: uma história empolgante que é escrita sem que a pessoa que a escreve, pela própria natureza do que está contando, possa compreender o sentido, mesmo porque, se isso acontecesse, ela poderia morrer por aquele motivo. *A filha perdida*, das histórias que publiquei, é aquela à qual estou mais dolorosamente ligada (Ferrante, 2017, p. 288).

Logo, Ferrante explica que o furto da boneca é central para esta narrativa, mas o que ele representa é algo muito mais profundo, pois seu real significado parece escapar a Leda, indicando uma tensão entre o ato de escrever e a compreensão completa dos eventos descritos. A narradora enfrenta dificuldade em decifrar o sentido do que escreveu, pois aborda a

natureza intrinsecamente enigmática e dolorosa de suas experiências como mãe. Além disso, o conflito enfrentado pela narradora pode ser interpretado como uma metáfora para o conflito interno do próprio escritor, refletindo os desafios inerentes ao processo criativo e a complexidade intrínseca à escrita ficcional.

3.2.3 Maria Lúcia⁴⁵

A personagem de Eliane Brum é Maria Lúcia, a terceira narradora a aparecer no romance, a qual “invade” a história da filha para assegurar seu lugar de fala. “O desenvolvimento da narrativa lembra muito o estilo de um diário, com caráter bastante íntimo e pessoal, em que Laura descreve o hábito de se automutilar, e fala sobre a relação conflituosa que ela mantinha com a mãe, de quem agora via-se obrigada a cuidar” (Librenz e Guizzo, 2023, p. 3). Embora escreva sobretudo para si mesma, no trecho a seguir, Maria Lúcia dirige-se à filha, como se estivesse lhe escrevendo uma carta:

É para seus leitores que escrevo. Mas a decisão de publicar também a minha versão é sua. Será sempre sua. **Eu não deixarei que você coloque mais uma violência na minha conta.** Desta vez, vai ter de assumir. **Vai ter de me matar ou não na sua narrativa.** Se me matar, vai saber que minha voz está ali, em algum lugar, ainda que ninguém saiba e que você queime o caderno. Sim, porque eu só sei escrever à mão. E acho que há mais coragem em escrever à mão, sopesando cada letra, que exige esforço e não aparece e desaparece numa tela como se as palavras pudessem simplesmente surgir ou simplesmente ser eliminadas sem que se pague um preço por isso. Seu pai mal sabia escrever, não se iluda. Seu talento você herdou de mim (Brum, 2018, p. 47 – grifos nossos).

Como podemos observar, essa citação reflete um intenso conflito entre mãe e filha, além de uma busca veemente por identidade e direito de se expressar. Contudo, há outra camada mais profunda e filosófica, que alude à discussão de temas literários como autoria, controle narrativo e legado. Maria Lúcia, ao declarar que escreve para os leitores de Laura, coloca em jogo a questão da autoria e reivindica a legitimidade de sua voz. Quando ela diz “é

⁴⁵ Na nossa leitura, este nome constitui uma ironia, pois o prenome “Maria”, vem da tradição cristã, evocando a figura da Virgem Maria como arquétipo da maternidade idealizada (vinculada à obediência, ao sacrifício e à devoção absoluta). Em contraste, Lúcia, derivado do latim *lux* (luz), significa “a iluminada” ou “aquela que traz a luz”, remetendo também à Santa Lúcia, padroeira da visão. Assim, a combinação “Maria Lúcia” pode ser lida como uma síntese ambivalente: de um lado, a herança de um modelo normativo de maternidade; de outro, a potência de iluminar e denunciar experiências silenciadas. Essa dupla marcação é coerente com a voz da narradora, que confronta a imagem sacralizada do maternar e dá visibilidade às contradições, dores e rupturas que atravessam sua experiência.

para seus leitores que escrevo”, está se referindo ao fato da filha ser jornalista que estava escrevendo um livro, no qual Maria Lúcia reclama um espaço para “publicar sua versão da história”. Embora a mãe reconheça que tal decisão caberá somente à Laura, esta é desafiada a fazer uma escolha (sobre a inclusão ou exclusão da versão de Maria Lúcia na sua história), recusando-se a ser silenciada ou culpabilizada injustamente. A frase “Eu não deixarei que você coloque **mais uma violência** na minha conta” sugere que a narradora já fora vítima de várias agressões, mas agora se recusa a ser passivamente silenciada e moldada pela narrativa de outra pessoa. Ela exige que a filha assuma a responsabilidade por suas escolhas, seja matando-a na narrativa ou permitindo que sua voz permaneça.

Segundo a pesquisa de Farias (2021),

O relato de uma convivência forçada e as memórias desses femininos são o que o leitor acompanhará no decorrer do livro. A(s) história(s) contada(s) constroem-se de forma que se acompanhe, não linearmente, o passado e o presente dessas mulheres, assim como a maneira como esses diferentes tempos se refletem na relação delineada entre elas. Do mesmo modo, é nesse exercício de escrita que ambas têm a oportunidade de contar como suas diferentes experiências se refletem nessa relação mas, principalmente, de refletir como o vínculo entre elas construído reverbera-se na construção de seus “eus” (p. 129).

Assim como Eva, o que leva Maria Lúcia a escrever é o fato de sentir que precisava registrar suas memórias para ressignificar seus traumas. Somente a partir do relatos dessas memórias é que temos acesso aos fatos: desde a morte de seu pai, quando ela tinha 22 anos, Maria Lúcia passou a ser violentada sexualmente pelo porteiro do prédio em que morava. Laura, portanto, foi fruto de estupro, mas, antes dela nascer, Maria Lúcia deu luz a mais outros quatro bebês, os quais ela afogou na privada pelo fato de terem “aquela coisa no meio das pernas”. É importante ressaltar que, apesar de no passado Maria Lúcia não ter o discernimento necessário para reconhecer os abusos que sofria e, dessa forma, “não tinha forças para enfrentar seu abusador [...], ao escrever suas memórias, reconhece aqueles atos como uma violência” (Librenz e Guizzo, 2023, p. 10). Esse reconhecimento revela uma compreensão retrospectiva e crítica da agressão que sofreu, mostrando como a percepção da gravidade dos abusos pode se aprofundar com o tempo — além da reflexão que a própria escrita pode proporcionar.

Além disso, ao falar sobre o talento de Laura, ela faz alusão à profissão da filha como jornalista, que lhe permite viver da própria escrita⁴⁶, ao mesmo tempo em que deixa claro que

⁴⁶ Ao longo da história, a perspectiva narrativa de Laura oferece várias reflexões interessantes sobre o fazer literário, sobre ser uma escritora e a “impossibilidade da ficção”.

este talento fora herdado dela, não do pai — que “mal sabia escrever”. Ao reivindicar sua importância nesse legado, a narradora reafirma sua própria importância e influência sobre a filha, mesmo que sua história venha a ser silenciada — tal como ocorreu com a história das mulheres durante séculos.

Mais adiante, ela tenta explicar a importância que o ato de escrever assumiu em sua vida:

Desde que comecei a escrever neste caderno só tenho vontade de escrever. Se pudesse, não dormiria, não comeria, não respiraria. Ficaria aqui, apenas escrevendo. Finalmente entendo porque Laura gosta tanto de escrever. Para mim, sempre me pareceu uma perda de tempo. Teria preferido que Laura fosse vendedora de qualquer coisa a jornalista. **Nunca achei decente esse negócio de escrever**, pior ainda sobre a vida alheia, como ela fazia até pouco tempo. **E agora estou aqui, escrevendo numa cama como se disso dependesse a minha vida.** Vida não. Laura disse que um texto só é bom se não fica repetindo palavras. Existência. Escrevo como se disso dependesse a minha existência (Brum, 2018, p. 63 – grifos nossos).

O trecho acima reflete uma profunda transformação na perspectiva da narradora em relação à prática da escrita, que passa a considerá-la como um meio de expressão vital e uma ferramenta de autoconhecimento. Ao contrário do que acreditava antes, Maria Lúcia agora reconhece que escrever desempenha um processo profundo e significativo, capaz de sustentar sua existência. Em suma, a citação mostra a evolução da narradora de alguém que desprezava a escrita para alguém que a valoriza como algo essencial, capaz de dar sentido à sua vida.

Na sequência, ela afirma: “O que me interessa agora é **contar a minha história**. Não a dela [da filha]. A minha, agora que descobri que as palavras me dão um tipo de prazer” (Brum, 2018, p. 72). Isso sugere que o prazer encontrado por ela nas palavras não é apenas uma satisfação momentânea, mas sim uma forma de empoderamento, de dar voz a si mesma e de reconhecer a importância de sua própria narrativa (um direito que foi tirado das mulheres). Essa declaração também pode simbolizar um ato de libertação feminina, e até mesmo uma espécie de chamado para que as mulheres que foram silenciosamente agredidas reivindiquem seu direito de falar. Ao deixar de ser coadjuvante das histórias de outras pessoas (Maria Lúcia sempre vivera sob o domínio dos homens — primeiramente, do próprio pai; depois, do pai de Laura), ela percebe que pode ser a protagonista de sua própria história. Isso mostra que a narradora está se distanciando da obrigação de se preocupar com as expectativas ou as vidas dos outros, voltando-se para o que realmente importa para ela naquele momento.

Entende-se que o impulso das narrações da mãe e da filha é exatamente o mesmo, já que tanto Laura quanto Maria Lúcia demonstram um semelhante esfacelamento de suas subjetividades advindo das experiências acarretadas pelo vínculo que se construiu entre elas durante a infância e a adolescência da primeira. Esse fato será reforçado pelas interposições do narrador em terceira pessoa, que trabalhará para o preenchimento dos espaços vazios deixados por essas duas mulheres imersas em seus traumas e em uma relação marcada por diferentes níveis de rivalidade, bem como de mágoas (Farias, 2021, p. 130)

A escrita torna-se, portanto, uma ferramenta de transcendência e autoafirmação da própria identidade. Nesse aspecto, Maria Lúcia escreve não apenas para processar seus sentimentos e buscar satisfação pessoal, mas também para reivindicar sua própria história ao quebrar com o silêncio que tanto a agrediu e, assim, poder encontrar um novo significado para sua existência.

3.2.4 Personagem de *Morra, amor*⁴⁷

“*Morra, amor* não é sobre uma mulher-mãe, mas sobre o incômodo dessa maternidade. Um incômodo causado pelas mulheres, pelas suas revoltas, **pelas suas escritas**” (Oliveira, 2023, p. 128 – grifos nossos). Diferente das demais em praticamente todos os sentidos, a personagem do romance argentino não explica por que está escrevendo sua história, mas fala sobre a condição existencial do escritor através da metaliteratura. Durante a leitura de *Mrs. Dalloway*, um dos romances mais famosos de Virgínia Woolf, a narradora compara sua situação com a de um dos personagens: “Falam de Septimus, o personagem herói de guerra traumatizado **que também batalhava contra uma depressão maníaca e a loucura** e que se jogou pela janela, no romance. **Penso nos efeitos paliativos que poderia ter sobre minha vida escrever ou me jogar pela janela**” (Harwicz, 2019, p. 53 – grifos nossos). O trecho menciona o personagem Septimus Warren Smith, um veterano de guerra marcado pelo transtorno de estresse pós-traumático, que, no livro, acaba se suicidando. Septimus torna-se um símbolo do desespero e da incapacidade de se reintegrar à sociedade após os horrores que vivenciou no campo de batalha. Quando ela menciona que Septimus “**também** lutava contra a depressão e a loucura”, ela se refere a si própria. Além dessa

⁴⁷ A ausência de nome da narradora de *Morra, amor* pode ser entendida como um recurso de despersonalização e de recusa de uma identidade fixa. Sem nome próprio, a personagem se afasta do ideal de individualidade estável associado à figura materna e passa a representar uma experiência anônima e descentrada. Essa estratégia confere à sua voz um caráter universal e evidencia uma subjetividade em colapso, que expõe a maternidade como espaço de violência, desejo e alienação.

comparação, há outros trechos do romance que nos permitem afirmar que a narradora tem consciência de sua condição psiquiátrica, a ponto de classificar-se como “incurável” e inapta à vida em sociedade.

Ao evocar Septimus, a narradora questiona, quase de forma irônica, o efeito paliativo que a escrita ou o suicídio poderiam ter em sua vida, ponderando se ela seria uma forma de salvação ou apenas uma forma de adiar um final trágico. A ideação suicida e a apatia são características recorrentes nessa personagem, evidenciando que a maternidade, muitas vezes idealizada como uma cura para a mulher “deixar de ser doida”, pode, na verdade, agravar a condição de alguém emocionalmente vulnerável. A sequência narrativa segue neste tom: **“Quem escreve não precisa de uma jaqueta de couro porque no seu universo é verão”** (Harwicz, 2019, p. 53). Ao afirmar que quem escreve “não precisa de uma jaqueta de couro porque no seu universo é verão”, a narradora provavelmente faz referência à depressão, que, metaforicamente, costuma deixar os dias “cinzentos”, fazendo, assim, uma clara alusão ao inverno — estação oposta ao verão, que demanda o uso de “jaquetas”. Assim, ao sugerir que um escritor poderia dispensar tal proteção, ela parece considerar a escrita como uma espécie de trincheira — um espaço de acolhimento mas que, paradoxalmente, também oferece libertação através do escapismo, exercendo um efeito catártico e, por isso, também terapêutico.

Em seguida, a narradora-personagem expressa o desejo de ser reconhecida como uma grande escritora, revelando uma ambição literária: “Que alguém possa falar de um personagem meu como falam de Mrs. Dalloway” (Harwicz, 2019, p. 53). Aqui podemos observar a vontade de deixar um legado significativo, assim como Virginia Woolf fez com sua obra. Esse desejo de transcendência através da criação, de ser lembrada pelos seus personagens, contrasta com a sensação sufocante que a narradora experimenta, sentindo-se engolida pela própria loucura que, ao que tudo indica, fora agravada pela maternidade⁴⁸.

Essa passagem é especialmente disruptiva porque desconstrói a ideia de que deixar descendentes é o legado mais importante de uma pessoa. Não é à toa que Harwicz faz referência à Virginia Woolf, uma das maiores escritoras inglesas, que, apesar de nunca ter tido filhos, deixou sua marca no mundo. Além disso, a escolha de Woolf, embora significativa, não deixa de ser um paradoxo, pois, assim como a protagonista deste romance, a escritora também enfrentou a depressão ao longo de sua vida. Esse fato, aliás, contrasta com a ilusão da

⁴⁸ Mais adiante, veremos que, na experiência desta personagem, a maternidade é descrita como uma espécie de prisão, enquanto que a ação de escrever lhe traz uma ideia de liberdade.

narradora, tendo em vista que Virgínia Woolf se suicidou — evidenciando que no universo do escritor nem sempre é verão.

Além disso, como observa Martins (2021), a protagonista dessa obra menciona várias vezes o bosque, um espaço de refúgio e fuga, simultaneamente, fazendo dele “um elemento importante, que é a imagem da natureza e da floresta como um espaço inerente ao selvagem feminino” (Martins, 2021, parágrafo 5).

3.3 MAL-ESTAR MATERNO E EMOÇÕES CENSURADAS

Enquanto o subcapítulo anterior mostrou que o que motivou cada personagem a narrar sua própria história⁴⁹ foi a necessidade de (re)estruturar ou afirmar sua identidade pessoal, este busca abranger as angústias mais recorrentes enfrentadas pelas personagens ao longo desse processo, revelando os conflitos que permeiam suas experiências. Primeiramente, o que pudemos observar na superfície desses textos foram questionamentos sobre o “instinto materno” e sobre a idealização da maternidade. Considerando que, nas narrativas analisadas, o sentimento de frustração revela-se predominante, observa-se que a tensão entre expectativa (aquilo que foi idealizado) e realidade (aquilo que é efetivamente vivenciado) emerge da construção dominante (e romantizada) da maternidade como sendo uma experiência sumariamente gratificante e realizadora, desconsiderando, quase sempre, suas possíveis dimensões de sofrimento e decepção.

Conaboy (2024) defende que a crença no instinto materno ideal pode gerar sofrimento — ansiedade, culpa, isolamento — em quem não se “encaixa” nesse molde, porque essa pessoa acaba assumindo responsabilidades excessivas ou se sentindo inadequada. Além disso, reforça desigualdades de gênero (já que o cuidado recai majoritariamente sobre mulheres) e obscurece a importância do apoio coletivo, de políticas públicas e da participação dos pais. Assim, ao não se reconhecerem nessa narrativa hegemônica, as mulheres analisadas neste capítulo vivenciam uma série de desconfortos subjetivos que contribuem para uma autopercepção de inadequação — a qual, por sua vez, desencadeia uma multiplicidade de emoções e afetos negativos.

Desta forma, para investigar o que levou essas mulheres a sentirem-se mães inadequadas e, em alguns casos, até se arrependem da maternidade, contrastamos alguns

⁴⁹ Incluir o verbete *herstory*:

relatos das personagens dos romances analisados com os depoimentos das mulheres entrevistadas por Donath (2017), buscando, assim, estabelecer paralelos (e limites) entre ficção e realidade. No entanto, ao utilizar as ferramentas fornecidas pela crítica feminista ou de qualquer outra área do conhecimento, temos plena consciência do caráter parcial desta análise. Portanto, conforme postulado por Brait (2017), nossa intenção não é apresentar a última palavra em análise narrativa, evitando, assim, o risco de reduzir o trabalho do escritor e sua complexidade aos limites teóricos escolhidos para este estudo, mesmo que tenham sido selecionados com as melhores das intenções. Nosso intuito não é o de realizar uma análise imparcial, mas trazer uma perspectiva feminista para a leitura desses romances.

Em *A filha perdida*, a experiência materna de Leda revela que a maternidade não se reduz a afeto ou plenitude, mas também envolve ressentimento e desejo de autonomia. Segundo Duarte Pena (2024, p. 119), “o ideal da maternidade tende a impor a renúncia: exige que a mulher sacrifique seus desejos pessoais para se conformar ao papel materno”. Tal imposição se aproxima daquilo que Donath (2017) identifica nos relatos de mães que se arrependeram: a sensação de terem sido aprisionadas por um destino que não escolheram livremente. Assim, Ferrante literariamente dramatiza o que as pesquisas feministas têm apontado em relação ao mal-estar materno.

De acordo com a pesquisa de Donath (2017), alguns fatores que levam algumas mulheres a “optar” pela maternidade são a sensação de deslocamento e marginalização em seu círculo social enquanto não se tornam mães. Tal pesquisa revelou que, para muitas delas, “a transição para a maternidade é como atravessar uma ponte. Do outro lado as aguarda a aceitação em sua comunidade, da qual se sentiam excluídas ou à qual não pertenciam antes de engravidar e dar à luz” (Donath, 2017, p. 46). Contudo, buscaremos demonstrar que o senso comum de que “ser mãe certamente vai implicar uma vida melhor para as mulheres do que a que tinham antes de ter filhos” (Donath, 2017, p. 45) não pode ser considerado uma verdade universal, uma vez que a experiência da maternidade é complexa e pode trazer consigo desafios e contradições que variam conforme o contexto individual e social de cada mulher.

Essa complexidade também pode ser observada nas trajetórias daquelas que optam por não maternar, frequentemente confrontadas por discursos que tentam deslegitimar essa escolha. Como observa Donath (2017), o arrependimento é frequentemente utilizado como um argumento persuasivo — ou mesmo como uma ameaça velada — para reafirmar a maternidade como caminho inevitável:

as mulheres que não desejam ser mães são empurradas para a maternidade com o instrumento do arrependimento. A ameaça é quase inescapável, já que elas são expostas a imagens aterradoras da vida fora da norma e a cenários de um futuro amaldiçoado que vai inevitavelmente fazer com que lamentem a decisão e anseiem pelos filhos que não tiveram (Donath, 2017, pp. 94-95).

Portanto, a utilização do arrependimento como ameaça funciona como uma ferramenta de controle, uma forma de prisão invisível para as mulheres, perpetuando a ideia de que a maternidade é a única via para uma vida plena e significativa.

Assim, tanto nas narrativas culturais quanto nos discursos médico e social há uma supervalorização das experiências positivas da maternidade, enquanto “o outro lado da moeda permanece em silêncio; e as vozes daquelas que em retrospecto se arrependem de ser mães seguem ignoradas, o que consequentemente alimenta a suposição de que elas não são ouvidas porque na verdade não existem” (Donath, 2017, p. 95). Logo, ao silenciar as narrativas de arrependimento, reforça-se a norma cultural de que a maternidade é inerentemente gratificante, o que dificulta a abertura de espaços para um debate mais honesto e inclusivo sobre a pluralidade das experiências maternas.

3.3.1 Maternidade *versus* saúde mental: depressão pós-parto e puerpério

Antes de mais nada, é necessário enfatizar que descontentamento materno e depressão pós-parto não são sinônimos. Entendemos que o descontentamento materno, ao contrário da depressão, tem uma origem mais profunda, pois não se trata de algo centrado no corpo da mulher, mas sim de uma sensação constante de mal-estar gerado por uma desilusão. O que o descontentamento materno e a depressão pós-parto parecem ter em comum é que ambos não andam sós: eles caminham de mãos dadas com a culpa e com o silêncio; no caso específico do descontentamento, soma-se ainda um arrependimento duradouro por ter escolhido o caminho da maternidade. Contudo, a depressão pós-parto, que surge no puerpério, é uma circunstância que gera um mal-estar passageiro, enquanto o descontentamento materno é uma condição de mal-estar constante — e que, portanto, irá acompanhar a mulher pelo resto da vida. Logo, a depressão pós-parto trata-se de um desequilíbrio neuroquímico, responsável por desencadear estados de tristeza profunda, apatia e instabilidade emocional. Quando tratada adequadamente, essa situação tende a se ajustar. Ainda que a explicação médico-psicológica

da depressão pós-parto traga contribuições relevantes, entendemos que ela busca simplificar um sofrimento que, em muitos casos, é resultado de imposições sociais naturalizadas.

Ao deslocarmos o olhar para os romances que compõem o *corpus* desta pesquisa, foi possível identificar tais sintomas nas experiências de Eva Khatchadourian e da narradora de *Morra, amor*, cujos relatos ficcionais sugerem sofrimento intenso no período do puerpério. No entanto, essa constatação não nos autoriza a concluir que as demais protagonistas — Leda e Maria Lúcia — não tenham vivido situações semelhantes. O que podemos afirmar, com base nos textos, é que tais manifestações não são tematizadas ou visibilizadas em suas respectivas narrativas⁵⁰, como acontece em *Precisamos falar sobre o Kevin* e *Morra, amor*. Dito isso, neste subcapítulo, iremos concentrar nosso olhar somente nesses dois romances, pois consideramos que, neles, não se pode ignorar os indícios de depressão pós-parto dados pelas narradoras.

Nesse sentido, Oliveira (2023) destaca que “o tema central de *Morra, amor* é a **depressão pós-parto**, numa não-realização da maternidade e um não-pertencimento no papel de mãe” (p. 122 – grifos nossos). Contudo, convém mencionar que é difícil determinar se os eventos narrados em *Morra, amor* foram causados a partir de “uma gravidez indesejada e pelas frustrações associadas ao casamento e à maternidade, ou se a personagem já apresentava essa condição antes dos eventos narrados, sendo que ela mesma reconhecia seu adoecimento mental” (Librenz, 2024, p. 181), ao dizer: “Com tantas mulheres belas e saudáveis na região, ele foi se enroscar logo comigo. Um caso clínico. Uma estrangeira. Alguém que deveria ser classificada como incurável” (Harwicz, 2019, p. 4).

Portanto, ao abordar esses romances partindo da depressão pós-parto como chave, percebemos elementos que sugerem uma dimensão clínica associada ao desencanto vivenciado pelas personagens. Contudo, considerando que nossas buscas em bases de dados indexadas não identificaram estudos específicos que analisassem a depressão pós-parto nessas obras, optamos por fundamentar esta análise a partir de pesquisas da psicologia clínica sobre o tema. Esses achados foram, então, articulados com a leitura das experiências maternas dessas duas personagens, cujas narrativas apresentam indícios consistentes de sofrimento psíquico. Na citação a seguir, a escrita caótica e fragmentada performa uma mente perturbada:

A morte está presente no fogo, no tapete, nas cortinas, no ar viciado dos móveis do campo e na louça metalizada. No vaso sem flores. A morte transpira dos

⁵⁰ A ausência da elaboração da depressão pós-parto em *A filha perdida* e *Uma duas* também é um traço significativo, pois mostra como a literatura pode silenciar a DPP, criando-se, assim, uma “poética do não-dito”.

guarda-chuvas empilhados perto da porta. Eu me deito e levanto tantas vezes que já não sei quando foi cada uma. O bebê é tão pequenino que se perde entre os lençóis, como um peixe diminuto. Todos vão vestir preto, inclusive as crianças (Harwicz, 2019, p. 12).

É importante salientar que existem duas abordagens principais para explicar a depressão pós-parto: 1) a visão médico-psicológica, que foca em aspectos fisiológicos e hormonais, desequilíbrios que levam à tristeza ou depressão, e conceitos psicanalíticos que incluem experiências traumáticas na infância ou expectativas irreais sobre a maternidade e; 2) a perspectiva feminista, que identifica os sentimentos de angústia e ansiedade, como reações lógicas às mudanças que a transição para a maternidade implica, tanto no contexto médico do parto quanto no familiar e doméstico (esse modelo sugere que sentimentos ambivalentes podem estar relacionados a dificuldades conjugais ou tensões socioeconômicas preexistentes).

Nesse aspecto, salientamos que a literatura médica reconhece que o puerpério é um período particularmente vulnerável para a saúde mental da mulher, uma vez que o pós-parto costuma ser atravessado por uma intensa turbulência emocional, provocada por alterações hormonais, expectativas idealizadas e transformações psíquicas associadas à reorganização da identidade materna (Soares e Rodrigues, 2018). Segundo Marianne Lourenço Soares e Maria Madalena Guimarães Rodrigues (2018), essa fase é marcada por uma espécie de disfunção cognitiva temporária, que pode gerar instabilidade no humor, oscilando entre euforia e tristeza profundas, e propiciando o surgimento de transtornos psíquicos, como a depressão pós-parto (DPP). As autoras explicam que, embora os sintomas da DPP sejam semelhantes àqueles observados em quadros depressivos comuns — como alterações de sono, apetite, fadiga, apatia e perda de interesse em atividades prazerosas —, a especificidade da DPP, segundo os critérios do DSM-5⁵¹ (2013), reside no fato de ela surgir dentro das primeiras quatro semanas após o parto, podendo estender-se por até seis meses (embora a literatura atual já reconheça que a DPP pode se estender por vários anos após o parto), ou, em alguns casos, iniciar-se ainda na gestação (Soares e Rodrigues, 2018).

Nesse sentido, convém retomar o que já fora discutido no capítulo anterior por Elisabeth Badinter (1985), que destaca o “mito do instinto materno” opera como uma coerção simbólica que coloca a maternidade como um destino biológico universalmente desejado. A filósofa demonstra que a maternidade foi um papel historicamente construído e, sobretudo, disciplinado. Até hoje, quando a mulher não corresponde a esse ideal — especialmente no

⁵¹ *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition*, traduzido no Brasil para “Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição”.

período do puerpério, em que se espera dela plenitude, ternura e gratidão —, ela é tomada por sentimentos de inadequação, que não apenas fragilizam sua autoestima, mas podem desencadear quadros de sofrimento psíquico profundo. Donath (2017) retoma essa crítica ao observar que, ao medicalizar o que ela denomina de arrependimento materno, a sociedade desvia o olhar das pressões normativas que compelem a mulher a viver o pós-parto como um momento de plenitude, silenciando outras possibilidades de experiência.

As reflexões de Donath e Badinter encontram eco nas experiências maternas ficcionalizadas nos quatro romances estudados nesta tese. Contudo, é especificamente em *Precisamos Falar sobre o Kevin e Morra, amor* que as protagonistas relatam um esgotamento mental mais intenso no período do puerpério — condição que pode ser compreendida à luz da literatura médica como expressão de depressão pós-parto. Como explicam Soares e Rodrigues (2018), as alterações emocionais que atravessam a gestação tendem a se intensificar no pós-parto, momento em que a mulher enfrenta uma reorganização subjetiva diante da nova identidade materna: “a mulher passa por certa confusão em sua própria identidade e junto ao seu papel na sociedade, no que se refere à transição de filha para mãe, que se sobrepõe à execução de suas outras funções sociais como dona de casa, esposa, profissional [...]” (p. 114).

Essa sensação de estranhamento diante do papel materno é nítida em Eva, ainda durante a gestação de Kevin, e intensifica-se após o nascimento, quando a narradora vê-se tomada por um desconforto físico e emocional que não encontra espaço para ser verbalizado. Ao invés de acolhimento, ela enfrenta o julgamento do marido e da sociedade, sendo percebida como fria ou insuficiente — o que contribui para o agravamento do seu isolamento e da sua culpa. Notadamente, na passagem seguinte, Eva descreve seu primeiro contato com Kevin em um tom bastante pragmático e desiludido: “Kevin gania, aquietava-se molemente e se contorcia irritado, de vez em quando; senti as primeiras pontadas do que, surpreendentemente, só pode ser chamado de tédio” (Shriver, 2011, p. 89). Essa sensação que Eva experimenta expõe a complexidade e os desafios que podem marcar o início da maternidade, contradizendo a expectativa social de que todas as mães devem sentir uma ligação imediata com seus filhos.

De forma ainda mais intensa, a protagonista de *Morra, amor* apresenta indicadores ficcionais que são consistentes com um estado de colapso emocional, chegando a ser internada em uma clínica de repouso. Antes disso, no entanto, ela revela sentir “vontade de morrer” durante a gestação:

Eu estava na sala de estar em frente ao fogo, não me lembro de ter feito nada de estranho que delatasse meu desespero. Fazia tempo que eu continha tudo, pensei, em um progressivo porém sutil equilíbrio, quando, repentinamente, me disseram para sentar e tomar alguma coisa fresca. Não sei em que momento o desejo de morrer se vê ameaçado por sentar o rabo numa cadeira e tomar água [...]. Minha sogra me olhou o dia inteiro com ar aflito. Já não sabia o que fazer por mim quando bateu na porta de madrugada e entrou tímida, com outro copo d'água e um comprimidinho verde e branco. Obrigada, disse, e assim que ela saiu o atirei no fogo. Não gosto de efeitos colaterais. Não gosto da antidepressão (Harwicz, 2019, p. 10).

Após o nascimento do filho, a narradora mergulha em um cotidiano marcado por exaustão, impulsos violentos e ausência de rede de apoio. Seu sofrimento, embora extremo, é silencioso — abafado por um ambiente que naturaliza a dor materna e desautoriza a queixa. Em uma de suas explosões internas, a personagem afirma: “No fim da noite é tanta a raiva que tenho acumulada que poderia beber até ter uma parada cardíaca. Isso é o que eu me digo, mas não é verdade. Não conseguiria enxugar nem meia garrafa. Isto são os meus dias, um aperto contínuo. Uma lenta perdição” (Harwicz, 2019, p. 12). Essa exaustão, que não encontra escuta, transforma-se em violência autodepreciativa, descontrole e isolamento emocional. Em uma das passagens mais impactantes, ela relata:

Quando meu marido viaja, a cada segundo de silêncio se segue uma horda de demônios que se infiltram em meu cérebro [...]. Mas entre as duas e as quatro da manhã me dá vontade de me mexer. Vejo o ferrolho se abrir sozinho. Eu me vejo indo até o bosque e deixando o carrinho ir ladeira abaixo. Ahhh, ahhh, por sorte toca o telefone. Amor, onde você está? [...] As ligaçõezinhas da estrada interrompem minha maluquice (Harwicz, 2019, p. 7).

Esse sofrimento, frequentemente abafado no plano da realidade, encontra nas narrativas literárias um espaço de elaboração simbólica. A narrativa do silêncio reaparece, também, em trechos como o que segue, no qual o colapso emocional da protagonista se mistura com a invisibilidade de sua dor:

Minha primeira lembrança com o bebê fora de mim é no alpendre da minha casa. Cai a noite e começam o declínio, a agitação, um estado alterado. Tenho medo do mal que isso possa fazer ao recém-nascido e por isso fico na cadeira de vime contando vaga-lumes ou a quantidade de vezes que se escuta o grito de algum animal. Sem ir me sentar à mesa quando me chamam para comer, ainda os restos dos festejos natalinos, nem diante da lareira quando a família se reúne como agora. Escuto os garfos entrando nas bocas, escuto-os engolir enquanto vou perdendo a cabeça, mas nem mesmo sei se é assim. Ninguém sabe. Nem eu, nem meu homem, menos ainda um médico (Harwicz, 2019, p. 12).

Além disso, percebemos que a violência se manifesta através do corpo, como uma explosão que extravasa o limite do simbólico:

Corri para casa e no quarto arremessei a cadeira antiga de madeira contra o espelho e tirei a porta do armário com um só golpe e a folha da janela com outra patada. Meus ovários se contraem e na minha calcinha um coágulo escapa por entre minhas pernas. Não é outra gravidez, acho, é raiva. Corro espasmodicamente, os cortes repuxando. Nunca fiz esporte, na escola pulava do trampolim e caía no fundo da água sem tentar voltar à superfície, enquanto do lado de fora desempenhavam a pantomima da consternação. Meus colegas que gritavam afoga, afoga! Por onde andam agora? (Harwicz, 2019, p. 32).

Essa cena não apenas traduz o esgotamento físico e emocional da narradora, como também reforça a experiência do corpo como um campo de batalha no puerpério, pois o desgaste mental reverbera em sintomas físicos e episódios de descontrole que raramente são associados à idealização da maternidade.

De acordo com Soares e Rodrigues (2018), esse quadro tende a afetar não apenas a saúde mental da mulher, mas também sua relação com o bebê e o ambiente familiar. Apesar da gravidade, os sintomas da depressão pós-parto muitas vezes são minimizados ou confundidos com a “normalidade” do puerpério, o que dificulta o diagnóstico e o acesso ao cuidado. Nesse contexto, ainda persiste — tanto no discurso clínico quanto no imaginário social — a tendência de negar o descontentamento materno ou de reduzi-lo a um transtorno individual, ignorando suas raízes socioculturais mais amplas. Nessa direção, Donath (2017, p. 118) pondera:

Assim, apesar do fato de muitas mulheres vivenciarem a depressão pós-parto durante os dias, meses e algumas vezes até mesmo anos posteriores ao nascimento dos filhos, isso não necessariamente oferece a explicação adequada para as dificuldades que afetam cada mulher, e é possível, inclusive, que esteja ignorando o que as próprias mulheres dizem.

Tal patologização alimenta-se da crença hegemônica de que toda mulher deve sentir-se plena e agradecida pela maternidade, ignorando, dessa forma, a complexidade dos sentimentos que efetivamente marcam a subjetividade dessa experiência.

A personagem de *Morra*, *amor* mergulha em um estado de exaustão física e emocional que a impede até mesmo de atender a necessidades básicas, como ir ao banheiro. Seu relato, permeado por repulsa, desespero e raiva contida, culmina na confissão:

Quero ir ao banheiro desde que acabou o almoço, mas **é impossível fazer qualquer outra coisa além de ser mãe**. E dá-lhe choro, chora, chora, chora, vou ficar doida. Sou mãe, pronto. **Eu me arrependo, mas nem posso dizer**. Para quem. Para ele, sentado nos meus joelhos, metendo a mão no meu prato com seus restos frios, brincando com o osso da galinha? (Harwicz, 2019, p. 54).

Ao expor que se arrepende, mas nem pode dizer, a narradora enfatiza que o seu sentimento é algo que não pode ser verbalizado ou compartilhado. Isso evidencia o tabu em torno do arrependimento materno, situação em que a mãe se vê aprisionada em uma função com a qual não se identifica, não se realiza, mas que ao mesmo tempo não permite a expressão aberta dessas emoções, obrigando-a a reprimir esses sentimentos, calando-se para não ser julgada.

A sobrecarga que paralisa o corpo se repete em outro trecho, de forma ainda mais alegórica:

O calmante homeopático que tomei debaixo do cobertor não fez nenhum efeito quando horas depois acordei violácea. Demorava muito mais que o normal, punha uma meia, a outra caía. Fechava um botão e o outro pulava. Eu me penteei, olhei meus dentes, minhas unhas. Nada estava no lugar. Meu corpo não funcionava, não se deixava vestir, arrumar. Bateram na porta quatro mãos, que foi, que foi. Que foi o quê, digo. Tirar o traje do sonho, a pele venenosa, voltar a ter olfato, cílios. Voltar a pronunciar, a engolir. Eu me olho no espelho, não me pareço com a de ontem. Não sou mãe. Do lado de fora choramingam. Chutam. Acham engraçado me enlouquecer. Jogam-se no chão, passam recados obscenos por debaixo da porta. “Mamãe, te amamos.” (Harwicz, 2019, p. 59).

Nessa passagem, a percepção da própria identidade se rompe, e o espelho, mais uma vez, funciona como metáfora da desintegração psíquica. O reconhecimento de si como mãe se dissolve — não por ausência de amor, mas por absoluta ausência de pertencimento.

A personagem Eva, em uma das últimas cartas, após ter elaborado melhor suas emoções, explicita: “É só isso que eu sei. Que, **no dia 11 de abril de 1983, nasceu-me um filho, e não senti nada**” (Shriver, 2011, posição 8813 – grifos nossos). Essa perspectiva contrasta com a idealização de que o primeiro contato com o bebê é um momento sublime, de intensa emoção e felicidade. A fim de ilustrar que esse sentimento de falta de conexão com a maternidade não é exclusivo da ficção, selecionamos o relato de Debra:

É que não é onde quero estar. [...] Acho que, para mim, ser mãe não foi a escolha certa. Para mim, ser mãe não é a opção racional, apropriada, e não porque eu não seja capaz de ser mãe, mas porque não tem a ver comigo. Não é parte da minha identidade. Se você me perguntar quem é Debra, não vou responder que é uma mãe. Digo muitas outras coisas antes de mencionar a maternidade. Normalmente, eu não menciono de início que tenho filhos. É inevitável que eu acabe mencionando isso em

algum momento, mas não é automático. Isso não me define como pessoa [...]. Então, nesse sentido, existe arrependimento. Porque, na minha vida e na minha atividade diária, estou em um lugar que não combina comigo (Donath, 2017, p. 111).

A partir desse excerto, percebe-se que o descontentamento de Eva encontra eco em vivências reais. Sobre esse aspecto, Odelya, uma das mães arrependidas entrevistadas por Donath, revela: “eu entendi que [...] na verdade, era mais a questão de ter que abrir mão da minha vida. No que me diz respeito, era uma renúncia grande demais” (Donath, 2017, p. 109). De modo semelhante, em *Precisamos falar sobre o Kevin*, Eva expressa o impacto da maternidade sobre sua autonomia e identidade. Antes do nascimento do filho, era uma empresária bem-sucedida, habituada a viajar pelo mundo.

Ela, como tentaremos mostrar, simboliza a “nova mulher”, que é dona de si e conquista seu espaço no mercado de trabalho, porém, mesmo com os avanços do feminismo, é esmagada pela pressão social. Observamos também, a presença pulsante da cultura patriarcal, a qual confere a mulher o papel secundário na família, ou seja, que ela deveria, obrigatoriamente, servir ao marido e aos filhos sem questionar tais convenções; deixar em segundo plano seu emprego; e abrir mão da sua identidade como mulher para apenas ser mãe (Andrade, 2021, p. 56)

Ao rememorar esse contraste, ela afirma: “Ser mãe foi mais difícil do que eu imaginava [...]. Eu estava acostumada a aeroportos, paisagens marítimas, museus. De repente, lá estava eu, confinada sempre nos mesmos poucos aposentos, eu e o Lego” (Shriver, 2011, p. 95). Essa fala evidencia o sentimento de aprisionamento e de ruptura com a vida anterior, marcada pela liberdade e pela realização pessoal. Nesse contexto, a maternidade não apenas impôs limitações práticas, como também comprometeu sua sensação de bem-estar. Como aponta Souza,

ao longo de suas cartas, fica claro que Eva teve dificuldades em encontrar equilíbrio entre os papéis que precisava desempenhar ao mesmo tempo, a partir do momento em que descobriu a gravidez: o de mulher e de mãe. O incômodo em ter que abrir mão de diversas coisas em prol do filho esteve presente desde a fase da gestação, e se intensificou com o nascimento do filho, que impactou diretamente em sua carreira e até mesmo na relação com o marido (2022, p. 76).

De maneira correlata, Jasmine, outra mãe arrependida, afirma que “foi difícil concluir que eu preferia uma vida sem filhos” (Donath, 2017, p. 120). Sentimento semelhante pode ser encontrado na seguinte fala de Tirtza: “eu dizia que era uma catástrofe. Uma catástrofe. Percebi de imediato que aquilo não era para mim. E não apenas que não era para mim, e sim

que era o pesadelo da minha vida” (Donath, 2017, p. 115). As falas de Jasmine e Tirtza revelam sentimentos muito mais profundos do que depressão, apontando para o descontentamento materno. Enquanto Jasmine relata a dor envolvida no reconhecimento de que não desejava ser mãe, Tirtza vai além, ao expressar sua desilusão de forma ainda mais intensa, referindo-se à maternidade como “uma catástrofe” e “o pesadelo da minha vida”. Seu depoimento sugere que a maternidade não apenas falhou em lhe trazer a realização esperada, mas tornou-se uma fonte de sofrimento.

Assim, ao entrelaçarmos relatos reais e ficcionais, notamos um ponto em comum: eles desconstruem a ideia de que a maternidade é, necessariamente, uma fonte de felicidade e autorrealização, e evidenciam as consequências emocionais de se negar ou silenciar vivências maternas que divergem do ideal dominante. A fala de Debra, também participante da pesquisa de Donath, sintetiza com clareza essa ambiguidade:

Você perguntou o que eu faria se pudesse voltar no tempo... definitivamente não teria filhos. Apesar de eles serem maravilhosos e encantadores, e do que eles me dão ser incrível. Não nego isso. Eles acrescentaram uma dimensão à minha vida que de outra forma não existiria. Mas, **se eu pudesse voltar no tempo sem sentir culpa e todos esses outros sentimentos? Não escolheria esse caminho** [depoimento de Debra] (Donath, 2017, p. 99).

Portanto, reforçamos que em muitas dessas histórias, o descontentamento materno apresenta-se como uma emoção reprimida, um “não-dito” da maternidade que compromete a saúde emocional das mulheres e exige, para ser compreendido, um olhar crítico e sem romantizações sobre o que significa maternar. Na cena de abertura de *Morra, amor*, esse mote aparece na autocrítica da narradora ao perceber-se como não digna de ser mãe:

eu me reclinei na grama entre árvores caídas e o sol que aquece a palma da minha mão me deu a impressão de ter uma faca com a qual ia me esvaír em sangue com um corte ágil na jugular. Ao fundo, no cenário de uma casa entre decadente e familiar, podia sentir as vozes do meu filho e do meu marido. Os dois nus. Os dois chapinhando na piscina de plástico azul, com água a trinta e cinco graus. Era um domingo véspera de feriado. Estava a poucos passos deles, escondida entre as ervas daninhas. Eu os espiava. **Como é que eu, uma mulher fraca e malsã que sonha com uma faca na mão, era mãe e esposa desses dois indivíduos?** O que fazer? Escondi o corpo afundando na terra. Não ia matá-los. Deixei cair a faca. Fui pendurar a roupa como se nada. Prendi bem as meias do meu bebê e do meu homem. As cuecas e as camisas. **Eu me vi como uma caipira ignorante que pendura roupa e seca as mãos na saia antes de entrar na cozinha.** Não notaram. Essa pendurada de roupas foi um sucesso (Harwicz, 2019, p. 3 – grifos nossos).

Percebemos que, ao definir-se como “mulher fraca e malsã” e fantasiar um corte na jugular, a personagem encarna o que Liliana Pedro et al. (2019) descrevem como um estilo cognitivo autocrítico, que aumenta a frequência de pensamentos negativos automáticos, funcionando como fator de vulnerabilidade para sintomas depressivos no puerpério. Depois, a narradora interrompe sua fantasia de violência, deixando “cair a faca”, e retomando tarefas domésticas com aparente naturalidade (“fui pendurar roupa como se nada”). Isso ilustra o autossilenciamento típico de mulheres com depressão pós-parto, que muitas vezes mascaram uma angústia grave sob uma fachada de normalidade.

A autodepreciação, portanto, é um dos sinais de depressão pós-parto, e está presente também na narrativa de Shriver. Eva, em uma de suas cartas ao marido, constrói um autorretrato marcado pela autocritica mordaz e pela desconstrução irônica do ideal materno:

Veja esse espécime deplorável: ao ser informada, aos trinta e sete anos, já madura e bem casada, de que estava grávida do primeiro filho, ela quase desmaiou de pavor; reação que oculta de seu extasiado marido com um vestido atrevido de algodão. Abençoada com o milagre de uma nova vida, ela prefere reclamar de uma taça de vinho que lhe é negada e se preocupar com o surgimento de veias nas pernas. Rebola pela sala, ao som de música pop barata, sem pensar na criança que vai nascer. Num momento em que seria melhor aprender nas entranhas o verdadeiro significado de nosso, ela prefere pensar que o futuro bebê é dela. Mesmo depois do ponto no qual já deveria ter aprendido a lição, continua martelando a respeito de um filme em que o nascimento de um ser humano é confundido com a expulsão de um verme tamanho família. **Ela é uma hipócrita a quem é impossível satisfazer [...].** Pior de tudo, antes mesmo de seu **desafortunado filho** ter conseguido sobreviver ao **clima inóspito de seu útero retesado e relutante**, ela cometeu o que você mesmo, Franklin, classificou como oficialmente impronunciável. Ela mudou caprichosamente de ideia, como se os filhos não passassem de um pequeno item de vestuário que você experimenta em casa e — depois de um giro crítico diante do espelho onde se conclui que não, sinto muito, é uma pena mas isso aqui de fato não me cai bem — leva de volta para a loja (Shriver, 2011, p. 116 – grifos nossos).

Assim, ao referir-se a si mesma como “um espécime deplorável” e “hipócrita”, a narradora adota uma linguagem depreciativa que ilustra claramente a discrepância entre as idealizações da maternidade e a complexidade de seus sentimentos reais. Além disso, a referência ao quase desmaio de pavor e à tentativa de ocultar do marido suas verdadeiras emoções (com um “vestido atrevido de algodão”) evidencia a pressão para que ela se encaixasse no molde de mãe sensível e radiante, em contraste direto com sua experiência de medo e resistência. Por outro lado, ao comparar a maternidade com a compra de roupas — algo que, caso não “caia bem”, pode ser facilmente devolvido —, Eva enfatiza a irreversibilidade da decisão materna, ironizando a ideia de que essa escolha pudesse ser tratada como algo passível de arrependimento, como uma compra impulsiva.

A repetição de ideias negativas sobre si mesma e a metáfora “como se os filhos não passassem de um pequeno item de vestuário” refletem a ruminação sobre falhas percebidas na própria maternidade. Esse processo de ruminação, segundo Pedro et al. (2019), agrava a depressão pós-parto ao interferir na percepção de recompensa e no comportamento materno, criando um ciclo de autorreprovação. Assim, essa analogia não apenas destaca o enredamento da maternidade, mas também revela o sentimento de aprisionamento e falta de controle sobre sua própria decisão — ao ver-se forçada a adotar uma posição que não é a sua, tornando-se vítima das expectativas impostas pela sociedade e pelos próprios estigmas internos.

Na mesma direção, Soares e Rodrigues (2018), também consideram que a autocrítica cria uma atmosfera de vulnerabilidade cognitiva ao transtorno depressivo no puerpério, pois amplifica pensamentos negativos automáticos, além de intensificar o sentimento de culpa e a baixa autoestima, sentimentos típicos dessa fase.

A depressão pós-parto abrange um conjunto de sintomas, os mais comuns são: diminuição do nível de funcionamento mental e presença de ideias obsessivas ou supervalorizadas, irritabilidade, choro frequente, sentimentos de culpa, incapacidade, autodepreciação e desesperança, considerar-se inútil ao não conseguir compreender o significado do choro da criança e poder satisfazê-la, falta de energia e motivação, desinteresse sexual, desinteresse em cuidar da sua cria, transtornos alimentares e do sono, a sensação de ser incapaz de lidar com novas situações, bem como queixas psicossomáticas (Soares e Rodrigues, 2018, p. 115).

Desse modo, tais estudos sugerem que níveis elevados de autocrítica estão associados à maior frequência de pensamentos autodepreciativos e a uma avaliação ruminativa desses pensamentos, o que catalisa o surgimento e a manutenção dos sintomas depressivos pós-parto.

Em uma análise conduzida por Bruna Cardoso Gerhardt et al. (2024), as autoras afirmam que essas condições não afetam apenas o bem-estar materno, mas também têm implicações para a relação mãe-bebê. Além disso, as autoras citam estudos (Aoyagi et al., 2019; Murray & Cooper, 1996; Slomian et al., 2019) que demonstram que crianças cujas mães experimentam depressão pós-parto estão em um risco significativamente maior de desenvolver dificuldades cognitivas, emocionais, sociais e comportamentais. Além disso, as autoras mencionam estudos que “sugerem que a autocrítica serve como um fator de vulnerabilidade para o desenvolvimento da depressão pós-parto”. Além disso, citam Gravener et al., 2012, cujo estudo revela que mães que apresentavam níveis mais altos de autocrítica demonstraram um vínculo mais fraco com seus filhos aos 20 meses de idade (Gerhardt et al., 2024).

Tais achados clínicos ecoam a postura literária das protagonistas. Eva, por exemplo, chega a lamentar proibições banais (como a negação de uma taça de vinho) e a se desesperar com mudanças corporais mínimas, revelando que esse discurso interno implacável não é mero traço de personalidade, mas sinalizador de risco para o adoecimento materno. Portanto, Gerhardt et al. (2024) identificaram que a autocrítica severa medeia a relação entre depressão pós-parto e dificuldades de vínculo materno-infantil.

Ao articular essa voz interna severa com as evidências clínicas, delineia-se como o discurso de culpa e perfeccionismo materno precoce não apenas compõe a “poética do descontentamento materno” em Shriver e Harwicz, mas também anuncia, no plano real, potenciais rupturas no vínculo materno-infantil e o desencadeamento de transtornos afetivos no puerpério. Um exemplo disso pode ser observado já nas primeiras páginas de *Morra, amor*, quando a narradora revela seu sentimento de inadequação e autodepreciação:

Meu marido quer plantar uma árvore para dar ao bebê uma longa vida e não sei o que dizer, sorrio feito uma pata. Será que ele percebe? Com tantas mulheres belas e saudáveis na região, ele foi se enroscar logo comigo. Um caso clínico. Uma estrangeira. Alguém que deveria ser classificada como incurável” (Harwicz, 2019, p. 4).

Essa autopercepção, marcada por autocrítica extrema, encontra respaldo em estudos clínicos que apontam o perfeccionismo e a comparação como fatores de risco para o agravamento da depressão pós-parto.

Muitas mulheres encontram dificuldades em se autoavaliar e perceber alterações psicológicas, demorando ou não procurando ajuda profissional devido ao medo do estigma. A carência de assistência profissional e a abordagem superficial no pré-natal contribuem para essa problemática. É fundamental que os profissionais de saúde estejam atentos e que as mulheres tenham acesso a psicólogos e suporte multidisciplinar. Nesse contexto, intervenções voltadas para o fortalecimento da autocompaixão materna têm mostrado eficácia na atenuação dos sintomas depressivos, sugerindo que cultivar respostas mais compassivas a si mesma pode ser um caminho promissor de prevenção e cuidado integral da saúde mental materna.

No entanto, a autocrítica de Eva e seus sentimentos de descontentamento não se restringem ao plano da reflexão interior; ao contrário, também se expressam em ações concretas, como as falas dirigidas ao filho durante sua infância. Essas declarações, marcadas por um tom agressivo e desesperançado, revelam a intensidade de sua insatisfação com a nova

realidade e o esgotamento emocional que a acompanha. Desse modo, a verbalização de seu sofrimento — mesmo dirigida a uma criança ainda muito pequena — amplia a percepção do leitor sobre a complexidade de suas emoções, e evidenciam como suas dificuldades psíquicas repercutem nas interações com o filho:

A mamãe era feliz antes que o Kevin mijão viesse ao mundo, você sabia disso? E agora a mamãe acorda todo dia querendo estar na França. **A vida da mamãe agora é uma droga**, você não acha que a vida da mamãe é uma droga? Você sabia que em certos dias **a mamãe preferia estar morta**? Para não escutar você guinchar nem mais um minuto, tem dias em que **a mamãe gostaria de pular da ponte do Brooklyn...** (Shriver, 2011, p. 129 – grifos nossos).

Certamente, a frase “a vida da mamãe agora é uma droga” (escolhida como título desta tese) é uma expressão crua e direta do quão insatisfeita Eva sentia-se, destacando o contraste entre sua vida anterior e a atual. Além disso, a menção de que “em certos dias a mamãe preferia estar morta” e o desejo de “pular da ponte do *Brooklyn*” indicam um esgotamento extremo, no qual a narradora sente-se presa em uma situação insuportável, a ponto de considerar a morte como uma forma de escapar dessa realidade. Embora Eva tenha a consciência de que a linguagem que utiliza é extremamente violenta e prejudicial, como observa ao explicar que tomou “o cuidado de usar aquele insípido tom de falsete que os especialistas recomendam” (p. 170), não se pode ignorar o impacto emocional dessa agressividade verbal, especialmente considerando que Kevin, embora muito pequeno, poderia registrar, de alguma forma, as emoções contidas nessa linguagem violenta.

Esse enunciado pode sugerir uma experiência de depressão pós-parto ou uma profunda crise existencial ligada à maternidade, marcada pelo peso das responsabilidades, perda de autonomia e exaustão emocional. De maneira análoga, a narradora-personagem de *Morra, amor* exclama ao filho: “**Mamãe era feliz antes do bebê**. Mamãe se levanta todos os dias querendo fugir do bebê e ele chora mais” (Harwicz, 2019, p. 54 – grifos nossos). Assim como Eva, essa personagem expressa um profundo desgosto e uma sensação de alienação em relação à maternidade. Ao afirmar que “era feliz antes do bebê”, ela evoca uma nostalgia por um tempo anterior ao nascimento da criança, quando sua vida lhe parecia mais plena e livre. Além disso, quando diz que “levanta todos os dias querendo fugir do bebê”, ela confessa um desejo persistente de escapar das responsabilidades impostas pela maternidade, que agora a fazem sentir-se presa e sufocada.

Por conseguinte, logo após o nascimento de Kevin, Eva recebera o diagnóstico de depressão pós-parto, sobre o qual ela comenta: “eu achava difícil entender por que um rótulo psiquiátrico tão padronizado quanto depressão pós-parto deveria ser considerado um consolo” (Shriver, 2011, p. 139). Ela acrescenta, ainda: “embora a dra. Rhinestein tivesse me oferecido a depressão pós-parto como um presente, como se dizer à pessoa que ela é infeliz fosse alegrá-la, não pago profissionais para que me entupam com o óbvio, com o meramente descritivo” (p. 140). Logo, para ela, o termo constituía mais uma redundância do que um diagnóstico propriamente dito, pois tratava-se apenas da utilização de diferentes expressões para transmitir uma mesma ideia — e conclui, ironicamente: “eu estava deprimida depois do nascimento de Kevin porque estava deprimida depois do nascimento de Kevin. Muito obrigada!” (Shriver, 2011, p. 140). Essa citação reflete o ceticismo da narradora em relação aos diagnósticos psiquiátricos que, para ela, não oferecem nada além do que uma descrição superficial de seu estado emocional. Logo, para a narradora, essa delimitação não proporciona alívio ou compreensão das complexidades de sua experiência.

Já em *Morra, amor*, a partir de um dado momento, não dá para distinguir se o que a protagonista narra são fatos ou devaneios, mas há, em seu relato, uma festa de casamento. No entanto, ela passa a noite de núpcias sozinha, pois o noivo nunca chega ao hotel: “Faço um striptease de alta voltagem, de pé em cima da privada, me balanço, rebolo, sensualizo. Mostro a língua. Ando de salto por todo o quarto. Meu público de pé sou eu no reflexo do armário [...]. **O noivo ainda não chegou. Deve ser tudo por causa do menino**” (Harwicz, 2019, p. 65 – grifos nossos). Contudo, no capítulo seguinte, ela é levada para uma clínica de repouso.

Nesse sentido, compreendemos a internação como uma anti-lua-de-mel construída pela narrativa, pois logo após a festa (o ápice do *script* romântico), além de não haver noite de núpcias, o que deveria ser recolhimento do casal vira recolhimento institucional; em vez de quarto nupcial, corredor de portas fechadas; em vez de intimidade, vigilância:

Chegamos!, diz. Um bloco de pedras irregulares com chaminé será meu lar. No café da manhã vou comer torradinhas com geleia caseira de ameixa feita por um bando de malucos. Como eu. Vou trabalhar na horta e nas oficinas de artes manuais e vou dormir em um colchão estreito, meus vizinhos de leito vão ter pesadelos. Como eu. Vou caminhar entre bitucas não terminadas. Em pleno auge da minha vida, queda livre. Vou reviver mortos, com isso ocuparei minha mente, farei com que pulem a cerca como carneirinhos. Adeus à doentia ansiedade sexual. Descemos do carro os três com ar de turistas bocós, foto, foto. Imagino que vão nos mostrar as instalações, piscina, sala de jogos, restaurante. **Imagino que estou de lua de mel, como as outras.** Em vez disso, alguém me estica os braços, me aperta, enérgico. Bem-vinda e me empurra um pouquinho. E vejo como meu filho e meu marido, até agora mesmo do meu lado, dizem tchau tchau linda, tchau tchau mamãe, com a mão. E tudo passa tão rápido, ouço o motor, já rodam pelas colinas, já cantam outra canção. **Eu me**

viro. Um corredor de portas fechadas, alguém me faz avançar e me interna (Harwicz, 2019, pp. 66-67).

Nesse episódio da chegada à clínica, a internação (imediatamente posterior à festa de casamento), pode ser lida como uma “lua-de-mel invertida”: o ritual de união é sucedido por um ritual de custódia. A narradora projeta, no futuro do indicativo, um cotidiano terapêutico de coisas as quais não conseguia mais dar conta de fazer (“vou comer... vou trabalhar... vou dormir”), que mimetizam um “SPA comunitário”, sinalizando o desejo de paz e pertença (“Como eu”). O corte “Em vez disso...” desmonta a fantasia: o corpo é conduzido e a voz perde agência (“me empurra”, “me interna”). Assim, Harwicz converte o *script* romântico (intimidade, descanso a dois) em dispositivo de controle (vigilância, segregação — uma alusão crítica ao casamento), ao mesmo tempo em que dá à protagonista um vislumbre de descanso legítimo — porém, condicionado à renúncia da liberdade. O resultado é uma lua de mel ao avesso: refúgio e jaula no mesmo gesto, que expõe a falência do casamento como promessa de cuidado. A despedida festiva da família (“tchau tchau mamãe”) naturaliza a exclusão e infantiliza a protagonista, convertendo o descanso desejado em dispositivo de controle. O resultado é uma ambivalência radical: a clínica é o lugar onde ela encontra um refúgio temporário, mas, ao mesmo tempo, é uma prisão.

Embora não seja possível afirmar que a personagem goste de estar ali, ela aprecia a paz, o silêncio, a rotina tranquila, a ausência de cobranças domésticas — tudo o que lhe falta em casa —, tendo em vista que tais características lhe proporcionam descanso físico e mental. “Tive que reviver mentalmente, é o que resta, a evasão, porque **aqui ao menos tenho tempo**” (Harwicz, 2019, p. 76 – grifos nossos). Mesmo desfrutando do sossego, a narradora sente um desconforto subjacente na clínica. Portanto, ao mesmo tempo em que aceita o alívio, fica evidente que a solidão institucional a atormenta e a protagonista percebe-se sozinha com seus pensamentos mais sombrios, sem as distrações (ainda que desgaste-as) da vida familiar.

A vida não flui, pensei enquanto me sentenciavam a uma série de consultas conjuntas com diferentes profissionais como consequência do funesto passeio à praia. Um dos exercícios consistia em me isolar em um quarto com um espelho e me olhar durante horas para, ao final, poder dizer o que vejo. Mas não é preciso desperdiçar energia, não preciso do meu reflexo para saber que sou um lixo (Harwicz, 2019, p. 78).

Ou seja, ao mesmo tempo em que a clínica oferece paz, ela é um lugar de isolamento.

Em uma análise da adaptação audiovisual desse romance (2020), Librenz (2024) destaca que a pandemia pode ter sido decisiva para o fomento do debate e acrescenta que o alcance da obra em uma plataforma aberta como o *YouTube* pode ter impulsionado as visualizações, “uma vez que as pessoas buscavam histórias que refletissem suas próprias experiências e desafios vivenciados durante esse período” (p. 185). Isso acabou ressoando com a realidade de muitas mulheres, que se confrontaram com esses problemas durante o isolamento – ou que, justamente por causa dele, passaram a refletir mais sobre sua condição. Além disso, “a adaptação audiovisual e a representação franca da [atriz] protagonista pode tornar-se uma experiência transformadora para o público, desafiando ideias pré-estabelecidas e estimulando uma visão mais aberta e inclusiva sobre a maternidade e a feminilidade” (Librenz, 2024, p. 185).

Entretanto, pode acontecer de, eventualmente, sentimentos de frustração e intensa desilusão com a maternidade serem associados à depressão pós-parto de maneira equivocada. Embora não se pretenda negar a existência e a gravidade desse quadro clínico, é crucial destacar que patologizar o mal-estar materno pode obscurecer a possibilidade legítima de arrependimento em relação à maternidade. Nessa perspectiva, Carmel, por exemplo, destaca que seu sentimento de arrependimento não se limitou ao período do puerpério; ao contrário, ele se acentuou ao longo dos anos:

Posso dizer que senti pânico no dia em que saí da maternidade com ele nos braços. Naquele dia, comecei a entender o que tinha feito, algo que foi se intensificando ao longo dos anos. [...] Eu lembro que, no dia em que saí com ele do hospital e o levei para casa — e **eu não tive depressão pós-parto nem nada disso** —, entrei no apartamento e tive uma crise de ansiedade, a única que tive na vida (Donath, 2017, p. 116).

Na mesma direção, Debra também afirma que: “Eu não me via como uma pessoa deprimida, mas estava muito claro pra mim que aquilo era algo que eu não queria. Eu não descobri isso depois do parto, já sabia antes” (Donath, 2017, p. 118). De forma semelhante, Doreen, outra entrevistada, diz: “eu não tive depressão pós-parto e correu tudo bem. É só que hoje eu compreendo — eu não queria. Simples assim” (Donath, 2017, p. 118).

Portanto, a maternidade nem sempre cumpre o papel de realização pessoal que se pressupõe; muitas vezes, ela produz um sofrimento intenso que transcende a clínica. Esse fenômeno evidencia uma convicção profundamente arraigada em nossa sociedade, segundo a qual é inconcebível que uma mãe possa se arrepender de ter um filho. Nos romances analisados, o descontentamento materno não se limita aos sintomas de depressão pós-parto,

mas se articula a pressões sociais, culturais e existenciais, mostrando que a experiência de ser mãe é moldada por expectativas históricas e simbólicas. Nesse contexto, convém ressaltar que “embora uma leitura do campo da saúde mental sob o viés de gênero ainda seja incipiente, alguns estudos já apontam a importância dessa articulação [...], ressaltando que a própria experiência do sofrimento psíquico é construída socialmente” (Zanello, Fiuza e Costa, 2015, p. 239).

Além disso, sugerir que um sentimento percebido como inalterável é apenas algo passageiro pode invalidar a complexidade das experiências femininas e a diversidade das reações emocionais que podem emergir ao longo da trajetória materna. Além disso, apresentar esse diagnóstico como uma forma simplista de “consolo” — ou como uma fase transitória que, com o tempo, irá se ajustar — deslegitima o agenciamento dessas mães, reduzindo suas experiências a uma explicação clínica que nem sempre abarca a complexidade de suas emoções. Esse quadro evidencia que, embora a categoria da DPP seja relevante para a designação de determinadas manifestações de sofrimento, ela se mostra insuficiente para abarcar a complexidade existencial e sociocultural do arrependimento materno. Como Badinter (1985) demonstra ao problematizar o mito do instinto materno, as normas sociais sobre o “ser mãe” podem intensificar a sensação de inadequação e culpa. Nesse sentido, as narrativas de Shriver e Harwicz mobilizam um mal-estar que não se restringe ao plano do transitório ou do neuroquímico, mas que se configura como estrutural, ao tensionar os alicerces do mandato social da maternidade. Negar a essas mulheres a legitimidade de suas experiências de sofrimento — como observa Patricia Hill Collins ao afirmar que negar a realidade vivida por um grupo é uma forma de desumanizá-lo — significa reforçar os mecanismos de silenciamento que historicamente as atingem. Nesse ponto, a crítica de Spivak (2010) acerca da impossibilidade de o sujeito subalterno falar ilumina a forma como as vozes dessas mães são constantemente marginalizadas ou traduzidas em termos que não lhes pertencem, o que aprofunda seu apagamento simbólico. Além disso, a poética do descontentamento materno configura-se como uma “retórica da resistência” (Orlandi, 2007), ao operar uma contestação simbólica à normatividade materno-normativa e aos mecanismos de silenciamento a ela inerentes.

3.3.2 Frustrações geradas a partir de expectativas em contraste com a realidade

Enquanto o subcapítulo anterior debateu os limites entre patologia e descontentamento, este se ocupa em analisar o cerne desse mal-estar: o abismo entre a expectativa idealizada e a realidade concreta da maternidade. Constituindo uma experiência profundamente subjetiva, a maternidade é atravessada por uma multiplicidade de sentimentos que se entrelaçam, formando uma rede emocional complexa. Nesse aspecto, é comum o uso do termo “ambivalência” para designar sentimentos confusos ou contraditórios, a exemplo desta fala da personagem Eva:

Eu esperava que, com o tempo, a ambivalência sumisse, mas a sensação conflitante foi se acentuando e, desse modo, ficando mais secreta. Finalmente vou abrir o jogo. Acho que a ambivalência não desapareceu porque não era o que parecia ser. Não é verdade que eu me sentisse “ambivalente” a respeito da maternidade. Você queria ter um filho. Eu não. Tudo somado, até parecia uma ambivalência, mas, mesmo formando um casal que era realmente o máximo, não éramos uma mesma pessoa (Shriver, 2011, p. 93).

Contudo, consideramos que descrever a maternidade como uma experiência “ambivalente” reduz significativamente sua complexidade, pois de acordo com o Dicionário *online* Houaiss (2025), ambivalência refere-se à presença “de **dois sentimentos ou duas ideias** com relação a uma mesma coisa e que se opõem”. Como mencionamos anteriormente — e buscaremos aprofundar agora —, o descontentamento materno envolve muito mais do que essa dualidade, o que faz dela uma experiência multifacetada.

Dessa forma, pretendemos mostrar como os sentimentos de arrependimento, culpa, perda da própria identidade, inadequação e sobrecarga entrelaçam-se, começando com as participantes do estudo de Donath (2017) que relatam arrependimento⁵². Embora o estudo da israelense parta de uma amostragem reduzida, os relatos evidenciam uma realidade frequentemente silenciada em nome da preservação do *status quo*. Começaremos dando destaque a esses discursos porque eles mostram que o descontentamento materno é uma experiência que não está restrita ao domínio da ficção, conforme publicado por Donath (2017).

Era difícil dizer que ter filhos foi um erro... que no fim das contas é apenas um grande fardo para mim. Levei muito tempo para conseguir dizer essas palavras. Eu pensava: nossa, se disser algo assim, as pessoas vão achar que fiquei louca. Ainda hoje... [Sky] (p. 80) [...]

⁵² Todas as participantes da pesquisa escolheram nomes fictícios para preservar suas identidades, temendo a incompreensão e o julgamento como “mães ruins”, já que abordar a maternidade sob a perspectiva do arrependimento ainda é um grande tabu.

Para mim, foi um erro. Sério. Porque é uma obrigação, e eu quero viver minha vida e tenho muitos planos. [...] É por isso que me arrependo, porque poderia ter feito outras coisas que são importantes para mim. [Odelya] (p. 99) [...]

Já durante a gravidez eu senti arrependimento. Entendi que o que estava prestes a acontecer — o nascimento daquela criatura — não era... não era... algo com o que eu ia me conectar, eu estaria fora de lugar. Vi que tinha sido um erro, sim... [Odelya] (p. 109)

Conforme evidenciado nos excertos acima, a complexidade e a profundidade dos sentimentos de arrependimento retratam a maternidade como uma experiência que, para algumas mulheres, acarreta uma carga emocional e psicológica significativamente negativa. Essas perspectivas articulam uma crítica às concepções tradicionais de maternidade, que costumam idealizá-la como um caminho de sacrifício, mas também de realização plena — isto é, dar voz a essas mulheres implica em revelar as tensões e contradições enfrentadas por aquelas que não se identificam com o papel de mães.

Outrossim, uma singularidade revelada por esta pesquisa é que algumas personagens (assim como algumas das mulheres entrevistadas por Donath) não sabiam exatamente o que esperavam com a chegada dos filhos, nem compreendiam plenamente o que as levou a escolher o caminho da maternidade. Isso é passível de ser observado na segunda carta de Eva: “O que deu em nós? Éramos tão felizes! Então por que motivo retiramos todas as nossas fichas e as pusemos nessa **aposta ridícula de ter um filho?**” (Shriver, 2011, p. 26 – grifos nossos). O uso da expressão “aposta ridícula” aponta para uma visão desiludida da maternidade, apresentando-a como uma escolha impulsiva e insensata, em contraste com a felicidade pré-existente do casal. Adiante, a narradora ainda acrescenta que “de antemão, também já sabia disso a meu respeito: que **eu era o tipo de mulher capaz**, por mais terrível que fosse, **de me arrepender de algo tão irrevogável quanto um ser humano**” (Shriver, 2011, p. 26 – grifos nossos), revelando que seus sentimentos não foram uma surpresa.

Isso também apareceu nas entrevistas com as mulheres que participaram da pesquisa de Donath, como é o caso de Sophia, que confidencia: “Depois do parto, senti que tinha cometido um grande erro. Eu tinha pensamentos obsessivos, que se repetiam constantemente: ‘Você cometeu um erro, agora vai ter que pagar por ele’ [...]. Então por que cometi este erro? **Por que fiz isso? O que havia de tão ruim antes?**” (Donath, 2017, p. 115 – grifos nossos). Nota-se, neste questionamento, uma certa similaridade com a pergunta de Eva a Franklin (“o que deu em nós?”); enquanto esta se questiona sobre “o que havia de tão ruim antes?”, Eva exclama, nostálgica: “éramos tão felizes!”, indicando que ambas sentiam saudades de uma vida para a qual é impossível retornar agora. Sunny, outra participante do estudo de Donath,

conclui que “eu não sabia o que significava ter filhos e não sei se a maioria das pessoas hoje sabe” (2017, p. 121). Tal afirmação evidencia uma lacuna profunda entre o ideal da maternidade e a realidade da experiência materna. Concordamos com essa percepção ao reconhecer que há um sistema sociocultural operando silenciosamente, mas com força normativa, que privilegia o discurso maternalista, romantiza a maternidade e desencoraja questionamentos, reforçando um ciclo de silêncio, culpa e insatisfação que marca muitas experiências reais de maternar.

Sob esse aspecto, Eva também revela não saber o que significava tornar-se mãe, isso fica bastante evidente no relato abaixo, onde ela revela como sentiu-se logo após o parto de Kevin:

A questão é que não previ o que exatamente iria acontecer comigo quando Kevin foi içado pela primeira vez até meu peito. **Eu não havia previsto nada exatamente. Eu queria o que não podia imaginar. Queria ser transformada; queria ser transportada.** Queria que uma porta se abrisse e toda uma nova vista que eu não sabia existir ali fora se esparramasse diante de meus olhos. Eu queria no mínimo uma revelação, e revelações, por sua própria natureza, não podem ser antecipadas; elas prometem aquilo que ainda não se conhece. Mas, se houve uma lição a ser tirada do meu décimo aniversário, foi a de que as **expectativas são perigosas quando são ao mesmo tempo grandes e amorfas.** Talvez eu esteja dando uma interpretação errada de mim mesma. Claro que estava apreensiva. Mas minhas expectativas quanto à maternidade eram grandes, caso contrário não teria concordado em levar a ideia adiante. Eu havia prestado uma atenção faminta aos relatos de amigas: Você não faz ideia de como é, até ter o seu. Sempre que me permitia confessar que nunca fora muito chegada em bebês e crianças pequenas, elas me garantiam: Eu era assim também! Não suportava o filho dos outros! Mas é diferente... é totalmente diferente — quando eles são seus. **Eu adorava isso, a perspectiva de um outro país,** de uma terra estranha na qual celerados insolentes eram milagrosamente transmutados [...] (Shriver, 2011, p. 132 – grifos nossos).

Essa citação remete ao que já foi mencionado anteriormente na pesquisa de Donath (2017), que considera que a transição para a maternidade, para muitas mulheres, assemelha-se à ideia de “cruzar uma ponte”. A promessa de um “outro país” que só poderia ser conhecido ao se tornar mãe, é um reflexo direto do discurso maternalista, que idealiza a maternidade como experiência naturalmente gratificante, instintiva e redentora.

Esse tipo de construção simbólica impede que mulheres — e, mais ainda, meninas — sejam preparadas para lidar com os desafios concretos da maternidade. De acordo com Badinter (2011, p. 22),

quanto maior a liberdade de decisão, maior a responsabilidade dos deveres. Em outras palavras, a criança, que representa uma fonte incontestável de realização para algumas mulheres, pode revelar-se um obstáculo para outras. [...] Contudo, antes de

tomar uma decisão, raras são as mulheres (e os casais) que se entregam à avaliação dos prazeres e sofrimentos, dos benefícios e sacrifícios. Ao contrário, uma espécie de halo ilusório veda a realidade materna. A futura mãe fantasia apenas o amor e a felicidade. Ela ignora a outra face da maternidade feita de esgotamento, de frustração, de solidão, e até mesmo de alienação, com seu cortejo de culpa.

Nesse sentido, é possível alegar que reflexões sobre os desafios e limitações da maternidade são desencorajadas, pois abalam as bases de uma ideologia que vincula o valor da mulher à sua capacidade de gerar e cuidar.

Essa falta de reflexão fica bastante evidente na pesquisa de Donath. Tirza, por exemplo, afirma que se viu “rodeada de mulheres jovens amamentando e empurrando carrinhos de bebê, às voltas com bebês, fraldas [...] e todas essas coisas. Era isso que me cercava. Era essa a norma, não apenas sagrada, mas hipersagrada” (p. 40). Nessa mesma toada, Sky confessa que não pensou muito no assunto “nem dei importância, nem ao menos tentei entender o que significa trazer um filho ao mundo... Se eu era capaz de lidar com isso; [se] estava preparada; se combinava comigo, que tipo de mãe eu poderia ser. Não pensei em nada disso” (Donath, 2017, p. 41). O depoimento de Rose confirma essa tendência:

Quando me casei [aos 21 anos], não havia ‘reflexões prévias’. Nós ‘já’ estávamos casados havia dois anos e meio e, sem pensar muito nisso, decidimos que estava na hora de sermos pais [...]. Fiz tudo no automático, sem saber que havia espaço para reflexão e deliberação. Como eu disse, já estávamos casados havia dois anos e meio, e eu sentia que “precisava”. Meu marido não falava sobre o assunto comigo nem me pressionava. A decisão foi minha. Eu era uma criança, ingênua e imatura. (Donath, 2017, p. 42-43)

Assim, vemos que a normatividade materna funciona como uma engrenagem de manutenção da ordem patriarcal: apresenta a maternidade como destino universal e desejável, ao mesmo tempo em que silencia os aspectos dolorosos, ambíguos e, às vezes, violentos dessa experiência. Ao negar espaço ao dissenso e ao questionamento, a sociedade não apenas infantiliza as mulheres, como também as empurra para decisões irreversíveis, sem garantir-lhes o direito à plena informação — o que deveria ser um direito básico, é sistematicamente negligenciado.

Nesse sentido, a decepção de não ter encontrado o que lhe havia sido prometido e a sensação de ter sido enganada assemelham-se ao depoimento de Brenda, conforme pode-se ver a seguir. No entanto, a entrevistada vai além, ao revelar sua suspeita de que existe uma espécie de “pacto de silêncio” entre as mães.

Logo após o nascimento dos meus filhos, depois de cerca de seis meses, comecei a compreender a furada na qual tinha me metido [...] Quando vi as noites se tornarem dias e **me perdi na busca desesperada pela “felicidade, satisfação e renascimento” de que todos falavam**, [quando] não consegui encontrar nem um vestígio desses sentimentos, pensei: ou há algo anormal comigo, [porque] meus pensamentos não chegavam nem perto dessas descrições de prazer, **ou todas as outras têm um mecanismo de negação extremamente avançado e estão na mesma situação que eu, mas não ousam dizer uma palavra** (Donath, 2017, p. 119 – grifos nossos).

Nesse aspecto, o silenciamento mencionado apontaria para uma norma social tácita, a partir da qual as mães evitam compartilhar suas experiências negativas, seja por medo de julgamento, seja por uma pressão para conformar-se ao ideal de “boa mãe”. Isso se confirma no romance de Shriver, quando Eva revela a Franklin algo que sempre permaneceu em sigilo:

Prostrada, com as pernas escancaradas, fiz uma promessa: embora tivesse aprendido a expor minhas partes “privadas” para o mundo todo ver, **jamais revelaria a quem quer que fosse que o parto não me comovera. Você já tinha seu impronunciável** — “Nunca, jamais, diga que você se arrependeu do nosso próprio filho”; e **agora eu tinha o meu** (Shriver, 2011, p. 136 - grifos nossos).

Logo, a promessa de Eva de não revelar que o parto não a sensibilizou mostra uma tentativa de preservar uma reputação que se alinha com as expectativas sociais da maternidade. Por um lado, ela menciona a falta de privacidade ao destacar a exposição de partes “privadas” de seu corpo; por outro, esse relato contrasta com um aspecto frequentemente invisibilizado da experiência: a necessidade de a mulher manter uma fachada emocionalmente aceitável, mesmo diante de tamanha vulnerabilidade física. Essa tensão entre a realidade íntima e a imagem pública reflete uma luta pessoal e social em torno das normas e expectativas sobre a realidade do mundo emocional das mães. Contudo, esse silêncio contribui para a perpetuação de expectativas irreais sobre a maternidade, deixando as mulheres isoladas em suas frustrações e perpetuando a ideia de que qualquer insatisfação ou arrependimento é uma aberração.

De forma semelhante, no romance *Uma duas*, Maria Lúcia fala:

Eu duvido que essas mulheres que ficam exibindo suas barrigas saudáveis nessas revistas femininas que Laura costuma comprar e falando sobre as maravilhas da maternidade não tenham pelo menos um dia, um diazinho só, sentido que havia um monstro dentro delas, comendo-as de dentro para fora. **Pode ser que eu seja a única**

mulher doida do mundo, mas duvido. Du-vi-do. Apenas que ninguém tem a coragem de confessar porque vivemos na época dos idiotas (Brum, 2018, p. 126 – grifos nossos).

Nesse trecho, a narradora expressa um ceticismo profundo em relação à ideia de que todas as mulheres que falam “sobre as maravilhas da maternidade” realmente vivenciam apenas uma experiência positiva. Ela sugere que “essas mulheres que ficam exibindo suas barrigas saudáveis nessas revistas femininas” podem estar omitindo a realidade complexa e, muitas vezes, negativa da gestação. A narradora insinua que, em algum momento, as mães podem ter sentido algo perturbador e desconfortável, como se estivessem carregando um “monstro” dentro delas, mas que não têm coragem de admitir.

Como observado, Maria Lúcia expressa desdém pelas representações idealizadas da maternidade, sentindo que essas imagens não capturam a complexidade e a realidade da experiência. A expressão “pode ser que eu seja a única mulher doida do mundo” evidencia que ela percebe suas próprias vivências como marginalizadas e incompreendidas, revelando um profundo sentimento de isolamento e alienação em relação às suas experiências pessoais. Embora a narradora pareça ter a compreensão de que há uma pressão social para manter uma imagem positiva da maternidade, quando ela diz que “vivemos na época dos idiotas” está criticando a falta de coragem e de honestidade das outras mulheres em reconhecer e discutir abertamente sobre esse assunto, por tratar-se de um tabu.

Em contrapartida, Maria Lúcia, por ter vivido em uma espécie de “bolha” e praticamente nenhuma interação social, não expressa conformidade com as expectativas sociais tradicionais, o que lhe permite proferir sua verdade sem as interdições e filtros impostos pela normatividade cultural da maternidade: “Mas eu, pensando hoje, acho que nunca quis ser mãe, nem de Laura, nem de ninguém” (Brum, 2018, p. 122). Tal declaração reflete uma consciência desprovida das pressões normativas, que muitas vezes moldam a experiência materna, revelando uma visão mais honesta dos aspectos que a levaram a tornar-se mãe. Contudo, nem por isso seus sentimentos em relação à filha são descomplicados, revelando uma ambivalência profunda: “Como é possível odiar e amar ao mesmo tempo? É o que sinto por Laura, um amor que odeia ou um ódio que ama” (Brum, 2018, p. 124).

Em Israel, as mães arrependidas da vida real, protegidas pelo anonimato, desabafam: “Se eu pudesse voltar atrás, tenho certeza de que não traria nenhuma criança ao mundo. Isso está absolutamente claro para mim” [Sky] (Donath, 2017, p. 97). Jasmine declara de forma categórica: “Eu não suporto ser mãe. Não suporto esse papel. [...] Posso dizer com certeza

que, se eu soubesse o que sei agora três anos atrás? Não teria filhos. Não teria nem um” (Donath, 2017, p. 100). Sophia oferece uma visão extremamente franca e perturbadora sobre a experiência de ser mãe: “Ainda hoje, quando eles estão com 3 e 5 anos, se o gênio da lâmpada viesse e me perguntasse: ‘Deseja que eu os faça desaparecer como se nada tivesse acontecido?’ Eu responderia que sim sem hesitar” (Donath, 2017, p. 100).

Todavia, uma característica significativa revelada na pesquisa conduzida por Donath, e que não foi possível identificar nos objetos literários (devido às limitações inerentes à pesquisa com ficção), foi a ênfase dada pela maioria das mulheres sobre a distinção entre a relação com a maternidade em si e a relação com seus filhos.

A distinção que as mulheres faziam para esclarecer que se arrependiam da maternidade, mas não da existência de seus filhos no mundo, deixa em evidência o fato de que se referem a seus filhos como seres humanos distintos delas mesmas, que têm o direito de viver, embora ao mesmo tempo se arrependam do fato de serem suas mães, responsáveis por suas vidas. (Donath, 2017, p. 111-112)

Esse contexto exemplifica como essas mulheres mantêm uma separação entre o amor e apego pelos filhos e as obrigações da maternidade, mostrando que o papel de mãe é fonte dos seus problemas e de arrependimento. Isso sugere que o problema não são os filhos, mas sim a forma como a maternidade é estruturada, fato que evidencia as dificuldades impostas pela maternidade, na qual o amor e a responsabilidade pelos filhos coexistem com sentimentos de insatisfação, frustração, arrependimento e culpa, conforme explicado a seguir:

Veja, é complicado, porque me arrependo de ser mãe, mas não me arrependo dos meus filhos, de quem são, de sua personalidade. Como pessoas, eu os adoro. Mesmo tendo me casado com aquele imbecil, não me arrependo, porque, se tivesse me casado com outro, teria outros filhos, e eu amo meus filhos, então é realmente paradoxal. Eu me arrependo de ter tido filhos e de ser mãe, mas amo os filhos que tenho. Então, sim, não é algo que se possa explicar realmente. Porque, se eu me arrependesse, então não queria que eles estivessem aqui. Mas eu não ia querer que eles não estivessem aqui, só não quero ser mãe. [**Charlotte**] (Donath, 2017, p. 109)

É difícil, para mim, dizer isto, porque os amo. Muito. Mas abriria mão de tê-los... Durante muito tempo, me tratei com um psicólogo. E é curioso. Se tem uma coisa com a qual me sinto profundamente à vontade é isto. Os sentimentos. O processo de me tornar mãe não é confortável para mim, mas me sinto completamente à vontade com o que estou dizendo. E com a dicotomia de pensar, bem, tenho filhos e os amo, mas estaria disposta a renunciar a eles. [**Doreen**] (Donath, 2017, p. 109)

Esse paradoxo desvela a complexidade dos sentimentos maternos, pois o amor pelos filhos pode coexistir com o arrependimento em relação à experiência da maternidade.

Charlotte e Doreen expõem a tensão entre o ideal social da maternidade e a realidade vivida por elas, em que o amor pelos filhos não necessariamente traduz uma satisfação plena com o papel de mãe. Essas declarações subvertem as expectativas tradicionais e oferecem uma perspectiva mais complexa sobre a maternidade, reconhecendo a coexistência de amor e arrependimento como parte da experiência de ser mãe. Sobre esse aspecto, Donath conclui que

insistir na diferença entre se arrepender da maternidade e se arrepender de trazer ao mundo os próprios filhos não diz respeito apenas ao arrependimento: dá forma à luta fundamental das mulheres para se separar da função que lhes foi atribuída, a fim de serem consideradas sujeitos dotados de individualidade (Donath, 2017, p. 112-113).

Ao fazer essa diferenciação, as mulheres estão reivindicando sua autonomia e a possibilidade de serem vistas como indivíduos com necessidades e desejos próprios, além de seu papel materno. Nessa mesma direção, ao explicar que a maternidade não combina com ela, Debra acrescenta: “Mas não me arrependo de ter filhos, porque botei no mundo dois filhos incríveis e maravilhosos. São pessoas incríveis, pessoas maravilhosas” (Donath, 2017, p. 111). Essa distinção sublinha a complexidade da experiência materna e a busca por autonomia pessoal além das expectativas sociais. Mesmo nos dias atuais, o discurso moralizador que associa a maternidade ao *status* elevado de uma mulher permanece amplamente difundido. Em muitos contextos sociais, ser uma mãe admirável é visto como uma condição necessária ao pertencimento, reforçando a ideia de que a maternidade é uma realização fundamental da identidade feminina.

Ainda no livro *Mães arrependidas*, Carmel acentua o abismo existente entre expectativa e realidade ao comparar a maternidade à escravidão:

Eu lembro que passei uma semana inteira apenas querendo levá-lo de volta para o hospital. Inventei... Tentei convencer as pessoas de que ele estava doente, que precisava ser levado para o hospital. Já estava acontecendo nessa época [o arrependimento]. Achei que era o pânico do começo ou algo assim, mas essa sensação sempre persistiu [...]. [Percebi] que é irreversível (longos minutos de silêncio). **Veja, é uma escravidão. Uma escravidão, um peso.** [Carmel] (Donath, 2017, p. 116 – grifos nossos)

Essa analogia com a escravidão surge devido às intensas demandas físicas e emocionais que a experiência pode impor, muitas vezes resultando em uma sensação de perda de liberdade e autonomia pessoal. Nesses contextos, a maternidade pode ser percebida como

uma obrigação implacável, na qual as mães sentem que estão constantemente subordinadas às necessidades dos filhos e às expectativas sociais, muitas vezes à custa de seus próprios desejos, projetos e bem-estar.

Essa transformação é notória quando Leda, protagonista de *A filha perdida*, narra como foi libertar-se das obrigações e responsabilidades que a maternidade exige.

Quando minhas filhas se mudaram para Toronto, onde o pai vivia e trabalhava havia anos, descobri, com um deslumbre constrangedor, que eu **não sentia tristeza alguma — pelo contrário, estava leve**, como se só então as tivesse definitivamente posto no mundo. Pela primeira vez em quase vinte e cinco anos, **não senti mais aquela ansiedade por ter que tomar conta delas**. A casa estava arrumada, como se ninguém morasse ali, eu não precisava mais me preocupar o tempo todo em fazer compras ou lavar a roupa suja, a mulher que havia anos me ajudava nas tarefas domésticas conseguiu um trabalho mais rentável, e não senti necessidade de substituí-la (Ferrante, 2016, p. 7).

Esse discurso de Leda, no qual ela descreve sua sensação de paz e liberdade após as filhas saírem de casa, é uma representação bastante verossímil de como a maternidade impõe restrições significativas à autonomia das mulheres. O trecho acima ilustra de forma clara e impactante essa complexa dinâmica, destacando como a maternidade, embora repleta de afeto e significados profundos, também pode ser uma fonte de intensa limitação pessoal e emocional. Além disso, é possível observar que, apesar de as filhas serem adultas, caso a narradora não tivesse informado “**pela primeira vez em quase vinte e cinco anos**, não senti mais aquela ansiedade por ter que tomar conta delas”, o leitor poderia facilmente supor que ela se referia a uma rotina com duas crianças dentro de casa.

Esse fenômeno, no qual as mães continuam a cuidar e se sentir responsáveis pelos filhos mesmo quando adultos, pode ser explicado da seguinte maneira: “quer estejam criando os filhos sozinhas ou com um parceiro, quer os filhos morem com o pai, as mães continuam a alimentar os filhos simbolicamente e a cuidar deles em sua consciência, mesmo anos depois da primeira infância fisiológica” (Donath, 2017, p. 166). Isso reflete um aspecto que vai além da dependência física na infância. Ou seja, a carga mental da maternidade não desaparece pelo fato de os filhos já serem adultos e independentes.

Comecei a trabalhar sem me preocupar com os horários e as necessidades delas. Eu corrigia os trabalhos dos meus alunos à noite, ouvindo música, dormia muito à tarde, usando protetores de ouvido, comia uma vez por dia e sempre em uma trattoria ao lado de casa. Mudei rapidamente o comportamento, o humor, a aparência física. Na universidade, os jovens que eram burros demais ou inteligentes demais já não me irritavam. Um colega que eu conhecia havia anos e com o qual, às vezes, raramente,

ia para a cama, me disse perplexo certa noite que eu tinha me tornado menos distraída, mais generosa. Em poucos meses, recuperei o corpo magro da juventude e adquiri uma sensação de força suave. Parecia que meus pensamentos haviam retornado à velocidade certa. Uma noite, me olhei no espelho. Eu tinha quarenta e sete anos, completaria quarenta e oito dali a quatro meses, porém, como em um passe de mágica, tinha rejuvenescido muitos anos. Não sei se aquilo me agradou, mas certamente me surpreendeu (Ferrante, 2016, pp. 7-8).

Essa passagem deixa bastante claro que, ao adotar uma rotina que gira em torno de suas próprias necessidades, Leda se desconectou das obrigações familiares e sociais que antes dominavam sua vida. Ao se olhar no espelho, a narradora percebe uma transformação quase mágica, como se tivesse rejuvenescido — o retorno ao “corpo magro da juventude” simboliza a recuperação de sua vitalidade e força, tanto física quanto emocional, insinuando que as obrigações maternas podem sugar a energia vital das mulheres. A citação descreve uma transformação pessoal profunda, na qual a narradora redescobre a si mesma após anos dedicando-se às filhas.

Ao expor seu descontentamento, Eva admite que infringiu as regras não escritas da boa maternidade ao revelar que idealizava uma vida paralela, sem filhos: “é contra todas as regras ter um bebê e despender ainda que poucos minutos na contemplação daquela vida paralela na qual os filhos não existem, não é mesmo? Mas uma perversidade de Pandora me força a abrir o que é proibido” (Shriver, 2011, p. 26). Ao afirmar que é “contra todas as regras” sonhar com uma realidade paralela em que os filhos não existem”, a narradora expressa uma sensação de culpa e transgressão por considerar essa alternativa. O uso da metáfora “uma perversidade de Pandora”⁵³ sugere que esse impulso de imaginar uma vida diferente é tanto irresistível quanto proibido, evocando a ideia de que abrir mão das expectativas da materno-normatividade é semelhante a liberar algo que deveria permanecer “escondido”, falar de algo que o *status quo* quer que permaneça silenciado.

Contudo, é possível observar declarações reais similares a essa. Ao serem interrogadas sobre como imaginavam sua vida sem filhos, Nina⁵⁴, uma das mães participantes do estudo de Donath, revelou que fantasiava uma próxima vida sem filhos e, ao ser questionada sobre como era essa fantasia, respondeu:

Uma fantasia de liberdade, de ser responsável apenas por mim mesma, sem ter que me responsabilizar pelos outros. Não ter que me preocupar com ninguém mais,

⁵³ A referência à Pandora, que na mitologia grega abriu uma caixa contendo todos os males do mundo, reforça a ideia de que explorar essas alternativas pode trazer à tona sentimentos e pensamentos perturbadores, desafiando as normas estabelecidas e confrontando as realidades ocultas da experiência materna.

⁵⁴ Nina é o nome fictício atribuído a uma das mulheres que fizeram parte do estudo de Orna Donath, não se trata da personagem do livro de Elena Ferrante.

apenas que... o que eu faço seja certo, que não haja ninguém para culpar e nada do que reclamar. Porque, vou ser bem direta: já é demais para mim. Estou sem forças. Não tenho a energia física que essa ajuda constante requer, para uma vez por semana ficar com os filhos de um ou de outro. E tem o dinheiro também. Dinheiro. Se eu tivesse dinheiro. Isso mudaria tudo. Eu poderia ajudá-los a contratar uma babá ou ajudá-los financeiramente... mas, de novo, não paro de ver isso como uma responsabilidade minha, **não consigo me libertar disso**, com toda a lógica da ideia de que **cheguei a uma idade em que deveriam me deixar em paz**, é a minha vida, minha escolha... Ainda assim, sinto que é minha responsabilidade (Donath, 2017, p. 106).

Nota-se que a entrevistada expressa um desejo profundo de independência, sonhando com uma vida em que ela só precise pensar em si mesma, como era antes de ser mãe. Essa “fantasia de liberdade” reflete uma vontade de escapar das responsabilidades que sente em relação aos filhos, que pesam sobre ela. Contudo, apesar de racionalmente entender que deveria estar em uma fase da vida em que poderia estar livre dessas obrigações (seus filhos já têm entre 40 e 50 anos), ela não consegue se livrar da sensação de responsabilidade, principalmente após tornar-se avó.

Assim como Nina, Leda também admite ter nutrido a fantasia de que Marta fosse filha de outra mulher, após suas tentativas frustradas de dialogar com a filha:

Naquela noite, enquanto Marta divagava com sua rajada de palavras, imaginei por um instante que ela ainda não tivesse nascido, que nunca tivesse saído da minha barriga, que estivesse no ventre de outra — de Rosaria, por exemplo —, e que nasceria com uma aparência diferente, uma receptividade diferente. Talvez fosse o que ela sempre desejara em segredo: não ser minha filha (Ferrante, 2016, p. 26).

No excerto acima, a narradora imagina Marta como filha de outra pessoa, com aparência e comportamento diferentes, o que revela o mal-estar e a frustração materna. A percepção de que a filha talvez nunca tenha desejado ser sua pode esconder um desejo inconsciente por uma ruptura desse vínculo biológico e emocional por parte de ambas (ou talvez somente por parte da própria Leda, considerando que não temos acesso às ideias de Marta).

Bali, outra participante da pesquisa de Donath, lamenta sua decisão de ter tido filhos ao desabafar: “agora estou aqui para cuidar de outra pessoa e não apenas para me divertir. É uma responsabilidade que eu gostaria muito de não ter, mas já a assumi” (Donath, 2017, p. 99). Nessa passagem, o desejo de voltar atrás contrasta com a realidade de “cuidar de outra pessoa” e “não apenas para me divertir”. Isso sugere que ela sente saudades da vida que tinha quando era “mãe de ninguém”, e poderia focar em si mesma e em seus próprios prazeres ou

liberdade. Essa mudança implica uma transição de uma fase de vida leve e autônoma para outra — na qual o dever e a responsabilidade tornaram-se centrais, evidenciando sua percepção de que a maternidade é um caminho pesado e sem volta.

Eu não acho que seja a pessoa adequada para ser mãe e lamento por... Toda vez que converso com minhas amigas, digo a elas que, se tivesse o conhecimento e a experiência que tenho hoje, não teria criado nem um quarto de um filho. **O mais doloroso para mim é que não posso voltar no tempo. É impossível. Irreparável** [depoimento de Tirtza] (Donath, 2017, pp. 102-103 – grifos nossos).

A seguir, apresentamos um trecho de *A filha perdida* e destacamos algumas palavras que, em geral, não se associam ao vocabulário de uma mãe frequentemente sobrecarregada pelos cuidados com os filhos:

O lugar logo me agradou. Fui **tranquilizada** pela gentileza do homem moreno no balcão, pela meiguice do jovem salva-vidas nada musculoso, alto e muito magro, de camiseta e calção vermelhos, que me acompanhou até um guarda-sol. A areia era um pó branco. **Dei um mergulho demorado** na água transparente e tomei um pouco de sol. Depois **me acomodei na sombra com meus livros e trabalhei tranquilamente** até o sol se pôr, aproveitando a brisa e as rápidas mudanças do mar. O dia correu com uma **mistura tão serena de trabalho, devaneios e ócio** que decidi voltar sempre para aquele lugar. Em menos de uma semana, tudo havia se transformado em uma **rotina tranquila** (Ferrante, 2016, p. 12-13 – grifos nossos).

Nesse excerto, podemos perceber que a narradora tenta transmitir uma sensação de resgate da liberdade, pois em seu relato há indícios de que ela estava finalmente retomando as rédeas da própria vida.

Ao apreciar essas atividades cotidianas corriqueiras e dar valor a coisas aparentemente simples, sugere-se que a experiência de poder viver para si mesma e não somente em função dos filhos é algo raro na vida de uma mãe — o que é evidenciado na seguinte fala de Erika:

Posso lhe dizer agora, olhando para trás, que valeram a pena trinta anos de sofrimento? Absolutamente, definitivamente, certamente [gesticula para acentuar a veemência da negação] não. Não. Eu faria de novo? Nunca [...]. porque **não tive um dia sequer nesta vida que tenha sido tranquilo**, e não venho de uma família pobre. Não é uma questão de dinheiro. Não tive um dia sequer de tranquilidade enquanto criava meus filhos (Donath, 2017, p. 99 – grifos nossos).

A análise dos relatos dessas mães, tanto reais, no estudo de caso de Donath, quanto fictícias, nos romances estudados, mostra o caráter ambivalente da maternidade: a

profundidade do conflito interno entre o desejo de liberdade e a culpa ou obrigação que sentem em continuar tomando conta de todos e deixando-se em segundo plano.

Ao analisarmos esses relatos de mães, é imprescindível mencionar o papel das mídias sociais no fomento ao debate sobre a maternidade compulsória na contemporaneidade. Essas plataformas têm potencial para impulsionar mudanças sociais mais amplas, cujos impactos poderão ser observados nas próximas gerações. No artigo intitulado *Maternidade e mídias sociais no Brasil: vivências maternas compartilhadas em rede*, Figueiredo Souza (2022a) explora os eixos discursivos mais recorrentes nos debates sobre maternidade nas redes sociais. A autora conclui que “relatos sobre as obrigações e restrições da maternidade se encontram entre eles, revelando denúncias de esgotamento por ser mãe, respostas a reprimendas quanto a esse tipo de comentário e afirmações de que a maternidade tem potencial para ser restritiva” (Figueiredo Souza, 2022a, p. 63). Ao criar espaços de discussão e partilha de experiências, as mídias sociais contribuem para a desconstrução de normas tradicionais e para a construção de novas perspectivas sobre a maternidade.

3.3.3 Maternidade “performática” e culpa materna

Se o descontentamento materno revela as feridas da experiência subjetiva diante das normas sociais, é na esfera da identidade que elas se tornam mais visíveis. Como propõe Judith Butler (2018), o gênero não é uma substância nem uma verdade interior, mas um conjunto de atos reiterados, socialmente regulados, que produzem a aparência de uma essência estável. Assim, a maternidade, entendida como um dos principais dispositivos de normatização do feminino, torna-se uma performance atravessada por exigências morais, corporais e afetivas. As protagonistas dos romances analisados, ao resistirem (ou fracassarem) em corresponder a essas expectativas, desestabilizam as fronteiras do que se entende por “ser mulher” e “ser mãe”. Nessa perspectiva, o descontentamento materno não apenas expõe a dor do conflito interno, mas também denuncia a violência simbólica das normas de gênero que impõem às mulheres um ideal de abnegação e plenitude impossível de alcançar.

Avançando na análise dos aspectos do descontentamento materno, em *Morra, amor*, observamos a encenação performática da culpa. Se a narrativa já estabeleceu o divórcio entre desejo e obrigação, é no desfecho do romance – marcado pela abdicação da convivência com o filho – que essa tensão atinge seu ápice. Contudo, muito antes dessa conclusão, a obra constrói uma ambivalência latente e visceral que se manifesta na oscilação extrema entre um cuidado quase obsessivo e impulsos destrutivos, como evidenciam os trechos abaixo:

[...] A cada minuto vou ver se o bebê está respirando, eu o toco para ver se reage, eu o descubro, o troco de posição, o ilumino, o levanto, ainda estamos na fase da morte súbita. (Harwicz, 2019, p. 7)

[...] quando meu marido viaja, a cada segundo de silêncio se segue uma horda de demônios que se infiltram em meu cérebro. [...] Eu me vejo indo até o bosque e deixando o carrinho ir ladeira abaixo. (Harwicz, 2019, p. 7)

[...] se eu quiser deixar meu bebê no carro debaixo de uma sensação térmica de quarenta graus, eu deixo. E não me venham com essa de que é ilegal. Se eu quiser escolher a ilegalidade, se eu quiser me tornar uma dessas tantas congeladoras de fetos, eu me torno. (Harwicz, 2019, p. 9)

Essa narração não expõe apenas um tormento psicológico; ela revela um performativo de culpa. O ritual de verificar se o bebê respira parece menos um ato de cuidado genuíno e mais um cerimonial compulsório para exorcizar, ou mesmo encenar, a responsabilidade que lhe é socialmente atribuída. Aí reside o cerne da ambivalência materna na obra: ela é impulsionada menos por um amor incondicional e mais por um senso de obrigação externalizada, cujo descumprimento acarretaria consequências legais e morais diretas para a própria personagem. O que poderia ser lido como hesitação ou inconsistência pode ser, na verdade, a manifestação de um conflito entre o “dever-ser” materno, internalizado pela personagem, e seu desejo real de fuga.

Logo, o sentimento de culpa materna não emerge de forma espontânea ou natural, mas é forjado por um sistema de expectativas sociais que impõe à mulher a obrigação de se realizar plenamente através da maternidade. Como apontam autoras feministas e críticas a este modelo idealizado de maternidade, essa exigência de completude afetuosa e devotamento incondicional gera um descompasso entre o que a sociedade espera da mãe e aquilo que ela de fato sente ou vivencia. Essa dissonância fica explícita no depoimento de Bali: “As pessoas me perguntam: “Você gosta de ser mãe?” E eu abro um sorriso forçado, porque o que posso dizer a elas? Que estou infeliz? Que é difícil? Que quero a minha mãe?” (Donath, 2017, p. 69). Tal como Bali, a personagem de Harwicz vive o impasse de um sentimento que não pode ser dito, mas que insiste em se expressar através de acessos de raiva, devaneios violentos e uma culpa performada.

Diante dessa sensação de inadequação, muitas mulheres, por sentirem-se culpadas, recorrem à performance de uma maternidade ideal, fingindo plenitude e satisfação como estratégia de pertencimento e proteção simbólica contra os julgamentos sociais. Tal estratégia de forjar sentimentos é uma tentativa de escapar da culpabilização que recai sobre aquelas que não se encaixam no modelo da “boa mãe”, mesmo que isso implique silenciar o próprio sofrimento e negar sua experiência autêntica.

Em uma análise de *Morra, amor*, Oliveira (2023) pontua que o descontentamento na narrativa de Harwicz manifesta-se através do apagamento da identidade prévia da personagem, que se vê submersa e sufocada pelo papel materno. Incapaz de performar a maternidade idealizada, ela experimenta um estranhamento de si mesma, confrontando-se com a imagem de uma mulher que não mais reconhece. Essa fragmentação do eu é visceralmente capturada no momento de autodepreciação em que ela se vê como “uma falsa mulher do campo [...]” (Harwicz, 2019, p. 4) e se insulta por não conseguir concentrar-se na leitura, simbolizando a ruptura com seu próprio passado e intelecto.

Nessa mesma direção, Smialek (2016) recorre aos aportes de Judith Butler (2018) para analisar a constituição de gênero e maternidade em *We Need to Talk About Kevin*. Partindo da noção de que gênero é performativo, isto é, resultado da repetição de atos regulados culturalmente, a autora demonstra como Eva Khatchadourian oscila entre reproduzir práticas convencionais (cuidar, amamentar, assumir tarefas maternas) e transgredi-las (recusar afetos prescritos, expressar violência ou resistência). Essa instabilidade evidencia que tanto “mulher” quanto “mãe” não constituem identidades fixas, mas construções contingentes sujeitas a sanções sociais quando não correspondem ao modelo normativo. Assim, Smialek argumenta que Eva encarna o caráter não essencial e constantemente negociado do gênero e da maternidade, reforçando a crítica de Shriver às expectativas patriarcais que responsabilizam a mãe por todos os desvios do filho. No trecho a seguir, a narradora revela como sentia-se aprisionada e infeliz cuidando do filho recém-nascido, e o quanto isso lhe custava:

As crianças têm uma intuição fantástica, porque a intuição é mais ou menos tudo o que têm. Tenho certeza de que, quando eu o pegava no colo, ele detectava um certo enrijecimento em meus braços que abria o jogo. Estou convencida de que, quando eu arrulhava e sussurrava para ele, Kevin inferia, graças a um sutil exaspero em minha voz, que sussurrar e arrulhar não me vinham de forma natural, assim como também tenho certeza de que seus ouvidos precoces conseguiam isolar, daquela interminável feira de papagaiadas lenitivas, um sarcasmo insidioso e compulsivo. Mais ainda [...], eu sorria e sorria, sorria até ficar com o rosto doendo, mas, quando meu rosto ficava dolorido, estou certa de que ele sabia. Toda vez que eu me forçava a sorrir, era muito claro que ele sabia que eu não estava com vontade de fazer isso, porque nunca me sorriu de volta (Shriver, 2011, p. 141).

Nessa citação, evidencia-se que, apesar de seus esforços e tentativas de dar o seu melhor, a personagem não conseguiu estabelecer um vínculo emocional com Kevin, que fora

constantemente descrito como uma criança chorona, difícil, indiferente a estímulos positivos, apática e fria.

Há outras pesquisas que analisam o romance *Precisamos falar sobre o Kevin* sob a perspectiva de gênero e crítica feminista. Por exemplo, Andrade (2021) discute como a obra problematiza o patriarcado e as expectativas sociais sobre a “nova mulher”, oferecendo uma lente útil para compreender pressões maternas e sociais. Andrade (2021) evidencia que o romance explora conflitos entre as expectativas sociais e os desejos pessoais da protagonista, o que pode ser relacionado às pressões maternas impostas às mulheres contemporâneas.

É importante observar, ainda, que o fato de Eva saber que estava fingindo alegria a fez fantasiar que Kevin, mesmo com poucos dias de vida, seria capaz de perceber a falta de interesse e de prazer da mãe em estar com ele. Embora os bebês sejam capazes de captar algumas emoções, seu desenvolvimento cerebral ainda não é capaz de distingui-las, nem mesmo suas, tampouco dos outros. Então, quando Eva afirma que “as crianças têm uma intuição fantástica”, “**tenho certeza** que [...] ele detectava um certo enrijecimento em meus braços que abria o jogo”, “**estou convencida** de que, quando eu sussurrava para ele, **Kevin inferia** que sussurrar e arrulhar não me vinham de forma natural” e “**era muito claro** que ele sabia que eu não estava com vontade de fazer isso”, o que ela faz, na verdade, é tentar compreender até que ponto o fato do filho ter se tornado um assassino pode ter sido por essa falta de conexão emocional entre mãe e filho.

Depois, Eva pondera: “Eu estava exausta. Tinha passado por um trabalho de parto de trinta e sete horas e seria ridículo pensar que fosse ser capaz de sentir qualquer outra coisa a não ser exaustão e torpor. E havia sido absurdo imaginar uma explosão de fogos de artifício: um bebê é um bebê” (Shriver, 2011, p. 89). Essa visão, além de desmistificar o parto, sugere que a realidade pode ser muito menos bonita do que a narrativa idealizada, mostrando-o como um processo doloroso e desgastante. O reconhecimento de que, após tanto esforço e sofrimento, o resultado final é “simplesmente um bebê” — e não uma experiência gloriosa ou transcendental —, destaca a diferença entre sua experiência e as expectativas culturais.

No trecho a seguir, Souza (2022) destaca que, apesar desse esforço, Eva continua sendo percebida como uma “mãe ruim” — o que revela como o julgamento social não se baseia apenas em ações concretas, mas também em critérios subjetivos, como a demonstração de afeto ou empatia.

O que nos chama atenção é que, apesar de não ser possível falar que Eva conseguiu demonstrar, ao menos não genuinamente, seu amor pelo filho, ela se preocupou,

desde o começo, em cumprir todas as obrigações que sabia que eram atribuídas à figura materna, chegando ao ponto de abrir mão de seu trabalho, mesmo ganhando muito mais dinheiro que o marido. Não obstante, seu esforço não serve para eximi-la de ser considerada uma mãe ruim, ou até mesmo um ser humano ruim. A personagem criada por Shriver não é do tipo que conquista o leitor. Seu olhar é extremamente crítico e julgador, e, em diversos momentos, a personagem deixa transparecer seus preconceitos e a visão distorcida que tem de si mesma, a partir da qual demonstra que, antes do crime cometido pelo filho, sentia-se uma pessoa diferente das outras e até mesmo superior (Souza, 2022, p. 13).

Além disso, a autora observa que a personalidade crítica e julgadora de Eva, marcada por preconceitos e por uma visão distorcida de si mesma, contribui para que ela não desperte a simpatia do leitor, o que reforça sua rejeição como figura materna. Dessa maneira, essa análise evidencia que a personagem desafia os modelos tradicionais de maternidade e, por isso, torna-se alvo de condenação tanto dentro da narrativa quanto fora dela, no olhar do leitor. Por sua vez, a sensação de desapontamento em relação às expectativas que nutria é reveladora nas passagens a seguir:

Enquanto eles me davam os pontos, você se ofereceu para levar Kevin de mim e eu sabia que deveria protestar. Mas não o fiz. Ao me ver livre, a gratidão que senti foi desalentadora. Se quer saber a verdade, eu estava com raiva. Estava com medo, com vergonha de mim mesma, mas também **me senti enganada**. Eu queria minha festa surpresa [...] (Shriver, 2011, p. 90 - grifos nossos).

Araújo descreve uma cena do filme *A filha perdida*, na qual Leda e Giani estão engajados em suas atividades profissionais e acadêmicas. No entanto, quando as filhas, Bianca e Martha, precisam de atenção, é Leda que interrompe suas tarefas para cuidar delas. Enquanto isso, o pai continua trabalhando sem interrupções, sugerindo que ele não percebe a corresponsabilidade pelos cuidados com as crianças.

Nesse sentido, para compreender o processo de construção desse fenômeno, faz-se necessário entender como as representações sociais da paternidade contribuíram para a naturalização dessa abstenção do cuidado com os/as filhos/as. Conforme Padilha (2007, p. 46) retrata: “A concepção de paternidade sob o domínio patriarcal era a de um pai-provedor, distante, que não demonstrava afeto aos filhos” (Araújo, 2023, p. 50).

Embora Franklin não se encaixe exatamente nesse padrão, pois foi um pai extremamente amoroso, ele ainda estava muito vinculado às normativas patriarcais de performatividade de gênero. Souza acrescenta que Franklin é descrito como alguém que age

de acordo com “a ideologia maternalista vigente [...]”. Franklin não conseguia compreender o incômodo que Eva sentia por precisar fazer diversas concessões, como no momento em que ela queria dançar” (Souza, 2021, p. 365). Além disso, a pesquisadora acrescenta que “a personagem sentia que a única segurança com a qual o marido se importava era a do bebê” (p. 365).

Franklin também ignorava os comentários da mulher sobre o comportamento peculiar do filho, como é possível perceber em um trecho da carta na qual Eva questiona os motivos pelos quais Kevin não tinha amigos para brincar. Ela menciona um episódio em que viu todos os garotos de um grupo que ela tinha organizado brincando na sala da casa de uma das mães, sem que Kevin tivesse sido convidado (Souza, 2021, p. 366).

Em uma de suas cartas, Eva conta como tinha sido a última visita que ela fizera a Kevin na prisão. Após uma conversa difícil entre os dois, na qual o rapaz perguntou à mãe, quase em tom afirmativo: “Você nunca quis me ter, não é mesmo?” (p. 120?), Eva responde que “Ser mãe foi mais difícil do que eu imaginava” (p. 121), ao que Kevin rebate: “‘Mas eu fiz o possível’, disse ele, com um sorriso que se abriu sem vida, como se puxado por ganchos, ‘para manter você entretida’” (p. 121). Na sequência, ela continua tentando encontrar sua parcela de responsabilidade nos atos cometidos pelo filho, como se ela, inconscientemente, ao fingir gostar de ser mãe, tivesse ensinado a ele o ato da dissimulação:

Ele ainda não tinha visto muitos sorrisos na vida, mas tinha visto o seu, e era suficiente para reconhecer que, comparativamente, havia algo errado com o da mamãe. Ele se abria de uma forma falsa; evaporava com uma velocidade reveladora assim que eu me afastava do berço. **Será que foi assim que Kevin arranhou o sorriso dele? No presídio, aquele sorriso de marionete, como se puxado por uma cordinha?** (Shriver, 2011, p. 141 – grifos nossos)

A seguir, selecionamos outra citação em que Eva, simulando um tom de voz infantilizado e “fofo”, extravasa toda a sua frustração sobre a criança:

“Qual é o problema com você, seu merdinha? Está satisfeito, agora que arruinou a vida da mamãe?” **Tive o cuidado de usar aquele insípido tom de falsete que os especialistas recomendam.** “Você até pode ter enganado o papai, mas a mamãe sabe muito bem qual é a sua. Você é um merdinha, não é?” [...] (Shriver, 2011, p. 170).

Nessa passagem, a hostilidade da mãe em relação ao filho é expressa por meio de uma fala sarcástica e performática, carregada de ironia e raiva, ainda que travestida de um tom artificialmente doce — recurso que evidencia sua tentativa frustrada de se adequar às expectativas normativas do maternar. Nesse sentido, a obra de Harwicz traz uma situação semelhante, em que o cansaço e o ressentimento se condensam em gestos automáticos e emoções dissimuladas:

Tenho tomate grudado no braço. Não o deixo terminar e lhe meto outro biscoito, ele se entala. Não me preocupo com o que possa pensar de mim. Eu o trouxe ao mundo, já é o suficiente. Sou mãe em piloto automático. Choramanga é pior do que o choro. **Eu o levanto, lhe ofereço um sorriso falso, aperto os dentes.** (Harwicz, 2016, p. 54)

A indiferença à dor do filho e o sorriso forçado diante do choro revelam uma maternidade esvaziada de afeto genuíno, operando no modo de sobrevivência. As duas narrativas, cada uma à sua maneira, escancaram a dissociação entre o que se espera da mãe e aquilo que ela de fato vivencia, expondo o mal-estar materno em sua dimensão mais crua e silenciosamente compartilhada.

Todavia, em *Morra, amor*, no seguinte excerto a performance materna é ironizada. Notadamente, a personagem não “é”, ela representa — ora a normalidade, ora a loucura — expondo o caráter teatral e esquizofrenizante dos papéis femininos/maternos:

apática e de short amarelo no banco de trás, bolsa de viagem na mão, cara de doida para já ir praticando, levantava e abaixava as sobrancelhas. Agir normalmente e de imediato, sem razão, ficar estática olhando fixo. Aprender também a olhar nos olhos com absoluta atenção, mas que se note que na realidade estou em outra realidade (Harwicz, 2019, p. 66).

Essa representação irônica (“cara de doida para já ir praticando”) funciona como um mecanismo de autoproteção e, ao mesmo tempo, como crítica performativa: a narradora encena tanto a “normalidade” quanto a “loucura”, para evidenciar que o lugar social da mãe é um papel sob vigilância. A dissociação assumida — “estou em outra realidade” — converte-se em gesto de autoria: ela controla o modo como será lida, expondo o teatro do feminino no pós-parto e o custo psíquico de permanecer nesse “palco”.

Na contemporaneidade, a maternidade tem sido atravessada por um ideal de exposição constante, intensificado pelas redes sociais, em que o exercício materno é permanentemente vigiado, avaliado e comparado. Como observa Donath (2017, p. 68), “ser mãe e exercer a maternidade não basta: **a maternidade ‘correta’ tem que ser exibida além de exercida**” (grifos nossos), revelando que o papel materno, além de vivido, precisa ser publicamente “performado” para alcançar legitimação social. Ainda que essa lógica de vigilância esteja hoje mais evidente, especialmente em razão do enfraquecimento das fronteiras entre o público e o privado, tal ideal não é recente. Já em Rousseau (1979), observa-se a exigência de uma conduta feminina pautada na aparência da virtude:

Não basta portanto que a mulher seja fiel e sim que assim seja julgada por seu marido, por seus próximos, por todo mundo; importa que seja modesta, atenta, reservada, e que, apresente aos olhos de outrem, como aos seus próprios, o testemunho de sua virtude. [...] Desses princípios deriva, com a diferença moral dos sexos, um novo motivo de dever e de conveniência que prescreve especialmente às mulheres o cuidado mais escrupuloso de sua conduta, de suas maneiras, de sua atitude” (Rousseau, 1979, p. 309 – grifos nossos)

Assim, o que se depreende é que, hoje, não basta ser uma boa mãe — é preciso também “parecer ser uma boa mãe”. A maternidade torna-se, assim, um campo de permanente performance diante de olhares reguladores, nos quais o valor da mãe é medido não apenas por suas ações, mas também pela imagem que projeta de si mesma.

Sem dúvida, sou uma mãe realmente incrível [...], meus filhos são importantes para mim, eu os amo, leio livros, procuro ajuda profissional, tento fazer tudo que posso para dar a eles uma educação melhor, além de muito amor e afeto. [...] Mas ainda assim odeio ser mãe. Odeio. Odeio esse papel, odeio ser a pessoa que tem que estabelecer limites, a pessoa que tem que castigar. Odeio a falta de liberdade, a falta de espontaneidade. As restrições que me impõe, o fato de ser assim... [depoimento de Sophia] (Donath, 2017, p. 59)

Portanto, o que fica nítido a partir desse depoimento é que essa lógica que desloca o eixo da experiência para o da aparência, exigindo das mulheres não apenas o cumprimento de suas funções maternas, mas também a constante demonstração pública de que o fazem com prazer, competência e naturalidade.

Evidentemente, o que é escolhido para ser mostrado na *Internet* foi previamente selecionado, autorizado e editado por elas mesmas. Por isso, aquilo que as pessoas expõem nem sempre corresponde à realidade, mas trata-se de um recorte da realidade, uma

representação de alguém que sabe que está sendo observado e “avaliado” — ou seja, a vida virtual pode ser entendida como uma ficcionalização do real. Assim, na *Internet*, as pessoas podem ser o que quiserem, podendo, inclusive, *mentir*.

No âmbito pessoal, o fingimento pode ser usado como um mecanismo de autodefesa, sustentando o desejo de não permitir que as paredes da casa desabem. Mas, no plano social, essa prática funciona como um fantasma de utilidade política que mantém a percepção de que existe uma prescrição precisa e natural de “como uma mãe se sente e se comporta” que as mulheres deveriam exibir e seguir. (Donath, 2017, p. 69)

Nesse sentido, foi observado que o fingimento das mães é um elemento recorrente também nos romances analisados, tendo em vista que as regras não escritas da boa maternidade exigem um certo nível de dissimulação. Afinal, uma mãe deve sorrir mesmo quando estiver exausta e com vontade de chorar, deve ser paciente mesmo que não tenha conseguido dormir nem se alimentar durante todo o dia, deve amamentar sua cria com ternura, mesmo que os bicos dos seios estejam sangrando. Logo, para exercer a boa maternidade, a mulher precisa demonstrar satisfação, mesmo que não esteja sentindo isso; então ela precisa, em outras palavras, *fingir*, como no exemplo a seguir:

Meu marido me chama para umas cervejinhas no caramanchão, pergunta se escura ou clara [...]. Clara ou escura?; a que você preferir, amor. **Somos desses casais que usam mecanicamente a palavra “amor” até quando se detestam;** amor, não quero ver você nunca mais. Estou indo, e sou uma falsa mulher do campo com uma saia vermelha de bolinhas e o cabelo cheio de pontas (Harwicz, 2019, pp. 3-4 – grifos nossos).

Observamos, nos relatos das mães estudadas (reais e ficcionais), que em algum momento todas dissimulam sentimentos que não existem (a fim de omitir suas reais emoções, para que não sejam consideradas “mães ruins”). Algumas mulheres que participaram da pesquisa de Donath falaram sobre essa necessidade de “encenar” a boa maternidade. No depoimento de Tirza, coletado por Donath (2017), evidencia-se esse esforço contínuo de performar o papel materno e familiar, mesmo sem identificação afetiva com ele:

Eu faço coisas. Eu ligo, me preocupo, fico angustiada, é claro, pergunto, me interesse, visito, convido eles para passarem os feriados comigo e faço toda essa encenação de família, todo esse teatro — mas não é real, eu não me identifico com isso. Visito meus netos, tenho um relacionamento com eles, mas não é algo que me interesse realmente. **Não sou eu de verdade.** O tempo todo eu penso: quando isso tudo vai acabar para eu poder ir para a cama e ler um livro, ver um bom filme, ouvir

um programa de rádio? Essas coisas me interessam mais, me agradam mais, têm mais a ver comigo. Cuidar do jardim, tirar as folhas do quintal... isso me agrada mais. Até hoje (Donath, 2017, p. 66-67).

O descontentamento materno, no entanto, não se limita à ausência de identificação com o papel socialmente esperado. Ele também se expressa na dificuldade de sustentar, mesmo performativamente, a imagem de uma mãe afetuosa e disponível. Em alguns casos, a dissonância entre o sentimento íntimo e a expectativa social é tão intensa que mina até mesmo a capacidade de fingimento, como revela o relato de Sky:

“Minha filha, quando quer vir até minha casa, liga e vem, e eu respondo sempre animada: “Que ótimo, estou morrendo de saudade e mal posso esperar para vê-la”, mas não é verdade... **Eu tento manter as aparências, mas não é verdade.** Nem sequer consigo fingir.” [depoimento de Sky] (Donath, 2017, p. 67)

Mesmo quando há um esforço exitoso em manter a aparência de uma maternidade funcional, o sentimento de inadequação pode persistir internamente. A experiência de Maya, também registrada por Donath, revela como a mulher pode cumprir todos os deveres maternos e ainda assim sentir-se desconectada da alegria que se espera que ela experimente. Sua fala expõe o quanto o silêncio e a solidão acompanham mães que não se reconhecem nos discursos normativos da maternidade:

Eu me lembro de que imediatamente após o nascimento da minha filha, todos os meus tios, tias e amigos com filhos falavam sobre as dificuldades e os desafios ao mesmo tempo que se voltavam para mim e diziam: “Mas que alegria, não é?”. E eu respondia: “É, sim... É maravilhoso... Maravilhoso.” [...] Ninguém suspeita de nada a meu respeito. Posso não ser uma mãe irrepreensível, mas sou uma mãe que cuida de seus filhos, eles estão sendo nutridos e amados, não sofrem de abandono emocional. Então ninguém percebe. E se ninguém consegue identificar isso a meu respeito, então é impossível identificá-lo em qualquer outra pessoa [depoimento de Maya] (Donath, 2017, p. 69).

De forma muito semelhante, no universo ficcional criado por Ferrante, a performance esperada contrasta de modo eloquente com a narrativa da personagem Leda, que, ao relatar sua vivência materna à distância, rompe com a expectativa de disponibilidade constante:

Meu único compromisso em relação às garotas era ligar uma vez por dia para saber como estavam, o que faziam. Pelo telefone, elas falavam como se já morassem sozinhas; na verdade, viviam com o pai, mas, acostumadas a nos manter separados também nas palavras, conversavam comigo como se ele não existisse. [...] **Os telefonemas eram quase sempre apressados, às vezes pareciam falsos, como no**

cinema. Eu fazia o que me pediam, reagia de acordo com as expectativas delas. Mas, como a distância me impedia fisicamente de intervir de maneira direta na existência delas, satisfazer seus desejos e caprichos se tornou uma série de gestos rarefeitos e irresponsáveis, cada pedido me parecendo leve, cada incumbência que lhes dizia respeito, um hábito afetoso. Senti-me milagrosamente desvinculada, como se um trabalho difícil, enfim concluído, não fosse mais um peso sobre os meus ombros (Ferrante, 2016, p. 7).

No fragmento anterior, há um aspecto intrigante nas expressões “os telefonemas [...] às vezes pareciam falsos”, “[eu] reagia de acordo com as expectativas delas” e “satisfazer seus desejos e caprichos se tornou uma série de gestos rarefeitos e irresponsáveis”. Essas falas sugerem a existência de um certo grau de fingimento, como se esse papel de boa mãe não passasse de uma atuação.

Como vimos, a maternidade performática pode ser um recurso emocional das mães; mas, como toda estratégia compensatória, tem suas consequências. No caso de Eva, seu fingimento, os pensamentos negativos que nutria a respeito da índole do filho e até mesmo as palavras duras que dizia a ele quando estavam sozinhos e que lhe tiravam do sério levou-a a um sentimento de culpa pelo filho ter se tornado um assassino. Nesse aspecto, “ficção e realidade corroboram o peso da **culpa materna**, arraigada nas normas da sociedade na qual estamos inseridos” (Souza, 2022, p. 28 – grifos nossos). Entre os relatos literários analisados, as narradoras de *Precisamos falar sobre o Kevin* e de *A filha perdida* são as que mais oferecem elementos para analisarmos esse sentimento.

Na obra de Ferrante, o abandono rompe com a performance materna socialmente esperada e enquadra a protagonista na categoria de “mãe desnaturada”. Mesmo após seu retorno, “Leda nunca deixa de ser assombrada pelo abandono” (Duarte Pena, 2024, p. 116), revelando como o estigma social se sobrepõe ao gesto de reparação. Esse assombro ecoa o que Gómez Urzaiz (2024) identifica como o incômodo produzido pelas chamadas “abandonadoras” — figuras que desestabilizam o mito da boa mãe. Nessa mesma direção, Iaconelli (2020) demonstra que a ideia de instinto materno é uma construção cultural usada para legitimar a exigência de renúncia feminina.

Já no que diz respeito à obra de Shriver, de acordo com Andrade (2021, p. 55),

tanto a obra literária quanto a audiovisual demonstram para nós a culpa que é inculcada a Eva como mãe por qualquer problema que acontecesse ao filho, se ele ficasse doente, era culpa dela por não saber cuidar dele; se ele caísse e se machucasse, era culpa dela por não ficar atenta à todo instante; se ele chorasse muito, era culpa dela por não saber acalmá-lo da maneira correta; se ele matou o pai, a irmã e os colegas de escola, era culpa dela não ter sido uma boa mãe.

Na mesma direção, Souza (2022) reitera, Eva “enfrenta não só a dor de suas próprias perdas, como a culpa dos crimes cometidos pelo filho e o olhar julgador da sociedade, que faz dela uma pária, alguém que, sem dúvidas, teve culpa ao parir e criar um monstro” (Souza, 2022, p. 21-22). Todavia, a pesquisadora destaca que

há outras questões que também precisam ser trabalhadas por ela, assim como a perda de sua filha, Celia, a culpa pelos crimes cometidos pelo filho, e até a própria maternidade, vivenciada por Eva desde o início da primeira gestação como uma experiência dolorosa, e que acabou se tornando a causa de seus problemas seguintes (Souza, 2022, p. 31)

De acordo com a análise de Souza (2022), pelo fato de Eva não ter conseguido amar o próprio filho, “como a sociedade nos leva a considerar como algo natural a toda e qualquer mulher-mãe, é ‘normal’ que a culpa de Kevin ter se tornado um assassino seja atribuída a ela, muito mais do que a Franklin” (Souza, 2022, p. 12). A trajetória dessa personagem, portanto, ilustra de forma contundente o peso real e simbólico de ser mãe em uma sociedade que exige sacrifício e perfeição, mas que está pronta para punir — legal e moralmente — qualquer desvio da norma.

Se eu havia feito algo errado, me parecia que já recebera castigo exemplar. Tribunal nenhum poderia ter me condenado a algo pior que essa vida árida em meu duplex espremido, com meu peito de frango e meu repolho, minhas trêmulas lâmpadas halógenas, minhas visitas robóticas de quinze em quinze dias a Chatham — ou, quem sabe, ainda pior, a quase dezesseis anos vivendo com um filho que, como ele próprio declarou, não me queria como mãe e me dava bons motivos, quase que diários, para não querê-lo como filho. Seja como for, eu também deveria ter concluído que, se um veredicto de culpa dado pelo júri não iria atenuar a dor de Mary, um julgamento mais brando jamais conseguiria mitigar meu próprio senso de cumplicidade. É triste, mas sou obrigada a dizer que talvez tenha sido motivada, em boa medida, pela vontade desesperada de me ver exonerada em público (Shriver, 2011, posição 1577).

Na ficção, Eva é absolvida pelo júri, mas permanece condenada pelo “tribunal social”, que a sentenciou por ter falhado no papel de mãe — uma função que não admite erros nem exceções. Contudo, há que se considerar que, de acordo com o relato de Eva (e lembrando que isso é tudo o que temos), sua dificuldade em criar laços emocionais com o filho advinham justamente de uma espécie de “intuição” de que Kevin era diferente das outras crianças, sugerindo que os traços de psicopatia já estavam presentes nele desde a tenra idade (desdobramos este tema a seguir). Nesse sentido, no romance de Shriver, o pensamento do

senso comum tende a ser: *como exigir que Kevin fosse um ser humano melhor, se ele nunca recebeu o amor da própria mãe?*

embora me esforçasse para responder às perguntas dele de forma direta, toda vez que eu fazia declarações simples, para me eximir de culpa, do tipo “Claro que eu amo meu filho”, sentia que estava mentindo e que qualquer juiz ou jurado perceberia na hora (Shriver, 2011, posição 1560).

Esse tipo de julgamento, contudo, sugere uma relação de causalidade direta entre a ausência de amor materno e o comportamento desviante do filho. Nesse sentido, Souza pondera:

É justamente contra esse tipo de pensamento comum, que podemos entender como aquilo que é esperado, considerando as normas que estruturam o contexto da sociedade patriarcal e maternalista na qual estamos inseridos, que o romance de Shriver se coloca. O leitor, como alguém que está inserido neste contexto, reflete, ao culpabilizar a figura materna, as normas internalizadas por ele (Souza, 2022, p. 12-13).

Contudo, há um aspecto sobre o relacionamento de Eva e Kevin que, apesar de ser imensurável no universo ficcional de Shriver, ainda é essencial ser mencionado: embora o descontentamento materno da narradora seja multifatorial, é inegável que o temperamento de Kevin potencializou a experiência traumática vivida por ela. Conforme a própria narradora admite, sua dificuldade em se identificar com o papel materno já estava presente antes mesmo do nascimento do primogênito.

Desde a gestação, Eva sentia-se desconectada, como se “pressentisse” algo; além de sentir-se invadida por um alienígena, ela detestou estar grávida e o sentimento idealizado de completude nunca se concretizou. Logo, é possível que esse afastamento inicial tenha dificultado a construção de um vínculo espontâneo com o filho. À luz da teoria winnicottiana, esse processo é entendido como uma falha na adaptação emocional necessária à maternidade (é importante diferenciarmos isso de “falha no caráter da mãe”), já que, para Winnicott (1983), a mãe “suficientemente boa” não nasce pronta, mas aprende gradativamente a responder às necessidades do bebê, desenvolvendo uma sensibilidade especial ao longo da interação com a criança. Todavia, no caso de Eva, essa aprendizagem só se concretiza com Celia, a segunda filha, cuja espontaneidade e afeto possibilitam um maternar mais tranquilo, sugerindo que a maternidade, para a protagonista, não era uma experiência intrinsecamente inviável, mas marcada pela difícil personalidade de Kevin.

Logo, essa diferença entre as duas experiências maternas não implica que Eva teria amado Kevin se ele fosse uma criança “mais fácil”, mas demonstra que o vínculo entre mãe e filho é resultado de uma interação complexa entre fatores subjetivos e características da criança. Enquanto Kevin era descrito desde cedo como resistente, calculista e emocionalmente inacessível (o que intensifica a sensação de inadequação da protagonista), Celia era doce e tranquila. No trecho a seguir, é possível observar que a própria narradora reconhece a dificuldade de discernir quando seu arrependimento começou, pois as lembranças do período gestacional estão contaminadas pelas frustrações acumuladas ao longo dos anos:

Já não tenho mais tanta certeza se me arrependi de nosso primeiro filho antes mesmo de ele nascer. É difícil, para mim, reconstruir aquele período sem contaminar as lembranças com o tremendo desapontamento dos anos posteriores, um desapontamento que escapa às restrições do tempo e extravasa para o período em que Kevin ainda não existia para que eu desejasse o contrário (Shriver, 2011, p. 117 – grifos nossos).

Nota-se, portanto, que Eva reconhece o impacto que a desilusão contínua pode exercer sobre suas lembranças, sugerindo que o arrependimento pode não ter sido imediato, mas foi retroativamente projetado a partir das experiências posteriores à maternidade. Essa reflexão evidencia o embaralhamento dos seus sentimentos, desafiando a interpretação categórica de que Eva é uma mãe arrependida. O que temos de concreto é a citação anterior, na qual ela deixa claro: “me arrependi de nosso **primeiro filho**”. Nesse contexto, Eva não nos parece ser uma mãe arrependida no sentido *lato* — ela se arrependeu de Kevin, mas não de Celia. Porém, apesar de o filho mais velho ser o núcleo central dessa dor, é necessário cautela para não nos apressarmos com conclusões simplistas. Nesse sentido, Souza (2022) pondera que o trauma da personagem não pode ser explicado apenas pelos crimes cometidos por Kevin:

em um primeiro momento, é possível que pensemos que o trauma de Eva está diretamente relacionado aos crimes cometidos por Kevin, ou seja, o trauma da personagem seria, então, ter se tornado a mãe de um assassino, de um parricida. Consideramos, de fato, que este é um dos traumas trabalhados por ela por meio de sua escrita memorialística, visto que ela busca compreender os motivos pelos quais o filho foi capaz de cometer tamanha atrocidade, além de tentar entender e lidar com a culpa que sente e que a sociedade atribui a ela. Entretanto, é importante ressaltar que há outra questão que entendemos como trauma para a personagem: a maternidade. Para Eva, a experiência traumática da maternidade, obviamente, antecedeu o trauma dos crimes cometidos por Kevin. Todavia, no momento da escrita da personagem, os dois traumas estão diretamente relacionados. Podemos afirmar, portanto, que o leitor tem acesso ao resultado da reflexão sobre os acontecimentos vivenciados por Eva, que culmina na escrita de suas cartas, e que a percepção da personagem acerca da

maternidade também decorre da junção de suas experiências traumáticas (Souza, 2022, p. 30).

Alinhando-nos à perspectiva de Souza, entendemos que a vivência de Eva como mãe de Kevin⁵⁵ configura-se como um verdadeiro trauma — tanto pelas perdas que ela teve de elaborar quanto pelos crimes cometidos pelo filho⁵⁶.

Até aqui, é possível perceber que o tabu que sentimentos de inadequação emergem de um sistema de normas pré-estabelecidas que ditam às mães o que elas devem sentir. Nesse sentido, o atual modelo de maternidade “dita para as mães quem elas devem ser, que aparência devem ter, como devem se comportar, pensar e se sentir de acordo com regras afetivas estritas e uniformizantes” (Donath, 2017, p. 24). A esse conjunto de normas prescritivas, a autora atribui o nome de “maternidade exigente”, um conceito que revela o caráter normativo e controlador que rege o maternar na atualidade, cujos impactos irão resultar em uma maternidade performática. “A mãe [...] é retratada como um ser abnegado por natureza, com uma necessidade de constante aprimoramento e infinitamente paciente e devotada ao cuidado com o outro, de uma maneira que quase exige que ela esqueça que tem uma personalidade e necessidades próprias” (Donath, 2017, p. 62). Ou seja, ao não se encontrarem plenamente realizadas, sentem necessidade de fingir, performando serem alguém que não são. Por sentirem-se uma farsa, são invadidas por um sentimento de culpa devido ao fato de não estarem correspondendo às expectativas sociais.

Contudo, é importante mencionar que essa avalanche de emoções não ocorre de forma organizada em etapas, mas acontecem simultaneamente, de forma interconectada e são atravessadas pelo sentimento de arrependimento constante, causando muita confusão e sofrimento. Nesse ínterim, vivemos em uma cultura profundamente marcada pela culpabilização materna, que reforça o mito da “mãe plena” — aquela que deveria ser sempre feliz, realizada e abnegada. Esse ideal, construído historicamente pelo patriarcado, desconsidera a subjetividade das mulheres e apaga a ambivalência inerente à experiência da maternidade. Assim, sustentamos que o antônimo de “mães descontentes” não é “mães contentes” no sentido absoluto do termo: todas, em maior ou menor grau, experimentam algum tipo de descontentamento ou frustração, pois o papel materno é atravessado por

⁵⁵ Consideramos fundamental distinguir as duas experiências maternas distintas que a narradora experienciou. Por este motivo, não nos referimos à experiência de Eva “como mãe” no sentido amplo, mas no sentido estrito da sua experiência “como mãe de Kevin”.

⁵⁶ Esses dois aspectos — os crimes cometidos por Kevin e o trauma vivido por Eva — serão aprofundados nas páginas seguintes.

expectativas sociais irreais e pelo apagamento das necessidades individuais da mulher. A diferença, acreditamos, está no grau de descontentamento — ou no silêncio que cada uma escolhe manter diante dessas insatisfações. Sendo assim, o arrependimento seria o nível máximo de insatisfação. Contudo, a culpa é uma constante que atravessa tanto as mães arrependidas quanto aquelas que apenas se adaptam melhor às demandas da maternidade.

Dito isso, vale adicionar algo sobre a cultura da culpa, que é retroalimentada por uma sociedade misógina que não apenas deslegitima as experiências das mulheres, como também as responsabiliza individualmente por um sofrimento que é, em grande medida, produzido por normas patriarcais que exigem um ideal inalcançável. Nesse aspecto, conforme nos mostra Souza (2022), independentemente da escolha, as mulheres sempre serão penalizadas.

Quando o assunto é maternidade, não há como acertar: as mulheres que optam pela não-maternidade são estigmatizadas como egoístas e estão constantemente ouvindo falar sobre o arrependimento que sentirão quando a idade lhes tirar a oportunidade de gerar um filho; já as mulheres-mães precisam atender a diversas demandas, visando a alcançar o ideal socialmente criado desde o momento do início da gravidez e lidando constantemente com a culpa (Souza, 2022, p. 109).

O que a autora quer dizer é que tanto a recusa quanto a aceitação da maternidade vêm acompanhadas de cobranças, julgamentos e sofrimento. Assim, podemos considerar que o arrependimento e a culpa não se tratam apenas de sentimentos pessoais, mas de sintomas de um sistema que exige das mulheres sacrifício, abnegação e silêncio — mesmo quando a maternidade revela-se uma experiência insuportável.

Nesse sentido, é fundamental lembrar que, além de perder a filha mais nova e o marido na “fatídica quinta-feira”, Eva viu-se obrigada a liquidar praticamente todo o seu patrimônio para arcar com os custos de processos judiciais e honorários advocatícios — não apenas em defesa de Kevin, no âmbito criminal, mas também de si mesma, na esfera cível. O romance de Lionel Shriver, nesse sentido, expõe uma camada da culpabilização materna que ultrapassa o universo emocional das mães: trata-se de uma responsabilização jurídica e social profundamente arraigada.

Eva precisou responder judicialmente, após ser processada por Mary Woolford, mãe de uma das vítimas de Kevin no colégio Gladstone High, por negligência materna, afinal, como poderia ter criado um monstro e não ser responsabilizada pelos atos do filho? Assim que Kevin cometeu seus crimes na fatídica quinta-feira, Eva também estava condenada pelo olhar da sociedade [...] (Souza, 2022, p. 26).

Embora essa situação possa, à primeira vista, parecer absurda ou “tipicamente norte-americana”, cabe mencionar que o artigo 932 do Código Civil brasileiro determina que os pais são civilmente responsáveis pelos atos de seus filhos menores. Conforme esclarece a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPPE, 2024), essa responsabilidade é objetiva — isto é, independe de culpa — e fundamenta-se no dever de guarda e vigilância que os pais exercem. Tal dispositivo jurídico traz à tona outro aspecto complexo da parentalidade — e, mais especificamente, da maternidade, uma vez que o ônus social da má conduta dos filhos recai majoritariamente sobre as mães. Essa reflexão emerge durante uma conversa entre Eva e outra mãe de um detento, na sala de espera destinada aos visitantes na penitenciária:

É sempre culpa da mãe, não é verdade?, disse ela, bem baixinho, pegando o casaco. ‘Aquele menino deu errado porque a mãe dele bebia, ou se drogava. Ela deixava o garoto solto na rua; ela não ensinou a ele o que é certo e o que é errado. Nunca estava em casa quando ele voltava da escola’. Ninguém nunca diz que o pai era um bêbado, ou que o pai nunca estava em casa quando o garoto voltava da escola. E ninguém jamais diz que alguns desses garotos não prestam e pronto. Não vá você acreditar nessa balela. Não deixe que eles ponham nas suas costas essa matança toda (Shriver, 2011, posição 3649).

Essa fala desmonta a narrativa social hegemônica que responsabiliza sobretudo as mães pelos “fracassos” dos filhos — sobretudo quando eles se tornam delinquentes ou criminosos. Assim, ao afirmar que “ninguém nunca diz que o pai era um bêbado, ou que o pai nunca estava em casa”, a personagem evidencia uma omissão sistemática da figura paterna nos julgamentos morais sobre a educação dos filhos.

Nesse sentido, convém evocar o conceito de “mãe suficientemente boa”, que foi central na teoria de Donald Winnicott (1983). Winnicott escolhe concentrar-se na figura materna porque, no modelo de desenvolvimento infantil psicanalítico, ela é entendida como o cuidador principal — isto é, quem está quase sempre à disposição nos primeiros estágios de vida, oferecendo o chamado *holding* (ambiente de contenção e apoio) que possibilita ao bebê a construção de seu senso de *self* (que permite ao bebê diferenciar o “eu” do “não eu”). Embora a teoria winnicottiana tenha revolucionado a psicanálise em sua época por ter sido a primeira a romper com modelos idealizados de maternidade, em última instância, Winnicott ainda opera em um campo ideológico que responsabiliza principalmente as mulheres pelos resultados dos filhos. Embora o autor defenda que uma mãe não precisa ser perfeita para que ocorra o desenvolvimento saudável do bebê — bastaria que a mãe respondesse às necessidades do filho de modo suficientemente adaptado, sobretudo nos primeiros meses de

vida —, hoje sabemos que múltiplos cuidadores contribuem para esse “holding”. Portanto, é imprescindível reconhecer o mérito teórico de Winnicott, mas também é necessário repolitizar este debate, situando-o em contextos de raça, classe e gênero para que seja lido em diálogo com as críticas feministas e as teorias contemporâneas das práticas parentais.

Essa crítica se torna ainda mais significativa no contexto do romance *Precisamos Falar Sobre o Kevin*, no qual Franklin frequentemente adota uma postura negacionista diante dos comportamentos problemáticos de Kevin e minimizando as percepções e preocupações de Eva. Veronica Csillag (2017, p. 3) chega a inferir que

Kevin poderia ter se saído melhor e se desenvolvido em um criminoso menor, ou talvez até em um ser humano comum, com uma mãe suficientemente boa segundo Winnicott (1949), que é capaz de odiar seu bebê sem retaliação ou abandono, e um pai dedicado à mãe, à sua disposição. No entanto, crescer com um pai sentimental, em negação sobre o golpe narcisista de ter gerado um herdeiro imperfeito, incapaz de reconhecer e tolerar a frustração, e uma mãe fria tornada gelada por suas experiências frustrantes, culminando em uma traição total por parte do marido, não augurava nada bom.⁵⁷

Essa reflexão de Csillag aponta para um ambiente familiar fragmentado, marcado pela falta de comunicação e de apoio conjugal. Embora essas dinâmicas parentais nos ajudem a entender um pouco da tensão existente nesse núcleo familiar, elas não são suficientes para explicar os aspectos mais extremos da personalidade de Kevin, que parecem ir além desses conflitos⁵⁸.

Apesar de a tradição literária advertir que não devemos confiar totalmente nos narradores em primeira pessoa, estudos psicológicos recentes sobre a representação de Kevin sugerem um quadro de transtorno psicopático. A definição de psicopatia em *Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado* reforça essa tendência em Kevin. Segundo a autora deste *best seller* brasileiro, a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva,

⁵⁷ Tradução nossa para “Kevin might have fared better and developed into a lesser criminal, or maybe even into an ordinary human, with a Winnicottian (1949) good-enough mother, who is capable of hating her infant without retaliation or abandonment, and a father devoted to the mother, at her beck and call. However, growing up with a sentimental father, in denial about the narcissistic blow of having seeded a flawed heir, unable to acknowledge and tolerate frustration, and a cool mother turned icy by her disappointing experiences, culminating in wholesale betrayal by her husband, did not bode well.”

⁵⁸ Embora a psicopatia do filho da narradora seja uma característica singular deste romance, sua complexidade e o vínculo íntimo com a culpa de Eva ultrapassariam os limites de uma nota de rodapé. Por sua vez, seu desdobramento está tão entrelaçado ao conflito central da protagonista que não se justificaria tratá-la em um subcapítulo à parte. Optamos, portanto, por inserir uma linha de transição no próprio corpo do texto, que sinalize de forma fluida essa mudança de foco.

os psicopatas, em geral, são indivíduos frios, calculistas, inescrupulosos, dissimulados, mentirosos, sedutores e que visam apenas o próprio benefício. São incapazes de estabelecer vínculos afetivos ou de se colocarem no lugar do outro. São desprovidos de culpa ou remorso e, muitas vezes, revelam-se agressivos e violentos (Silva, 2018, p. 36).

Contudo, a médica adverte que a psicopatia não se trata de uma doença, mas sim de um transtorno de personalidade. Ainda que a psicopatia possua raízes neurobiológicas, Silva (2018) pondera que o ambiente afetivo no qual o sujeito se desenvolve exerce importante papel na modulação do indivíduo, podendo agravar ou reprimir os comportamentos perversos.

Portanto, esse transtorno demanda uma leitura que não isente Kevin de responsabilidade, mas que também reconheça que sua constituição subjetiva foi moldada em um ambiente onde o afeto estava parcialmente comprometido, pelo fato de sua mãe estar sufocada por expectativas irreais e de seu pai ignorar e negligenciar as reclamações da esposa. Logo, em indivíduos com predisposição psicopática, a carência de vínculos afetivos estáveis pode potencializar comportamentos típicos dessa condição. No que tange à constituição da personalidade violenta de Kevin, a análise de Csillag (2017) recusa explicações monocausais centradas na mãe e sugere que relações de gênero estruturalmente opressivas interagem na constituição do sujeito violento — e acrescenta:

Há uma confluência de fatores chave, a tempestade perfeita, que ajuda a explicar como Kevin cresceu e se tornou a criatura monstruosa que se tornou – características temperamentais, inadequação materna, narcisismo paterno e negação, discórdia conjugal, a inveja perniciososa de um irmão favorecido. **No entanto, tais características não levam necessariamente a homicídios em massa. Há algo inexplicável, aleatório na personalidade de Kevin, sua sociopatia e seus terríveis crimes**⁵⁹ (Csillag, 2017, p. 5-6 – grifos nossos).

Há, ainda, estudos aplicados ao filme (cujo centro da narrativa é Kevin — ao contrário do romance, que é centrado nas cartas de Eva), que enriquecem este debate. Uma tese publicada no Brasil analisa a importância da relação mãe-bebê para o desenvolvimento da criança e os fatores essenciais para a constituição psíquica do sujeito. Investiga como o ambiente familiar propicia ou inibe o desenvolvimento emocional e as consequências de

⁵⁹ Tradução nossa para “There is a confluence of key factors, the perfect storm, that helps explain how Kevin grew up to be the monstrous creature he became— temperamental features, maternal inadequacy, paternal narcissism and denial, marital discord, the pernicious envy of a favored sibling. Nevertheless, such features do not lead to mass murder. There is something inexplicable, random about Kevin’s personality, his sociopathy and his terrible crimes.”

falhas ambientais. Esse estudo conclui que Eva, devido à sua fragilidade e falta de apoio, não conseguiu proporcionar um ambiente facilitador para Kevin, o que gerou seus comportamentos agressivos (Barbosa, 2017).

Há, também, uma infinidade de análises publicadas fora do Brasil a respeito do filme. Tian, Liru e Wanggai (2025) identificam no personagem cinco indicadores clássicos de psicopatia (manipulação, falta de empatia, ausência de remorso, impulsividade e irresponsabilidade). Outrossim, esse estudo também corrobora que tensões no vínculo materno — inclusive desde a gestação — podem ter funcionado como fatores de agravamento, mas não bastam para estabelecer causalidade direta. A própria abordagem de Winnicott nos ajuda a compreender as fragilidades de vínculo entre Eva e Kevin (e o mal-estar materno que permeia o romance), mas não basta para explicar sua frieza extrema e a indiferença moral persistente.

Sobre esse aspecto, Simon Baron-Cohen (2011), que descreveu Kevin como um psicopata com “nível zero de empatia”, pondera que, apesar disso,

o filme (assim como a ciência) não quer que nos acomodemos confortavelmente na ideia de que a causa da baixa empatia psicopática **é puramente genética**. Ele sugere, de forma perturbadora, o papel do conflito psicológico na mãe de Kevin, sobre se ela está tentando amá-lo sem amá-lo verdadeiramente. A ciência confirma que fatores ambientais e emocionais também desempenham um papel no desenvolvimento do transtorno de personalidade antissocial, mas separar causa e efeito em crianças tão difíceis de educar é uma tarefa árdua.⁶⁰ (Baron-Cohen, 2011, par. 3)

Já Erica e Hendrawan (2024) chegam a mencionar uma predisposição hereditária no resumo do artigo, mas acabam limitando a análise ao papel da dinâmica afetivo-familiar de forma ampliada, ou seja, todo o desenvolvimento da psicopatia de Kevin é explicado via fatores ambientais, estilos de apego e práticas parentais, em uma abordagem majoritariamente psicossocial, chegando a descreverem Eva como uma mãe negligente:

Davies & Sturge-Apple (2014) explicam que os estilos de parentalidade são um dos fatores de risco que podem prever o surgimento de problemas psicológicos em uma criança. **O estilo de parentalidade fornecido por Eva se enquadra no padrão de rejeição/negligência**, caracterizado por um baixo nível de demanda e

⁶⁰ Tradução nossa para “And yet, the film (like the science) does not want us to settle too comfortably into the idea that the cause of psychopathic low empathy is purely genetic. It hints, disturbingly, at the role of psychological conflict in Kevin's mother, about whether she is trying to love him without truly loving him. The science confirms that environmental and emotional factors do also play a role in the development of antisocial personality disorder, but teasing apart cause and effect in such hard-to-parent children is a tall order.”

responsividade. Em cada interação, **Eva se apresenta como uma mãe indiferente** e tende a ter dificuldade em construir uma boa relação com Kevin⁶¹ (Erica e Hendrawan, 2024, p. 70).

Contudo, consideramos que leituras que culpabilizam Eva pela “fabricação de um psicopata”, sugerindo, perigosamente, que tragédias assim poderiam ser totalmente evitadas através de uma educação adequada, podem ser uma interferência da própria adaptação cinematográfica, que se difere bastante da linguagem do romance. Por esse motivo, não pretendemos nos estender neste debate, tendo em vista que nosso objeto de análise é substancialmente diverso do filme.

Ademais, é significativo observar que a literatura recente evita a utilização do termo “negligência materna” de forma direta, como fizeram no passado muitos psicanalistas. Tal perspectiva alinha-se às críticas das feministas à romantização da maternidade e à responsabilização exclusiva das mulheres pela formação psíquica dos filhos. Assim, abordagens mais igualitárias tendem a mencionar a parentalidade (responsabilidade socioafetiva dos pais) e não somente maternidade. Nesse sentido, podemos considerar que a ausência simbólica da figura paterna — marcada pela recusa em enxergar o filho como potencialmente violento e, principalmente, pela insistência em projetar uma imagem idealizada da família — contribui para o isolamento de Eva e, por consequência, para o agravamento das condutas que culminam na tragédia. Assim, o discurso da outra mãe, na sala de espera em Claverack⁶² (“ninguém nunca diz que o pai era um bêbado, ou que o pai nunca estava em casa quando o garoto voltava da escola”) funciona como uma chave interpretativa para se repensar a culpa como algo que não pode ser atribuído unicamente à Eva, mas compartilhado com Franklin, cuja omissão, negação ou conivência silenciosa também configuram formas de responsabilidade.

Dessa forma, a discussão se expande para além das expectativas normativas de desempenho materno, abrindo espaço para uma crítica à estrutura que sustenta a materno-normatividade. Isto posto, as reservas iniciais de Eva à maternidade, assim como seus sentimentos ambivalentes, são compreendidos como manifestação de uma subjetividade em conflito com o modelo hegemônico materno. Dessa forma, essa perspectiva ajuda a

⁶¹ Tradução nossa para “Davies & Sturge-Apple (2014) explain that parenting styles are one of the risk factors that can predict the emergence of a child psychological problems. The parenting style provided by Eva falls into the rejecting/neglecting pattern, characterized by a low level of demand and responsiveness. In every interaction, Eva appears as a mother who is indifferent and tends to have difficulty building a good relationship with Kevin.”

⁶² Nome da prisão em que Kevin ficou detido até completar 18 anos.

fortalecer a crítica estrutural da idealização da maternidade, além de destacar a falência de um ideal inalcançável. Além disso, como ressalta Ana Beatriz Barbosa Silva,

Os estudos sobre a personalidade psicopática revelam que a educação fornecida pelos pais pode, no máximo, exacerbar o problema, mas não existe nenhum indício de que a maneira de educar seja capaz de originar a psicopatia. Filhos psicopatas se utilizam muito do jogo da culpa. Eles costumam justificar os seus atos transgressores como consequência de comportamentos inadequados de seus pais quando ainda eram crianças. E, infelizmente, é muito difícil convencer esses pais de que nada disso é verdade. Os pais são as maiores vítimas do jogo da culpa (Silva, 2018, p. 174).

A advertência ajuda a iluminar essa dinâmica ficcional, pois sugere que mesmo que sejam criados em ambientes familiares estruturados, com pais afetuosos e presentes, há casos de sujeitos com traços muito acentuados de psicopatia, cujos impulsos podem ser difíceis de controlar. Embora no campo analítico do universo ficcional de *Precisamos falar sobre o Kevin* não disponhamos de elementos que nos permitam inferir com segurança como teria se dado a formação psíquica de Kevin em outro arranjo familiar, isso reforça a ideia de que, nos casos em que a psicopatia se manifesta em alta intensidade, o afeto parental tem eficácia limitada para conter comportamentos manipuladores, frios e imorais. A convergência entre a ficção de Shriver e a advertência da psiquiatra brasileira reforça a necessidade de resistir às leituras monocausais que responsabilizam a mãe.

Essa mudança de perspectiva crítica é fundamental, pois no romance, o "jogo da culpa" se manifesta primariamente como um drama internalizado por Eva. Ela antecipa julgamentos externos e busca a autoabsolvição, ao mesmo tempo em que se autoflagela, já que a culpa “estrutura” a tragédia.

ao mesmo tempo em que torço para que esta correspondência não esteja descambando para uma tentativa histérica de justificar meus atos, não quero que pense que estou preparando o terreno para dizer que Kevin é culpa exclusivamente minha. Às vezes também condescendo e viro o gargalo da culpa com uma sede tremenda. Mas note que eu disse condescendo. Há um autoengrandecimento no lamaçal dessa mea-culpa, uma certa vaidade. A culpa confere um poder espantoso. E simplifica tudo, não só para os espectadores e vítimas, mas, sobretudo, para os culpados. Ela impõe uma ordem à escória. A culpa ensina uma lição muito clara da qual outras pessoas talvez possam obter consolo: *se ao menos ela não...*, e com isso torna a tragédia evitável (Shriver, 2011, p. 73).

Assim, ao reconhecer o poder performativo da culpa — sua capacidade de organizar retrospectivamente a tragédia em uma narrativa causal simples (“se ao menos ela não...”) —

Eva expõe a armadilha discursiva descrita por Silva (2018): a inversão de papéis que transforma vítimas em culpadas e oferece ao agressor um alibi moral. Essa tensão aparece de forma explícita quando a personagem afirma:

Mas a última coisa que quero é eliminar minha parcela nesta história terrível. Dito isso, estou resolvida a aceitar a devida responsabilidade por cada pensamento perverso, por cada petulância, por cada momento de egoísmo, **não com o objetivo de invocar toda a culpa para mim, e sim para admitir que isso é minha culpa, que aquilo é minha culpa**, mas dali, bem, dali eu não passo, e do outro lado aquilo, aquilo, Franklin, aquilo não é (Shriver, 2011, p. 78 – grifos nossos).

Na última carta que Eva escreve a Franklin, essa reflexão se intensifica, assumindo um tom de balanço existencial:

ao longo da redação destas cartas para você —, descrevi o círculo completo, fazendo um trajeto muito parecido com o de Kevin. Ao perguntar petulantemente se a quinta-feira tinha sido culpa minha, tive que retroceder, que desconstruir. É possível que eu esteja fazendo a pergunta errada. Seja como for, debatendo-me entre a exoneração e a descompostura, só fiz cansar-me. Não sei. No final das contas, não faço ideia, e essa ignorância pura e serena transformou-se [...] num tipo engraçado de consolo. A verdade é que, se eu decidisse que era inocente, ou decidisse que era culpada, que diferença faria? Se eu chegasse à resposta certa, você viria para casa? (Shriver, 2011, posição 8813)

Nessas passagens, é possível observar que Eva oscila entre rejeitar e aderir à narrativa social da culpa. Em contrapartida, os estudos psicológicos e psicanalíticos sobre Kevin reforçam a multicausalidade. Em síntese, o diálogo com Donath, Winnicott, Silva, Tian et al., Csillag, Baron-Cohen, Erica e Hendrawan revela que reduzir Kevin à “falha da mãe” é repetir o dispositivo materno-normativo que o próprio romance expõe como problemático. Dessa maneira, essa narrativa simboliza, através da voz reflexiva, “culpada” e combativa de Eva, o encontro entre uma subjetividade materna em conflito com o ideal hegemônico, cuja frieza afetiva do filho não se deixa explicar apenas pelos vínculos estabelecidos na família, e um contexto cultural que transforma a culpa materna em narrativa de ordenação do caos.

Além do mais, Eva nunca tentou se esconder atrás de uma máscara de “santa mãezinha”, tampouco falseou a construção da mãe perfeita. Nesse sentido, desde o início a personagem assume suas imperfeições sem tentar minimizá-las: “Franklin, eu fui uma péssima mãe. Fui terrível na função. E me pergunto se algum dia você vai me perdoar por isso” (Shriver, 2011, p. 76). Dito isso, acreditamos que as cartas que Eva escreve ao marido

morto revelam a sua luta para tentar encontrar um modo de perdoar o filho e, sobretudo, de perdoar a si mesma — tendo em vista que, na perspectiva cristã, “não perdoar significa não ser perdoado” (Csillag, 2017, p. 5). Assim, a complexidade da narrativa reside justamente no fato de a personagem buscar esse caminho e na sua resistência de submeter-se ao roteiro materno-normativo que converte toda tragédia em culpa materna. Outrossim, no contexto do romance, a busca pelo perdão esbarra em outro ponto: “o perdão e a reconciliação [...] não significam que as atrocidades sejam desfeitas, que as vítimas sejam ressuscitadas e não lamentadas, que o passado seja negado e cancelado” (Csillag, 2017, p. 5).

Essa observação de Csillag relaciona-se com o dilema íntimo de Eva, que não encontra a sensação de libertação da culpa após o resultado do seu julgamento público. Mais do que obter perdão externo, a personagem revela uma necessidade profunda de autoperdão, como se apenas a punição e o sacrifício pessoal fossem capazes de lhe oferecer alguma forma de redenção. Isso fica evidente na seguinte passagem, em que ela descreve a experiência de absolvição como um vazio, um não-lugar entre a culpa e a expiação:

Nunca me esquecerei de quando fiquei sentada naquele tribunal cível e ouvi a juíza de pupilas minúsculas proferir, em tom afetado, seu veredicto inocentando a ré. Eu teria esperado sentir um grande alívio. Mas não senti. A absolvição pública de minha maternidade, descobri, não significou nada para mim. Se tanto, fiquei irada. Agora devíamos ir todos para casa, e eu me sentiria redimida. Ao contrário, eu sabia que iria para casa e me sentiria hedionda, como de praxe, e desolada, como de praxe, e suja, como de praxe. Eu tinha querido ser purificada, mas minha experiência naquele banco dos réus fora muito parecida com uma tarde tipicamente suarenta e empoeirada num quarto de hotel em Gana: abrir o chuveiro e descobrir que a água foi cortada [...]. Eu queria um veredicto punitivo. Já tinha esgotado todo o nosso patrimônio líquido na dispendiosa defesa de Kevin, e fizera uma segunda hipoteca sobre a casa de Palisades Parade. Assim, eu soube no mesmo instante que teria de vender a AWAP, e teria que vender nossa casa horrorosa e deserta. Isso era purificador. (Shriver, 2011, pp. 389-390).

Fechado esse ponto, é importante observar que, embora a elaboração da culpa materna de Eva parta dos assassinatos praticados pelo filho, seu evidente descontentamento materno não pode ser explicado apenas pelos atos de Kevin. Sua desilusão com a maternidade, embora seja atravessada pela psicopatia do filho, parece ter raízes mais profundas e anteriores, relacionadas à própria experiência de gestar e maternar.

Ademais, a relação entre culpa, perdão e autoperdão aparece como um eixo central nas narrativas analisadas, pois evidencia o conflito interno das personagens diante das expectativas sociais que recaem sobre a maternidade. Em *A filha perdida*, de Elena Ferrante, a culpa materna é um elemento central da narrativa de Leda, que constantemente revisita memórias de um maternar marcado por ambivalências, impulsos contraditórios e um forte sentimento de inadequação. Nesse sentido, a narradora associa seu mal-estar físico — como a “dor de estômago constante” — à tensão emocional gerada pela autopercepção de que todo sofrimento das filhas era resultado direto de seu “fracasso” como mãe: “Naquela época, eu tinha uma dor de estômago constante por causa da tensão. Era o sentimento de culpa: eu achava que todo sofrimento que atingisse as minhas filhas era fruto do já comprovado fracasso do meu amor” (Ferrante, 2016, p. 46). Esse sentimento torna-se ainda mais evidente quando Leda reconhece a antipatia que sente pelas próprias filhas, especialmente por Bianca, cuja teimosia a espelha e a confronta:

Eu observava minhas filhas quando elas estavam distraídas e sentia por elas uma complicada alternância de simpatia e antipatia. Bianca é antipática, eu pensava às vezes, e sofria por isso. Depois eu descobria que ela era muito querida, tinha amigas e amigos, e sentia que só quem a achava antipática era eu, a mãe dela, e aquilo me dava remorso [...] Eu não gostava de sua mudez teimosa quando ela percebia que havia errado, mas não conseguia admitir o erro. Você também é assim, dizia meu marido. Talvez fosse verdade, e o que me parecia antipático em Bianca se tratasse somente do reflexo da antipatia que eu sentia por mim mesma (Ferrante, 2016, pp. 47-48).

Esse remorso intensifica-se quando a narradora recorda seus momentos de impaciência que acabam transformando-se em agressividade excessiva, como um certo dia em que ela perde o controle e reconhece ter agido com “violência real”: “Olhei-a estarecida, até que ponto eu podia chegar, estava assustada comigo mesma [...] pensar nisso me faz suar frio, tira meu fôlego” (Ferrante, 2016, p. 57). Além da culpa pelas atitudes impulsivas, a narrativa de Leda também é atravessada pelo fato de ela ter priorizado a carreira e uma relação extraconjugal em detrimento das filhas, demonstrando que o conflito entre o desejo individual e as exigências da maternidade gera uma dor persistente e insuportável: “Gianni [o marido], quando voltei [do Congresso], me repreendeu por ter ligado apenas duas vezes em quatro dias, quando Marta estava doente. Eu respondi: estive muito ocupada” (Ferrante, 2016, p. 76). Essa tensão complementa uma confissão da narradora, ao admitir que, diferentemente da própria mãe, que apenas ameaçava abandonar os filhos, ela chegou às vias de fato: “Só ficava atenta [...] para não gritar chega, vou embora, vocês não vão mais me ver, exatamente como

minha mãe fazia quando estava desesperada. Ela nunca nos deixou, mesmo gritando para nós que o faria; já eu deixei minhas filhas quase sem aviso” (Ferrante, 2016, pp. 76-77).

Durante esse período em que esteve ausente, Leda buscou focar em si mesma para distanciar-se de uma maternidade que a sufocava. No trecho a seguir, a narradora relata algumas memórias de como foi o dia em que ela tomou essa decisão, após ter passado dois meses longe de casa e ter retornado apenas para buscar seus livros:

Bianca pegou uma laranja da fruteira, abriu uma gaveta, me estendeu uma faca. Não entendi; estava correndo atrás das minhas fúrias, não via a hora de fugir daquela casa, esquecê-la e esquecer tudo a seu respeito. Faz a serpente para a gente, ela pediu, também em nome de Marta, e Marta sorriu para mim, encorajando-me. Sentaram-se à minha frente esperando, assumiram poses de mulherezinhas comportadas e elegantes, com seus vestidos novos. Tudo bem, eu disse, peguei a laranja e comecei a descascá-la. As meninas me encaravam. Eu sentia os olhares delas procurando me amansar, mas, com mais força, sentia o fulgor da vida fora delas, novas cores, novos corpos, nova inteligência, um idioma a dominar como se fosse meu verdadeiro idioma, e nada, nada que parecesse conciliável com aquele espaço doméstico no qual ambas me encaravam, à espera. Ah, torná-las invisíveis, não ouvir mais as exigências de sua carne como pedidos mais prementes, mais potentes do que os que vinham da minha. Terminei de descascar a laranja e fui embora. A partir de então, por três anos, não as vi nem ouvi mais (Ferrante, 2016, pp. 109-110).

Assim, ao partir, Leda procurou algo além da maternidade, na tentativa de descobrir sua identidade em um espaço livre das exigências maternas. Em sua jornada de três anos afastada daquele espaço doméstico que a sufocava, ela procurou, mas sem sucesso, “tornar as filhas invisíveis”.

Sobre esse aspecto, Donath sustenta que “as mães arrependidas anseiam por um ponto final no qual voltarão a sua vida “normal” e ao seio do seu “eu” como o conheciam antes, em contraste com a consciência do cuidado materno diário, uma lembrança constante de que o “tempo da maternidade” é cíclico e eterno” (2017, p. 174). Contudo, para a maioria das mulheres, essa pausa não ultrapassa o universo da fantasia, como evidencia o depoimento de Doreen, cuja narrativa ilustra a tensão entre o desejo de fuga e as amarras simbólicas da maternidade:

Já me passou pela cabeça a ideia de deixá-los com o pai. Se eu fosse o homem da relação, e durante muito tempo fui – meu marido funcionava muito melhor do que eu em alguns momentos –, talvez eu tivesse ido embora. Eu me via querendo muito deixar as crianças com ele e ir embora. Não fiz isso por duas razões. Primeiro, porque não é socialmente aceitável. Eu tive medo das reações, sabia que minha família não ia aceitar e que eu ia ficar sozinha no mundo. E, além disso, havia a culpa, que me corrói por dentro, por algo que fiz: eu os coloquei no mundo e agora

tenho que encarar isso, mesmo que signifique que minha vida acabou [...]. Mas, se não me sentisse assim, eu teria ido embora, porque não queria ficar com eles (Donath, 2017, p. 178).

Elena Ferrante, entretanto, oferece uma brecha para a subversão: em *A filha perdida*, ela cria, na figura de Leda, uma mulher que dá vida àquilo que muitas não ousam confessar, transformando o abandono materno em narrativa — algo que, no universo feminino da vida real, permanece impronunciável. A literatura, nesse sentido, é capaz de condensar e simplificar vontades complexas — e, sobretudo, aquelas que são consideradas “socialmente inaceitáveis”. Apesar disso, Leda voltou para o lar que a sufocava. Isso sugere que “essa brecha eterna não pode se tornar realidade” (Donath, 2017, p. 175), nem mesmo na ficção.

Mas o que, então, a trouxe de volta? A resposta a essa questão parece se revelar quando Nina pergunta a Leda como ela se sentia longe das filhas. Em sua resposta, Leda expressa um misto de emoções: “Bem. Era como se todo o meu eu tivesse desmoronado, e os meus pedaços caíssem livremente por todos os lados com uma sensação de contentamento” e que “não sentia tristeza”, pois

eu estava ocupada demais com a minha vida. Mas eu tinha um peso aqui, como se fosse uma dor no estômago. E me virava com o coração pulando todas as vezes que ouvia uma criança chamar a mãe [...]. Eu estava como alguém que conquista a própria existência e sente um monte de coisas ao mesmo tempo, entre elas uma ausência insuportável (Ferrante, 2016, p. 126).

Percebe-se que Leda transita entre a conquista de sua autonomia e a inevitabilidade de uma ausência dolorosa. Sendo assim, a liberdade de Leda teve um preço alto: a culpa materna, sentimento que emerge não apenas de falhas ou omissões pontuais, mas de uma percepção contínua de inadequação diante das expectativas sociais de uma maternidade plena e incondicional. Contudo, conforme demonstrado por Donath, mesmo estando afastada,

a sensação de obrigação, responsabilidade e preocupação em relação aos filhos não costuma desaparecer, nem mesmo quando essas tarefas mecânicas ficam para trás, uma vez que, para muitas mulheres, a consciência da maternidade está sempre presente, 24 horas por dia, sete dias na semana (Donath, 2017, p. 163).

Essa constatação ecoa no romance de Elena Ferrante, que traz à tona pontos complexos para a mulher moderna, conforme questiona Silva (2022): “Quando é que a maternidade acaba? É possível, de fato, deixar de ser mãe? O que acontece com a mãe que

abandona os filhos?” (Silva, 2022, p. 132). Donath, por sua vez, argumenta que existe uma ideia de maternidade como um trabalho sem fim, do qual é impossível se desvincular, como se fosse uma “amamentação simbólica e sem limites”. Nesse contexto, a resposta de Leda a Nina sobre o que ela buscava ao deixar as filhas — “o que eu estava procurando era um emaranhado confuso de desejos e muita presunção” (Ferrante, 2016, p. 126), sugerindo que o que ela imaginava encontrar era inalcançável. Portanto, a narrativa de Leda, assim como a de Eva, revela que a maternidade é um caminho sem volta. Mesmo no universo ficcional, uma vez que uma mulher torna-se mãe, a ideia de retorno à liberdade é ilusória — não há mais como retomar aquela vida pregressa, porque, até mesmo aquela pessoa que ela fora no passado, agora já não existe mais.

Conforme analisado, a relação entre culpa, perdão e autoperdão manifesta-se de forma correlata nessas duas narrativas, através da revisitação de um passado que machuca, mas sempre em diálogo com a desconstrução do ideal materno. Percebemos, portanto, que, assim como Eva, Leda confronta seu passado, reconhece suas falhas e não romantiza a maternidade, expondo suas incoerências. Em ambos os casos as narradoras não revisitam memórias apagadas ou arrependimentos tardios, mas experiências vivas e contraditórias que moldaram sua relação com os filhos.

Porém, enquanto a culpa de Eva está fortemente vinculada ao comportamento de Kevin e ao peso social de ser mãe de um assassino, a culpa de Leda emerge de conflitos internos relacionados ao desejo de autonomia, à carreira acadêmica e à sua dificuldade em conciliar a vida pessoal e profissional com as demandas maternas. No entanto, algumas singularidades também podem ser observadas: Eva, em *Precisamos Falar sobre o Kevin*, reconhece sua incapacidade de corresponder às expectativas da maternidade e luta para perdoar Kevin, embora o maior desafio esteja em reconciliar-se consigo mesma — um processo mediado por cartas que funcionam como registro do passado e tentativa encontrar o (auto)perdão. Por outro lado, em *A filha perdida*, Leda revisita memórias vívidas de abandono e violência emocional cometidos contra as próprias filhas, deixando claro que essa experiência permanece como uma ferida aberta, não pelo arrependimento da escolha em si — já que ela admite ter apreciado, em certa medida, os três anos em que esteve longe —, mas pelo peso da culpa e do julgamento social: “voltei pelo mesmo motivo que me fez ir embora: por amor a mim mesma” (Ferrante, 2016, p. 126). Nesse contexto, a observação obsessiva da relação entre Nina e Elena na praia funciona como um gatilho que intensifica essas lembranças em Leda, confrontando-a com a maternidade que tentou rejeitar, mas da qual nunca conseguiu se desvencilhar completamente.

As regulações emocionais que são parte da maternidade exigente atuam, portanto, como fiéis guardiãs da imagem “certa” da “boa mãe”, uma vez que essa fantasia existe apenas na medida em que “se dá em” todas as pessoas que “partilham” dela, ao passo que aqueles que renunciam a ela arriscam causar danos a sua imagem diante dos outros. Do outro lado dessas expectativas sociais que sustentam a imagem da “boa mãe”, os contornos da “mãe ruim” são delineados, criando divisões entre as mulheres. Quando não se comportam de acordo com os padrões morais prescritos por esse modelo — de maneira voluntária ou involuntária, sob o peso de suas circunstâncias de vida —, elas podem se ver rapidamente rotuladas, tanto pelos outros quanto por si mesmas, como mães ruins e nocivas, proscritas com problemas morais e emocionais (Donath, 2017, p. 70).

Entretanto, ao analisar *Morra, amor* e *Uma duas*, a culpa se apresenta de maneira sui generis. Ainda que em *Morra, amor* a culpa materna “convencional” não apareça na superfície do texto, há momentos em que a narradora projeta sobre si mesma um sentimento de culpa e autorresponsabilização. Observa-se que a protagonista implode com a sua nova condição, mas nem por isso deixa de se culpar por seus limites físicos e emocionais. Por exemplo, ela chega a pensar que, se tivesse “fechado as pernas” no momento da concepção, não precisaria celebrar o meio-ano do bebê com um bolo de aniversário — uma autocensura que é traduzida literalmente como “culpabiliza os limites de seu corpo”. Além dessa autoculpabilização atípica, há também o silêncio constrangedor diante da família e do marido — como se a narradora se sentisse responsável por não se encaixar nos moldes da mãe submissa e feliz. Logo, não é possível afirmar que nenhum sentimento de culpa aparece: ele está lá, mas se desdobra de forma mais interiorizada, quase um monólogo de reprovação ao próprio corpo e à própria vontade.

Maria Lúcia também não se encaixa na “culpa clássica de mãe”, vinculada ao abandono ou à falha em atender às exigências da maternidade, mas sim em um distanciamento emocional profundo em relação à filha. Esse distanciamento é, em grande parte, resultado do trauma causado pela violência sexual que Maria Lúcia sofreu e que deu origem a Laura. A dificuldade em amar a filha, ou, para ser mais preciso, a incapacidade de estabelecer um vínculo afetivo saudável, está imersa em um turbilhão de sentimentos conflituosos. O fato de Laura ser fruto dessa violência é um peso insuportável para Maria Lúcia, que se vê incapaz de reconciliar sua maternidade com a dor da violência vivida. Assim, a culpa que ela carrega não é apenas uma culpa materna convencional, mas uma culpa profundamente enraizada no trauma, um sofrimento psíquico que a impede de aceitar plenamente a filha e de estabelecer uma relação afetiva genuína com ela. Esse distanciamento emocional e a culpa associada a ele

nos levam a refletir sobre como o trauma impacta a construção da identidade materna e a relação mãe-filho. De fato, a maternidade de Maria Lúcia é permeada por uma dor que transcende o convencional, sendo crucial para a compreensão das tensões que surgem entre a identidade da mãe e a identidade da filha. Para aprofundarmos essa análise, é necessário explorar o conceito de trauma e como ele se manifesta em outras narrativas.

É nesse ponto que se torna pertinente avançar para a questão do trauma, uma vez que, em narrativas como a de Eva, a experiência de maternar frequentemente aparece associada a sentimentos de frustração, dor e culpa que ultrapassam a dimensão individual, evidenciando um atravessamento coletivo e cultural do que significa “ser mãe”. Cabe recapitular que a “poética do descontentamento materno” não se refere a uma condição psíquica ou um fenômeno social mensurável, mas sim a uma tendência estética e discursiva que coloca em cena a desconstrução do ideal materno hegemônico a partir de personagens que narram a maternidade como uma experiência limítrofe, alienante ou até traumática.

3.3.4 Maternidade vista como trauma e perda de si

Nesta seção, propusemo-nos a analisar a maternidade como experiência potencialmente traumática e de perda identitária. A começar pela nossa leitura de trauma, ele será tomado aqui como uma vivência que não se restringe a eventos violentos ou súbitos, mas pode manifestar-se como uma ruptura subjetiva, decorrente de vínculos afetivos complexos e contraditórios. Nesse sentido, utilizamos o termo trauma relacional-identitário para designar a ferida psíquica que emerge no interior das relações interpessoais — sobretudo no vínculo entre mães e filhos — e que desestabiliza a identidade feminina. Essa ideia dialoga com Judith Herman (1992), que compreende o trauma como uma quebra do senso de conexão e confiança no outro, e com Jessica Benjamin (1998), que define o *self* como essencialmente relacional, de modo que a perda ou deterioração do vínculo acarreta a fragmentação da identidade.

Sob a perspectiva feminista, Laura Brown (1995) amplia o conceito ao demonstrar que os traumas vividos por mulheres não se originam apenas de eventos extraordinários, mas das condições estruturais de opressão de gênero, reforçando que o trauma feminino é frequentemente um trauma de relação. Judith Butler (2005) argumenta que, ao buscar atender às expectativas sociais de feminilidade, incluindo a maternidade, o indivíduo pode enfrentar

rupturas psíquicas quando não consegue corresponder a essas normas. Isso demonstra que o trauma também é um fenômeno relacionado à identidade.

Assim, o trauma relacional-identitário permite compreender as personagens analisadas como mulheres cuja subjetividade se vê ferida por vínculos afetivos coercitivos e pela internalização de normas de gênero incompatíveis com seus desejos e limites. No interior dessas narrativas, a maternidade torna-se o espaço simbólico onde essas tensões se condensam, transformando-se em fonte de dor, culpa e fragmentação do eu.

Portanto, ao abordar a maternidade sob o prisma do trauma, as narrativas analisadas revelam o peso simbólico e emocional de uma experiência que, ao contrário do ideal de completude, pode ser vivida como ruptura e perda. Dessa forma, o trauma materno constitui-se como uma ferida simbólica que atravessa a subjetividade das personagens, marcando suas relações com o mundo, com os filhos e com o próprio passado. Atualmente, é amplamente reconhecido que a gestação, o parto e a maternidade podem causar traumas nas mulheres, mesmo naquelas que, *a priori*, optaram por engravidar. Isso ocorre porque “a maternidade pode não apenas redefinir os contornos de um trauma persistente, mas constituir em si mesma uma experiência traumática, pois está gravada em um corpo que pode permanecer em sofrimento” (Donath, 2017, p. 147). Acreditamos que tais sentimentos advêm das expectativas sociais sobre como uma mãe deve parecer, sentir e agir. Contudo, este ideal, moldado de forma artificial e impulsionado pela cultura patriarcal, parece ser algo inalcançável e esquizofrenizante.

Deste modo, pensar a maternidade como trauma significa reconhecer que o materno, em sua dimensão mais íntima, frequentemente confronta as mulheres com sentimentos difíceis de serem nomeados: a falha, o medo, a rejeição e o desamparo. Nesse contexto, em seu estudo sobre memória e trauma, Aleida Assmann (2011) observa que “as palavras não incorporam o trauma nelas mesmas. Por pertencerem a todos, elas não acolhem nada de incomparável, específico ou único, muito menos a singularidade de um terror persistente. No entanto, o trauma requer justamente as palavras” (p. 277). O que a autora quer dizer é que o trauma é uma vivência subjetiva, marcada por sua intensidade e especificidade, algo que as palavras comuns dificilmente conseguem expressar com precisão. No entanto, ela também reconhece que, apesar dessa limitação, o trauma precisa ser verbalizado para que sua experiência possa ser superada ou resignificada por quem o viveu (Assmann, 2011).

Assmann afirma, também, que “o trauma estabiliza uma experiência que não está acessível à consciência e se firma nas sombras dessa consciência como presença latente” (2011, p. 277). A ideia de que o trauma fixa-se “nas sombras” sugere que ele pode moldar a

vida de uma pessoa de forma sutil, mas ao mesmo tempo significativa. Essas experiências ocultas podem gerar sintomas, reações emocionais e padrões de comportamento que muitas vezes não são compreendidos, por estarem desconectados da experiência original, dificultando a cura e a compreensão do próprio sofrimento. Isso evidencia a natureza complexa do trauma, sugerindo que ele se estabelece na *psique* de maneiras que, muitas vezes, escapam à consciência. Essa “presença latente” a qual Assmann refere-se indica que as experiências traumáticas não são facilmente reconhecidas, mas permanecem ativas, influenciando comportamentos e emoções. Nessa perspectiva, a escolha das personagens em verbalizar suas memórias através da escrita pode realmente funcionar como um importante recurso de elaboração e ressignificação de suas experiências. Ao transpor para o papel suas vivências, sentimentos e reflexões, elas não apenas registram a história, mas também a reprocessam, conferindo-lhe novos significados e perspectivas.

O enfrentamento do trauma pela personagem Eva já envolve, em essência, lidar com o “indizível”, pois abordar a maternidade — um tema cercado de tabus — a partir de sua experiência pessoal implica desafiar as idealizações socialmente construídas (Souza, 2022). Conforme a gravidez avançava, Eva sentiu-se degradada de sujeito a objeto, de pessoa a parte do corpo, um útero, uma placa de Petri para cultivar nova vida, uma entidade ainda não nascida infinitamente mais importante do que ela. A atitude de Franklin reforçou a degradação: ele provou ser o patriarca dominador que sempre foi sob a fina camada de retórica de igualdade de gênero. Ele monitorava seus movimentos, sua dieta e nível de esforço físico, tudo em nome de proteger a criança não nascida, o príncipe herdeiro⁶³. (Csillag, 2017, p. 3)

Além disso, conforme argumenta Csillag (2017, p. 4),

o nascimento de sua irmã mais nova foi exatamente o ponto de virada para Kevin. O que pode ter começado como um temperamento difícil, apego inseguro e tendências oposicionistas se transformou em uma raiva homicida após ele vivenciar sua mãe tendo um relacionamento amoroso e afetuoso com sua irmã mais nova, e a inveja e ciúmes começaram a permear sua personalidade.⁶⁴

⁶³ As the pregnancy progressed, Eva felt degraded from subject to object, from person to body-part, a womb, a Petri dish to culture new life, a yet-unborn entity infinitely more important than her. Franklin’s attitude reinforced the degradation: he proved to be the dom ineering patriarch he had always been underneath the thin veneer of gender equality rhetoric. He monitored her moves, her diet, and level of physical exertion, all in the name of protecting the unborn child, the crown prince.

⁶⁴ Tradução nossa para: “the birth of his younger sister was just this tipping point for Kevin. What may have started as a difficult temperament, insecure attachment, and oppositional tendencies morphed into murder ous rage after he experienced his mother having a loving and affectionate relationship with his younger sister, and envy and jealousy began to permeate his personality.” (Csillag, 2017, p. 4)

De fato, a forma como se deu a relação com Celia, mais doce e espontânea, acabou tornando-se um catalisador da ira de Kevin, que interpreta a predileção materna como uma confirmação de sua posição de “filho não amado”.

No universo ficcional criado por Eliane Brum, Maria Lúcia também escreve suas memórias como uma forma de lidar com o trauma. Como exemplo, a narrativa de Brum revela que, “quando o pai de Maria Lúcia morreu, o porteiro do prédio, que, após anos de observação, já conhecia muito bem a dinâmica da casa, viu a oportunidade de assumir a posição de chefe da família e o comando sobre uma mulher que não saberia se defender” (Librenz e Guizzo, 2023, p. 8).

Esse contexto de vulnerabilidade, apontado por Librenz e Guizzo, ganha corpo na própria narrativa de Brum, quando a cena é rememorada pela personagem Maria Lúcia, que descreve o medo paralisante e a sensação de violação que marcaram aquele momento:

Tive um sobressalto e tremi inteira ao ser perfurada pelo som da campainha. Alguém queria entrar. E não era meu pai. Meu pai não tocava a campainha. Tocou de novo, e eu comecei a chorar. De um pavor tão grande que quis morrer. Ouvi uma voz fininha de homem chamar por mim. Demorei a decodificar a voz do porteiro, a voz sem imagem do porteiro. Acho que eu podia abrir a porta para o porteiro. Abri. E me abracei em mim diante da porta aberta. Para frente e para trás. Vim checar se você está bem. Eu não conseguia falar nada, um cadeado na garganta. Você precisa de alguma coisa, se alimentou? Eu muda. Posso entrar? Eu fiz que sim com a cabeça. E ele entrou como os vampiros dos filmes que Laura veria sem parar muito mais tarde, quando tudo isso já era passado. Eu tinha convidado. Só quando a porta se fechou atrás dele percebi que não deveria tê-lo deixado entrar (Brum, 2011, p. 73).

A cena sintetiza a origem de um trauma que atravessa toda a trajetória de Maria Lúcia: o da invasão e da perda de controle sobre o próprio corpo e a própria voz. Ao ser violentada em um momento de fragilidade extrema — logo após a morte do pai —, a personagem tem sua subjetividade fraturada, e essa experiência de vulnerabilidade inaugura uma relação conflituosa com o feminino e com a maternidade. Em *Uma duas*, o trauma não se encerra no evento em si, mas se perpetua na repetição simbólica de uma vida marcada por silenciamentos, culpa e subordinação. A escrita, nesse contexto, surge como tentativa de reconstruir uma identidade esfacelada e de transformar a dor em narrativa — gesto que, ao mesmo tempo, expõe e elabora a ferida, inscrevendo-se naquilo que Aleida Assmann (2011) identifica como o movimento de ressignificação do trauma pela memória.

Na citação a seguir, consta uma das cenas mais impactantes de seu relato, quando ela narra a cena do seu estupro, mesmo sem saber nomear:

Então ele disse. Fica quieta. E começou a tirar o meu vestido. Eu era maior do que ele, mas tinha um medo maior do que eu. Fiz o que tinha aprendido a fazer. Deixei fazer. Ele tocava o meu corpo com cuidado, quase com temor. E foi tocando e tocando em todos os lugares onde meu pai nunca tocou. Eu não sabia o que ele fazia, mas sabia que ele não devia fazer. Não conseguia me mexer. Talvez nem quisesse. Eu nem mesmo estava ali. [...] Eu tive nojo dele ao ver aquele corpo branco e mole tão diferente do corpo do meu pai. Mas continuei parada ali até mesmo quando ele abriu as minhas pernas, e **eu senti uma dor tão grande que pensei que tinha acordado todos os vizinhos com o meu grito. Mas, como tudo em mim, foi um grito de silêncio, porque ninguém apareceu.** Depois de fazer um ruído abafado, ele rolou para o chão. Alguns minutos depois começou a me limpar. E foi assim que viramos marido e mulher. Mas eu só soube que aquilo era um casamento muito tempo depois, quando comecei a sair sozinha e observar as coisas. Aí já era tarde para me importar e, de qualquer modo, eu não sabia como mudar (Brum, 2018, p. 74-75 – grifos nossos).

Antes de engravidar do primeiro filho, Maria Lúcia sequer sabia como os bebês eram concebidos e vinham ao mundo: “Numa das vezes em que o ratinho cinzento se enfiou em mim, eu engravidei. Mas eu não sabia o que era isso. Ele pareceu feliz, o homenzinho. E eu horrorizada vendo minha barriga crescer rasgando a minha pele. [...] **Eu não compreendia. Como eu poderia?**” (Brum, 2018, p. 124 – grifos nossos). Ao refletir sobre sua vida de confinamento em casa, sem nunca ter recebido explicações do pai, Maria Lúcia questiona “como eu poderia [compreender]?”. É notório que, em *Uma duas*, o trauma sofrido pela personagem é mais intenso, tendo em vista que fora vítima de estupro e não possuía instrumentos para compreender o que estava acontecendo.

A narradora conta que, quando sua barriga começou a crescer, soube através do seu abusador que estava esperando um bebê. Foi então que o antigo porteiro (cujo nome ela sequer menciona) decidiu que eles precisavam se mudar: “A gravidez preocupou o homenzinho cinzento. E, um dia, ele me tirou do apartamento junto com o caminhão de mudança” (Brum, 2018, p. 76). “Fomos viver numa casa de esquina em um bairro afastado da cidade. Foi lá que Laura nasceu. Mas não ainda. Agora chega. Eu não gostei de escrever dessa vez. Não me fez nenhum bem” (Brum, 2018, p. 76). Nessa citação, Maria Lúcia evidencia o seu sofrimento que a acomete ao rememorar o que aconteceu no passado antes de Laura nascer.

Conforme podemos observar a seguir, a narradora compara a experiência da gestação ao crescimento descontrolado de um tumor maligno: “Laura pode espernear, mas ela nasceu do meu corpo. Como um câncer. Era isso o que eu pensava que ela era” (Brum, 2018, p. 124). De acordo com o exposto, a metáfora do tumor maligno para descrever a gravidez revela a intensidade da repulsa da narradora em relação à gestação. Seu relato evidencia o incômodo com a perda de controle sobre o próprio corpo durante a gestação e o parto, marcando a

maternidade como mais uma experiência de apagamento subjetivo. Esse discurso evidencia sua completa alienação e isolamento social, uma vez que ela sequer compreendia o que estava vivenciando.

Na sequência, Maria Lúcia relata: “[fiquei] horrorizada vendo minha barriga crescer rasgando a minha pele. **Tinha um bicho dentro de mim [...]. Tira isso de dentro de mim, eu gritava.** [...] E um dia aquela coisa me arreventou e saiu de mim” (Brum, 2018, p. 124 – grifos nossos). Ou seja, ela narra o crescimento da barriga como algo violento, que “rasga a pele”, intensificando a sensação de ausência de controle sobre o próprio corpo. Logo, ao gritar “tira isso de dentro de mim”, ela explicita o desejo de se libertar dessa experiência invasiva e dolorosa — que, para ela, estava mais próxima da destruição do que da criação da vida.

Posto isso, é relevante destacar essa sensação de adoecimento físico que acomete Maria Lúcia durante a gestação, uma vez que ela relembra e descreve essa experiência justamente no momento em que recebe o diagnóstico de câncer, já na velhice. Posteriormente, ao falar sobre o momento do parto, a personagem afirma: “Era a mesma dor de agora, a mesma. E lembro de ter me surpreendido de estar viva quando acabou. Olhei para o **monstrinho sanguinolento** e tive tanto nojo” (Brum, 2018, p. 124 – grifos nossos). Em síntese, a narradora manifesta horror e nojo, tanto em relação às transformações físicas que seu corpo sofreu quanto à presença do recém-nascido, que ela vê como um “bicho”, um “monstrinho”, reforçando a experiência como algo traumático.

A violência sofrida por Maria Lúcia se manifesta em múltiplas camadas, revelando um padrão de controle e privação de autonomia que permeou sua vida. Desde cedo, ela fora tratada pelo pai como uma eterna criança, um comportamento que a impediu de desenvolver sua individualidade e capacidade de decisão. A infantilização das mulheres pelos homens é um padrão cultural (conforme mencionamos no Capítulo 2) e, no caso de Maria Lúcia, não apenas cerceou sua liberdade, mas também a deixou vulnerável a novas formas de opressão após a morte do pai, submetendo-a a um duplo cativo. Essa forma de encarceramento aproxima-se de uma dinâmica patriarcal de contenção que revela, de modo contundente, como a vulnerabilidade feminina é perpetuada sob a aparência de “cuidado”. Ou seja, trata-se de uma forma paternalista de controle sobre os corpos femininos. Portanto, a obra expõe como a falta de autonomia e reflexão crítica sobre o próprio papel dentro da sociedade reforça a reprodução dessa dinâmica de controle masculino sobre as mulheres.

A ausência da figura paterna, que, paradoxalmente, era tanto seu provedor e protetor quanto seu algoz, abriu as portas para uma série de novas privações e abusos. Ou seja, a falta de autonomia prévia deixou-a despreparada para enfrentar as adversidades do mundo e se

proteger de outras formas de exploração e violência. A narrativa de Eliane Brum, portanto, torna-se um poderoso exemplo de como a infantilização da mulher pode ter consequências devastadoras e duradouras, perpetuando um ciclo de dependência e vulnerabilidade. A análise aprofundada desse caso nos permite compreender as raízes históricas e sociais que sustentam tais práticas e as complexas dinâmicas de poder que as mantêm, dialogando com a crítica histórica apresentada no Capítulo 2.

Nesse sentido, além da perda do pai, Maria Lúcia precisou lidar com a perda da sua inocência e da sua dignidade, vivendo sempre subordinada a um homem. Apesar disso, na sequência ela parece passar por cima dessa sensação de mal estar, quando decide narrar o nascimento do primeiro filho, retratado como um processo traumático e descrito em uma linguagem crua e visceral:

Constatei que tinha aquela coisa no meio das pernas e um dia tentaria se enfiar em mim como o pai dele. O monstrinho júnior se arrastava sobre o meu corpo e queria sugar os meus seios. O monstrinho pai dizia que eu precisava deixar, mas eu não deixei. Não mesmo. Aquela coisa já tinha me sugado por dentro durante uma eternidade e, agora que saiu, queria me sugar pelo lado de fora. Gritei que o jogaria na parede se não o tirasse de cima de mim. E o homenzinho teve a ousadia de me olhar com ódio, nem disfarçou (Brum, 2018, p. 124).

A percepção de Maria Lúcia, ao identificar no filho a presença de um pênis, desencadeou nela uma associação direta e preocupante: a de que esse atributo físico o designava, por si só, como um potencial abusador. Essa inferência, marcada pela atribuição imediata do masculino à violência, culminou em uma trágica e extrema decisão. Antes mesmo que a criança pudesse crescer, desenvolver-se e, hipoteticamente, concretizar o que ela antecipava como um destino inevitável de agressão, Maria Lúcia optou por interromper sua vida. Essa ação não apenas revela a profundidade de sua associação entre gênero masculino e violência, mas também sublinha o desespero e a distorção da realidade que a levaram a um ato tão fatal, movida pela prevenção de um futuro que ela já havia condenado. Além disso, essa atitude pode ser interpretada como uma rejeição ao falo. Depois, ela conta como deu fim ao seu sofrimento:

Quando ele saiu para trabalhar, e eu tive forças para me arrastar, peguei o pedaço de carne e afoguei na privada. Sim, eu fiz isso. E nunca me arrependi. Só descobri que estava absolvida quando li uma reportagem de Laura sobre depressão pós-parto. Não me importei. Eu nunca me senti culpada por isso. Fiz outras três vezes ainda. Quando minha barriga começava a crescer, eu implorava que ele tirasse aquilo de

mim, mas ele fingia não me ouvir. E um dia ele tinha de sair de casa, mesmo que demorasse. E pronto, estava tudo terminado (Brum, 2018, p. 124).

Esse relato impactante revela aspectos complexos do infanticídio, apresentando-o não apenas como um ato de desespero, mas também como uma resposta violenta à própria opressão e violência vivenciadas pela narradora. A citação sugere, ainda, que a maternidade, quando imposta, principalmente por meio da violação sexual, pode levar ao desespero e a ações extremas. É possível inferir que o ato de afogar o bebê na privada caracteriza a luta contra a imposição da maternidade, pois o filho, além de representar uma possível ameaça (“tinha aquela coisa no meio das pernas e um dia tentaria se enfiar em mim como o pai dele”), simbolizaria a própria materialização da violência sofrida. Além disso, a repetição do ato (“fiz outras três vezes ainda”) insinua que a ação da narradora é deliberada e recorrente, ressaltando a gravidade e a desumanização das circunstâncias que a levaram a tal decisão. Essa citação, portanto, aborda o infanticídio como uma expressão de uma luta maior contra a opressão e a falta de escolha que muitas mulheres enfrentam, revelando a necessidade de um diálogo mais amplo sobre saúde mental, maternidade e a autonomia feminina.

Eva também descreve a gravidez como um processo extenuante, desgastante e traumático, no qual o corpo da mulher sofre diversas transformações depreciativas: “qualquer mulher cujos dentes tenham apodrecido, cujos ossos tenham perdido massa, cuja pele tenha ficado marcada sabe o alto preço que tem de pagar por levar um sanguessuga durante nove meses dentro da barriga” (Shriver, 2011, p. 65). As palavras escolhidas para representar tal transformação, como “apodrecido”, “perdido massa” e “ficado marcada”, sublinham as mudanças físicas adversas que a personagem associou à gravidez. Além disso, o termo “sanguessuga” para referir-se ao próprio filho é uma alegoria forte, sugerindo que o feto suga a vitalidade da mãe, enfatizando a percepção da narradora de que a gravidez foi uma experiência negativa, pois trouxe sensação de perda e sacrifício.

As memórias que Eva guarda do parto também destacam sua dor e sofrimento, contrastando com os relatos de parto romantizados:

Toda vez que aquela massa enorme se aproximava do canal minúsculo, eu o sugava de volta. Porque doía. Doía de verdade. Naquele curso da *New School*, eles viviam repetindo que a dor era boa, que você devia ir com ela, devia se entregar à dor e só quando me vi em decúbito dorsal é que atinei com a idiotice do conselho. Dor, uma coisa boa? [...] Gritei e não liguei a mínima. **Eu teria feito qualquer coisa naquele momento para parar com aquilo: penhorado minha empresa, vendido nosso filho para ser escravo, prometido minha alma ao inferno.** “Por favor...”, eu disse, ofegante, “eu quero... aquela epidural!” A Dra. Rhinestein ralhou comigo. “Agora é

tarde demais para isso, Eva, se você sabia que não iria aguentar, deveria ter dito antes. O menino está saindo. Por favor, veja se não desiste agora.” E, de repente, estava tudo acabado. Mais tarde, acharíamos graça de eu ter aguentado tudo para só no fim implorar por alívio — quando ele já não podia mais ser oferecido —, mas na hora não foi nada engraçado (Shriver, 2011, p. 82 – grifos nossos).

Para algumas pessoas, pode ser desconcertante ler uma mãe referindo-se ao próprio filho no ventre como um “sanguessuga” e, durante o parto, como uma “massa enorme”. Contudo, esse relato revela de maneira vívida e crua a dor e o desespero que podem acompanhar esse momento, desconstruindo a narrativa tradicional que exalta o sofrimento como algo redentor ou necessário. Essa descrição desafia a romantização em torno do parto natural, mostrando uma realidade mais complexa, na qual essa experiência pode assemelhar-se a uma sessão de tortura. Contudo, ao contrário desta — em que o clamor por alívio é considerado algo absolutamente legítimo e aceitável —, o mesmo não ocorre em relação ao parto, já que a sociedade e as normas médicas tendem a minimizar ou julgar o sofrimento exposto por algumas mulheres.

Condizente com a concepção dada por Assmann, Márcio Seligmann-Silva (2008), em seu artigo *Narrar o trauma — A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*, discorre sobre a “memória do trauma” e a caracteriza “por ser uma memória de um passado que não passa” (p. 69). Isso pode ser observado no excerto a seguir, no qual Eva mais uma vez expressa seu ceticismo e sua relutância em buscar ajuda profissional para lidar com suas perdas, enfatizando que, para ela, escrever cartas a Franklin era melhor do que fazer terapia:

E assim foi que esta noite Wanda me pegou de jeito ao lado do fax. Não que ela quisesse se intrometer, mas será que eu já tinha procurado “ajuda”? Eu sabia o que ela estava querendo dizer, claro. A Diretoria de Ensino ofereceu aconselhamento psicológico gratuito a todo o corpo discente da *Gladstone High School*, e até mesmo alguns estudantes que se matricularam este ano, que nem cursavam o colégio em 1999, declararam-se traumatizados e despendaram no divã. Eu não queria parecer hostil e dizer às claras que não via como a simples repetição de meus problemas diante de um estranho faria diminuir uma vírgula que fosse deles, e que sem dúvida o aconselhamento psicológico era o refúgio lógico daqueles cujos problemas eram fantasias efêmeras e não uma questão de fatos históricos. De modo que objetei apenas que minha experiência com os profissionais de saúde mental tinha sido um tanto amarga, omitindo bondosamente que as falhas da psiquiatria em relação a meu filho foram manchete de uma costa à outra do país. Além do mais, não me parecia prudente confidenciar que, até o momento, eu encontrara minha única “ajuda” ao escrever a você, Franklin. Porque de algum modo eu tenho certeza de que estas cartas não constam da lista das terapias prescritas, uma vez que você está no próprio cerne do que eu preciso “superar” para que possa ter meu “encerramento” (Shriver, 2011, p. 138).

A referência que Eva faz ao “encerramento” o qual ela precisa “superar” ilustra sua dificuldade de lidar com a dor do luto, que não pode ser facilmente resolvida através de fórmulas ou prescrições terapêuticas. Contudo, a protagonista novamente mostra-se cética em relação ao aconselhamento psicológico, afirmando que simplesmente repetir seus problemas a um estranho não lhe trará alívio. Essa visão destaca sua crença de que as experiências traumáticas não podem ser reduzidas a um diálogo (que ela considera) superficial, especialmente quando essas experiências estão ligadas a eventos traumáticos significativos. A narradora também enfatiza que as cartas que escrevia a Franklin foram a única “ajuda” que lhes trouxe algum conforto, evidenciando a importância da expressão pessoal como forma de processar a dor e o trauma.

Além disso, Csillag (2017) apresenta uma perspectiva psicanalítica multifatorial complexa para a compreensão da origem e perpetuação de certos padrões psicopatológicos. Sua teoria postula que a interação de traços temperamentais inerentes ao indivíduo com falhas ou desencontros nas dinâmicas parentais primárias pode culminar naquilo que se denomina de “transmissão transgeracional do trauma”. Este conceito sugere que experiências traumáticas não resolvidas ou não elaboradas em gerações anteriores podem ser silenciosamente transferidas, manifestando-se de diversas formas na psique e no comportamento dos descendentes, mesmo sem uma vivência direta do evento traumático original.

No caso de Eva, essa leitura adquire uma relevância particular: sua ascendência armênia a conecta a uma história coletiva de sofrimento e perseguição. É crucial considerar que seus antepassados foram vítimas de perseguições sistemáticas e genocídio durante a Segunda Guerra Mundial. Esse pano de fundo histórico não é apenas um detalhe biográfico, mas um elemento que, sob a ótica de Csillag, pode ter exercido uma influência profunda e inconsciente na constituição psíquica de Eva. As memórias, os medos, os lutos não processados e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por seus ancestrais em face de tamanha adversidade podem ter sido internalizados e transmitidos, ainda que de forma velada, afetando sua identidade, suas relações e sua forma de estar no mundo. Assim, a análise da experiência de Eva sob essa lente psicanalítica exige uma consideração cuidadosa tanto de sua trajetória individual quanto do legado histórico e cultural de sua família.

Essa questão do trauma transgeracional também é analisada por Rocha Ribeiro, Lima e Alves de Souza (2024) na personagem de Ferrante. Segundo as autoras, a decisão de Leda de deixar o lar e formar sua própria família ainda muito jovem fora motivada por uma falta de identificação com sua mãe. Essa desconexão, que a impedia de desejar seguir os passos

maternos, levou-a a buscar um caminho distinto, onde pudesse estabelecer sua própria identidade e construir um núcleo familiar que refletisse suas aspirações e valores. Contudo,

esse desejo de se distanciar da mãe a fez, tragicamente, reencontrá-la no relacionamento com suas próprias filhas. Ela repete certos padrões de comportamento e se comporta como a própria mãe, com o agravante de abandonar as meninas por três anos. Nessa linhagem, a mãe de Leda sempre culpava as filhas por se sentir infeliz. Ela sempre as ameaçava com o abandono (Rocha Ribeiro, Lima e Alves de Souza, 2024, p. 158)

Além disso, como observa Eduarda Duarte Pena em *A(s) filha(s) perdida(s) nas amarras da maternidade*, “Leda pertence a uma linhagem de mulheres que sacrificaram suas ambições pessoais em nome da maternidade” (Duarte Pena, 2024, p. 115). Essa herança familiar evidencia como a maternidade é transmitida não apenas como experiência, mas como expectativa social reiterada entre gerações, antecipando o conflito da narradora com os papéis que lhe foram designados. Ao narrar a própria história, Leda não apenas expõe suas escolhas, mas também reconhece o peso transgeracional da maternidade: “antes de ser mãe, Leda já estava inserida nesse embaraço por sua mãe, que foi inserida por sua avó, e assim sucessivamente” (Duarte Pena, 2024, p. 120). Essa herança evidencia que o descontentamento materno não é um episódio isolado, mas parte de uma cadeia histórica que aprisiona e repete expectativas. Colocar essa dimensão em diálogo com os outros romances de meu corpus permite perceber como a literatura escrita por mulheres reitera e, ao mesmo tempo, tensiona a compulsoriedade da maternidade.

Enquanto a narradora observa Nina e Elena brincando na praia, veio-lhe à tona essa memória traumática de infância, na qual a mãe sempre ameaçava abandonar ela e suas irmãs: “Em uma, duas, três ocasiões ameaçou a nós, suas filhas, dizendo que iria embora, vocês vão acordar de manhã e não vão mais me encontrar. Eu acordava todos os dias tremendo de medo. Na verdade, ela sempre estava lá; nas palavras, vivia sumindo de casa” (Ferrante, 2016, p. 18). Para além da lembrança angustiante, essa passagem expressa que a geração de sua mãe, talvez aprisionada por convenções sociais e pela escassez de autonomia feminina, utilizava a ameaça de abandono como um último recurso diante do peso das insatisfações maternas.

No entanto, em um ponto Leda não fez igual à mãe: ela não instrumentalizou a dor de suas frustrações inerentes à maternidade para manipular suas filhas, nem as sobrecarregou com o fardo de sua infelicidade. Sua decisão, contudo, fora marcada por uma singularidade

drástica: ela simplesmente escolheu partir, sem a retórica da chantagem emocional ou a carga da culpa imposta aos filhos.

eu irradiava prazer contra a minha própria vontade, sussurrava frases carinhosas, respondia a alusões obscenas e fazia alusões obscenas. Só ficava atenta — quando puxavam minha saia, quando diziam que estavam com fome ou queriam um sorvete ou um balão do vendedor que estava a um passo dali — para não gritar chega, vou embora, vocês não vão mais me ver, exatamente como minha mãe fazia quando estava desesperada. Ela nunca nos deixou, mesmo gritando para nós que o faria; **já eu deixei minhas filhas quase sem aviso** (Ferrante, 2016, p. 106 – grifos nossos).

O adeus de Leda foi silencioso, uma ruptura que, embora dolorosa, não ecoou as mesmas táticas de coerção familiar que possivelmente marcaram sua própria infância. “Deixei meu marido e minhas filhas em um momento no qual tinha certeza de ter aquele direito, de estar do lado certo [...]” (Ferrante, 2016, p. 166). Este é o núcleo do trauma de Leda: o abandono. A lembrança da mãe (que ameaçava, mas não partia) contrasta com sua própria escolha de ir embora.

Além disso, a violência com que reagiu à birra de Bianca (abordada na seção anterior) também parece ser uma memória traumática para Leda, uma ferida que, apesar da passagem do tempo, não cicatrizou, conforme pode ser observado na citação a seguir:

A porta tinha um grande vidro fosco. Não sei o que aconteceu, talvez eu tenha empurrado a porta com força demais: o fato é que se fechou com um barulho alto, e o vidro se despedaçou. Bianca apareceu, os olhos arregalados, pequena, do outro lado do retângulo vazio, não gritava mais. Olhei-a estarecida, até que ponto eu podia chegar, estava assustada comigo mesma. Ela continuava ali, imóvel, incólume, as lágrimas continuavam a escorrer, mas mudas. Esforço-me para nunca pensar naquele momento, em Marta puxando minha saia, em Bianca no corredor me fitando através do vidro quebrado: pensar nisso me faz suar frio, tira meu fôlego. Estou suando aqui também, na entrada do mercado, sufocando, e não consigo controlar meu coração (Ferrante, 2016, p. 78).

Aqui o trauma manifesta-se fisiologicamente — “suar frio”, “não conseguir controlar o coração”. Ou seja, Leda revive o passado como se o corpo ainda o habitasse. O episódio da agressão à filha não é apenas uma lembrança, mas reconstituição traumática: a cena retorna involuntariamente, acionada por gatilhos banais. Esse é o tipo de memória que, segundo Aleida Assmann (2011), rompe a cronologia e invade o presente, impedindo o esquecimento e revelando uma dor não elaborada. Nesse sentido, podemos inferir que o trauma mescla-se com a culpa, pois é moral e existencial — Leda não suporta o peso de ter rompido o elo

sagrado da maternidade. A cada tentativa de justificativa (“precisava trabalhar”, “precisava viver”), a culpa retorna, reafirmando que a ferida não cicatrizou.

Contudo, ao refletir sobre a herança da sua linhagem, Leda constata que Marta e Bianca são diferentes. Ao analisar as discrepâncias entre sua geração e a de suas filhas, a narradora discorre sobre a passagem do tempo e a persistência de seus costumes napolitanos. Já Bianca e Marta são diferentes, elas sim conseguirão se distanciar de tudo aquilo que Leda desprezava, mas que estava enraizado em si.

as sombras das mulheres da minha família estavam se dissipando. Coitada da mamãe. O que, no fim das contas, ela havia transmitido de tão ruim às meninas? Nada, um pouco de dialeto. Graças a ela, Bianca e Marta hoje sabem imitar bem a cadência napolitana e algumas expressões. Quando estão de bom humor, riem de mim. Exageram meu sotaque, até mesmo pelo telefone, do Canadá. Zombam de forma cruel do timbre dialetal que emerge da minha maneira de falar os idiomas, ou de certas expressões napolitanas que uso, italianizando-as. Uma perda de tempo de merda. Sorrio para Rosaria, procuro algo para dizer, finjo boas maneiras, embora ela não tenha nenhuma. Sim, minhas filhas me humilham, sobretudo com o inglês, envergonham-se de como falo, percebi nas vezes em que fomos ao exterior juntas. É o idioma do meu ofício, imaginei que o usava irrepreensivelmente. Elas, porém, insistem que não levo jeito, e têm razão. Na verdade, apesar de ter fugido, não fui muito longe. Se eu quisesse, em um instante posso voltar a ser como essa mulher, Rosaria. Seria um pouco difícil, é claro. Minha mãe sabia se alternar sem dificuldades entre a ficção da bela senhora pequeno-burguesa ao surto atormentado sobre a sua infelicidade. Eu demoraria um pouco mais, mas conseguiria. As duas garotas, por sua vez, elas sim, realmente tinham se distanciado. Pertencem a outro tempo. Eu as perdi para o futuro (Ferrante, 2016, p. 96).

O que a narradora sugere é que ela revelava sua origem através de nuances perceptíveis aos outros, mas que ela julgava controlar. Ela chega à conclusão de que poderia, com um pouco de tempo e esforço, tornar-se uma mulher como Rosaria, a cunhada de Nina (com quem, inclusive, Leda antipatizava, justamente por representar o seu oposto).

Dessa forma, em *A filha perdida* e *Morra, amor*, consideramos que a maternidade adquire contornos traumáticos que transcendem o sofrimento individual e expõem o colapso entre ideal e experiência. Conforme exposto, em *Leda*, o trauma manifesta-se retrospectivamente, como uma ferida psíquica reaberta pelo contato com a jovem mãe Nina e sua filha. Embora o romance não narre um evento traumático no sentido clássico (como uma violência física ou sexual, por exemplo), há traumas de outra ordem: psíquica, moral e existencial, ligados, principalmente, à culpa da ruptura com as filhas e à internalização da norma materna.

A experiência materna de Leda é, assim, atravessada por sentimentos contraditórios que fragmentam sua identidade e perturbam sua memória, instaurando uma ferida que se reabre a cada lembrança. Essa fissura entre o que ela sente e o que deveria sentir, entre o ideal

materno e sua vivência concreta, configura uma forma de trauma que, conforme Aleida Assmann (2011), exige ser narrada para que possa ser simbolicamente elaborada. Ao recordar e escrever sua história, Leda tenta justamente dar sentido a essa tensão entre o afeto e a recusa, transformando a experiência traumática da maternidade em um exercício de autoescuta e reconstrução de si.

Ou seja, a maternidade, para Leda, foi uma experiência de fragmentação da identidade: Leda perde o acesso à própria subjetividade, à liberdade intelectual e sexual, e vive o maternar como exílio de si mesma. Além disso, ela é atormentada pela lembrança de ter batido na filha. Desse modo, a ambiguidade entre amor e repulsa configuram uma ferida moral e afetiva que se inscreve constantemente em sua memória. O trauma, nesse caso, é o de não corresponder ao ideal materno e de não poder dizer isso em voz alta — uma forma de “trauma socialmente mediado”.

Nesse contexto, enquanto Elena Ferrante trabalha o trauma da maternidade pelo viés da rememoração — o trauma narrado —, Ariana Harwicz o faz pela performatividade da linguagem — o trauma vivido. Em ambas, o maternar configura-se como uma experiência limítrofe, em que amor e violência coexistem e em que a palavra se torna o único espaço possível de sobrevivência subjetiva.

Parece que o bebê fez cocô e tenho que ir comprar o bolo do aniversário dele. Outras mães com certeza preparam elas mesmas o bolo. Seis meses, dizem que não é igual a cinco ou sete. Toda vez que olho pra ele me lembro do meu marido atrás de mim, quase gozando nas minhas costas, quando deu na telha dele me virar e entrar, no último segundo. Se não fosse esse gesto de me virar, se eu tivesse fechado as pernas, se tivesse agarrado o pau dele, não teria que ir à padaria comprar o bolo de creme ou de chocolate e as velinhas, meio ano já. As outras um segundo depois de parirem dizem, já não imagino minha vida sem ele, é como se ele estivesse sempre estado comigo, pfff (Harwicz, 2019, p. 3).

Acreditamos que em *Morra, amor*, a maternidade é vivida como um trauma em curso, uma experiência corporal e psíquica de dissolução. A escrita fragmentada passional da narradora traduz o seu desmoronamento psíquico. Nesse sentido, *Morra*, performatiza o trauma na forma. O texto é o próprio corpo do trauma: fragmentado, desarticulado, pulsante. O resultado é uma escrita performática em que o trauma não é representado, mas vivido no texto:

Estou sentada no sofá, a poucos metros do seu quarto, vendo um programa de troca de casais, babás perfeitas, ou pintando as unhas, quando meu querido aparece com o calção meio arriado e me diz: por que ele não para de chorar?, o que ele quer?, a mãe é você, tem que saber. Não sei o que ele quer, digo, não tenho a menor ideia... A lua

não te relaxa? Chega perto da lente, olha hoje porque amanhã já vai ser outra, essas crateras cinza, tenho vontade de comer ou de fumar a lua! Olhei a lua, mas, na verdade, me lembrei do som do choro, meu corpo se apartando, impaciente para que ele pare de chorar [...]. Deveriam existir por aqui essas benzedeiras, essas camponesas que, pelo mesmo valor, resolvem a indigestão do teu macho e o choro insistente do nenê. Eu teria gostado de estar na Apollo, você está me ouvindo?, ou em qualquer missão espacial... tá prestando atenção? Na Apollo, vendo a Terra ficando para trás... Shhh! Está chorando? Você ouviu mesmo ele chorar? Tô te falando da lua! (Harwicz, 2019, p. 6).

Sob a perspectiva de Aleida Assmann (2011), o trauma rompe a linearidade temporal e narrativa: ele não é lembrado, mas reencenado — e é exatamente o que ocorre nesse trecho. O texto se torna uma forma de repetição compulsiva, em que o choro do bebê e a fala dispersa da mãe reproduzem, em linguagem, o colapso da própria experiência.

O fluxo de consciência e as frases entrecortadas de Harwicz materializam a desintegração da experiência subjetiva da narradora, que oscila entre o choro do bebê, o diálogo com o marido, (a quem ela ignora quando ele fala sobre o que enxerga no céu), e a exaustão. A alternância entre registros cotidianos (“pintando as unhas”, “programa de troca de casais”) e falas alternadas e confusas (de modo que fica difícil saber o que é fala dela e o que foi dito pelo marido, a exemplo de: “tenho vontade de comer ou de fumar a lua”). Isso evidencia o caos interior, e a colisão entre o real e o imaginário típica do trauma, em que o sujeito não consegue estabilizar a fronteira entre o dentro e o fora, o eu e o outro. O ritmo truncado, as pausas abruptas e a simultaneidade de vozes internas e externas expõem uma mente em ebulição, incapaz de conter o excesso de estímulos — o corpo fala antes da linguagem. Assim, a forma literária espelha o colapso psíquico do pós-parto: um trauma relacional-identitário que se manifesta tanto na dissolução da sintaxe quanto na fragmentação do eu. Judith Butler (2018), por sua vez, ajuda a compreender que essa desarticulação discursiva é também uma ruptura identitária: o sujeito que fala não domina mais o papel de “mãe”, mas o atua de modo vacilante, entre a recusa e a submissão.

No próximo relato, é possível observar o trauma relacional-identitário em que a narradora menciona o peso do bebê (que concebemos não apenas como físico) e o colapso do vínculo conjugal (“ele se faz de desentendido”):

Ligo para o meu marido. Preciso de reforços. Enquanto ligo eu o levo pendurado em um ombro, vai me destroncar, gruda algo viscoso no meu umbigo. Atende, por favor, atende. Oi, escuta, amor, você precisa vir não aguento mais. Não, não dá para demorar tanto, você tem que vir já, você não está entendendo, não está querendo entender, não aguento até de noite, e desligo na cara dele porque ele se faz de desentendido; que pelo menos se assuste e venha (Harwicz, 2019, p. 54).

Aqui, a narradora alterna entre a ação (“levo pendurado em um ombro”) e o discurso direto (“Atende, por favor, atende”), criando um ritmo frenético que performa no texto o próprio estado de urgência e desintegração psíquica que vive.

O trecho a seguir traduz o trauma através da desintegração da percepção de si como sujeito autônomo:

O calmante homeopático que tomei debaixo do cobertor não fez nenhum efeito quando horas depois acordei violácea. Demorava muito mais que o normal, punha uma meia, a outra caía. Fechava um botão e o outro pulava. Eu me penteei, olhei meus dentes, minhas unhas. Nada estava no lugar. Meu corpo não funcionava, não se deixava vestir, arrumar. Bateram na porta quatro mãos, que foi, que foi. Que foi o quê, digo. Tirar o traje do sonho, a pele venenosa, voltar a ter olfato, cílios. Voltar a pronunciar, a engolir. Eu me olho no espelho, não me pareço com a de ontem. Não sou mãe (Harwicz, 2019, p. 59).

Percebemos que a narradora descreve a forma como seu corpo tornou-se estranho e incontrolável (“Nada estava no lugar. Meu corpo não funcionava, não se deixava vestir, arrumar”). Essa dissociação corporal manifesta a ruptura identitária que acompanha o trauma materno — o corpo já não é reconhecido como próprio, mas como território ocupado por uma alteridade (o bebê, a maternidade, a norma). O trauma, portanto, emerge não apenas do cansaço físico ou da exaustão emocional, mas da fratura entre o “eu” que a personagem era e o “eu” que é obrigada a ser. A imagem do espelho (“eu me olho no espelho, não me pareço com a de ontem”) sintetiza essa crise de reconhecimento: o reflexo não devolve a identidade, mas a sua ausência. Assim, o texto de Harwicz performa o trauma como experiência de estranhamento — um deslocamento contínuo entre o dentro e o fora, o próprio e o alheio.

Por fim, sob a lente de Judith Butler (2018), nesta seção foi possível verificar o quanto a maternidade, enquanto papel social performativo, se sustenta num ideal de disponibilidade total e abnegação, ao mesmo tempo em que naturaliza a ausência paterna. Ao implorar por reforço e não ser atendida, a narradora mostra que o trauma não é apenas individual, mas estruturado por uma dinâmica de gênero que desresponsabiliza o pai e sobrecarrega a mãe. Quando a narradora conclui “Não sou mãe”, não está negando o fato biológico da maternidade, mas **rejeitando o papel simbólico imposto a ela** — o mesmo que Judith Butler (2018) descreve como uma performance identitária sustentada por normas sociais reiteradas. Assim, concluímos que *Morra, amor* pode ser lido como um ato performático do trauma, em que corpo, linguagem e relações sociais colidem.

Por fim, é crucial destacar que, embora Eva e Maria Lúcia tenham enfrentado eventos traumáticos distintos e intensos – o homicídio perpetrado por Kevin e os repetidos abusos sexuais sofridos por Maria Lúcia, respectivamente –, percebe-se que as narradoras de todos os romances examinados são perpassadas por um trauma de natureza relacional-identitária. Este tipo de trauma se manifesta particularmente em suas vivências maternas, que são invariavelmente marcadas por uma profunda ambivalência e por conflitos intrínsecos.

Na sequência, abordaremos a dimensão real, de como a maternidade é percebida como uma experiência traumática pelas mulheres fora da ficção. A seguir, destacamos o relato de Sunny, uma das mães da pesquisa de Donath (2017), que aborda seu sofrimento da maternidade e que traz um ponto de vista muito semelhante ao de Eva quanto à superação em relação ao trauma:

Estou sofrendo de um trauma, é o que posso dizer. Um verdadeiro trauma [...]. Eu costumava recorrer à orientação parental e era muito aberta com o terapeuta. Mas isso não ajudou muito, na verdade; como poderia? Eu passei por essa experiência [...]. Nenhuma palavra, nada do que eu diga, nenhuma conversa pode compensar a grande perda que sofri, *que ainda sofro*. Nada pode compensar isso. É como se você pegasse uma pessoa que foi refém de terroristas [...] e depois que ela fosse libertada a deixasse falar. Vai lhe fazer algum bem? Vai adiantar de alguma coisa? Vai trazer de volta o que foi perdido? Tudo o que foi arrancado dessa pessoa? É isso. Não há nada a fazer [...]. E quanto a mim, perdi anos [...], anos da minha vida, anos de agonia. [...] É muito doloroso quando uma pessoa, não importa se é homem ou mulher, perde sua vida e se torna um morto-vivo. Essa pessoa simplesmente fica vagando por um lugar de onde não pode sair. [...] **É uma tragédia, mas todos agem como se estivéssemos diante de uma espécie de desafio divertido. É horrível (Donath, 2017, p. 148 – grifos nossos em negrito; e do original em itálico).**

Sunny considera que seu sofrimento é frequentemente desconsiderado e minimizado, visto como algo ilegítimo — porque, culturalmente, ter filhos é percebido como um “desafio divertido”. Além disso, assim como Eva, ela também considera que falar sobre seus sentimentos com um terapeuta não a ajudou, tendo em vista que nada pode mudar o que ela vivenciou. Também é especialmente significativo o fato de ela comparar a sua experiência na maternidade com a de ser “refém de terroristas”, o que quer dizer que para ela a maternidade é um verdadeiro horror — o que sugere que ela se sente refém das próprias escolhas. O fato de Sunny descrever a sensação de estar em uma prisão — “um lugar do qual não pode sair” — e de estar “vagando como uma morta-viva”, revela que, para algumas mulheres, a maternidade pode representar uma perda profunda e transcendental de qualidade de vida.

Donath observa que há um crescente reconhecimento do fato de que a maternidade pode afetar negativamente a saúde física e mental de muitas mulheres, mesmo anos após o parto. Porém, ela observa que nem mesmo os testemunhos das mulheres sobre suas experiências negativas como mães “são capazes de minar a imagem mítica de acordo com a qual a maternidade — mesmo que comece com uma crise — vai necessariamente levar à adaptação e a um final feliz” (Donath, 2017, p. 149). Um dos motivos que leva Donath a considerar esse ponto de vista equivocado é que o conceito de “trauma” é comumente relacionado a adversidades trágicas, como desastres naturais, acidentes de trânsito, doenças ou eventos de extrema violência, como assaltos, guerras e estupros. Esses acontecimentos são amplamente vistos como negativos e seus efeitos reconhecidos como duradouros.

Em contraste, a maternidade não é frequentemente considerada como uma experiência traumática ou prejudicial, mas sim como uma fase natural da vida. Dessa forma, a maternidade é “não é apenas excluída da experiência humana do arrependimento, mas também da experiência humana do trauma” (Donath, 2017, p. 149), o que acaba por invalidar e, conseqüentemente, silenciar a experiência de muitas mulheres. Isso pode ser observado no relato de Sofia:

O que me dá medo? Quando eu quis filhos, não foi uma experiência racional, mas emocional, impulsionada pelo meu útero. Tenho medo de acontecer de novo. Temo que meu útero desperte e de repente a ideia de ter outro filho pareça ótima, e tenho medo porque sei que não vou conseguir ser racional, então **tento me lembrar de como foi difícil e ruim**. Tenho medo de esquecer. **Fico feliz que o trauma persista; ele me protege de ter outro filho** (Donath, 2017, p. 147 – grifos nossos).

Nota-se que Sophia vê o trauma como uma forma de proteção, que a impede de esquecer o sofrimento que enfrentou na maternidade, servindo como um lembrete constante das dificuldades pelas quais passou. O que pudemos perceber até aqui é que as experiências das mulheres fictícias analisadas em muito se assemelham aos relatos das mães reais estudadas por Donath: “Eu não achava que aquilo era o que eu devia fazer. Quer dizer, eu também não queria o segundo [...]. Foi uma sensação horrível, de estupro. Estupro puro e simples. Estupro. E eu deixei esse estupro acontecer.” [depoimento de Doreen] (Donath, 2017, p. 55).

Um aspecto crucial identificado tanto nos relatos das personagens quanto nas entrevistas conduzidas por Donath (2017) com mães arrependidas diz respeito à perda de liberdade experimentada após a maternidade — fator que, inevitavelmente, intensifica o

ressentimento e o mal-estar dessas mulheres. Nas narrativas analisadas, o desconforto com a perda de autonomia aparece de forma recorrente nos quatro romances do corpus, ainda que se manifeste sob diferentes matizes. No universo ficcional de Eliane Brum, por exemplo, Maria Lúcia — que passou grande parte da vida sendo controlada por figuras masculinas — só conquista certa autonomia após o abandono por parte do pai de sua filha.

Já nas demais protagonistas, essa perda de autonomia assume contornos mais simbólicos e emocionais, associando-se ao confinamento doméstico, à renúncia de si e à sensação de dissolução da identidade anterior ao nascimento dos filhos. Atrelado à perda da liberdade, outro aspecto que se revela fundamental para a gênese do descontentamento materno é o apagamento da própria identidade da mulher. Nesse sentido, ao retomar uma pesquisa de Naomi Wolf (2001), Donath (2017) expõe que, em muitas culturas ancestrais, a mulher grávida era vista como uma pessoa morta. “Durante a gravidez, cavavam sua sepultura e, se ela sobrevivesse ao parto, colocavam a terra de volta. Quarenta dias após o nascimento [do filho], a cova era completamente fechada sem ela” (Donath, 2017, p. 140). Dessa forma, ao contrário de muitas mulheres que relatam uma sensação de renascimento após a maternidade, no estudo de Donath algumas afirmaram vivenciar um sentimento “de perder a vida ao dar a vida” (Donath, 2017, p. 140). Essa experiência de morte simbólica é descrita por muitas mães que se sentem engolidas pelos desafios da maternidade e, assim, perderam-se de si mesmas. Sendo assim, isso se contrapõe à ideia romantizada segundo a qual a maternidade “completa” a mulher, dá sentido à sua vida ou é naturalmente satisfatória, pois algumas deparam-se justamente com o contrário. Em vista disso, elas narram uma sensação de esvaziamento, de um aniquilamento multidimensional profundo, “já que enfrentam a perda de sua experiência corporal” (Donath, 2017, p. 140).

Ademais, para muito além da perda de autonomia, algumas mulheres ainda relatam outras perdas imensuráveis, como por exemplo a ausência de entusiasmo por coisas que tinham antes de terem filhos, “a perda de características de suas relações amorosas e não amorosas anteriores, o fim de sua precedência no mundo, a perda da criatividade e até mesmo a perda de palavras” (Donath, 2017, p. 140-141). Nesse sentido, durante sua entrevista, a participante Maya expressou esse sentimento da seguinte maneira: “Isso me consome, esgota minhas energias, exaure meu corpo, minha mente e minha alma, não há lugar para mais nada. Eu costumava escrever, esculpir, desenhar. Eu adorava criar. Não restou nada disso; não tenho nada, porque não tenho inspiração nem força” (Donath, 2017, p. 141). Outrossim, a entrevistada Rotem afirmou que

depois de dar à luz minhas filhas, eu não tinha nenhuma consciência de mim mesma. Na verdade, depois que tive as duas, me vi forçada a enfrentar os limites das minhas capacidades femininas. É isso. Não consigo mais fazer... nada... o mundo não está mais aos meus pés. Há um determinado espaço em minha vida que é muito importante pra mim, tenho necessidade de espaços. E nunca antes me senti presa, incapaz de chegar a esses espaços. Mesmo com apenas uma filha, ainda podia fazer o que eu queria, mas com duas, não. Isso fechou meus espaços, meus horizontes, meu progresso (Donath, 2017, p. 141-142).

Conforme Donath evidencia, outras participantes de seu estudo relataram experiências semelhantes, expressas em frases como: “‘estou desaparecendo aos poucos, desvanecendo’, ‘estou tentando tirar leite de pedra’ e ‘eles estão me anulando por completo’, enquanto se referem a quem eram antes, pessoas mais satisfeitas e completas” (Donath, 2017, p. 143). Além do mais, a autora acrescenta que “essa autopercepção contrasta com a premissa social de acordo com a qual uma mulher que não é mãe é uma pessoa vazia, insatisfeita e deficiente, esperando para ser preenchida pela maternidade” (Donath, 2017, p. 143). Portanto, a pesquisadora destaca que essas mães desafiam a visão tradicional da maternidade, uma vez que descrevem suas experiências anteriores como sendo mais plenas e prazerosas: “Em outras palavras, em vez de esboçar um movimento de ‘deficiente’ para ‘completa’, elas esboçam um movimento de ‘mais plena’ para ‘esvaziada’” (Donath, 2017, p. 143).

Como observamos no segundo capítulo, a maternidade assumiu um papel fundamental na definição da identidade feminina, tornando-se o elemento central que muitas vezes guia a percepção e o valor social das mulheres (Vivas, 2021). De acordo com Vivas,

os argumentos religiosos, científicos e naturalistas buscavam convencer as mulheres a dar prioridade à criação antes de outros aspectos da vida. As mães, desta forma, foram relegadas à esfera privada, com o objetivo de cuidar da prole, enquanto eram afastadas do âmbito público. Assim foi o processo de “maternalização da mulher”, quando a condição de mãe passou a ser a única identidade possível, uma identidade exclusiva e excludente (Vivas, 2021, p. 95-96).

Além disso, algumas mulheres confidenciam uma profunda sensação de insignificância, à medida que percebem que a atenção das pessoas se volta quase que exclusivamente para o feto, durante a gravidez, ou para o recém-nascido, após o parto. Nesse processo, a mulher é frequentemente ignorada, como se por trás da figura da mãe não houvesse também um ser humano — uma mulher com sentimentos, desejos e necessidades próprios. Isso faz com que muitas vezes as mães sintam-se reduzidas a uma função biológica e social.

Tal perspectiva pode ser explicada a partir do ponto de vista de Eva: “Veja só, tudo o que me fazia bonita era intrínseco à maternidade [...]. **Sentia-me dispensável**, jogada fora, engolida por um grande projeto biológico que não iniciei nem escolhi, que me produziu mas que também iria me mastigar e depois cuspir fora. **Eu me senti usada**” (Shriver, 2011, p. 58 - grifos nossos). Ante o exposto, quando Eva fala do “grande projeto biológico” ela está referindo-se à maternidade, projeto este que ela não escolheu ou iniciou, mas ao qual fora submetida, fazendo alusão à forma como a maternidade é imposta a todas as mulheres. Em outras palavras, esse projeto a teria “produzido” como ser humano (como mulher — que, de acordo com os preceitos sociais, deve ser mãe para ser associada à feminilidade), mas também a “mastigaria e cuspiria fora”, como uma peça descartável de um ciclo natural que a utiliza para um propósito maior (a reprodução), mas não a valoriza como sujeito, aumentando sua sensação de invisibilidade social frente ao “grande projeto biológico”.

Em síntese, ao dizer que se sentiu usada, Eva expressa a sensação de ser instrumentalizada pela biologia, como se sua individualidade estivesse subordinada ao papel reprodutivo. Sob esse aspecto, essa análise coincide com a ideia proposta por Souza (2021): “Desde o momento em que se vê grávida, Eva se sente desconfortável, por ser colocada em segundo plano. Ela, que sempre tinha sido livre, reconhece-se como mero receptáculo para que uma nova vida se desenvolva, enquanto sente que a dela não importa mais” (p. 365). No tocante às privações da maternidade, Rotem, participante da pesquisa em Israel, comenta que passou a empregar “uma abordagem bem ampla e feminista ao dizer que uma mulher, depois de ter um filho, renuncia a muitas coisas às quais um homem não renuncia. E ao tomar essa decisão, deveria levar isso em conta” (Donath, 2017, p. 142).

Eva era uma dessas mães: uma dessas mães que abriu mão de seus próprios interesses, da carreira etc. para cuidar do filho, enquanto o marido seguia a vida, sem se preocupar verdadeiramente com a educação da criança e com os problemas que a esposa enfrentava na criação do filho. O discurso e o comportamento de Franklin refletem a ideologia da sociedade, que supervaloriza a priorização da criança, ao passo que desvaloriza o trabalho da mulher, negligenciando completamente as necessidades e o sentimento da mulher-mãe (Souza, 2021, p. 366).

Sentindo-se ressentida por ter sido ela a abrir mão de sua carreira para cuidar do filho, Eva faz uma importante reflexão em uma das cartas escritas a Franklin:

Reconheço que, como *freelance*, você queria evitar que seus clientes antigos encontrassem alternativas, ao passo que minha empresa podia ficar na mão de subalternos que não desapareceriam assim sem mais nem menos. Mas o fato é que isso

significava que **eu estava encalacrada o dia inteiro com o inferno dentro de um cesto, enquanto você zarpava feliz da vida em sua picape azul-clara** atrás de prados pontilhados de vacas com a coloração certa. **Desconfio de que, se nossa situação fosse inversa** — você no comando de uma próspera empresa e eu fazendo trabalho *freelance* para descobrir locações de filmagem —, **Eva é quem teria de largar as funções como se fossem uma batata quente** (Shriver, 2011, p. 148 – grifos nossos).

Esse desabafo nos leva a inferir que a decisão sobre quem deveria ficar em casa cuidando de Kevin foi fundamentada exclusivamente em questões de gênero, desconsiderando aspectos financeiros e profissionais, uma vez que Eva sequer conseguiu amamentar o filho (que rejeitou o peito da mãe). Apesar de ela ser uma empresária bem-sucedida e ganhar significativamente mais do que o marido — cuja renda como corretor de imóveis era variável e incerta, dependendo de comissões sobre vendas e locações —, a responsabilidade do cuidado recaiu sobre ela, prevalecendo expectativas tradicionais de gênero, segundo as quais as mulheres são “naturalmente maternais”.

Para além das imposições de gênero, Eva admite ter resistido às imposições biológicas: “Durante o tempo todo em que estive grávida de Kevin, combati a ideia de Kevin, a noção de que eu havia sido rebaixada de motorista a veículo, de proprietária para o imóvel em si” (Shriver, 2011, p. 65). Dessa forma, a narradora expressa seu descontentamento com a perda de liberdade que experimentou durante a gestação. Assim, a metáfora de ser “rebaixada de motorista a veículo” reflete sua sensação de que ela deixou de controlar sua vida, passando a ser um meio para o desenvolvimento de outro ser humano. Da mesma forma, a comparação de “proprietária para o imóvel” sugere que ela passou de uma posição de controle para uma de passividade, na qual seu corpo e suas decisões foram dominados pela gestação, insinuando que sua humanidade estava sendo desconsiderada ou pormenorizada.

Além disso, a maneira como a maternidade transforma o corpo e as escolhas das mulheres em objetos de domínio público expressa-se de forma contundente nessa obra:

Cruzada a soleira da maternidade, de repente você se transforma em propriedade social, no equivalente animado de um parque público. Aquela frase tão recatada, “você agora está comendo por dois, querida”, nada mais é que uma forma de provocação, porque nem mais o jantar é assunto privado seu. De fato, à medida que a terra dos livres vai se tornando cada vez mais coercitiva, a inferência parece ser a de que “você está comendo por nós agora”, pelos cerca de duzentos milhões de enxeridos que têm a prerrogativa, qualquer um deles, de reclamar se porventura algum dia você tiver vontade de comer um *donut* com geleia e não uma refeição completa, composta por grãos integrais e legumes de folha, que cubra todos os cinco principais grupos alimentares. O direito de mandar nas grávidas estava sem dúvida a caminho de entrar para a Constituição (Shriver, 2011, p. 59).

Conforme exposto nessa citação, é perceptível que a narradora constata que, ao tornar-se mãe, deixou de ser vista como um ser humano independente, com identidade e vontades próprias, e passou a ser tratada como propriedade coletiva, de forma que até suas escolhas alimentares estavam agora sob o escrutínio dos outros. Logo, a metáfora do “parque público” transmite a ideia de que todos sentem-se no direito de intervir e opinar sobre a vida de uma mulher, especialmente em relação ao seu corpo e às suas escolhas durante a gravidez. Assim, o que deveria ser uma decisão pessoal — o que comer, por exemplo — acaba tornando-se uma questão pública, tirando da mulher o direito de fazer escolhas para si mesma e julgando suas preferências. Portanto, esse discurso de Eva serve como uma crítica incisiva, especialmente à sociedade norte-americana — “a terra dos livres”. Logo, esse trecho evidencia como as mulheres, ao engravidarem, perdem grande parte de sua autonomia e são submetidas a um nível de vigilância coletiva que seria inconcebível se imposto aos homens. Entretanto, embora essa censura seja dirigida inicialmente ao contexto norte-americano, a dinâmica de controle social sobre a maternidade revela-se presente na maior parte dos países ocidentais, uma vez que as estruturas patriarcais e os discursos normativos sobre a maternidade estão amplamente disseminados nas culturas ocidentais.

Nesse sentido, de acordo com Souza (2022, p. 11)

A maternidade, ao mesmo tempo em que acentua a humanidade das mulheres, pois faz com que se dediquem aos cuidados com outro ser humano — ainda que não haja motivo para que estes cuidados sejam atribuídos a elas —, as desumaniza, ao obrigá-las a aceitarem o apagamento de suas próprias vidas e identidades anteriores ao nascimento da criança [...]. Eva Khatchadourian experimenta essa sensação de apagamento desde o início de sua jornada como mulher-mãe.

Em outras palavras, a ideia de que a mulher, ao engravidar, deve submeter-se integralmente às exigências do papel materno advém de expectativas sociais que foram reforçadas culturalmente ao longo dos séculos. Essa normatização implica não apenas a valorização incondicional da maternidade como um destino natural e desejável, mas também a supressão da individualidade feminina em prol do bem-estar do feto e, futuramente, da criança.

Por outro lado, Donath explica que, por muitos anos, “escritores e eruditos tentaram pavimentar o caminho para que as mães fossem vistas como pessoas, capazes de se deixar levar por suas emoções, analisando sentimentos e interpretando seu significado, sem se assimilar à vida dos outros a ponto de perder a identidade” (Donath, 2017, p. 113). Apesar

disso, algumas pessoas ainda defendem que “uma mãe é uma mãe, sempre tem que agir como mãe e nunca pode escapar de sua identidade como tal” (Donath, 2017, p. 112). No entanto, a pesquisadora desaprova essa visão e explica que

uma das fontes dessa crença fundamental é a filosofia de Sigmund Freud, que se estendeu para além das clínicas de terapia ao longo do século XX. Os estudos de Freud não apenas afirmam que a mãe não é uma pessoa por si só, mas também sustentam de maneira explícita que não há nada que ela possa fazer a respeito. A mãe sempre foi apresentada em seus estudos como uma função para um terceiro, e sua própria experiência na relação com os filhos era omitida (Donath, 2017, p. 112).

Aqui, a crítica de Donath recai sobre como Freud conceituou a figura materna. Segundo a autora, os estudos de Freud retratam a mãe como alguém que não tem uma identidade própria, sendo definida exclusivamente em relação ao filho. Dessa forma, Freud, segundo Donath, teria reduzido a mãe a uma “função” na vida do filho, ao invés de vê-la como um ser humano completo com suas próprias experiências e sentimentos. Leda, personagem de Elena Ferrante, ironiza: “Que bobagem pensar que é possível falar de si mesma aos filhos antes que eles tenham pelo menos cinquenta anos. Querer ser vista por eles como uma pessoa e não como uma função” (Ferrante, 2016, p. 85). O desabafo da narradora evidencia um ponto de vista que claramente recusa essa visão reducionista e desumanizadora da mulher. Logo, a análise freudiana falha em reconhecer e valorizar as emoções e vivências da mulher como um ser humano independente, concentrando-se apenas na sua importância para o desenvolvimento do filho (Donath, 2017).

Esse contexto criou uma situação em que as mães são vistas como fundamentais, mas, paradoxalmente, também como invisíveis, “como algo que ao mesmo tempo existe e não existe” (Donath, 2017, p. 112). Ou, como definiu Doreen, uma das participantes do estudo de Donath: “É como ser duas pessoas ao mesmo tempo. Às vezes sinto como se tivesse esquizofrenia” (Donath, 2017, p. 160). Essa comparação captura a complexidade e o impacto psicológico dessa experiência, evidenciando como a sociedade não apenas valoriza, mas também marginaliza as mães de maneira contraditória. A reflexão de Donath, aliada ao depoimento de Leda, uma mãe fictícia, e Doreen, uma mãe real, ajudam a entender as nuances e os desafios que acompanham a maternidade. Essas mulheres revelam um profundo conflito interno entre o papel social imposto e a identidade pessoal feminina, sugerindo que o esforço para atender a essas expectativas conflitantes pode ser mentalmente e emocionalmente desgastante — tornando-se insustentável no longo prazo.

Para explicar esse fenômeno, recorremos novamente a Donath, que esclarece:

As mães são menos valorizadas, portanto, espera-se que fiquem em silêncio ou se recomponham, se necessário, de acordo com as expectativas sociais de uma cultura que tem dificuldade de ver as mães como seres humanos que existem separadamente de sua relação com os filhos. Uma cultura que estrutura as relações entre mãe e filhos, desde o começo, dirigindo a atenção completamente para o filho, sem esperar que as mães existam como alguém com necessidades e desejos próprios (Donath, 2017, p. 221).

A perda da própria identidade também fica evidente em outro relato de Leda quando, mesmo já vivendo separada das filhas e experienciando uma vida livre de obrigações maternas, a narradora revela que, na verdade, não consegue deixar de pensar em Marta e Bianca, como se o elo da maternidade fizesse com que seu corpo fosse para sempre uma extensão do corpo das duas:

Olhar para aquele rapaz me enternecia. Geralmente eu dormia enquanto secava ao sol, mas às vezes não conseguia adormecer: eu fechava ligeiramente os olhos e o observava com simpatia, tomando cuidado para que ele não percebesse. Não parecia tranquilo; retorcia sempre o corpo belo e nervoso, com uma das mãos despenteava os cabelos muito negros, ficava mexendo no queixo. **Teria agradado bastante a minhas filhas, sobretudo a Marta, que se apaixonava facilmente por rapazes magros e agitados. Já a mim, quem sabe... Percebi há muito tempo que conservo pouco de mim e tudo delas.** Até para Gino, naquele momento, eu olhava com o filtro das experiências de Bianca e Marta, de acordo com os gostos e paixões que eu imaginava serem os delas (Ferrante, 2016, p. 12).

É notório que a narradora não apenas pensa em suas filhas, mas também filtra suas próprias percepções e desejos através das experiências e preferências de Marta e Bianca. A protagonista expressa a perda da própria identidade, demonstrando que ela tem pouca conexão com seus próprios desejos e muito mais com as expectativas e experiências de suas filhas. Isso sugere a perda de si mesma, um tema recorrente na obra de Ferrante, em que as personagens femininas muitas vezes sentem que foram consumidas pela maternidade.

A citação seguinte também explora a perda de liberdade e autonomia. Eva expressa frustração e irritação com a atitude do marido, que assim que soube que ela estava grávida de um menino, passou a tratá-la como uma posse em vez de uma pessoa independente:

o sexo de nosso filho o fez ainda mais convicto de que o bebê era seu, seu, seu. Sinceramente, Franklin, sua atitude de dono me irritava. Se por exemplo eu atravessasse a rua com o sinal mudando, você não se preocupava com minha

segurança, mas ficava indignado com minha irresponsabilidade. Esses “riscos” que eu assumia — que eu considerava parte de minha vida normal — pareciam, na sua cabeça, demonstrar displicência em relação a um de seus pertences pessoais. Toda vez que eu cruzava a soleira da porta, juro que você fechava um pouco a cara, como se eu estivesse levando para longe uma de suas posses mais preciosas sem pedir permissão. Você não me deixava nem dançar, Franklin! Na verdade, houve uma tarde em que aquela minha sutil mas inexorável ansiedade se dissipou, misericordiosamente. [...] “Que é que você acha que está fazendo, porra?” “Depois de muito tempo, estava me divertindo. É contra a lei?” Você agarrou meu braço. “Está tentando sofrer um aborto? Ou será que acha emocionante cortejar o perigo?” (Shriver, 2011, p. 69).

Esse trecho revela o sentimento de opressão e possessividade que a narradora capta do marido para com ela; Eva sente como se não tivesse mais liberdade para fazer suas escolhas sem consultar o “sócio-proprietário” do “bem” que carregava dentro de seu útero. Esse excerto adiciona camadas de complexidade ao tema, pois o que Eva enfatiza nesse relato é que, quando o assunto é reprodução, as mulheres não têm nenhum nível de autonomia sobre o próprio corpo.

Como se não bastassem as limitações físicas impostas pela gestação e maternidade, há também aspectos emocionais bastante complexos em torno deste tema. Algumas mulheres relatam uma sensação de invisibilidade após terem se tornado mães. Em *Mulheres visíveis, mães invisíveis*, Laura Gutman pondera que:

de um dia para o outro, nossa vida dá um pulo, às vezes de uma maneira não tão feliz quanto havíamos imaginado. A criança nos submerge em um mar de trevas, nos atira na solidão, longe do mundo onde acontecem as coisas interessantes, perdemos o bonde daquilo que havíamos acreditado que era a vida verdadeira. Desaparecem o mundo social, a autonomia, a liberdade, enfim, **desaparecemos como indivíduos valorizados pelos demais** (Gutman, 2013, p. 86 – grifos nossos).

Gutman problematiza a ideia de autonomia e liberdade, destacando como a chegada de um filho pode anular o indivíduo na medida em que a mulher desaparece aos olhos da sociedade como sujeito autônomo e passa a ser vista primariamente como mãe. A ênfase no desaparecimento da mulher como “indivíduo valorizado pelos demais” reflete as pressões sociais e a solidão que acompanham esse papel, muitas vezes romantizado, mas que, na prática, pode significar a perda de identidade e de reconhecimento social. A invisibilidade materna também é explorada através da perturbadora personagem sem nome em *Morra, amor*:

Todos vão se esquivando de mim, passando rente, me evitam por um centímetro as bicicletas, os guinchos, os cachorros mancos. Todos vão me dando buzinas, me xingando, se manda, sai daí, os carros dos vizinhos. Temem passar a noite na delegacia dando explicações, ninguém quer pagar um advogado, se meter em assuntos de justiça. Fogem da burocracia da lei. Um homem de uniforme azul é o demônio. É o de menos me ver atropelada a um lado do caminho. É o de menos que o meu corpo torto com sangue marrom fique esparramado entre a fossa séptica e o galinheiro. Ou que o meu corpo voe e se estatele contra uma garagem de lata. Quando muito, têm piedade, mas não de mim. De deixar um pequeno sem mamãe. Todos dizem essas coisas nos velórios de jovens drogadas enquanto se servem um pouco mais de café. **Pobre do pequeno que fica sem mamãe. Pobre órfão. Ninguém chora a desgraçada com seus braços cheios de picadas e o ardor de uma vida opaca.** Todos mimam o filho que engatinha perto do caixão. Dão biscoitinhos e é um fofo. E eu neste outono-inverno ácido continuo parada no meio da estrada (Harwicz, 2019, p. 48 – grifos nossos).

Neste romance, somos imersos em uma escrita deliberadamente caótica, que sugere que a narradora já era anteriormente acometida de alguma patologia psiquiátrica, que piora com a gestação indesejada e o nascimento do filho. No entanto, sua fala crua e desordenada também dá voz ao peso esmagador das responsabilidades maternas, oferecendo uma perspectiva profunda sobre sua condição física e emocional enquanto cuida de seu filho. A personagem expressa essa angústia com intensidade: **“A febre sobe. Vai a quarenta. A minha também, mas quem cuida da saúde da mãe. Primeiro eles.** Deveria ligar para a emergência e no entanto não me mexo, não consigo dar um passo, **continuo no acostamento, rente aos carros que não me veem”** (Harwicz, 2019, p. 49 – grifos nossos). A narradora compara sua invisibilidade com a de alguém que está andando no acostamento e, embora os carros passem muito perto, mesmo assim ela não é vista. Além disso, essa passagem pode sugerir que a incapacidade da narradora de se mexer e agir reflete um estado de paralisia emocional ou física.

Em *Precisamos falar sobre o Kevin*, quando Eva adoece, seu marido chega a questionar a veracidade de sua enfermidade, afirmando que ela teria “aquecido o termômetro” apenas para atrair atenção. Essa acusação reflete a percepção de Franklin de que Eva estaria competindo com Kevin, reforçando a tensão e desconfiança em sua relação conjugal:

Forcei-me a levantar do sofá. Você pode ter pensado que eu estava chorando, mas meus olhos lacrimejavam por vontade própria. Quando me arrastei até o banheiro, foi menos para pegar o termômetro do que para sublinhar o fato de que você não tinha ido buscá-lo para mim. Quando voltei com o tubo enfiado na boca, será que foi imaginação ou você estava de novo girando os olhos para o teto? Examinei o mercúrio sob a lâmpada. “Toma, lê você. Está tudo meio nublado.” Distraído, você ergueu o termômetro até a luz. “Eva, você fez alguma besteira. Deve ter posto do lado contrário ou algo parecido.” Você sacudiu o mercúrio, enfiou o termômetro na minha boca e saiu para trocar a fralda de Kevin. Devagar, fui até o trocador e fiz

minha oferenda. Você conferiu e me lançou um olhar furioso. **“Não tem a menor graça, Eva.” “Do que você está falando?” Dessa vez, eram lágrimas. “Aquecer o termômetro. Brincadeira mais besta.” “Eu não aqueci termômetro nenhum. Eu só pus debaixo da língua...” “Não fala besteira, Eva. Aqui está marcando quase 40°.” “Ah.”** Você olhou para mim. Olhou para Kevin. Pelo menos naquele momento, sentiu-se dividido. Mais que depressa, tirou nosso filho do trocador e colocou-o na cama com tamanho descuido que Kevin esqueceu de sua rígida programação teatral e desandou nos guinchos de eu-detesto-o-mundo-todo que soltava o dia inteiro. Com aquela atitude masculina que sempre adorei, você não deu a mínima. “Mil desculpas!” Com um gesto preciso, fui erguida do chão e levada de volta ao sofá. “Você está de fato doente. Precisamos chamar a Rhinestein, levar você para um hospital...” (Shriver, 2011, p. 152-153 – grifos nossos)

A descrição das situações de enfermidade dessas duas personagens evoca uma pergunta que ganhou relevância durante o auge da pandemia de Covid-19 e que serve de empréstimo a este contexto: “quem cuida de quem cuida?”. Embora tal questão tenha sido pensada originalmente para os profissionais de saúde, sabemos que as mulheres, historicamente, foram colocadas nesse lugar de cuidadoras, mas quando são elas que adoecem, geralmente ficam por sua conta e risco. Logo, enquanto todos se preocupam com o bem-estar da criança (“primeiro eles”), a saúde da mãe é geralmente negligenciada, tendo em vista que as necessidades das mulheres sempre foram relegadas a um plano secundário, ou até mesmo ignoradas em prol dos filhos, dos maridos, dos pais ou de outros familiares.

Conforme vimos no segundo capítulo, nos primórdios do capitalismo, a mulher estava subjugada à autoridade do marido; quando ela se torna mãe, ela passa de segundo para terceiro plano, pois depois do marido a autoridade é o bebê — em parte devido à alta vulnerabilidade de um recém-nascido, mas há, também, uma influência cultural, tendo em vista que esse costume geralmente persegue as mulheres até o final de suas vidas. Essa preocupação excessiva com a prole (muitas vezes em detrimento do bem-estar das mães) é vista por alguns estudiosos como exagerada — e até perigosa para o desenvolvimento afetivo das futuras gerações⁶⁵.

Senti necessidade de ligar para as minhas filhas, contar o incidente. Marta atendeu e começou a falar, como sempre fazia, rápido e com a voz estridente. Tive a impressão de que ela temia, mais do que de costume, que eu a interrompesse com alguma pergunta insidiosa, uma repreensão, ou simplesmente que eu transformasse seu tom

⁶⁵ Há autoras que criticam o excesso de zelo dedicado às crianças atualmente (Badinter, 2011; Meruane, 2018). Lina Meruane (2018) sugere que esse excesso está levando a sociedade a um estado de “criançocracia” (uma alusão a um regime ditatorial), onde as crianças mandam nos pais e são tratadas como verdadeiras “majestades” — são o centro das atenções e jamais são contrariadas. Esse exagero pode resultar na patologização de toda uma geração, uma vez que a superproteção contribui para o desenvolvimento de indivíduos com baixa tolerância à frustração. Em outras palavras, o atual modelo de maternagem estaria criando adultos emocionalmente frágeis, pois a “criança-majestade” é, potencialmente, um futuro adulto emocionalmente vulnerável (Meruane, 2018).

exagerado-alegre-irônico em um sério, que lhe imporia perguntas e respostas verdadeiras [...] **Marta não perguntou como eu estava, ou talvez tenha perguntado, mas não me deu tempo de responder** (Ferrante, 2016, p. 25 – grifos nossos).

A ausência de preocupação explícita com o bem-estar da narradora, quando Marta não lhe dá tempo de responder, pode ser lida como uma expressão de negligência afetiva. Contudo, o que para Leda parece significar uma falta de conexão emocional, pode não passar de um simples egoísmo por parte da filha, um comportamento típico da juventude.

Na sequência, a narradora desabafa: “Ela estava falando de maneira neurótica sobre si mesma, a um continente de distância [...]”. Quando encerrei a ligação, estava arrependida de ter telefonado, sentia-me mais agitada do que antes, meu coração batia forte” (Ferrante, 2016, p. 26). A frase “falando de maneira neurótica sobre si mesma, a um continente de distância” sugere uma comunicação unilateral, insinuando que Marta está centrada em si mesma, sem se importar com as necessidades emocionais da mãe. Apesar da distância continental ser física, a expressão também reforça a sensação de distanciamento emocional, alienação e desconexão entre as duas. A reação da narradora, que confessa ter se arrependido por ter ligado, pois fez com que ela se sentisse “mais agitada do que antes”, revela o impacto emocional negativo dessa interação. Em vez de aliviar suas ansiedades ou lhe trazer conforto, a conversa com a filha intensifica seu mal-estar, fazendo seu coração “bater mais forte” — sinal de estresse e exaustão emocional. Este trecho reflete, portanto, o peso da maternidade como uma experiência muitas vezes solitária e desgastante, um tema recorrente nas obras de Ferrante, nas quais o amor materno é constantemente permeado por sentimentos de culpa, frustração e incomunicabilidade.

A percepção que Leda carrega, de ser invisível aos olhos da filha, já a havia atormentado antes, quando a narradora conta que havia deixado cópias de uma carta escrita às filhas, contando como ela as havia abandonado⁶⁶ — mas elas sequer a procuraram para conversar sobre isso depois, sugerindo que o desconforto trazido pela situação talvez fosse unilateral. De qualquer forma, a atitude das filhas em não acolher os sentimentos da mãe demonstram uma certa falta de empatia e reciprocidade. Sobre este aspecto, o vínculo entre mães e filhos frequentemente se constrói a partir de uma “assimetria de conhecimento” (Donath, 2017, p. 221), pois enquanto se espera que as mães conheçam todos os detalhes sobre a vida dos filhos, não há a mesma expectativa em relação a eles. Raramente os filhos demonstram interesse em conhecer suas mães além do papel materno (Donath, 2017). “De

⁶⁶ Comentamos sobre este assunto na subseção 3.2.2.

acordo com as ‘leis da irrelevância’, conhecer as mães — seu universo emocional e suas ideias como pessoas — tende a ser considerado um fardo; uma carga que deve ser evitada” (Donath, 2017, p. 221).

Portanto, ao atribuir às mães e à própria função da maternidade um papel central e essencial no desenvolvimento humano, a experiência feminina é desvalorizada, como se as mulheres não fossem pessoas e estivessem relegadas a um segundo plano ou reduzidas a uma função biológica e social (Donath, 2017). Contudo, apesar de a maternidade muitas vezes representar uma experiência de perda multidimensional que resulta na desintegração de partes do eu que são valiosas para as mulheres, ela também pode levar muitas mães a experimentar uma espécie de “renascimento” (Donath, 2017). Entretanto, há uma supervalorização das experiências positivas, enquanto que as mulheres que vivenciam sentimentos negativos em relação à maternidade são desencorajadas a expressarem suas emoções, fazendo com que essa experiência não ganhe visibilidade.

Assim, é comum que as mulheres nessa situação, consumidas pelo cansaço e pelo esgotamento físico e emocional, perguntem-se o que fizeram de errado. Contudo, Rosiska Darcy de Oliveira (2012) defende que não foram as mulheres que erraram, mas a sociedade é que falhou com elas. Para a autora, “a articulação de questões envolvendo o mundo público e a vida privada é um problema da sociedade, não resolvido, e não um problema das mulheres, que se resolve à custa da elasticidade de seus esforços e energias” (Oliveira, 2012, p. 31).

Então, a partir da segunda revolução feminista, com as mulheres ocupando outras funções sociais além do lar, elas frequentemente acumulam múltiplas responsabilidades. O conceito de “dupla jornada” descreve a situação em que, após o expediente de trabalho, as mulheres continuam suas atividades ao chegarem em casa, envolvendo-se no cuidado do lar, dos filhos e, em alguns casos, dos maridos. Esse fenômeno é caracterizado pela sobrecarga de trabalho que se estende para além do ambiente profissional. De acordo com as normas não escritas da boa maternidade, espera-se que as mulheres desempenhem essas funções com amor e um sorriso no rosto, sentindo-se gratas por sua família. A crítica ou o descontentamento em relação a essas responsabilidades pode resultar na estigmatização das mulheres como “mães ruins”, reforçando a pressão para que cumpram esses papéis sem manifestações abertas de insatisfação.

Nessa perspectiva, Silva (2022) destaca que, em *A filha perdida*,

Leda é uma personagem que enxerga as fraturas de seu passado a partir da reflexão da maternidade performática de Nina. Leda é, ao mesmo tempo, uma produtora e

expectadora das rupturas, no sentido de que rompe com ideias da mística feminina, como quando abandona as suas filhas por três anos para se dedicar a si mesma, e ainda espera o momento em que a performance de boa mãe de Nina desmorone (Silva, 2022, p. 132).

Como demonstramos no capítulo 2, historicamente, as mulheres sempre foram reprimidas e precisaram se comportar de acordo com normas pré-estabelecidas para atender a determinados preceitos de feminilidade. Federici explica que, depois do extermínio das bruxas, surgiu um novo modelo de feminilidade. Assim, a mulher ideal passou a ser descrita como “passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas [...]”. A imagem da feminilidade construída na “transição” foi descartada como uma ferramenta desnecessária, e uma nova, domesticada, ocupou seu lugar” (Federici, 2017, p. 205). Segundo a autora,

embora na época da caça às bruxas as mulheres tenham sido retratadas como seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de autocontrole, no século xviii o cânone foi revertido. Agora, as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles. Até mesmo sua irracionalidade podia ser valorizada, como constatou o filósofo holandês Pierre Bayle em seu *Dictionnaire historique et critique* (1740) [Dicionário histórico e crítico], no qual elogiou o poder do “instinto materno” feminino, defendendo que devia ser visto como um mecanismo providencial que assegurava que as mulheres continuassem se reproduzindo, apesar das desvantagens do parto e da criação de filhos (Federici, 2017, p. 205).

Desse modo, ao compreender que a maternidade pode ser uma experiência potencialmente traumática, percebemos que o trauma não se restringe ao âmbito psíquico individual, mas emerge como efeito de um sistema de expectativas de gênero que estrutura o próprio ato de “ser mãe”. Em outras palavras, os ideais de feminilidade e de maternidade tratam-se de construções sociais que são constantemente performadas pelas mulheres, muitas vezes sob coerção. Nesse sentido, convém mencionar Judith Butler (2018), que explica que tais concepções atravessam a performatividade de gênero.

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero (Butler, 2018, p. 200).

Sob essa perspectiva, a maternidade pode ser entendida como uma das performances mais rigidamente codificadas da feminilidade, e justamente por isso, o trauma das personagens não se limita à experiência da dor, mas também se relaciona à perda da própria identidade, diante da busca desenfreada (e, ao mesmo tempo, impossível) de corresponder integralmente ao papel que delas se espera. O corpo materno, atravessado por contradições e demandas simbólicas, torna-se, portanto, o espaço onde se inscreve a tensão entre identidade e imposição, entre o que se é e o que se deve ser.

3.4 O DESFECHO DAS PERSONAGENS

Os finais de cada história analisada revelam diferentes modos de lidar com o esgotamento gerado pelo descontentamento materno e com o conflito entre desejo individual e imposição social. Em *Precisamos falar sobre o Kevin*, *A filha perdida*, *Uma duas* e *Morra, amor*, o final de cada narrativa traduz, à sua maneira, a impossibilidade de conciliar plenamente a experiência subjetiva com o ideal normativo de maternidade. Enquanto algumas protagonistas encontram na ruptura ou no distanciamento uma forma de preservar a própria identidade, outras permanecem aprisionadas em uma lógica de culpa e expiação. Comparar esses desfechos permite observar não apenas a pluralidade de caminhos possíveis diante do mal-estar materno, mas também o modo como cada autora inscreve, no fim de sua narrativa, uma reflexão sobre os limites da materno-normatividade e sobre a possibilidade — ou não — de uma emancipação feminina dentro dela.

No último capítulo de *Precisamos falar sobre o Kevin* — ou seja, a última carta de Eva ao marido após o massacre cometido pelo filho e a prisão dele —, percebemos que a narradora já não busca justificar-se, mas compreender os limites de sua responsabilidade e de seu amor. A passagem final revela um misto de rendição e desespero, um amor que nasce não da ternura, mas da exaustão:

Quando aquele bebê se contorceu em meu seio, do qual se afastou com tamanho desgosto, eu retribuí a rejeição — talvez ele fosse quinze vezes menor do que eu, mas, naquele momento, isso me pareceu justo. Desde então, lutamos um com o

outro, com uma ferocidade tão implacável que chego quase a admirá-la. Mas deve ser possível granjear devoção quando se testa um antagonismo até o último limite, fazer as pessoas se aproximarem mais pelo próprio ato de empurrá-las para longe. Porque, depois de quase dezoito anos, faltando apenas três dias, posso finalmente anunciar que estou exausta demais e confusa demais e sozinha demais para continuar brigando, e, nem que seja por desespero, ou até por preguiça, eu amo meu filho. Ele tem mais cinco anos sombrios para cumprir numa penitenciária de adultos, e não posso botar minha mão no fogo pelo que sairá de lá no final. Mas, enquanto isso, tenho um segundo quarto em meu apartamento funcional. A colcha é lisa. Há um exemplar de Robin Hood na estante. E os lençóis estão limpos. Com todo o amor da sua mulher, para sempre, Eva (Shriver, 2011, p. 390).

O trecho final explicita o paradoxo de Eva: o amor que ela declara é um gesto ambíguo, situado entre a rendição e a resistência. O verbo “amo” aparece quase como um ato de desistência — não uma confissão espontânea de afeto, mas uma capitulação diante da impossibilidade de seguir lutando. O tom epistolar, marcado por um vocabulário afetivo (“com todo o amor”, “para sempre”), contrasta com a segura emocional que percorre todo o romance, sugerindo que essa declaração talvez seja mais uma tentativa de cumprir o papel que lhe foi socialmente atribuído: o de mãe devotada, mesmo diante do inominável.

Nesse sentido, analisamos que essas palavras finais de Eva evidenciam menos um reencontro e mais uma suspensão. O quarto preparado para Kevin, com colcha lisa e lençóis limpos, simboliza uma maternidade higienizada, controlada, que tenta recompor a ordem depois do caos — mas que permanece vazia, à espera. O amor declarado é, na verdade, uma forma de sobrevivência diante da ruína, uma tentativa de preencher o vazio deixado pelo colapso da função materna. Como observa Souza (2022, p. 108),

Mais uma vez, é importante ressaltar que tudo aquilo que a personagem coloca em suas cartas é resultado de sua rememoração, em um momento de extrema solidão, dor, culpa e luto. Dessa forma, nunca saberemos ao certo se Eva realmente aprendeu a amar o filho, ou se simplesmente cedeu novamente àquilo que deveria fazer, uma vez que sempre deu importância a seguir os protocolos da maternidade.

Essa leitura de Souza acentua a ambiguidade que define o desfecho de Eva: seu amor pode ser tanto uma descoberta tardia quanto um ato de conformidade. Nesse sentido, o romance não oferece redenção, mas sim o retrato de uma mulher que permanece aprisionada entre o dever e o desejo, entre o ressentimento e a necessidade de pertencimento. No desfecho, quando afirma “eu amo meu filho”, a própria estrutura epistolar atua como um espelho da performance social feminina. O amor, enunciado em carta, é um discurso de sobrevivência. Eva cumpre, enfim, o papel que lhe é culturalmente exigido: o da mãe que,

apesar do horror, mantém-se ligada ao filho por um “amor incondicional”, ainda que destituído de afeto real. Ela “cumpre” a maternidade, mas o faz de maneira distorcida, quase irônica, revelando o quanto essa função é construída socialmente e sustentada pela culpa.

Nesse contexto, o “amor” declarado por Eva no desfecho não deve ser lido como redenção nem como simples resignação, mas como uma forma complexa de aceitação, nascida do esgotamento e da consciência dolorosa de si. Assim, o tom epistolar transforma o desfecho em um ato performativo de obediência e resistência. Ao mesmo tempo em que reafirma o vínculo materno — porque não pode escapar dele —, Eva também o expõe como artifício narrativo e cultural. Sua voz alterna entre confissão e acusação, entre submissão e lucidez. A carta final, endereçada a um interlocutor ausente, torna-se o espaço em que o amor materno é finalmente revelado como aquilo que Donath denomina “obrigação de cuidar”: um gesto mais social do que emocional, mais ético do que genuíno, conforme expresso na citação a seguir:

Deixando de lado o amor em si, espera-se que as mães o expressem e enfatizem o quanto amam seus filhos não apenas porque vivem em uma sociedade que exige ouvir isso, mas porque se arrepender da maternidade é considerado uma violação flagrante das normas afetivas maternas, e, portanto, elas precisam assegurar aos que as rodeiam que nem tudo está “arruinado” em seu mundo emocional. Essa necessidade de reafirmação não significa que os sentimentos amorosos expressados não sejam vivenciados de maneira genuína, nem que sua veracidade deva ser questionada. Significa que os posicionamentos afetivos e suas manifestações sempre têm que ser ouvidos em seu contexto social (Donath, 2017, pp. 152-153)

Além disso, a impossibilidade de romper com a identidade de mãe ecoa o que Donath (2017, p. 163–164) descreve como a persistência da consciência materna para além de qualquer limite físico ou temporal — uma presença que “pode estar eternamente presente mesmo quando a maternidade não é exercida nem se desenvolve na prática”. Tal como as mulheres entrevistadas por Donath, que não conseguem se libertar da condição materna mesmo quando dela se arrependem, Eva parece aprisionada a um sentimento que resiste à razão e à experiência. Seu “amor” não é, portanto, um afeto espontâneo, mas uma adesão inconsciente ao imperativo cultural de ser mãe “para sempre”.

Além disso, Donath (2017, p. 157–158), dialogando com a *Ética do cuidado*, de Carol Gilligan⁶⁷, observa que as mulheres são educadas dentro de uma ética relacional que valoriza

⁶⁷ Conforme Donath (2017, p. 157–158), a noção de *Ethic of Care*, de Carol Gilligan, designa uma ética relacional baseada na responsabilidade e na atenção às necessidades do outro, que se torna fundamento da identidade feminina. Ao ser transposta para a maternidade, essa ética converte o cuidado em dever moral e o amor em imperativo, apagando as fronteiras entre afeto genuíno e obrigação social.

a entrega, a responsabilidade e a abnegação. Tal ética sustenta-se na expectativa de que a mulher cuide e se sacrifique, apagando seus próprios desejos em nome das necessidades do outro. As mães que se arrependem, segundo Donath, sentem-se compelidas a provar constantemente que, apesar de seu arrependimento, ainda são boas mães — que amam, cuidam e se responsabilizam. O “eu amo meu filho” de Eva, nesse contexto, pode ser lido como um eco dessa obrigação moral: um gesto de conformidade com a ética do cuidado, mais do que uma reconciliação afetiva.

Assim, o desfecho de *Precisamos falar sobre o Kevin* revela a contradição central da poética do descontentamento materno: a impossibilidade de deixar de ser mãe mesmo quando a experiência materna se torna insuportável. O amor de Eva é, simultaneamente, um gesto de sobrevivência e de submissão — um amor que persiste não porque ela o deseja, mas porque a cultura a convence de que não há outro modo legítimo de existir como mulher.

Enquanto Eva se submete ao imperativo de amar, mesmo esvaziada de afeto, Leda — em *A filha perdida* — encarna o impulso inverso: o de romper, ainda que momentaneamente, com o papel materno. Seu gesto de furtar a boneca da filha de Nina traduz o desejo de afastar-se da função que a aprisiona, mas sua posterior confissão e devolução do objeto revelam que, mesmo na transgressão, a culpa materna continua a governar seu corpo e sua consciência.

— Estava com você. Você a guardou enquanto eu não tinha mais ideia do que fazer. Minha filha chorava, me enlouquecendo, e você, calada, nos observava, mas não se mexeu, não fez nada.

— Sou uma mãe desnaturada — respondi.

Ela concordou, exclamou sim, você é uma mãe desnaturada, e tirou a boneca das minhas mãos com um gesto feroz de reapropriação. Gritou para si mesma em dialeto: preciso ir embora. E gritou para mim em italiano: não quero mais ver você, não quero nada de você, e foi em direção à porta [...]. (Ferrante, p. 150).

Nessa perspectiva, a devolução da boneca pode ser lida como uma tentativa de reconciliação com o próprio passado e com a culpa que a acompanha desde a juventude.

A devolução da boneca simboliza a conclusão do percurso da narradora. Ao entregar o brinquedo, Leda não apenas restitui a maternidade que havia subtraído de Nina, mas também a que havia negado às suas próprias filhas. A boneca, que representa o cuidado e a responsabilidade ao longo do romance, reflete, no momento da devolução, a própria história de Leda: ela finalmente devolve o que tomou, reconhecendo o vazio de sua ausência como mãe. Contudo, esse gesto não é totalmente reparador, uma vez que, simultaneamente, reflete

sua própria hesitação diante do compromisso do cuidado (assim como desistiu de cuidar das filhas, no final, também desistiu de ficar com a boneca). A reação violenta de Nina, que a chama de “mãe desnaturada” e, depois, perfura Leda com um alfinete, sublinha a impossibilidade de perdão, evidenciando que o ato de devolver não repara o dano, apenas o expõe. Ou seja, sua confissão não encontra acolhimento; ao contrário, reitera o julgamento moral que pesa sobre as mulheres que falham no desempenho esperado da função materna.

[...] mas depois senti sua presença atrás de mim, sibilando em dialeto insultos terríveis como os que minha avó e minha mãe costumavam proferir. Fiz menção de me virar, mas senti uma pontada do lado esquerdo, fugaz como uma queimadura. Abaixei o olhar e vi a ponta do alfinete que saía pela minha pele, em cima da barriga, bem embaixo das costelas. A ponta apareceu apenas por uma fração de segundo, o tempo que durou a voz de Nina, sua respiração quente, depois desapareceu. A garota jogou o alfinete no chão, não pegou o chapéu, mas agarrou as chaves. Fugiu com a boneca, fechando a porta atrás de si. Apoiei um braço na janela, olhei a lateral do meu corpo, a pequena gota de sangue imóvel sobre a pele. Senti um pouco de frio e tive medo. Esperei que acontecesse alguma coisa comigo, mas nada aconteceu. A gota escureceu, coagulou, e a impressão do doloroso fio de fogo que havia me atravessado esmoreceu. Fui me sentar no sofá com cuidado. Talvez o alfinete tivesse me perfurado como uma espada perfura o corpo de um asceta sufista, sem causar danos (Ferrante, pp. 150-151).

O alfinete que perfura a pele de Leda sem causar um ferimento grave funciona como metáfora da culpa que a atravessa: uma dor que fere, mas não mata; que marca, mas não liberta⁶⁸.

O gesto violento de Nina, embora efêmero, traduz o desejo coletivo de punição que recai sobre aquelas que se desviam do ideal materno. Ferrante transforma essa cena em um ritual simbólico de expiação — a ferida é pequena, mas carrega o peso de toda uma vida de transgressões. Ainda assim, a ausência de consequências físicas reforça a resistência da protagonista: ela sobrevive à ferida, à culpa e ao julgamento.

Olhei para o chapéu em cima da mesa, a crosta de sangue em minha pele. Anoiteceu, levantei-me e acendi a luz. Comecei a arrumar a bagagem, mas me movimentando lentamente, como se estivesse com uma doença grave. Quando as malas estavam prontas, me vesti, calcei as sandálias, ajeitei os cabelos. Naquele momento, tocou o celular. Vi o nome de Marta, senti uma grande satisfação e atendi. Ela e Bianca, em uníssono, como se tivessem preparado a frase e a recitassem acentuando meu sotaque napolitano, gritaram alegremente no meu ouvido.

— Mamãe, o que você anda fazendo, não liga mais para a gente? Pode pelo menos nos dizer se está viva ou morta?

Murmurei, comovida:

— Estou morta, mas bem (Ferrante, p. 151).

⁶⁸ A ferida do alfinete, que rasga sua pele sem causar danos, também pode ser interpretada como uma metáfora da gestação/ parto: as marcas que ficam no corpo após a gestação, o sangue e a dor do parto, que não geram grandes consequências físicas. A maternidade fere, mas a maioria das mulheres sobrevivem a ela.

Quando, ao final, Leda afirma “estou morta, mas bem”, a narradora sintetiza o paradoxo de sua trajetória. “Morta” porque, ao reconhecer o fracasso de seu papel materno, ela abdica da identidade que a sociedade lhe impôs; “bem” porque, ao mesmo tempo, encontra uma forma de paz ao assumir essa morte simbólica. Trata-se, portanto, de uma morte do eu materno idealizado, e não da mulher em si. O reconhecimento dessa morte é o que permite a Leda sentir-se “bem”: é o alívio de não mais precisar performar o amor incondicional, a entrega ou a perfeição. Nessa ambiguidade, Ferrante inscreve a possibilidade de uma existência pós-materna — não isenta de culpa, mas liberta da obrigatoriedade de redimir-se.

A figura de Leda, em *A filha perdida*, é construída sob o signo da oscilação. Bergamo (2019) observa que a personagem “se comporta como o mar”, e essa metáfora atravessa toda a narrativa: ela se mostra agitada, imprevisível, por vezes destrutiva, mas também capaz de momentos de calma e recolhimento. Tal fluidez expressa a instabilidade emocional de uma mulher que tenta reorganizar-se diante de um papel — o de mãe — que nunca conseguiu habitar plenamente. Frequentemente, Leda se diz “agitada” e, em seguida, “acalmar-se”, adormecendo como uma maré que baixa. Apresenta-se como amiga e conselheira de Nina, mas, em um rompante, subtrai a boneca da filha da jovem, vamos omo uma onda forte que arrebatava o que encontra pela frente.

Essa imprevisibilidade faz de Leda uma personagem fluida e inconstante, cuja natureza é impossível de fixar. Seu desfecho, por isso, permanece aberto, tão vasto e indefinido quanto a linha do mar no horizonte. Como o mar, Leda é ao mesmo tempo movimento e ausência de forma; é profundidade e superfície, violência e quietude. Essa oscilação, que a faz ir e vir entre o desejo de fuga e a necessidade de pertencimento, traduz simbolicamente o descontentamento materno: um estado de inconstância entre o amor e o incômodo, entre o apego e o desejo de autonomia.

Em nossa análise, ao final do romance, persiste a dúvida se Leda é uma narradora viva ou se escreve após a morte, ou ainda se tudo não passou de um delírio pós-acidente, imaginado no leito do hospital, onde aparentemente a história começa a ser contada. Consideramos que essa indeterminação é parte essencial da poética do descontentamento materno desta personagem, pois reflete a oscilação, a instabilidade e a falta de controle que a protagonista sente diante da maternidade e de si mesma. Esse final ambíguo reflete justamente a fragmentação da identidade da narradora — corroída pelo peso da culpa e pelo desejo de se reconfigurar fora do modelo materno. Ao deixar o leitor suspenso entre a vida e a morte,

Ferrante sugere que Leda vive em um limiar permanente — aquele entre o ser mãe e o ser mulher, entre o corpo social e o corpo próprio.

Se, em Leda, o descontentamento materno expressa-se como ambivalência e culpa — um ir e vir entre o desejo de fuga e a necessidade de reparação —, em *Uma duas* esse conflito atinge seu ponto de ruptura. O que Ferrante ainda mantém no campo da metáfora — o roubo e a devolução da boneca como tentativas de reapropriação simbólica da maternidade —, Eliane Brum concretiza no plano da morte. À beira do fim, Maria Lúcia decide pela eutanásia, pedindo à filha que a ajude a morrer. Tal decisão, contudo, não é apresentada como gesto de desespero, mas como expressão de um desejo de autonomia que lhe fora negado ao longo de toda a vida. Pela primeira vez, Maria Lúcia reivindica o poder de escolher — ainda que essa escolha recaia sobre o próprio fim.

Assim, Laura assume integralmente a narrativa, tomando para si o poder de decidir sobre a vida da mãe, encerrando o ciclo de dependência e ressentimento que as unia. A maternidade, antes fonte de culpa, torna-se aqui o espaço da confrontação direta, onde amar e matar se tornam atos indissociáveis. Desta forma, em *Uma duas*, o desfecho é narrado pela voz de Laura, que, a partir do momento que Maria Lúcia morre — ou, mais precisamente, é morta pela filha —, não mais alterna o protagonismo da narração. A inversão de papéis, em que a filha torna-se agente da morte materna (da mesma mãe que afogara os filhos na privada), confere ao romance um desfecho de potência ímpar: a maternidade termina não apenas biologicamente, mas pela execução de uma eutanásia, um gesto de amor e violência em partes indissociáveis.

Espio minha mãe enquanto volto a me sentar. Ela apenas pisca. Uma piscada mais forte. Minha mãe sabe. Obrigada, mãe, por não falar. Pego na sua mão. Quero me sentir próxima, mas não consigo. Minha mão está sobre a dela, mas a anos-luz de distância. Sinto o cheiro da mão dela. Sorrio. Ela conseguiu lavar as mãos com seu sabão antes de morrer. É bem coisa da minha mãe. Me sinto próxima agora. Veja o filme, Laura. Apenas assista ao filme. Sim, mãe. Uma batidinha leve, e a porta se abre. Seguro meu coração entre os dentes. É uma auxiliar de enfermagem. Ela não pode entrar, pelo amor de deus ela não pode entrar. Minha mãe olha para ela com um sorriso que nunca vi antes. Estamos assistindo à *Noviça Rebelde*. Será que você pode voltar uma outra hora? Eu amo este filme. Estou tão feliz! (Brum, 2011, pp. 148–149).

A cena da morte, construída por Eliane Brum com delicadeza e contenção, assemelha-se a um ritual íntimo. O filme *A Noviça rebelde* na televisão, o cheiro do sabão e o

sorriso final — tudo compõe um quadro de serenidade que contrasta com o gesto irreversível que se realiza fora das palavras. O distanciamento entre as mãos (“a anos-luz de distância”) traduz o abismo afetivo que sempre separou mãe e filha: a morte não o elimina, apenas o revela. Laura cumpre o desejo da mãe, que ao longo do romance lhe havia pedido ajuda para morrer, e a cena deixa entrever que o ato foi consumado. O “obrigada, mãe, por não falar” sugere cumplicidade e silêncio: a filha executa o que a mãe desejava, e a mãe morre sem denunciá-la. Maria Lúcia morre com um sorriso no rosto, reconciliada com o mundo, enquanto Laura permanece entre o desespero e a perplexidade, prisioneira daquilo que não pôde ser dito em vida.

A respiração da minha mãe parece mais curta. Quero gritar. Mãe, espera, Maria vai voltar e tudo dará certo! Nenhum som, na cena real sou uma atriz de cinema mudo. Maria, não me deixe! São as crianças no filme. Ou sou eu? Pego a mão da minha mãe e olho fixamente para a tela, mas não vejo mais. Quando volto a me habitar. Ou a perceber que me habito, os créditos finais rodam na tela. Eu tenho medo de olhar. Mas a mão embaixo da minha, a mão minha, já me abandonou em mim. Minha mãe parece dormir. Mentira. Ela parece morta. Os mortos parecem mortos. Não, mãe! Eu grito agora. Grito de verdade. Mas é tarde. Sempre foi tarde. Me agarro à campainha e colo o dedo no botão. É a auxiliar magrinha que me arranca de lá com imensa ternura. Abraço meu corpo e choro embrulhada em mim como o tatu-bola da minha infância. Sou um quadro de solidão e desamparo no quarto de hospital. Uma mulher adulta em posição fetal quando a mulher que lhe deu à luz acaba de deixar este mundo. Partiu levando com ela seu útero. (Brum, 2011, p. 150)

Aqui, o nascimento e a morte se espelham. A descrição do corpo de Laura em posição fetal, após a morte da mãe, encerra um ciclo invertido de gestação: a filha, que um dia esteve no útero, agora se dobra sobre si mesma, como se carregasse em seu próprio corpo o peso do gesto cometido. O útero que parte com Maria Lúcia simboliza a origem e, ao mesmo tempo, a prisão da qual Laura finalmente se liberta. Mas essa libertação não vem sem culpa — é o parto ao avesso, a morte que gera a filha; além do mais, o útero, que antes abrigou Laura, torna-se o símbolo do desaparecimento da origem e da impossibilidade de retorno. Portanto, a dor do luto se confunde com o gesto de libertação: matar a mãe é também matar a ideia de uma maternidade que sufoca, que aprisiona.

A decisão de realizar a eutanásia, portanto, inscreve no texto uma ambiguidade moral e afetiva que excede a questão do “direito de morrer”: Laura mata a mãe movida por amor, mas também por ressentimento. Ela cumpre o desejo materno, mas o faz a seu modo — retardando, hesitando, decidindo o momento de agir. Ao atender ao pedido de Maria Lúcia,

Laura assume um poder que sempre lhe fora negado: o de decidir sobre a vida da mãe, sobre o destino da linhagem e, sobretudo, sobre a narrativa. Desta forma, o final da narrativa, em que Laura assume a autoria do relato sem mais precisar compartilhá-lo com a mãe, explicita o caráter metalinguístico dessa morte: “Escrever ficção é como emprestar meu corpo para mim mesma. Escrevi para poder matar a minha mãe. Essa possibilidade única que a literatura dá. E talvez para amá-la” (Brum, 2011, p. 155).

Nesse sentido, o caráter não convencional do final — uma eutanásia narrada pela filha e atravessada pela ficção — reforça a dimensão simbólica dessa morte. Laura, ao escrever que “escrevi para poder matar a minha mãe”, transforma a morte em linguagem, e a linguagem em libertação. Logo, o gesto de “matar a mãe” pode ser lido, simultaneamente, como literal e metafórico. Laura realiza a eutanásia de Maria Lúcia e, ao mesmo tempo, a eutanásia de uma relação que as sufocava. Nesse sentido, a escrita surge como extensão desse ato: uma forma de elaborar o trauma, mas também de reafirmar o poder adquirido. Ao escrever, Laura continua o que iniciou no hospital — agora, o desligamento não é do corpo, mas da memória. Assim, a literatura torna-se o respirador simbólico da experiência.

Desta forma, esse desfecho transforma o amor em um paradoxo: Laura mata a mãe para amá-la, mas também ama para poder matá-la, já que encerra o sofrimento de Maria Lúcia. O gesto que põe fim à vida de Maria Lúcia é o mesmo que permite à filha renascer como sujeito, como autora e como mulher. Em última análise, ao realizar o desejo da mãe, Laura encerra a experiência da maternidade e da filiação. Essa ambiguidade entre fim e recomeço é central para a poética do descontentamento materno. Em *Uma duas*, a morte de Maria Lúcia não representa apenas o término da vida, mas a suspensão da performance materna: ao decidir morrer, recusa o mandato de eternizar essa relação, Maria Lúcia interrompe o ciclo.

Consideramos, ainda, fundamental destacar que, ao longo desta narrativa, Maria Lúcia é uma mulher que se define pela falta — falta de amor, de reconhecimento, de um espaço próprio. A maternidade, em vez de completá-la, acentua sua falta de autonomia, tendo em vista que ser mãe não foi uma escolha da personagem, violentada sexualmente pelo pai de Laura. Portanto, ao pedir à filha que a ajude a morrer, ela inverte, por um instante, a lógica hierárquica da maternidade: transfere o poder de cuidar — e de decidir — à filha, experimentando, nesse ato, uma forma tardia de “igualdade”. A morte, paradoxalmente, é seu único momento de autonomia plena.

Se em *Uma duas* a libertação se dá pela eutanásia — um ato que rompe o elo físico e simbólico entre mãe e filha —, em *Morra, amor* a ruptura atinge seu grau mais extremo: o

sujeito que narra já não busca libertar-se da mãe, mas da própria condição de existir enquanto mulher e mãe. O gesto de Laura, ao “matar para amar”, ainda preserva a possibilidade de uma nova identidade pela escrita; já a narradora de Harwicz dissolve-se completamente, sem promessa de reconstrução. O descontentamento materno aqui transborda o vínculo familiar e passa a corroer a própria linguagem, que se fragmenta e colapsa junto com o saúde mental da narradora. Enquanto nas demais obras o conflito materno ainda podia ser categorizado como culpa, perda da identidade, cansaço —, em *Morra, amor* ele se torna inominável, manifestando-se como pulsão de morte e desejo de apagamento. Dessa forma, consideramos que, dentre as quatro protagonistas analisadas, a narradora de *Morra, amor* é que manifesta o distanciamento afetivo e a anestesia emocional de forma mais radical. Desde as primeiras páginas, sua voz revela uma mente em colapso e um corpo sugado pela maternagem, função com a qual ela não consegue se conectar.

Trata-se, portanto, de um desfecho que leva ao limite o que as demais personagens apenas ensaiaram: a recusa radical de continuar desempenhando a maternidade. A falta de conexão emocional da narradora também se manifesta no modo como ela se relaciona com o mundo exterior: o marido torna-se um espectro de normalidade; os vizinhos, vozes distantes que reforçam seu sentimento de inadequação.

Cruzei a sala de jantar [...] e subi no conversível [...]. Aonde você vai?, Tá doida? Você não tem carteira de motorista, ouvi já ao longe. **É seu, te dou de presente, te dou embrulhado em papel de seda, você o merece mais que eu. Te dou. O nosso filho**, disse, enquanto as pessoas saíam para ver o que estava acontecendo, rumorejando que eu estava doida de novo (Harwicz, 2019, p. 116 – grifos nossos).

O gesto de acelerar o carro e oferecer o filho como presente ao marido é a culminância da recusa total do papel materno. A fala “te dou o nosso filho” é brutal em sua simplicidade: mais do que abandono, ela expressa a renúncia à própria função simbólica de mãe. Nesse momento, seu distanciamento beira a desumanização: o filho é objeto de troca, o amor é mercadoria, e a maternidade, uma performance falida. Assim, o ato de abrir mão do filho representa o ápice da recusa — não apenas do cuidado, mas da identidade de mãe —, que pode ser lido, simultaneamente, como um gesto de fuga, mas também de rendição.

Ou seja, no final de *Morra, amor*, a protagonista não busca reconciliação nem salvação. Sua trajetória culmina em uma espécie de libertação pela destruição, em que a recusa da maternidade e da conjugalidade se confunde com a aniquilação do eu. A linguagem

se torna o último espaço de existência — e também de resistência. Na sequência, ela é encontrada pelo marido no bosque:

Tossiu e eu soube que era meu marido, o mais fiel. Fomos até o carro sem teto, em silêncio. Um silêncio mais calado do que todos os vividos. Na viagem sob a chuva descobri uma fileira de ciprestes, é nova?, perguntei. Está aí desde sempre, disse. Não parou na porta de casa, mas pude ver que a festa tinha terminado pelos balões azuis que voavam sobre o parque minado. O bebê está dormindo lá dentro? Não é mais bebê, disse. Mas eu entendi, seu bebê. Entramos no bosque deixando na terra marcas de rodas. [...] E ainda que tenhamos tentado ficar sérios, caímos no riso, não sei por quê, com a palavra gemeozinhos. E se a gente tiver um? Outro filho?, perguntou, sufocando numa tosse. E voltamos a estourar de rir. Mais um filho, nós. Ali ficamos os dois pela última vez rindo às gargalhadas como um casal feliz. Desci sem abrir a porta, era um modelo prático para separações (Harwicz, 2019, p. 118).

O diálogo entre o casal funciona como um rito de passagem, em que o fim é vivido mais como entrega do que como despedida: a última tentativa de contato entre dois corpos que já não se reconhecem. O riso diante da ideia de “mais um filho” é um riso de esgotamento, que transforma o absurdo em única forma possível de comunicação. O bosque, o carro — descrito como “um modelo prático para separações” — e a chuva configuram o limiar entre a vida e a dissolução.

Ele deu meia-volta e me viu me perder entre o matagal. O primeiro momento foi de pura dor. Esse tipo de dor que não se divide nem consigo mesma. Estive de luto muito tempo, mas de repente tive, como a viúva quando põe a chave na porta de sua casa, pela primeira vez, como quando janta sem falar, pela primeira vez, como a viúva quando se deita sozinha, pela primeira vez, uma tristeza excitante, selvagem. (Harwicz, 2019, pp. 118–119)

Ao rir diante do marido, no último encontro entre ambos, ela já não expressa alegria, mas um riso histérico — o eco da insanidade que nasce quando não se pode mais suportar o papel social atribuído.

A poética do descontentamento materno, nesse contexto, materializa-se como força destrutiva: é o que a empurra ao colapso, ao afastamento e, finalmente, à dissolução simbólica no matagal — um retorno à natureza bruta, ao instinto anterior à linguagem. O desfecho sugere uma espécie de suicídio subjetivo, uma morte sem corpo, em que a mulher apaga o “eu materno” para salvar o que resta de si. Contudo, quando a narradora se perde “entre o matagal”, não sabemos se caminha em direção à morte, à loucura ou à libertação. A dor

descrita como “uma tristeza excitante, selvagem” traduz o paradoxo da emancipação feminina sob a forma do desespero: para ser livre, ela precisa morrer simbolicamente como mãe, como esposa e como mulher. Desta forma, consideramos que, de todo o corpus, *Morra, amor* é o que mais radicaliza a poética do descontentamento materno, ao performar através das palavras o aprisionamento de um corpo que agoniza. A linguagem fragmentada, o fluxo de consciência e as imagens corporais funcionam como sinais de uma morte simbólica — não da mãe física, como em *Uma duas*, mas da identidade materna em si.

Nesse aspecto, “anestesia emocional” da protagonista manifesta-se de forma alternada e caótica, hesitando entre apatia e explosão. Visceral, a narradora é, simultaneamente, passiva e violenta; alienada e hiperconsciente. Em suas interações com o filho, alterna ternura abrupta e rejeição: às vezes o observa com fascínio animal; em outras, o encara como intruso, um ser que lhe usurpa o corpo e o tempo. Essa oscilação evidencia que o amor materno, longe de natural, é uma construção que pode se desfazer sob pressão. O distanciamento também se manifesta no modo como ela se relaciona com o mundo exterior: o marido torna-se um espectro de normalidade; os vizinhos, vozes distantes que reforçam seu sentimento de inadequação. O cotidiano é vivido como transe, e o gesto de acelerar o carro — oferecendo o filho ao marido como “presente” — é a culminância simbólica dessa insensibilidade construída.

Nesse aspecto, enquanto na narrativa de Eliane Brum a eutanásia é descrita como um gesto de libertar a mãe através da morte, aqui a morte metafórica é o gesto de libertar-se da maternidade através da dissolução. Mas enquanto Laura realiza a eutanásia da mãe para poder amá-la, a narradora de Harwicz realiza a eutanásia simbólica de si mesma para poder existir fora da função materna. O riso final — desesperado e libertador — substitui qualquer reconciliação: ele sela a morte de uma mulher que não cabe nas formas disponíveis de ser mãe, esposa ou humana. Nesse sentido, o desfecho de *Morra, amor* encerra o percurso de todas as protagonistas analisadas: se Eva permanece presa à culpa, Leda à ambiguidade e Laura à necessidade de matar para amar, a narradora de Harwicz escolhe o colapso como única forma possível de liberdade. Sua fuga para o matagal é, ao mesmo tempo, suicídio e renascimento — o desaparecimento de um corpo que, enfim, recusa ser definido pela maternidade.

A leitura comparada desses quatro romances revela um percurso de crescente radicalização dentro da poética do descontentamento materno: da submissão silenciosa de Eva à dissolução total da narradora de *Morra, amor*. Cada uma, a seu modo, encena os limites e as formas possíveis de resistência à materno-normatividade. Eva permanece prisioneira da ética

do cuidado e da obrigação de amar; Leda tenta escapar pela confissão da culpa e pela restituição simbólica, mas a culpa continua orbitando sua subjetividade; Em *Uma duas*, o desfecho de Maria Lúcia — ainda que narrado por Laura — converte a morte em última forma de controle sobre si mesma. Já a narradora de Harwicz leva essa ruptura ao extremo, ao negar o próprio corpo e a linguagem que a aprisionam. Os finais, portanto, não oferecem reconciliação nem esperança — apenas diferentes modos de dizer *não* à maternidade como destino. Nesse movimento, o descontentamento materno se revela não como falha individual, mas como gesto político e estético: um ato de insubmissão que, mesmo na dor, afirma a possibilidade de existir fora da norma.

Os desfechos das personagens Eva, Leda, Maria Lúcia e da narradora de Morra, amor não representam apenas o fim de suas trajetórias narrativas, mas se configuram como poderosas reflexões sobre as consequências da imposição do “instinto materno” e da “maternidade compulsória”, conceitos amplamente discutidos no Capítulo 2. Ao longo de suas histórias, essas mulheres fictícias são confrontadas com um ideal de feminilidade que as associa intrinsecamente à função materna, um constructo que, como Badinter (1985), Perrot (2006), Del Priore (2009), McClintock (2010), Federici (2017; 2019; 2021), Zanello (2018), Iaconelli (2020; 2023), Conaboy (2024), Vivas (2021), etc. demonstram, é socialmente fabricado, historicamente performando (Butler, 2018) e não parte da natureza feminina.

Observamos que, nas narrativas analisadas, a ausência de uma rede de apoio — emocional, institucional e material — não é um dado externo, mas um dispositivo dramático que aprofunda o descontentamento materno. Eva (Shriver) fala desde um vazio assistencial que intensifica a culpa e o isolamento; a narradora de *Morra, amor* encena um puerpério sem amparo, em que o corpo exausto e a linguagem em colapso substituem qualquer suporte clínico ou social; Leda (Ferrante) revisita a própria história sob o signo de uma maternidade sem mediações; e Maria Lúcia (Brum) atravessa a maternidade sob silenciamentos e violências que não encontram acolhida pública. Ao evidenciar esse desamparo estrutural no nível da forma e do enredo, os romances não prescrevem soluções, mas exibem os efeitos da insuficiência de suporte sobre a subjetividade materna — e, com isso, tensionam o imaginário que naturaliza a maternidade como destino e vocação.

Portanto, enquanto no plano social a maternidade demandaria mediações coletivas (acolhimento clínico no pré e pós-parto, escuta psicológica, creches e tempo integral) para não se converter em sobrecarga, as ficções aqui estudadas constroem suas personagens justamente no contraponto a esse ideal: mães que performam sem rede (Shriver, Harwicz), que recordam uma experiência sem amparo (Ferrante) ou atravessam vínculos marcados por violência e

silêncio (Brum). O efeito estético dessa falta não é panfletário: ele se traduz em vozes fragmentadas, memórias que retornam como feridas e cenas de esgotamento que desestabilizam o mito da “boa mãe”.

Encerramos, assim, as análises que compõem a poética do descontentamento materno, cujas personagens, ao inscreverem suas experiências de exaustão, ambivalência e ruptura, expõem as contradições estruturais da maternidade no imaginário contemporâneo. Assim, ao converter o desamparo em experiência estética, essas obras produzem um diagnóstico cultural: onde não há mediação coletiva, a maternidade tende a ser vivida como violação e ferida — e é essa fratura que a literatura, antes de qualquer agenda, nos obriga a ver. Logo, o percurso das protagonistas — da culpa à recusa, da submissão à autodestruição — revela que a maternidade, quando desnaturalizada, deixa de ser destino e se transforma em discurso, matéria de conflito e de criação. A partir dessa constatação, as *considerações finais* retomam o diálogo entre literatura e realidade, buscando compreender de que modo essas narrativas, ao desafiar a materno-normatividade, ecoam o mal-estar de mulheres reais que, como as personagens, também ousam questionar o mito do amor materno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo central investigar a poética do descontentamento materno em quatro romances: *Precisamos falar sobre o Kevin*, *A filha perdida*, *Uma duas e Morra, amor*. Buscamos explorar as tensões entre a experiência individual e as construções socioculturais da maternidade. Nas obras analisadas, a maternidade deixa de ser apresentada como destino natural e passa a ser problematizada como experiência socialmente regulada, emocionalmente ambígua e, por vezes, insuportável. Ao longo da pesquisa, duas hipóteses orientaram a análise e ambas foram confirmadas.

Para compor estas considerações, retomamos, em primeiro lugar, a hipótese de que “o caráter compulsório da maternidade, aliado à sua configuração histórica como prática de cuidado e abnegação feminina, contribui para o agravamento das experiências maternas, podendo levar muitas mulheres a sentimentos negativos em relação à decisão de terem tido filhos”. Tal premissa foi confirmada através da revisão da crítica feminista, bem como pela análise comparativa das narrativas mencionadas.

No Capítulo 2, “Antes da Literatura, a História: Uma Revisão da Crítica Feminista”, demonstramos como a maternidade foi historicamente construída como uma norma social e um “destino inescapável” para as mulheres; um processo que Vivas (2021) denomina “maternalização da mulher”. Além disso, a análise do “dispositivo materno” (Zanella, 2018) e a discussão sobre a divisão sexual do trabalho, conforme Federici (2017; 2019; 2021), evidenciaram a natureza compulsória dessa imposição, que, ao longo dos séculos, revestiu-se de uma aura de “espontaneidade” e “amor incondicional”, conforme criticado por Badinter (1985; 2011). Outrossim, a influência do discurso religioso (Del Priore, 2009) e a “reinvenção do patriarcado” (McClintock, 2010) também foram cruciais para compreender como a materno-normatividade enraizou-se.

Em sequência, o capítulo 3 deu corpo estético a esse diagnóstico: Eva, Leda, Maria Lúcia e a narradora de *Morra, amor* vivenciam mal-estares que desconstroem o ideal hegemônico da “boa mãe”. Frustração, ambivalência, angústia e, por vezes, rejeição comparecem não apenas tematicamente, mas como forma: as narrativas inscrevem o descontentamento como linguagem estética e política, resistindo ao roteiro de abnegação e pureza que sustenta a materno-normatividade. Logo, ao longo da análise dos romances *Precisamos falar sobre o Kevin*, *A filha perdida*, *Uma duas e Morra, amor*, demonstramos como essas narrativas revelam a tensão entre a idealização cultural da mãe e a vivência das

mulheres que não se reconhecem nesse modelo. Em diálogo com essas construções ficcionais, incorporamos também os relatos de mães reais do livro *Mães arrependidas*, de Orna Donath (2017), que funcionam como contraponto empírico e campo de ressonância para as experiências narradas: ao dar voz a mulheres que nomeiam o arrependimento e o mal-estar, seus depoimentos confirmam a verossimilhança das figurações literárias e ampliam o campo do dizível — justamente o que o discurso social procura interditar.

A segunda hipótese, por sua vez, afirmava que “a possibilidade de problematizar o descontentamento materno configura-se como um ato político e de resistência, cuja enunciação pública permanece socialmente restrita a mulheres que ocupam posições menos vulneráveis — predominantemente brancas, heterossexuais e pertencentes às camadas médias e altas”. Embora cientes das limitações do *corpus*, os resultados convergem nesse sentido. Conforme mencionamos na introdução, reconhecemos que, apesar do esforço em incorporar interseccionalidade, enfrentamos dificuldades em encontrar um *corpus* literário mais diverso. Como indicado no capítulo introdutório, nossas buscas por um conjunto mais diverso de personagens encontraram obstáculos, o que, por si, confirma a tese de que o debate literário sobre o descontentamento materno permanece concentrado em um perfil específico de autoras e protagonistas, majoritariamente brancas e de classe média.

A analogia com a “carência de fontes” apontada por Michelle Perrot para a história das mulheres ajuda a compreender a lacuna literária aqui observada. Assim como faltaram registros diretos da experiência feminina no passado, faltam-nos hoje narrativas ficcionais que abordem o descontentamento materno por uma perspectiva interseccional. Nosso estado da arte, realizado a partir de buscas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, Google Acadêmico e SciELO, indicou ainda que, no Brasil, a produção acadêmica permanece majoritariamente voltada à literatura nacional, o que reforça a pertinência de um recorte comparativo transnacional. Ao articular romances de quatro países com a pesquisa de Donath, esta tese contribui para preencher uma lacuna nos estudos literários sobre o tema, evidenciando tanto a transversalidade quanto as particularidades do fenômeno.

O recorte transnacional desta pesquisa, que abrange romances publicados em quatro países distintos (Estados Unidos, Itália, Brasil e Argentina), revelou um dos achados mais significativos e, ao mesmo tempo, mais sutis da análise: a notável verossimilhança da poética do descontentamento materno. A recorrência de temas como a ambivalência afetiva, a sobrecarga, a perda da identidade e a crítica à materno-normatividade em contextos culturais tão diversos sugere que o lugar geográfico de enunciação da mãe não se constitui como um recorte essencial ou determinante para as reflexões sobre a experiência materna

contemporânea. Essa transversalidade aponta para a universalidade do fenômeno, evidenciando que o ideal hegemônico da “boa mãe” é uma construção sociocultural globalizada, cujos efeitos de frustração e esgotamento transcendem fronteiras nacionais, reforçando a pertinência do diálogo comparativo proposto.

Por sua vez, os desfechos das personagens, embora variados, convergiram para a impossibilidade de conciliar plenamente a experiência subjetiva com o ideal normativo da maternidade, resultando em sentimentos de arrependimento explícito ou de profunda insatisfação. Adicionalmente, a comparação com os testemunhos das mães arrependidas entrevistadas por Orna Donath (2017) reforçou a verossimilhança dessas representações ficcionais com a realidade. Portanto, esta tese busca contribuir para o debate sobre representações culturais, identidades de gênero e narrativas sobre o descontentamento materno, tanto no âmbito acadêmico-literário quanto no social. Ao reunir romances de quatro países diferentes e confrontá-los com a pesquisa de Donath (2017), evidenciamos a verossimilhança entre ficção e experiência, bem como a transversalidade e as particularidades do fenômeno analisado.

Outro eixo que emergiu das análises diz respeito à sobrecarga inerente à maternagem contemporânea. A crise instaurada por esse modelo de maternidade resulta não apenas da idealização de um padrão inatingível de dedicação e plenitude, como também impõe às mulheres uma sobrecarga consideravelmente maior do que aquela vivenciada por gerações anteriores. Se, no passado, muitas mulheres foram circunscritas ao espaço doméstico, hoje, além das atribuições tradicionalmente associadas ao feminino, elas acumulam responsabilidades antes consideradas “masculinas”, como de provedoras, por exemplo. Não obstante, tal observação não tem a intenção de sugerir que a vida das mulheres antes da Segunda Onda do Feminismo fosse mais confortável ou isenta de sofrimento, mas de evidenciar que os avanços conquistados pelas mulheres no campo dos direitos e da ocupação do espaço público trouxeram, como efeito colateral, a intensificação da carga física, emocional e simbólica que recai sobre elas. Em *Elogio da diferença*, Rosiska Darcy Oliveira (2012) enfatiza que as mulheres “masculinizaram-se”, sem que os homens se “feminizassem”. Isso significa que a conquista de novos direitos às mulheres não foi acompanhada, na mesma medida, pela redistribuição das tarefas reprodutivas e de cuidado, gerando o que hoje convencionou-se chamar de “dupla jornada”. Tal realidade, embora naturalizada, constitui um dos principais fatores de exaustão entre mulheres, mães e não mães.

Desse modo, a sobrecarga feminina está ancorada em fatores culturais ligados a problemas de gênero, muito mais do que a aspectos específicos da maternidade, o que implica

afirmar que esse é um problema com o qual a maior parte das mulheres se depara — inclusive as mães não arrependidas e as não mães. Contudo, reconhecemos que, devido ao acúmulo de novas demandas geradas por um modelo de maternagem centrado na figura materna, é previsível que essa sobrecarga seja agravada com a chegada de um bebê. Dessa forma, isso poderia potencializar as sensações de sufocamento e exaustão relatadas pelas mães “descontentes”.

Mostramos, também, como a complexidade das experiências maternas vai além dos eventos isolados, permeando a construção de suas identidades. A ambivalência, presente em suas relações com a maternidade e com as figuras maternas, não apenas molda suas percepções de si mesmas, mas também influencia suas interações com o mundo. Os conflitos, por sua vez, podem surgir de expectativas sociais, de dilemas internos ou de dinâmicas familiares disfuncionais ancorados em um modelo de maternidade patriarcal, todos contribuindo para um cenário de constante tensão e busca por um sentido de pertencimento e integridade. Assim, o trauma relacional-identitário se revela como um fio condutor que conecta as diferentes narrativas, evidenciando a interligação entre as experiências individuais e as estruturas sociais e emocionais que as sustentam.

Mesmo com suas diferenças, observamos que, nas obras analisadas, as personagens apresentam algumas semelhanças sutis entre si, embora haja diferenças marcantes nas vivências e traços de personalidade de cada uma. Apesar de suas condições socioeconômicas distintas, todas pertencem, aparentemente, à classe média, compreendida como uma faixa intermediária entre a classe alta e a classe baixa, com algumas nuances de estratificação (Eva, talvez, fosse a melhor posicionada entre todas, tendo em vista que chegou a pertencer à classe média-alta antes de perder todo o seu patrimônio com o julgamento do filho e, posteriormente, com o seu próprio julgamento — pois precisou responder por negligência materna na vara cível). Contudo, observamos que nenhuma delas é pobre: Eva era uma empresária bem-sucedida, que ganhava dinheiro conhecendo outros países; Leda era professora universitária e tinha condições de viajar para a praia nas férias; Maria Lúcia, por ser filha de um militar, recebia uma pensão vitalícia do falecido pai e pôde pagar pela ala nobre do hospital; a personagem sem nome do romance de Harwicz é quem parece levar uma vida mais humilde, em uma residência isolada da zona urbana, mas ao que tudo indica a propriedade na qual residia pertencia à família de seu marido — que, inclusive, teve condições de pagar por sua internação em uma clínica de repouso. Portanto, podemos inferir que não se tratam de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Essas personagens também possuem níveis variados de escolaridade, mas nenhuma é analfabeta, afinal, todas escrevem e narram com desenvoltura. Eva é uma empresária que viaja a trabalho; Leda é professora universitária; Maria Lúcia, filha de militar, recebe pensão e acessa serviços privados de saúde; e a narradora de *Morra, amor* vive em propriedade ligada à família do marido e tem acesso a internação em clínica. Maria Lúcia foi a única que não teve acesso à educação formal, pois o pai a ensinava a ler e escrever em casa. Todas se relacionam com homens, ainda que sob regimes afetivos distintos, ainda que talvez de forma compulsória (como foi o caso de Maria Lúcia, que não teve escolha). Eva era viúva de Franklin; Leda era divorciada do pai de Marta e Bianca; a personagem não nomeada era casada e vivia com o marido, pai de seu filho; e Maria Lúcia nunca se casou legalmente com o progenitor da filha, que foi embora quando Laura era uma criança. Além disso, não se tem, nesse *corpus*, nenhuma personagem que se descreva como mulher negra — sinal de um apagamento racial que costuma se tornar visível quando a negritude está em cena. O silêncio sobre raça, aqui, opera como marca de normatividade branca, refletindo a identidade racial das autoras.

Como já mencionamos, falar sobre o descontentamento materno parece, ironicamente, um “privilégio” associado a um perfil específico de mulheres: brancas, heterossexuais e oriundas de classes sociais mais favorecidas. Essa hipótese dialoga com a preocupação de Perrot em dar voz às mulheres pobres, tanto operárias quanto prostitutas, lavadeiras, donas de casa e mulheres sem escolaridade. Perrot demonstra como a exclusão afeta de forma diferente as mulheres de distintas classes sociais e etnias. Portanto, o discurso sobre a maternidade das mulheres de classes e etnias diferentes ainda é “apagado” ou não priorizado nas narrativas literárias. Essa limitação reforça a tese de Spivak (2010) de que, mesmo quando o subalterno tenta falar, a ausência de um “sujeito da escuta” institucionalmente validado pode impedir que essa fala seja efetivamente ouvida e compreendida, especialmente quando se trata de mulheres subalternas, cujas experiências são ainda mais marginalizadas por questões de raça e classe.

Esse recorte dialoga com os resultados de Donath (2017), cuja amostra, ainda que mais diversa do que nosso *corpus* literário, também se concentra em mulheres brancas, heterossexuais e de classe média. Outro dado interessante de sua amostragem é que, embora todas as mulheres sejam de origem judaica, nenhuma se identificou como pertencente a uma religião fundamentalista: “quatro delas se definiam como ateias, doze como laicas, três como pertencentes a diversos setores religiosos, e três se recusaram a rotular o que viam como uma identidade religiosa híbrida” (Donath, 2017, p. 19). Logo, embora a religião ainda exerça uma influência significativa na pressão por uma maternidade idealizada, é importante reconhecer que ela não constitui a principal fonte de opressão, uma vez que essas mulheres, embora

desfrutem de certa liberdade religiosa, sentem-se coagidas a expressar seus sentimentos devido ao temor de retaliações sociais. Nesse sentido, a pressão cultural parece prevalecer sobre a religiosa.

Além disso, mesmo estando protegidas pelo anonimato da pesquisa, essas mulheres concordaram em compartilhar suas experiências, ainda que de maneira confidencial, o que talvez não aconteceria em contextos de religiosidade mais rígida e ortodoxa, nas quais se busca manipular até os pensamentos dos fiéis por meio do medo. Ou seja, a pesquisa corroborou com a ideia de que as expectativas sociais em torno da maternidade afetam todas mulheres, independente de raça ou classe social, pois essa disposição para relatar suas vivências poderia não se manifestar sem garantias de sigilo e anonimato. Desse modo, embora para o estudo elas tenham concordado em abrir seus corações, na vida real elas sentem que ainda precisam manter uma “fachada”, pois temem não serem compreendidas.

Esse perfil das personagens que desafiam os padrões de maternidade ideal, em parte, coincide com os resultados da pesquisa de Leal e Zanello (2022), sobre o desejo de não maternidade em mulheres brasileiras. A amostra contou com dez participantes com as seguintes características:

a) idades entre 27 e 43 anos; b) cinco mulheres brancas e cinco negras; c) cinco heterossexuais, três bissexuais e duas homossexuais; d) salário entre 1,7 e 10 salários mínimos (salário mínimo brasileiro vigente à época: R\$ 954,00); e) nível escolar superior, algumas com titulações de Mestrado e Doutorado (Leal e Zanello, 2022, p. 79-80).

Ao contrário das personagens do *corpus* analisado nesta tese, na pesquisa de Leal e Zanello, 50% das participantes se identificaram como mulheres pretas. Embora os dados apresentados não tenham permitido uma identificação clara da classe social predominante, é relevante notar que todas possuíam diploma universitário. Esse fato sugere uma possível correlação entre o nível educacional e a recusa à maternidade compulsória. À medida que as mulheres têm maior acesso ao conhecimento, elas se equipam com ferramentas que lhes permitem afirmar sua alteridade e resistir a imposições sociais que restringem suas escolhas.

É possível observar que, nas pesquisas feitas com seres humanos, tanto na de Leal e Zanello (2022) quanto na de Donath (2017), aparece uma diversidade quanto à sexualidade das participantes, o que não foi possível identificar no nosso recorte, com objetos literários. Essa dificuldade com a qual nos deparamos destaca os desafios em encontrar representações interseccionais quando as narrativas contestam o discurso convencional de realização na

maternidade. É claro que a ausência dessas obras em nossas buscas não quer dizer que elas não existam; apenas indica que são ainda mais raras dentro de um universo temático que, por sua própria natureza, já se revela escasso.

Nesse sentido, a conclusão de Figueiredo Souza (2021) aponta para a limitação das discussões sobre a “maternidade real” nas redes sociais, revelando que, apesar da diversidade de perfis de mulheres envolvidas, as narrativas mais visíveis pertencem predominantemente a mulheres das classes médias urbanas com maior acesso à internet. Essa concentração explica a ausência ou escassez de certos temas nos *posts* analisados pela pesquisadora. Dentre os temas ausentes, Figueiredo Souza (2021) destaca a maternidade em áreas rurais, a recusa ao aborto legal em hospitais autorizados e as experiências de maternagem em contextos periféricos. Esse dado sugere que o debate sobre maternidade nas redes sociais, assim como nossa pesquisa com objetos literários, não reflete a pluralidade completa das experiências maternas no Brasil, estando mais restrito a determinados contextos socioculturais.

Contudo, conforme explicado por bell hooks (2019), para a maioria das mulheres pretas, a maternidade não é apontada como o principal fator de limitação de sua liberdade — em vez disso, elas citam o racismo, a pobreza, as relações violentas e o trabalho alienado como os maiores entraves para afirmarem sua transcendência. Vivemos em uma sociedade estruturada por sistemas de opressão que silenciam minorias, criando uma parcela da população que não pode se manifestar sem enfrentar consequências por suas falas. Assim, supomos que nem todas as mulheres têm a liberdade de abordar o arrependimento materno, pois ao fazer isso as mulheres socialmente mais vulneráveis, que geralmente pertencem a grupos minoritários, possivelmente enfrentariam consequências mais graves. Mesmo aquelas mulheres que “podem” quebrar o silêncio, por gozar de certos privilégios, são vistas com desconfiança ao decidirem falar o que pensam, pois suas perspectivas não estão alinhadas com as expectativas sociais pré-estabelecidas.

Consequentemente, uma significativa parcela da população mundial permanece sem representação nessas narrativas literárias e continua tendo suas experiências silenciadas. Isso inclui mulheres negras, de baixa renda, que residem em áreas periféricas; mulheres trans que foram mães, seja por meio de filhos biológicos ou adotivos; aquelas que são lésbicas, mas que ainda assim tiveram filhos por meio de relações heterossexuais; e as mulheres, homossexuais ou não, que se tornaram mães por meio de processos como fertilização *in vitro*⁶⁹, dentre outros

⁶⁹ O próprio acesso à fertilização *in vitro* sugere um certo privilégio socioeconômico, pois não se trata de um procedimento barato e, embora seja ofertado pelo SUS, é extremamente difícil de se conseguir. Além disso, essa informação é pouco divulgada, pois é provável que haja pouco interesse do estado em ofertar planejamento familiar a pessoas de baixa renda.

exemplos. Contudo, é necessário ressaltar a relevância dos trabalhos publicados por essas escritoras aqui estudadas. Elas são as pioneiras na poética do descontentamento materno e certamente seus trabalhos servirão para encorajar e inspirar outras mulheres a romperem com o silêncio que aniquila a alteridade feminina.

Nessa chave, as obras analisadas se aproximam de nosso objetivo: compreender como os sentimentos das personagens se constituem nas tensões entre experiência e norma. Para essas mulheres, abdicar de desejos e ambições para performar a “mãe exemplar” implicou, por vezes, abrir mão de si. Ao iluminar a maternidade por meio de sujeitos sem rede, os romances tornam visível o que a cultura frequentemente oculta: o desamparo como condição do mal-estar. *Precisamos falar sobre o Kevin*, *A filha perdida*, *Uma duas* e *Morra, amor* não advogam por políticas; dramatizam os efeitos da falta de mediação social sobre corpo, linguagem e memória, desestabilizando a imagem idealizada e expondo zonas de trauma, culpa e silêncio. Portanto, enquanto vivermos em uma sociedade maternalista, torna-se imprescindível que o Estado — um dos principais beneficiários do trabalho de cuidado feminino não remunerado — desenvolva políticas públicas efetivas para mitigar os impactos nocivos da sobrecarga materna. Seguir cobrando das mulheres que gerem filhos em nome da sobrevivência da espécie já não é suficiente: é preciso oferecer uma rede de apoio robusta.

É nesse ponto que proponho, nesta pesquisa, a metáfora do Titanic como imagem representativa do colapso simbólico do ideal materno⁷⁰. Tal qual o navio — grandioso, supostamente inabalável —, o modelo normativo da “boa mãe” promete segurança e perfeição, mas, ao colidir com a realidade das experiências subjetivas, revela sua fragilidade. Assim como o Titanic, que naufragou ao colidir com um iceberg, o ideal materno naufraga sob o peso da exaustão, da culpa e da solidão que atravessam a maternidade. O que resta desse naufrágio simbólico é o espaço para reconstruir — entre destroços — outras formas de maternar, menos presas à perfeição e mais abertas à imperfeição, à dúvida e à humanidade. No entanto, o que se depreende desse cenário é que a sobrecarga materna é apenas a “ponta do iceberg” que colidiu com o navio e vem causando essa ruptura. Ou seja, trata-se de uma pequena parte da subjetividade humana que fica na superfície, mas a estrutura submersa e, portanto, não visível, é mais complexa e suas dimensões são desconhecidas. Dessa forma, o impacto que essa estrutura vai gerar ao colidir com o navio é bastante variável, pois o limiar de tolerância a frustrações é distinto de uma pessoa para outra, gerando, com isso, uma

⁷⁰ A metáfora do Titanic foi adaptada pela autora desta pesquisa como recurso simbólico para representar o naufrágio do ideal materno diante da complexidade e das contradições das vivências maternas contemporâneas. Sobre a imagem simbólica do Titanic como metáfora cultural do colapso de projetos grandiosos frente à realidade, ver: BRYSON, Bill. Breve história de quase tudo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 46–49.

infinidade de experiências diversas. Assim, o cansaço que para algumas é aceitável, para outras pode ser insuportável.

Por fim, os resultados encontrados apontam para a direção de que a maternidade é apenas uma das diversas trilhas para a realização de uma mulher, mas não é a única — e certamente não é soberana, tampouco universal. Conforme demonstramos ao comparar as narrativas das personagens com os relatos de mães reais, o descontentamento materno, embora estudado aqui como um fenômeno literário, não existe somente na ficção. Como sugere Conaboy (2024), repensar o discurso da parentalidade implica reconhecer sua complexidade, valorizar que o cuidado é compartilhado, aceitar que aprender a cuidar leva tempo, que há diversidade de experiências maternas/paternas e que não existe um modelo universal. Ela sugere que isso ajude a reduzir a culpa e promover ambientes mais humanos para mães, pais e crianças. Posto isso, acreditamos que a luta por uma maternidade pensada, consciente e autônoma, livre da imposição e da idealização, é um caminho que a literatura pode ajudar a pavimentar, cumprindo com uma de suas funções sociais (Candido, 2014).

REFERÊNCIAS

- ALZANDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 229, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 22 set. 2025.
- ANDRADE, Beatriz Martins. Luzes sobre Eva: uma nova mulher, um velho patriarcado. **Mescla**, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/mescla/article/view/5158>. Acesso em: 27 set. 2025.
- ARAÚJO, Maryana Gomes. **A romantização da maternidade e a ambivalência do materno**: uma análise do filme A filha perdida. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) — Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios, 2023.
- ARIÈS, Philippe (1960). **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. - [Reimp.]. Rio de Janeiro: LTC, 2014. Livro eletrônico.
- ARONOVICH, Lola. In: LERNER, Gerda (1986). **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019. Versão do *Kindle* para *Android*. 418 p.
- ASSMANN, Aleida. Corpo. In: **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011. p. 259-316.
- BADINTER, Elisabeth (2010). **O conflito**: a mulher e a mãe. Tradução Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011. Versão do *Kindle* para *Android*. 190 p.
- BADINTER, Elisabeth (1981). **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Livro eletrônico. 268p.
- BARBOSA, Tatiane Tamires. **Análise do filme ‘Precisamos falar sobre Kevin’ a partir das ideias de Winnicott**. 2017. 41 f. Monografia (Especialização em Teoria Psicanalítica) – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/12053>. Acesso em: 27 set. 2025.
- BARON-COHEN, Simon. We need to talk about Kevin’s lack of empathy. **The Guardian**, 24 out. 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/film/2011/oct/24/we-need-talk-kevin-empathy>. Acesso em: 19 jul. 2025.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução Mario Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (Coleção Roland Barthes). p. 57-64.
- BEAUVOIR, Simone de. [1949] **O segundo sexo** (v. 1): fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a.
- BEAUVOIR, Simone de. [1949] **O segundo sexo** (v. 2): a experiência vivida. Tradução Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b.

BENJAMIN, Jessica. **The Bonds of Love: Psychoanalysis, Feminism, and the Problem of Domination**. New York: Pantheon Books, 1998.

BERGAMO, Giuliana Arcocha. **Trança de gente**: a construção das protagonistas narradoras Leda e Bel em *A filha perdida* e *Bisa Bia, Bisa Bel*. 2019, 95f. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SP, Brasil, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22334/2/Giuliana%20Arcocha%20Bergamo.pdf>. Acesso em 6 jul. 2025.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**: Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil, 2012. 1760 p.

BOCCHI, Aline Fernandes de Azevedo. Da senzala ao cárcere: corpo e maternidade às margens da história. **Fragmentum**, [S. l.], n. 54, p. 135–157, 2022. DOI: 23610.5902/2179219438824. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/38824>. Acesso em: 3 ago. 2023.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista**: conceitos e tendências. Maringá: Eduem, 2007.

BOURDIEU, Pierre (1998). **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução Maria Helena Kühner. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BRADSHAW, Peter. We Need to Talk About Kevin – review. **The Guardian**, Londres, 20 out. 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/film/2011/oct/20/we-need-to-talk-about-kevin-review>. Acesso em: 1 out. 2025.

BRAIT, Beth. **A personagem**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

BROWN, Laura S. **Not outside the range**: One feminist perspective on psychic trauma. In: HERMAN, Judith; HARVEY, Mary (orgs.). *Trauma: Explorations in Memory*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995. p. 100–112.

BRUM, Eliane (2011). **Uma duas**. - 2. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2018. Versão do *Kindle* para *Android*. 165 p.

BUTLER, Judith. **Giving an account of oneself**. New York: Fordham University Press, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. *E-book* (PDF).

CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; ALMEIDA PRADO, Décio de; GOMES, Paulo Emílio Salles (1970). **A personagem de ficção**. - 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Remate de Males**, Campinas, SP, 2012. DOI: 10.20396/remate.v0i0.8635992. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992>. Acesso em: 25 dez. 2023.

COELHO DA SILVA, Nathália. Observatório Literário de Eliane Brum: o romance *Uma/Duas* conduzido pelo conjunto de obra. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 32, n. 63, p.

154–166, 2023. DOI: 10.26512/cerrados.v32i63.48754. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/48754>. Acesso em: 29 set. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 1990.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. [2016] **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso eletrônico (ePub).

CONABOY, Chelsea. **O mito do instinto materno**: como a neurociência está reescrevendo a história da parentalidade. Tradução de Laura Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, Chicago, n. 1, p. 139–167, 1989.

CSILLAG, V. The making of a mass murderer: notes on the novel We Need to Talk about Kevin. **International Forum of Psychoanalysis**, v. 28, n. 1, p. 19–24, 2017. DOI: 10.1080/0803706X.2017.1358465. Acesso em: 17 jul. 2025.

DAL BOSCO SITTA, Gabriela. As mães na literatura: atualidade de um tema. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 101–116, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reacl/article/view/4336>. Acesso em: 27 set. 2025.

DAVIS, Angela. [1981]. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Recurso eletrônico (ePub).

DEFENSORIA Pública do Estado de Pernambuco (DPPE). **Responsabilidade dos pais na conduta ilícita dos filhos menores**. Disponível em: <https://www.defensoria.pe.def.br/noticias/detalhe/2459/#:~:text=Responsabilidade%20Civil%3A%20Segundo%20o%20art.responsabilidade%20objetiva%2C%20independente%20de%20culpa>. Acesso em: 21 mai. 2025.

DEL PRIORE, Mary (1993). **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DIAS, Tânia Maria. **A vida social das pílulas anticoncepcionais no Brasil (1960 – 1970)**: uma história do cotidiano. Tese (Doutorado Acadêmico em Saúde da Criança e da Mulher) — Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2019.

DONATH, Orna (2016). **Mães arrependidas**: uma outra visão da maternidade. Tradução Marina Vargas. - 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Versão do *Kindle* para *Android*. 305p.

DOVAL, Camila Canali. **Mulheres escritas por mulheres**: personagens femininas no romance brasileiro contemporâneo (2000 – 2014). Tese (Doutorado em Letras) — Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DUARTE PENA, Eduarda. A(s) filha(s) perdida(s) nas amarras da maternidade, de Elena Ferrante. **Frontería - Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/litcomparada/article/view/4898>. Acesso em: 27 set. 2025.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **Metodologia da pesquisa em literatura**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020. *ePub*.

ERICA, Luisa; HENDRAWAN, Donny. Kevin's developmental psychopathology portrayal in the movie We Need to Talk About Kevin. **Ultimart: Jurnal Komunikasi Visual**, v. 17, n. 1, jun. 2024. Acesso em: 19 jul. 2025.

FARIAS, Ariane Ávila Neto de. **“Nada é natural na natureza”**: a construção narrativa do sujeito-mãe na Literatura Brasileira Contemporânea escrita por mulheres. Tese (Doutorado em Letras) — Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2021.

FEDERICI, Silvia (2004). **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução do coletivo Sycorax. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2017. Livro digital.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais (2018). Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERRANTE, Elena (2006). **A filha perdida**. Tradução Marcello Lino. - 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. Versão do *Kindle* para *Android*. 152 p.

FERRANTE, Elena. Mulheres que escrevem: Respostas às perguntas de Sandra, Sandro e Eva. In: FERRANTE, Elena. **Frantumaglia**: Os caminhos de uma escritora. Trad. Marcello Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017. p. 278-311.

FELSKI, Rita. **Literature after feminism**. 5. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2003. Livro digital.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Por uma crítica feminista**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de. “Maternidade real” nas mídias sociais: particularidades, tensões e novas imagens maternas. **Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12**, Florianópolis, 19 a 30 de julho de 2021. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1612061057_ARQUIVO_3d749d252ca9489a7fdd402579cfcf11.pdf. Acesso em: 5 out. 2024.

FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de. Maternidade e mídias sociais no Brasil: **Dispositiva**, v. 11, n. 19, p. 51-70, 13 jul. 2022a. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/23258>. Acesso em: 5 out. 2024.

FIGUEIREDO SOUZA, Ana Luiza de. **Ser mãe é f*d@!** Porto Alegre: Zouk, 2022.

GERHARDT, Bruna Cardoso; SERRA, Jovana Giacobbo; ZIMMER, Camila; ARTECHE, Adriane Xavier. Role of self-criticism in postpartum mental health: a network analysis. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 37, art. 38, 2024. DOI: 10.1186/s41155-024-00321-2. Acesso em: 3 Ago. 2025.

GÓMEZ URZAIZ, Begoña. **As abandonadoras**: histórias sobre maternidade, criação e culpa. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

- GUTMAN, Laura. **Mulheres visíveis, mães invisíveis**. Tradução Luís Carlos Cabral. - 1. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013. Livro digital [PDF].
- HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas epistolares**. Tradução Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- HARWICZ, Ariana (2012). **Morra, amor**. Tradução Francesca Angiolillo. 1. ed. digital. São Paulo: Instante, 2019. Versão do *Kindle* para *Android*. 99 p.
- HERMAN, Judith. **Trauma and recovery: The Aftermath of Violence—from Domestic Abuse to Political Terror**. New York: Basic Books, 1992.
- HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** [recurso eletrônico]. Versão online. Rio de Janeiro: Objetiva; Fundação Antônio Houaiss, 2010. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 4 out. 2024.
- IACONELLI, Vera. **Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna**. 2. ed. São Paulo: Zagodoni, 2020.
- IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. Versão do *Kindle* para *Android*. 265 p.
- KALCKMANN, Suzana. Métodos de Barreira Controlados pela Mulher. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (Orgs.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- KEHL, Maria Rita (1998). **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Versão do *Kindle* para *Android*. 332 p.
- KLEIN, Kelvin Falcão. **A arte do dissenso e da ambiguidade**. Quatro cinco um, São Paulo, 16 abr. 2024. Atualizado em: 1 ago. 2024. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/resenhas/critica-literaria/a-arte-do-dissenso-e-da-ambiguidade/>. Acesso em: 29 set. 2025.
- LEAL, Daniele Fontoura da Silva; ZANELLO, Valeska. “Não Tenho Filhos e Não Quero”: Questões Subjetivas Implicadas na Opção pela Não Maternidade. **Revista Psicologia e Saúde**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 77–92, 2023. DOI: 10.20435/pssa.v14i3.1949. Disponível em: <https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/1949>. Acesso em: 23 dez. 2023.
- LEITE, Tayná. Amamentar não é um ato de amor. **AzMina**, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/amamentar-nao-e-um-ato-de-amor/>. Acesso em: 4 out. 2025.
- LERNER, Gerda (1986). **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019. Versão do *Kindle* para *Android*. 418 p.
- LERNER, Gerda (1993). **A criação da consciência feminista: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2022.

LIBRENZ, Patricia. Literatura e audiovisual como ferramentas para discussão sobre os impactos da maternidade exigente sobre a saúde mental das mulheres. In: Encontro Internacional de Letras, 11., 2023, Foz do Iguaçu. **Anais [do] XI Encontro Internacional de Letras**. Toledo: Unioeste, 2024. p. 173-187. Disponível em:

<https://server2.midas.unioeste.br/sgev/eventos/XIEIL/anais>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LIBRENZ, Patricia; GUIZZO, Antonio Rediver. A representação da violência na literatura: maternidade compulsória e cultura do estupro como mecanismos de dominação em Uma duas. **Nau Literária**, [S. l.], v. 19, n. 01, p. e-126013, 2023. DOI: 10.22456/1981-4526.126013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/126013>. Acesso em: 21 dez. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (1985). **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Livro digital [PDF].

MARTINS, Joice Fagundes. Os cativos das mulheres: as representações e as relações femininas na obra de Eliane Brum. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018. Disponível em: <https://ppgletas.furg.br/dissertacoes-e-teses/publicacoes-de-2018/12030dissertacao-os-cativeiros-das-mulheres-as-representacoes-e-as-relacoes-femininas-na-obra-de-eliane-brum>. Acesso em: 4 out. 2025.

MARTINS, Maura. ‘**Morra, amor**’: a loucura inerente à maternidade. Escotilha, Curitiba, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://escotilha.com.br/literatura/morra-amor-ariana-harwicz-instante-resenha/>. Acesso em: 29 set. 2025.

MATIAS JUNIOR, Hernandes. *Morra, amor, de Ariana Harwicz*. Românticos Radicais, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://romanticosradicais.com/2023/07/31/resenha-livro-morra-amor-ariana-harwicz/>. Acesso em: 29 set. 2025.

MCCLINTOCK, Anne (1954). **Couro Imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Tradução Plínio Dentzien. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

MORAES, Mirtes de. **Maternidade**: uma análise sociocultural. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

MULHERES QUE ESCREVEM. **A filha perdida**. Medium, 2019. Disponível em: <https://medium.com/mulheres-que-escrevem/a-filha-perdida-5d5eb613d455>. Acesso em: 2 out. 2025.

MUŠOVIĆ, Azra A. Yeats’s sensibilities, Leda, and ambiguities in Elena Ferrante’s The Lost Daughter. **Novi Pazar**, v. 4, n. 2, p. 74–84, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5937/NPDUNP2102074M>. Acesso em: 3 out. 2025.

NOGUERA, Renato. **Mulheres e deusas**: como as divindades e os mitos femininos formaram a mulher atual. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017. Livro digital [PDF].

O’REILLY, Andrea. Matricentric feminism: A feminism for mothers. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, Toronto, v. 10, n. 1–2, p. 7–19, 2019. Disponível em: <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/40551>. Acesso em: 9 out. 2025.

O'REILLY, Andrea. Precisamos Falar sobre Maternidade Patriarcal: Essencialização, Naturalização e Idealização em Precisamos Falar sobre Kevin, de Lionel Shriver. **Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2016. Disponível em:

<https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/40323/36502>. Acesso em: 1 out. 2025.

OLIVEIRA, Amanda da Silva. Espaços da/na literatura em Uma duas, de Eliane Brum. In: **Configurações do espaço na literatura de autoria feminina**. Orgs: Cinara Ferreira [e] Cristina Arena Forli. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. 220 p. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/230998/001132831.pdf?sequence=1#page=108>. Acesso em: 21 dez. 2023.

OLIVEIRA, Amanda da Silva. A maternidade questionada em Morra, amor, de Ariana Harwicz. **Revell - Revista de Estudos Literários da UEMS**, [S. l.], v. 3, n. 33, p. 114–135, 2023. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/7339>. Acesso em: 8 out. 2023.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de (1991). **Elogio da diferença**: o feminino emergente. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Versão do *Kindle* para *Android*. 129 p.

PARKER, Rozsika. **Torn in Two**: The Experience of Maternal Ambivalence. London: Virago, 1995.

PEDRO, Liliana; BRANQUINHO, Mariana; CANAVARRO, Maria Cristina; FONSECA, Ana. Self-criticism, negative automatic thoughts and postpartum depressive symptoms: the buffering effect of self-compassion. **Journal of Reproductive and Infant Psychology**, v. 37, n. 5, p. 539–553, 2019. DOI: 10.1080/02646838.2019.1597969. Acesso em: 03 ago. 2025.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PLANO CRÍTICO. Crítica: **A filha perdida, de Elena Ferrante**. 2021. Disponível em: <https://www.planocritico.com/critica-a-filha-perdida-de-elena-ferrante>. Acesso em: 2 out. 2025.

PRECIADO, Paul. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Versão do *Kindle* para *Android*. 84 p.

ROCHA RIBEIRO, Renata; LIMA, Eduarda Cristina; ALVES DE SOUSA, Thaís. Maternidade/filiação e envelhecimento/velhice em A filha perdida, de Elena Ferrante, e Mar azul, de Paloma Vidal. **Linguist.lit.**, Medellín, n. 85, p. 140-162, Jun. 2024. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-55872024000100140&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 set. 2025.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1762). **Emílio ou da Educação**. Tradução Sérgio Milliet. 3. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1979. Livro digital [PDF]. 421 p.
- RUBIN, Gayle (1975). O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. *In: Políticas do sexo*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: UBU, 2011.
- SAINI, Angela. **Inferior é o caralho**. Tradução Giovanna Louise Libralon. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2018. Versão do *Kindle* para *Android*. 298 p.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma**: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em: . Acesso em: 05 jun. 2020.
- SHRIVER, Lionel. **Precisamos falar sobre o Kevin**. Tradução Beth Vieira e Vera Ribeiro. Edição digital. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011. Versão do *Kindle* para *Android*. 614 p.
- SICUTERI, Roberto. **Lilith**: a lua negra. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas**: O psicopata mora ao lado (Edição Comemorativa de 10º Aniversário). Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- SILVA, Emília Rafaelly Soares. **Maternidade incômoda e jogos de espelhos femininos na Tetralogia Napolitana de Elena Ferrante**. Tese (doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza, 2022.
- SILVA, Tânia Mara. **Lilith**: a primeira mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.
- SMIALEK, Amy. **Fe/male mother of two: gender and motherhood in Lionel Shriver’s We Need to Talk About Kevin**. 2016. 72 f. Dissertação (Mestrado em Inglês) – Cleveland State University, Cleveland, 2016. Disponível em: <https://engagedscholarship.csuohio.edu/etdarchive/869>. Acesso em: 1 out. 2025.
- SOARES, Marianne Lourenço; RODRIGUES, Maria Madalena Guimarães. A percepção das puérperas acerca da depressão pós-parto. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v. 29, n. 2, p. 113–125, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/percepcao_puerperas_depressao.pdf. Acesso em: 3 ago. 2025.
- SOUZA, Bárbara Ramos; AMORIM, Bernardo Nascimento de. Quando o assunto é procriar: uma reflexão sobre a representação da maternidade em *Precisamos falar sobre Kevin*, de Lionel Shriver. **Afluente**, v. 6, n. 19, p. 354-370, 2021. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/16657>. Acesso em: 27 set. 2025.
- SOUZA, Bárbara Ramos. **A representação da mulher-mãe**: a desconstrução da memória cultural da figura materna em *Precisamos falar sobre o Kevin*, de Lionel Shriver. Dissertação (Mestrado em Letras) — Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TARDIVO, André Eduardo. **Mulheres “com armas sonolentas”**: a (des)construção da maternidade em Carola Saavedra. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

TARDIVO, André Eduardo. **Talvez mães, sempre mulheres**: representações maternas em produções literárias recentes de autoria feminina. Tese (Doutorado em Letras) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2023.

TEIXEIRA, Heloisa [Buarque De Hollanda] (org.). **Explosão feminista**: arte, cultura e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TEIXEIRA, Heloisa [Buarque De Hollanda] (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

TIAN, Lestiana; LIRU, Marianus W.; WANGGAI, Febe F. I. Psychopathy of Kevin in the film *We Need to Talk About Kevin* (Psychological Approach). **Lantern: Journal of Language and Literature**, Ende, v. 10, n. 2, p. 51-60, fev. 2025. DOI: 10.37478/lantern.v10i2.5378.

TOFANELO, Gabriela Fonseca; ZOLIN, Lucia Osana. O. Do peso à libertação: duas visões da violência sexual na literatura contemporânea escrita por mulheres. **Travessias**, Cascavel, v. 14, n. 3, p. e24902, 2020. DOI: 10.48075/rt.v14i3.24902. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/24902>. Acesso em: 23 abr. 2024.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Da mãe que não fui**: a experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná — Curitiba, 2015.

VIEIRA, Cintya de Abreu. **Tecituras da feminilidade e da maternidade**: de Freud ao romance *A filha perdida*, de Elena Ferrante. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, Porto Nacional, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/7031/1/Cintya%20de%20Abreu%20Vieira%20-%20Disserta%20a7%20a3o.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.

VIVAS, Esther Esteve (2019). **Mamãe desobediente**: um olhar feminista sobre a maternidade. Tradução Claudio Cruz [et al.]. São Paulo, Timo, 2021. Versão do *Kindle* para *Android*. 390 p.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Tradução Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

WOOLF, Virginia (1942). Mulheres romancistas. In: **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2021.

WOOLF, Virginia (1929). **Um teto todo seu**. Tradução Sheila Koerich. São Paulo: Coleção Duetos, 2020. Versão do *Kindle* para *Android*. 109 p.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p.

238–246, set.-dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>. Acesso em 08 out. 2025.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 4. ed. ampl. e rev. Maringá: Eduem, 2019a. p. 211-237.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 4. ed. ampl. e rev. Maringá: Eduem, 2019b. p. 319-330.

ZOLIN, Lúcia Osana. Elas escrevem sobre o quê?: temáticas do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina. **Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura**, São Cristóvão-SE, v. 35, n. 1, p. 13–40, 2021. DOI: 10.47250/intrell.v35i1.15685. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/15685>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta**: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2016. Livro eletrônico.

ALENCAR, José de (1862). **Lucíola**. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro (USP). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000137.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2024.

ALENCAR, José de (1865). **Iracema**. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro (USP). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000136.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2024.

ALENCAR, José de (1875). **Senhora**. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000011.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2024.

AMADO, Jorge (1958). **Gabriela, cravo e canela**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. *ePup*.

AMADO, Jorge (1966). **Dona Flor e seus dois maridos**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

AMADO, Jorge (1977). **Tieta do Agreste**. Rio de Janeiro: Record, 1977.

BEI, Aline. **O peso do pássaro morto**. São Paulo: Editora Nós, Edith, 2017.

BRYSON, Bill. **Breve história de quase tudo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRASIL, Marina Valentim; COSTA, Angelo Brandelli. Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis?. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 427-446, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 dez. 2023.

CARUTH, Cathy. **Unclaimed Experience**: Trauma, Narrative, and History. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996

CHODOROW, Nancy (1978). **Psicanálise da maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. Tradução Nathanael C. Caixeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2002.

COUTINHO, Eduardo F; CARVALHAL, Tania Franco (orgs). **Literatura comparada**: textos fundadores. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: TEIXEIRA, Heloísa [Buarque de Hollanda] (Org.). **Tendências e impasses**: O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

DEL FUEGO, Andréa. **A Pediatra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. Versão do *Kindle* para *Android*. 181p.

EMECHETA, Buchi (1979). **As alegrias da maternidade**. Tradução Julia Dantas. 1. ed. Porto Alegre: Dublinense, 2018. *ePub*.

ERNAUX, Annie. **O acontecimento**. Tradução Isadora Pontes. 1. ed. São Paulo: Fósforo, 2022. *ePub*.

EURÍPEDES. **Medeia, Hipólito e as Troianas**. Tradução Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

FLAUBERT, Gustave (1856). **Madame Bovary**. Tradução Fúlvia M. L. Monetto. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

FOUCAULT, Michel (1988). **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRIEDAN, Betty (1963). **A mística feminina**. Tradução Carla Bitelli, Flávia Yacubian. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. *ePub*.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. **La loca del desván**: La escritora y la imaginación literaria del siglo XIX. Madrid: Cátedra, 1998.

GILMAN, Charlotte Perkins (1892). **O papel de parede amarelo**. Tradução José Manuel Lopes. - 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016. *ePub*.

GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. **Contos de fadas dos Irmãos Grimm**. Tradução Thalita Uba. Jandira, SP : Principios, 2020

HEITI, Sheila. **Maternidade**: um romance. Tradução Júlia Debasse. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. *ePub*.

HUGO, Victor. **Os miseráveis** (1862). Tradução e notas Regina Célia de Oliveira. São Paulo: Martin Claret, 2020. *ePub*.

JUNG, Carl Gustav (1959). **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Livro eletrônico.

KINKAID, Jamaica (1996). **A autobiografia da minha mãe**. Tradução Débora Landsberg. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2020. *ePub*.

LISPECTOR, Clarice (1977). **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2013. Livro eletrônico.

LISPECTOR, Clarice (1964). **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2020. *ePub*.

LISPECTOR, Clarice (1944). **Perto do coração selvagem**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2019. *ePub*.

LOBATO, Monteiro (1920). **Negrinha** (conto). São Paulo: Globo, 2012. Disponível em: <https://reciclaleitores.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Negrinha-conto-Monteiro-Lobato.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MACEDO, Joaquim Manoel de (1844). **A Moreninha**. Universidade da Amazônia. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00132a.pdf>. Acesso em: 2. jun. 2024.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria (1899). **Dom Casmurro**. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro (USP). Disponível em:

<http://www.dominionpublico.gov.br/download/texto/bv00180a.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2024.

MAIER, Corine (2007). **Sem filhos**: 40 razões para você não ter. Tradução Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

MANDUJANO-SALAZAR, Yunuen Ysela. La representación de las mujeres que no desean ser madres en comedias románticas mexicanas: ¿Visibilización o invalidación de la agencia femenina?. **Ex aequo**, Lisboa, n. 47, p. 189-203, jun. 2023. Disponível em http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602023000100189&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2024. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.47.13>.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de; MENDONÇA, Maria Collier de (orgs.). **Maternidade nas mídias**. Santa Maria-RS: FACOS-UFSM, 2021.

REZENDE, Maria Valéria. **Quarenta dias**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

ROJAS-MADRIGAL, Carolina. Entre la voluntad y el castigo: agresiones contra mujeres que deciden no ser madres. **Ex aequo**, Lisboa, n. 47, p. 171-187, jun. 2023. Disponível em http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602023000100171&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAAVEDRA, Carola. **Com armas sonolentas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018a.

SAAVEDRA, Carola (Entrevista). In: COMPANHIA das Letras. **Com armas sonolentas: Carola Saavedra fala sobre a temática do livro**. 2018b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rj4h3HvJ9S8>. Acesso em: 01. jun. 2024.

SLIMANI, Leïla (2016). **Canção de ninar**. Tradução Sandra M. Stroparo. 1 ed. São Paulo: Planeta, 2018.

TAUNAY, Visconde de (1872). **Inocência**. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://www.dominionpublico.gov.br/download/texto/bn000002.pdf>. Acesso em: 2. jun. 2024.

TAVARES, Sérgio. **O beijo com a faca em riste**: Ariana Warwicz narra relação complicada entre mãe e filha. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/11/13/interna_pensar,1204251/beijo-com-faca-em-riste-ariana-harwicz-relacao-complicada-mae-filha.shtml. Acesso em: 21 dez. 2023.

TOLSTÓI, León Nikolaiévitch (1873). **Anna Kariênina**. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

APÊNDICES

APÊNDICE A – SUPLEMENTO DE LEITURA: UMA REVISÃO DA LITERATURA
FICCIONAL E DE OUTRAS REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS NA REPRESENTAÇÃO
DA MULHER (MÃE E NÃO MÃE)

Antes do advento do feminismo, a mulher se fazia presente na literatura muito mais como personagem do que como escritora. Ou seja, as personagens femininas eram descritas aos olhos dos homens, por vezes reforçando alguns estereótipos de gênero e até mesmo romantizando o sistema de opressão. Além disso, “não é exagero dizer que as mulheres eram tratadas com a mesma hostilidade e com o mesmo senso de distanciamento que se concedia aos “índios selvagens” na literatura produzida depois da Conquista” (Federici, 2017, p. 203). Federici considera que essa “depreciação literária e cultural estava a serviço de um projeto de expropriação” (p. 203).

Na tese de doutorado intitulada “*Nada é natural na natureza*”: a construção narrativa do sujeito-mãe na literatura brasileira contemporânea escrita por mulheres, Ariane Ávila Neto de Farias conclui que

embora tenha se feito personagem constante na literatura, a mãe não é colocada como indivíduo central das narrativas. Percebe-se que a temática, principalmente por ser uma experiência exclusiva do feminino e, por consequência, sem interesse para a sociedade de normas masculinas, que valorizou os feitos grandiosos dos homens, não foi representada de maneira substancial na literatura (Farias, 2021, p. 121).

Logo, as mães, quando presentes nas narrativas, eram frequentemente retratadas de maneira superficial, e na maioria das vezes idealizadas como figuras de abnegação e virtude, como parte de um grande projeto de doutrinação. No entanto, cremos que essa representação não reflita uma verdade universal e foi justamente o fato de essa temática literária ser um campo árido que nos impulsionou a escolher como foco desta pesquisa personagens maternas que desafiam essa visão de mundo.

Portanto, neste suplemento de leitura, empreendemos uma breve investigação sobre a evolução da representação artística da maternidade, da mulher-mãe (e também a do seu oposto: a não mãe) ao longo do tempo. Exploramos como a concepção da maternidade tem sido moldada como destino, transformada e reinterpretada de acordo com o contexto histórico, refletindo mudanças sociais, culturais e ideológicas.

A seleção das obras que compõem este suplemento de leitura foi pautada por uma rigorosa pesquisa bibliográfica, realizada em plataformas de referência como o portal da CAPES e bases de dados especializadas, como a SciELO e Scopus. Adicionalmente, considerou-se a relevância das obras no campo da crítica literária e seu notável sucesso editorial, fatores que lhes conferiram ampla repercussão tanto no meio acadêmico quanto na imprensa.

Textos fundadores: a mitologia e o teatro grego

Para começar, é interessante notar que na lenda *Medeia* a mulher-mãe não é retratada como uma figura santificada, como viria a ser mais tarde na cultura judaico-cristã. Nessa história, que se difundiu aproximadamente cinco séculos a.C., por meio da tradição oral⁷¹, Medeia matara os próprios filhos para vingar-se do ex-marido. O castigo de Jasão, por tê-la abandonado para se casar com outra mulher (mais rica e mais jovem que ela) foi ficar sem descendentes, uma vez que Medeia envenenara, também, a noiva de Jasão, negando-lhe, deste modo, a continuidade de sua linhagem. Contudo, faz-se necessário, ainda, observar que, nesta história, a mulher que detinha algum conhecimento científico (Medeia conhecia muito bem o poder das ervas) é descrita como um perigo — e, como vimos no segundo capítulo, foi exatamente esse tipo de conhecimento passou a ser perseguido muitos séculos depois, na era da caça às bruxas, que ocorreu durante a Idade Média.

Temos, ainda, na mitologia, a história de Liríope⁷², que — apesar da sua importância ter sido apagada pelo protagonismo de seu filho, Narciso — foi quem deu origem ao mito da maternidade (Noguera, 2017). A ninfa, que não desejava ser mãe, explicita que sua maior ambição era ser livre — e essa ambivalência entre liberdade e maternidade é irrefutável na mensagem que a narrativa transmite. Céfiso, o deus-rio (pai de Narciso), continua sua trajetória, enquanto Liríope, por estar gestante, fica aprisionada no mesmo lugar, impedida de conhecer o mundo, vivendo uma gestação penosa e indesejada. A notícia da gravidez não a deixa feliz em nenhum momento, contrariando o senso comum de que a ideia do nascimento de um filho seria motivo de alegria para todas as mulheres, e a intenção do aborto é racionalizada por ela em vários momentos (Noguera, 2017). Sendo assim, o mito de Liríope

⁷¹ Embora a autoria desta tragédia seja oficialmente atribuída a Eurípedes, acredita-se que o verdadeiro autor de *Medeia* seja desconhecido, mas teria sido Eurípedes o primeiro a registrá-la por escrito.

⁷² A consulta sobre essa obra foi realizada no livro *Mulheres e deusas: como as divindades e os mitos femininos formaram a mulher atual* (cuja referência completa está ao final deste trabalho).

também retrata a maternidade sob uma perspectiva não romantizada, sendo descrita como o oposto de liberdade. Segundo Renato Nogueira (2017), a história de Liríope trata-se, portanto, de “uma narrativa que procura retratar sentimentos femininos de vários tipos diante do ônus da maternidade” (p. 42).

Antes de avançarmos para o século XIX, é importante mencionar que, durante o período colonial, a ideia de controlar as mulheres através do uso da força, da violência e da autoridade de um chefe de família passou a ser gradativamente substituída por métodos mais discretos de dominação (Del Priore, 2009). Dessa forma, observou-se um aumento de produções literárias com o objetivo “adestrar as mulheres” (Del Priore, 2009).

Os homens de letras do período colonial foram os emissores de um discurso crítico sobre os destemperos femininos, cuja intenção era valorizar as ditas honestas, obedientes e recolhidas. As admoestações, aparentemente dirigidas a um público misto, terminavam por circunscrever no mau exemplo exclusivamente a mulher (Del Priore, 2009, p. 101).

Convergindo com esse entendimento, Federici (2017) enfatiza que a literatura produzida no período de Elizabeth I e James I⁷³ retratava as mulheres como pessoas “pouco razoáveis, vaidosas, selvagens, esbanjadoras” (p. 202). Federici (2017) aponta que a língua das mulheres era vista como perigosa e subversiva, o que refletia uma necessidade social de controlar e restringir sua expressão. Essa tentativa de silenciar as mulheres se desdobrava em diversas práticas e representações culturais, nas quais a fala feminina era constantemente vigiada e reprimida.

No entanto, entre as figuras femininas que mais ameaçavam essa ordem patriarcal, a esposa desobediente se destacava como a principal vilã. Ao lado de outras figuras transgressoras, como a 'desbocada', a 'bruxa' e a 'puta', ela se tornava alvo preferido de dramaturgos e moralistas. Um exemplo marcante dessa representação é *A megera domada* (1593), de Shakespeare. “O castigo da insubordinação feminina à autoridade patriarcal foi evocado e celebrado em inúmeras obras de teatro e panfletos. A literatura inglesa dos períodos de Elizabeth I e de Jaime I fez a festa com esses temas” (Federici, 2017, p. 202), reforçando o controle sobre o comportamento e a fala das mulheres.

⁷³ Elizabeth I foi Rainha da Inglaterra e Irlanda de 1558 até sua morte, em 1603; James I reinou na Escócia desde 1567 — e na Inglaterra a partir de 1603 — até sua morte, em 1619.

Literatura do século XIX

Podemos destacar, no século XIX, uma série de narrativas infantis, muitas vindas da tradição oral, que se disseminaram com o objetivo de “colonizar os afetos” (Kehl, 2016), inculcando o medo como técnica pedagógica. A coletânea de contos compilados, adaptados e publicados entre 1812 e 1815 por Jacob e Wilhelm Grimm, os “irmãos Grimm”, intitulada como *Contos da Infância e do Lar*, é a obra de língua alemã mais traduzida e editada no mundo. Neste acervo, estão reunidas histórias como “A Branca de Neve e os sete anões”, “A Bela Adormecida” (ambos de 1812) e “Rapunzel” (1815). Nessas narrativas, a protagonista é sempre uma jovem doce, meiga e passiva, que sofre nas mãos de uma “poderosa feiticeira”, geralmente retratada como uma mulher sem filhos e, conseqüentemente, sem sentimentos. Ao final da história, a mocinha, que é boa, é salva por um príncipe; mas sua algoz, que é má, acaba tendo um final trágico. A moral da história é bastante clara: a mulher que for submissa e bem comportada, aceitando o lugar dela na sociedade, será recompensada com amor de um homem, que cuidará dela — e, assim, ambos *viverão felizes para sempre*.

É importante destacar que a maioria dos contos publicados pelos irmãos Grimm foram adaptados pela Disney no século seguinte. Nessas adaptações, que são direcionadas ao público infantil, principalmente meninas, o elemento do amor romântico se mostra essencial, refletindo a ideia de que

o dispositivo amoroso apresenta-se como caminho privilegiado de subjetivação para as mulheres em nossa cultura, significa dizer que as mulheres se subjetivam, na relação consigo mesmas, mediadas pelo olhar de um homem que as “escolha”. Isto é, o amor, ser escolhida por um homem, é um fator identitário para elas (Zanella, 2018, p. 84).

A autora também enfatiza a diversidade e a eficácia das chamadas “tecnologias do gênero”, tais como revistas, filmes, músicas e novelas, que abordam performances relacionadas ao dispositivo amoroso e a maneira como esses recursos são utilizados como “ensinamento”, cujo objetivo é colonizar os afetos (Zanella, 2018).

Por outro lado, podemos afirmar que o desfecho da bruxa nessas histórias refletia o tratamento cruel dispensado às mulheres durante a Era Medieval, que foram condenadas à fogueira acusadas de feitiçaria. A caça às bruxas foi um verdadeiro genocídio de mulheres comuns, sem nenhum poder sobrenatural, que simplesmente foram consideradas bruxas

porque não se conformavam com as normas que as subjugavam (Federici, 2017, 2019; Vivas, 2021). Curiosamente, nos contos infantis, o destino das bruxas é retratado de maneira lúdica como um “feitiço que virou contra a feiticeira”, aludindo ao fim trágico das bruxas queimadas, como se a barbárie contra as mulheres fosse apenas uma consequência de suas próprias maldades e desobediência. Em última análise, essas narrativas estão impregnadas de uma ideologia moralizante, disfarçadas sob uma suposta “aura de justiça”, pois selam o destino das bruxas com um “castigo divino”, considerado como merecido.

É importante observar que, nesses contos, normalmente, o fim era o casamento — tanto no sentido de desfecho da narrativa quanto como de finalidade/ meta da vida das protagonistas. Zanello (2018), ao retomar as ideias de Firestone (1976), salienta que o amor “é o pivô da opressão das mulheres” (Zanello, 2018, p. 83), constituindo-se, assim, o objetivo maior — acima, inclusive, da maternidade. No entanto, as histórias não exploravam a vida das mulheres após o matrimônio; este era apresentado apenas como devendo ser o principal objetivo de vida das personagens femininas⁷⁴. O “viveram felizes para sempre” sugeria que apenas após o casamento seria possível alcançar a verdadeira felicidade, que incluía necessariamente ter filhos, considerado intrínseco a todo casamento naquela época e à suposta “natureza feminina”. Um ponto notável a destacar como um fenômeno provocado pelos estudos de gênero e pela crítica feminista é a transformação dessas narrativas infantis que vem ocorrendo na atualidade. Os textos originais, que frequentemente apresentavam personagens femininas passivas à espera de um príncipe encantado, têm dado lugar a histórias que destacam o protagonismo e o empoderamento das mulheres, desconstruindo a ideia de passividade, frequentemente relacionada ao feminino. Essas novas abordagens enfatizam como esses elementos são fundamentais para que as mulheres se tornem protagonistas de suas próprias histórias.

Cem anos após a doutrinação de Rousseau, contida nas reflexões de Emílio sobre a educação de Sophie, o renomado poeta Victor Hugo publicou *Os Miseráveis* (1862), o maior clássico do Romantismo francês. Nessa história, o autor apresenta a personagem Fantine como um exemplo de abnegação, tornando-se um símbolo na literatura do sacrifício e do amor incondicional de uma mãe por seu filho. Após o dono da fábrica demitir Fantine por descobrir que ela era mãe solteira, a mulher decide vender os cabelos e os dentes, demonstrando, assim, que o amor materno estava acima da vaidade feminina. Além disso, ela

⁷⁴ Somente a partir da segunda metade do século XIX, com o surgimento do Realismo (movimento que, no Brasil começou em 1881), os romances passaram a explorar a vida das mulheres dentro do matrimônio, a exemplo dos clássicos *Anna Kariênina*, *Madame Bovary* e *Dom Casmurro*.

se prostitui e sujeita-se a todo tipo de humilhação para garantir que sua filha recebesse tudo do que precisava, mesmo sendo cuidada por outra família, refletindo não somente a falta de condições da mãe, mas também os costumes da época na França. A obra possui um profundo caráter social, denunciando as condições degradantes enfrentadas pelos operários das fábricas na Europa do século XIX, que eram praticamente escravizados modernos, recebendo salários ínfimos por jornadas de trabalho exaustivas e abusivas que mal garantiam o sustento de suas famílias. Ao descrever a realidade de Fantine, Victor Hugo demonstra sua sensibilidade ao compreender que o capitalismo era particularmente cruel com as mulheres. No entanto, como homem de seu tempo, ele não se liberta da ideia do amor maternal, que idealiza a mãe como alguém capaz de suportar qualquer sofrimento em prol dos filhos. Essa idealização vinha sendo incutida no imaginário social desde Rousseau.

Os romances publicados durante o período do Romantismo muitas vezes seguiam a convenção do final feliz presente nos “contos de fada”, comumente simbolizado pelo casamento, como é evidenciado nas obras brasileiras *A Moreninha* (1844), de Joaquim Manoel de Macedo, e *Senhora* (1875), de José de Alencar. Já diante da impossibilidade do casamento concretizar-se, devido às normas vigentes da época, romantizava-se o “amor impossível”, cujo desfecho geralmente era a morte da protagonista — como Alencar destaca em *Lucíola* (1862) — uma mulher que, moralmente, não poderia se casar por ser uma cortesã de luxo —, e *Iracema* (1865), uma mulher indígena cujo filho era fruto de seu amor com um homem branco europeu (uma união considerada ilegal e imoral na época). Diante da impossibilidade do amor concretizar-se através do casamento, outro desfecho comum era a morte do casal, quase ao estilo *Romeu e Julieta* — como acontece no enredo de *Inocência* (1872), de Visconde de Taunay. Inocência, que desobedece o pai ao se apaixonar por um forasteiro, morre de tristeza após o assassinato de seu amado, um final bastante pedagógico para mocinhas desobedientes.

Embora algumas personagens não estejam centralmente envolvidas na temática da maternidade, é relevante mencioná-las aqui devido à sua importância na história da literatura. Este é o caso de Anna Kariênina (de Tolstói), Emma Bovary (de Flaubert) e Capitu (de Machado de Assis) — três personagens que, mesmo sendo mães, tornaram-se símbolos de casamentos fracassados⁷⁵. As duas primeiras foram sabidamente adúlteras; quanto à última, a

⁷⁵ Anna era casada com Aleksei Kariênin, com quem teve um filho pequeno; Emma era mãe de Bertha, também filha de seu marido, Charles Bovary; Capitu era mãe de Ezequiel, do qual a verdadeira paternidade nunca fora revelada (segundo Capitu, Bentinho era o pai; segundo o próprio marido, o pai era Escobar, seu amigo falecido).

traição permanece incerta, pois só dispomos do relato de um marido ciumento (constituindo, assim, o maior mistério da literatura brasileira).

O romance *Madame Bovary* (1856), de Gustave Flaubert, conta a história de uma mulher comum da França do século XIX. Educada com o objetivo de casar, frequentou uma escola para moças, onde recebeu instruções em leitura, aritmética e cuidados domésticos. Contudo, a romântica protagonista que sonhava com o casamento, imaginava viver uma grande história de amor, semelhante àquelas descritas nos romances que apreciava. Ao casar-se com Charles Bovary, um médico medíocre, Emma rapidamente percebe que a vida conjugal diferia substancialmente de suas expectativas — e do que lia nos livros; assim, a frieza e monotonia de seu marido a decepcionam profundamente. Na tentativa de mitigar essa frustração, Emma busca experimentar intensas emoções, o que a leva a manter relacionamentos extraconjugais e a contrair dívidas substanciais para sustentar um estilo de vida luxuoso, incompatível com os recursos financeiros de Charles.

A representação da insatisfação de Emma na obra de Flaubert foi tão marcante para o período, que gerou grande repercussão entre os leitores. Esse impacto chegou a tal ponto, que o autor Gustave Flaubert foi levado a julgamento. A acusação girava em torno do medo de que o comportamento (considerado inadequado) da protagonista poderia provocar. Em outras palavras, o romance foi considerado uma ameaça à moral, pois temia-se que as mulheres que o lessem despertassem e, assim, passassem a questionar sua condição, dando-se conta da mediocridade de suas vidas, a exemplo de Emma. O que os conservadores da época parecem não ter percebido é que o final trágico de Emma Bovary, sua decadência e seu suicídio atuavam como agentes reguladores da moral. Além disso, o fato de ter preferido morrer e deixar sua filha pequena — que, ao final, acaba órfã, visto que Charles “morre de desgosto” pouco tempo depois —, também proporciona um caráter egoísta à sua personalidade, algo indigno de uma mãe.

Anna Kariênina (1873), um clássico da literatura russa, descreve a dinâmica de dois casamentos em famílias distintas, com foco no matrimônio de Anna com Aleksei Kariênin, um membro influente da elite e com um alto cargo público. Apesar de sua posição na alta sociedade, Anna compartilha semelhanças com Emma ao vivenciar uma vida de luxo que não lhe traz satisfação devido à frieza conjugal. Paralelamente a Emma, ela cede à sedução de um amante mais jovem. No entanto, ao abandonar a família e fugir com o amante, sua ruína é moral, não financeira. Embora lhe seja oferecido o divórcio pelo marido, Anna e seu amante optam por permanecer na clandestinidade, evidenciando, assim, a decadência e falta de dignidade da personagem. Ao tentar recuperar a guarda do filho e retornar à sociedade, ela

percebe que não é mais aceita e que, portanto, não pertence a lugar nenhum — tendo em vista que a família do amante também não a respeitava. Esse isolamento social decorrente de suas escolhas conduz a personagem à loucura, alimentando fantasias de abandono e culminando em seu trágico suicídio nos trilhos do trem. Essa narrativa ilustra as nuances das expectativas sociais e morais impostas às mulheres na sociedade russa do século XIX e enfatiza que, para a mulher adúltera, não havia possibilidade de salvação.

Ao analisarmos a maneira como o narrador Bento Santiago retrata sua mãe em *Dom Casmurro* (1899), é possível perceber a perspectiva masculina do padrão de feminilidade predominante na sociedade do século XIX. Ao escolher para a lápide de Dona Glória o epitáfio “uma santa”, Bento destaca a principal característica esperada de uma figura materna (Farias, 2021). Já no que diz respeito à Capitu,

pode-se afirmar que esta é colocada em um espaço oposto ao de D. Glória. Com seus “olhos de cigana oblíqua e dissimulada”, características dadas a ela por José Dias, Capitu é representante do grupo das mulheres temidas pelo homem. Apresentada pelo narrador como destemida, persuasiva, segura de seus desejos e boa em disfarces e mentiras, essa mulher não se adequa aos reconhecidos arquétipos femininos (Farias, 2021, p. 99-100).

O narrador reforça a perspectiva patriarcal de idealização da maternidade ao comentar que

as horas de maior encanto e mistério eram as de amamentação. Quando eu via o meu filho chupando o leite da mãe, e toda aquela união da natureza para a nutrição e vida de um ser que não fora nada, mas que o nosso destino afirmou que seria, e a nossa constância e o nosso amor fizeram que chegasse a ser, ficava que não sei dizer nem digo (Machado de Assis, 1899, p. 81).

Portanto, Capitu representa um exemplo emblemático de figura feminina que, como muitas outras, fora retratada sob o olhar masculino, destacando a transformação de menina em mulher por meio da maternidade, conforme assinalado por um comentário de José Dias após Capitu dar a luz: “Que digna senhora nos saiu a criança travessa de Mata-cavalos” (Machado de Assis, 1899, p. 87).

Na história que conhecemos, Capitu aparenta ter controle sobre si mesma, estabelecendo as regras de sua própria vida (Farias, 2021). Em contrapartida, essa obra também revela o destino infeliz de uma mulher cujo empoderamento e comportamento estava fora dos padrões esperados para a época. Assim, a maternidade tornou-se a ruína de Capitu,

pois o nascimento do tão desejado filho trouxe ao narrador a certeza da infidelidade da esposa, o que resultou na separação do casal. Para manter as aparências e evitar comentários, Bento envia Capitu e o filho para a Suíça, fingindo viajar para visitá-los todos os anos, sem jamais revelar a verdade a ninguém. Mesmo vivendo praticamente em exílio, Capitu age como uma “boa mãe”, nunca revelando ao filho que seu pai não o queria por perto, conforme analisa Farias:

como mãe protetora, ela nunca deixou que a história imaginada pelo marido chegasse ao filho. Assim, a maternidade a levou à total exclusão e solidão, morrendo ela, sem nunca mais ter voltado ao Brasil, enquanto ainda residia na Suíça. O narrador salienta ainda o fato de que a mesma jamais falou mal de Bento, marcando ainda o seu caráter de boa mãe (2021, p. 102).

Como podemos observar, tanto em *Dom Casmurro* quanto nos romances *Anna Kariênina* e *Madame Bovary*, o desfecho das mulheres que desafiam os padrões é, geralmente, trágico. Vera Iaconelli, ao refletir a respeito dessas duas últimas obras, comenta:

Muito além de produzir personagens individuais, Tolstói e Flaubert, cada um à sua maneira, trouxeram à luz o destino trágico da mulher do século XIX que não se encaixasse no padrão esperado. Se renunciasse à família e ao lar para dar vazão a seus anseios e paixões, a mulher tornava-se decaída e sem salvação. O isolamento social ou a morte selavam seu destino, ainda que estivesse apenas repetindo o comportamento masculino. Se permanecesse sob o jugo da moral vitoriana, estava condenada a uma vida de frustrações, escapismo, infelicidade e adoecimento. De fato, o que se esperava das mulheres era não só a resignação à condição de mãe e esposa, mas a gratidão e o júbilo por sê-lo (Iaconelli, 2023, p. 55).

Iaconelli (2023) explica que foi a partir dessa obra que Jules de Gaultier dedicou-se a um estudo psicológico sobre o que ele denominou de “bovarismo” — termo criado para descrever a insatisfação crônica e a busca por prazer através da fantasia, tal como retratado por Flaubert em sua personagem.

Ainda no contexto do século XIX, em *O papel de parede amarelo* (1892)⁷⁶, é notável a importância que a autoria de uma mulher confere à narrativa: a subjetividade da natureza feminina é evidenciada e a invisibilidade da mulher como sujeito é problematizada. Apesar de ter sido publicado somente 30 anos depois de *Os Miseráveis*, temas nunca antes trabalhados

⁷⁶ Título original: *The Yellow Wallpaper*.

na literatura universal vieram à tona nesta narrativa, que é considerada um dos primeiros contos feministas da literatura. Nele, a escritora norte-americana Charlotte Perkins Gilman traz pitadas de autoficção para o enredo, ao representar esteticamente uma mulher que está em depressão pós-parto (termo ainda não cunhado na época em que o conto foi escrito). Esta curta e impactante história mostra como o machismo, que tende a invalidar a voz e a experiência femininas, fez com que os médicos negligenciassem o sofrimento da personagem, levando-a à loucura e culminando em seu suicídio. A própria autora teria revelado posteriormente que, durante o puerpério, inúmeras vezes pensou em tirar a própria vida.

Literatura do século XX

Adentrando o século XX, a cena literária começa a receber a influência de romancistas e pensadoras feministas, como Virgínia Woolf e Simone de Beauvoir. Nesta seção, apresentaremos, a título de exemplo, alguns romances que abordam temas até então invisibilizados pelo cânone, como o aborto e a maternidade, ou que trazem à tona personagens femininas 'desalinhadas' das expectativas sociais. O objetivo não é realizar um levantamento exaustivo da produção literária do século passado, mas sim ilustrar como a exploração de certos temas, que consideramos adjacentes a esta pesquisa, vem evoluindo em comparação com o que tínhamos no século XIX.

No Brasil, influenciado pelo feminismo de Segunda Onda (e, possivelmente, também pela amizade com Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir), Jorge Amado trouxe uma abordagem revolucionária ao retratar personagens femininas que desafiavam os padrões sociais ao viverem sua sexualidade com uma certa liberdade, considerada escandalosa para a época. Em *Gabriela, cravo e canela* (1958), *Dona Flor e seus dois maridos* (1966) e *Tieta do Agreste* (1977), o autor ilustra que as mulheres que carregavam o estigma de “putas” almejavam simplesmente viver uma vida plena e sem restrições, tal como era permitido aos homens. Assim, essas personagens representaram uma vanguarda, pois rejeitavam as restrições impostas pela sociedade e buscavam viver de acordo com seus próprios desejos e vontades, sem se curvar a convenções obsoletas. No entanto, Amado foi criticado por apelar demais para a sensualidade na construção das personagens femininas, supostamente sexualizando-as.

De acordo com Daniela Tofanelo e Lúcia Zolin (2020), nesse aspecto, a literatura escrita por mulheres, desde meados do século XX, tem contribuído significativamente para a revisão e análise dos problemas de gênero.

Na época, foram essenciais os debates de escritoras como Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Nélide Piñon, entre muitas outras, que discutiam acerca da condição social da mulher, da educação e de seus papéis dentro da família e do casamento, questionando estereótipos e visões essencialistas a que estavam reduzidas as representações femininas na literatura falocêntrica (Tofanelo e Zolin, 2020, p. 64).

Por isso, consideramos importante mencionar, ainda, duas obras de Clarice Lispector que quebraram paradigmas e chamaram atenção da crítica por trazer a perspectiva feminina para o centro. Tanto em *Perto do Coração Selvagem* (1944) quanto em *A paixão segundo G.H.* (1964), as protagonistas desafiam todos os estereótipos literários por absolutamente não se enquadrarem em visões maniqueístas e também não serem retratadas como figuras maternais ou sedutoras. Joana chega a mencionar que poderia ter filhos, se assim o desejasse, dando a entender que não engravidava por não ser essa a sua vontade. Já a personagem G.H. chega a confessar que já havia realizado um aborto. Embora a romancista não aprofunde tais temáticas dentro das narrativas, não era comum que tais tabus fossem trazidos à baila em obras literárias.

A escritora nigeriana Buchi Emecheta publicou o romance *As alegrias da Maternidade* em 1979, um título irônico para o conteúdo da obra, por se tratar de uma história repleta de sofrimentos. De caráter surpreendentemente subversivo para a época, a narrativa retrata como as dificuldades da maternidade sobrepõem-se às violências de gênero, raça e classe. Esse romance narra a trajetória de Nnu Ego, uma mulher de uma tribo africana cujo maior sonho é ser mãe, e que projeta na maternidade um ideal de completude o qual jamais consegue alcançar (desvelando a linha tênue entre maternidade compulsória e desejo de ser mãe). No entanto, por não conseguir engravidar de seu primeiro marido, ela é repudiada, devolvida à família e forçada a casar-se com um homem que não conhecia e de quem nunca conseguiu gostar. Juntos, eles enfrentam a vida em Lagos, a maior cidade da Nigéria, onde a protagonista depara-se com a pobreza extrema, o racismo e a exploração que permeiam a vida das mulheres pretas e pobres. À medida que os filhos chegam, um após o outro, o que deveria ser uma fonte de alegria acaba por intensificar as dificuldades, agravando a privação e a escassez enfrentadas pela família. Esse romance explora profundamente a faceta desumana do

capitalismo, mostrando como esse sistema é cruel para todos aqueles que não possuem o controle dos meios de produção, mas sobretudo destaca como ele pode ser especialmente implacável com as mulheres, revelando o quanto a maternidade negra distancia-se daquela socialmente idealizada.

Outra escritora que trouxe a perspectiva da mulher negra para a cena literária foi a jamaicana Jamaica Kincaid. No romance *A autobiografia da minha mãe* (1996), a mãe de Xuela, a narradora-personagem, morre no parto. O pai, acreditando que, por ser homem, era incapaz de cuidar de um bebê, entrega-a para outra família, na qual ela cresce sem carinho. Mais tarde, quando a menina tem aproximadamente seis anos e o pai casa-se novamente, ele a traz de volta, mas delega à nova esposa a responsabilidade por sua educação, demonstrando claramente como o trabalho de cuidado é fortemente ligado ao gênero. Aos 14 anos ela é enviada para a cidade para trabalhar como empregada doméstica para uma família branca. Na casa onde trabalha, a protagonista é abusada sexualmente e, quando descobre que está grávida, decide realizar um aborto, pois possui a convicção de que não deseja ser mãe. Ao longo da narrativa, Xuela realiza sucessivos abortos, tornando-se quase uma especialista no assunto. A experiência que ela acumula consigo mesma é tanta que ela acaba ajudando a própria irmã a realizar um procedimento. Este livro denuncia que as mulheres mais vulneráveis — geralmente negras, pobres e residentes de regiões periféricas — não têm acesso a métodos contraceptivos eficientes. Como resultado, o risco de uma gravidez indesejada é iminente nessa população, que também enfrenta maior exposição à violência sexual. Para evitar uma vida de penúria, muitas dessas mulheres frequentemente veem como única alternativa submeter-se a abortos clandestinos de forma contínua, mesmo que isso signifique perder a própria vida.

Literatura contemporânea

Não há consenso na área dos estudos literários sobre o que é contemporâneo. Aqui, consideramos como literatura contemporânea as obras de ficção produzidas a partir dos anos 2000. Como observa Leyla Perrone-Moisés (2016), o termo “literatura contemporânea” não designa um período rigidamente demarcado, mas um conjunto de obras que refletem as tensões, fragmentações e transformações do sujeito e da linguagem no mundo globalizado do século XXI.

Desta forma, começaremos este pequeno dossiê literário com um romance autobiográfico intitulado *O acontecimento* (2000), de autoria da francesa Annie Ernaux, no qual ela ficcionaliza um fato que teria vivenciado na década de 1960, na época em que era estudante universitária. A protagonista é de origem humilde e interiorana, e seus pais, orgulhosos pela filha ser a primeira pessoa da família a receber uma educação superior, sacrificam-se para manter a jovem em Paris. No entanto, ao se envolver sexualmente com um rapaz em uma festa, ela engravida; inutilmente, pede ajuda de médicos, amigos e do próprio pai da criança para interromper a gestação, mas como nessa época o aborto na França é proibido e punido como crime, todos lhes dão as costas e logo a jovem descobre que teria que passar por aquilo sozinha. As duas primeiras tentativas de aborto falham e, na terceira, uma mulher que realiza esse tipo de procedimento — conhecida como “fazedora de anjos” —, alerta a jovem sobre o alto risco envolvido em mais uma tentativa. Apesar disso, a personagem-autora-narradora, consciente das possíveis consequências, permanece resoluta em sua decisão até o fim. Sua escolha de arriscar a própria vida exemplifica o significado de uma gravidez não planejada para muitas mulheres em circunstâncias semelhantes, sendo considerada, para algumas, uma situação mais devastadora do que a própria morte. No caso da narradora, tal situação implicaria o retorno à casa dos pais, no interior da França, e o fim de seu sonho de obter um diploma universitário, o que, simbolicamente, representaria o fracasso de sua trajetória pessoal e profissional.⁷⁷

O romance *Quarenta dias* (2014), da brasileira Maria Valéria Rezende, conta a história de Alice, uma senhora aposentada que vivia na paradisíaca João Pessoa e foi persuadida pela filha, Norinha, a mudar-se para Porto Alegre para prestar assistência a ela e ao marido, que decidiram ter um filho. Assim, ela é deslocada compulsoriamente, para cumprir com sua “obrigação de avó”. A narradora, que escreve em um caderno com a Barbie na capa, faz confidências à boneca — e assim a história é contada. Inicialmente, Alice tenta recusar o pedido da filha, mas, aos poucos, ela percebe que a sua resistência é em vão. Segundo analisa Farias (2021), isso demarca “o lugar privilegiado ocupado pela filha frente à sua vontade — enquanto sujeito-mãe, ela precisa abdicar de seus desejos para atender os pedidos de sua filha” (p. 167), pois Alice “percebe que não há escolha para uma mulher-mãe já velha que não a de reproduzir a dedicação dada aos seus filhos, para com os seus netos” (p. 168). A narrativa é repleta de detalhes e revela uma Porto Alegre pouco conhecida, até mesmo por seus

⁷⁷ Tanto *A autobiografia da minha mãe* quanto *O acontecimento* são romances que nos levam a refletir que, para muitas mulheres, ter um filho que resultou de uma violação sexual (ou que simplesmente não foi desejado ou planejado) seria pior do que a própria morte — por isso que, para essas mulheres, o aborto era a única alternativa para tentar seguir suas vidas.

próprios habitantes. A narradora explora a vida das minorias em regiões periféricas e mostra a dupla marginalização a que uma mulher nordestina é submetida no Sul, uma vez que Alice precisou enfrentar o preconceito por não ter “traços sulistas”. Além disso, Rezende aborda temas importantes para as mulheres, como a feminização do trabalho de cuidado e o etarismo. Este último refere-se a um fenômeno que relega a pessoa idosa a uma condição de pouca utilidade, fazendo com que, por esse motivo, ela acabe ficando à disposição dos familiares, prestando “pequenos favores” para “sentir-se útil” — uma forma romantizada de descrever trabalhos compulsórios e não remunerados.

Canção de Ninar (2017) é um suspense psicológico escrito pela franco-marroquina Leïla Slimani. A protagonista, Myriam, é uma advogada que faz uma pausa na carreira para dedicar-se exclusivamente ao cuidado com os filhos, porém, com o passar do tempo, ela se sente profundamente sufocada e entediada com a rotina de trabalho doméstico e maternidade e, mesmo diante da resistência do marido, decide voltar a trabalhar para um escritório de advocacia. Após um longo processo seletivo, o casal acredita ter encontrado a babá perfeita. Dentre todas as candidatas, Louise era a única que não era imigrante; era uma mulher branca, de olhos claros e “extremamente limpa”, sendo assim, sua aparência agradou muito Paul e Myriam. Ela cuidava das crianças como se fossem seus próprios filhos e nunca reclamava se precisasse ficar até mais tarde ou até mesmo dormir no serviço. Contudo, a dependência da babá com a família e vice-versa começa a ir muito além de um mero contrato de prestação de serviço e as coisas começam a tomar um rumo que revela uma relação patológica. O conflito de classes evidencia-se quando passamos a compreender a situação precária em que Louise vivia com sua filha, retratando um quadro extremamente comum na vida de mães-solo que vivem em regiões periféricas, que muitas vezes deixam seus próprios filhos sozinhos em casa para cuidar dos filhos da classe média/ média-alta. O que acontece nessa história é terrível, pois Louise, ao ser demitida, fica completamente atormentada e acaba assassinando as duas crianças.

Essa morte trágica dos filhos que estavam aos cuidados de uma babá nos remete, por analogia, ao antigo costume francês de entregar as crianças a uma ama de leite branca, algo que, como vimos, muitas vezes também acabava mal. Sabemos que os bebês humanos são a espécie que mais precisa de cuidados; por pelo menos cinco anos, eles demandam praticamente dedicação exclusiva. Sendo assim, a alternativa para as famílias de classe média terem seus filhos e seguirem com suas vidas e seu trabalho inabalável quase sempre passa pela exploração do trabalho de uma mulher mais vulnerável. A maioria das pessoas que vivenciam esse tipo de relação trabalhista são mulheres pobres, frequentemente negras ou

imigrantes. Além disso, a mídia, incluindo filmes, programas de TV, notícias e literatura, tem historicamente retratado pessoas negras de maneira estereotipada, frequentemente associando-as ao crime e à violência. Essas representações reforçam preconceitos e medos infundados na sociedade. Dessa forma, ao idealizar uma babá assassina com feições europeias (branca e de olhos claros — considerada acima de qualquer suspeita por Paul e Myriam), a autora desconstrói estereótipos, ao mesmo tempo em que incorpora à sua narrativa problemáticas de gênero, classe e saúde mental.

No livro *O peso do pássaro morto* (2017), da escritora brasileira Aline Bei, a história é contada em versos por uma narradora-personagem que não possui nome, abrangendo sua vida desde os oito até os 52 anos de idade. De acordo com Farias, “ao não nomear a sua personagem, Bei deixa claro que a biografia dessa mulher poderia ser de muitas outras, mães e trabalhadoras brasileiras que têm seus desejos esmagados pelo patriarcado” (2021, p. 147). Essa narradora-personagem é um retrato feminino moldado pela experiência da perda, da solidão e da violência masculina (Farias, 2021). Aos 18 anos, a personagem sem nome é estuprada por Pedro — que, assim como ocorre na maioria dos casos de violência sexual da vida real, é um homem próximo a ela e em quem sua família confia. Além de conviver sozinha com as lembranças e com a culpa pela violência contra ela praticada (nunca revela a ninguém que fora estuprada), a personagem ainda precisa lidar com a vergonha e as consequências de uma gestação indesejada. Ela cogita realizar um aborto, mas o medo do procedimento é maior do que o medo de enfrentar as consequências de tornar-se mãe compulsoriamente. “Frente à tristeza, sua vulnerabilidade transparece em seu corpo que enfraquece diante da nova incumbência de cuidar e amar o filho de seu abusador” (Farias, 2021, p. 153). Ao nos apresentar uma personagem totalmente engolida pela rotina imposta pelas responsabilidades que a sociedade patriarcal impõe às mulheres-mães, esse romance revela, também, que o não aborto do filho indesejado significou, para a personagem sem nome, o “aborto” de todos os seus sonhos, uma vez que, para o sujeito mãe nascer, foi preciso matar a mulher que vivia antes. “A morte desse eu anterior é, ademais, marca do nascimento e da construção de uma nova subjetividade, agora delimitada pela maternidade” (Farias, 2021, p. 158). A resignação da personagem diante da impossibilidade de realizar seu sonho de ser aeromoça (profissão que, para ela, representava a liberdade) é marcada por sua apatia e desmotivação diante da vida.

Com *armas sonolentas* (2018a), da autora chilena naturalizada brasileira Carola Saavedra, aborda a complexa relação entre mães e filhas. Este livro nasceu a partir de uma lacuna identificada pela própria autora, que, ao tentar realizar uma pesquisa pós-doutoral

sobre essa temática nos romances canônicos brasileiros escritos por mulheres, encontrou escassa representatividade (Saavedra, 2018b, *Entrevista*). Foi a partir dessa ausência e desse “não lugar” que Saavedra idealizou este romance, que possui três narradoras-personagens (Ana, Maike e “a avó” — personagem sem nome), além de trazer mais de uma perspectiva, às quais ela denomina de “o lado de dentro” e “o lado de fora” da narrativa, na tentativa de mostrar, através das várias versões de uma mesma história, que “a verdade” dos fatos é inalcançável e, até mesmo, irrelevante para a criação literária. Uma das personagens narradoras do romance é Ana, uma jovem atriz brasileira que se casa com um cineasta alemão na expectativa de se tornar uma grande estrela de cinema, mas vê seu sonho ser interrompido por uma gestação não planejada. Sua vontade de realizar um aborto é frustrada pelo marido, e sua vida passa a ser permeada por essa imposição de maternidade compulsória, como ilustrado no excerto a seguir:

Eu fiz tudo isso: gestei e pari e vesti e alimentei um pedaço de carne, chamado também de 'outro ser humano', e limpei suas secreções e excrementos e o coloquei num berço a salvo de intempéries e predadores, eu fiz tudo isso que minha mãe e minha avó e minha bisavó e minha tataravó e minha taratataravó haviam feito, mas nem por isso tornei-me mãe (Saavedra, 2018a, p. 176).

Essa passagem evidencia o conflito da personagem com a expectativa social da maternidade. Apesar de ter desempenhado as tarefas físicas relacionadas à maternidade, a personagem não se identifica como mãe, mesmo ao seguir os padrões do suposto “instinto materno”, a condição de mãe não é automática ao nascer de um filho.

A segunda personagem do livro de Saavedra é Maike, uma jovem alemã que, ao longo da narrativa, descobre-se lésbica, circunstância que a afasta ainda mais de sua mãe, com a qual a narrativa revela que ela não tinha uma boa relação (Tardivo, 2021). Já a personagem referida como “avó” é anônima, a qual, na juventude, foi estuprada e acabou engravidando do filho da família para a qual trabalhava como empregada doméstica. Em troca do seu silêncio, a própria família empregadora criou a menina que, posteriormente, também teve uma filha. O contexto da narrativa sugere que essa narradora sem nome poderia ser tanto a avó de Ana quanto de Maike. Ao omitir o nome desta personagem, Saavedra planta a semente da incerteza no leitor, pois não revela de imediato de quem ela era avó, afinal.⁷⁸

⁷⁸ Essa escolha não apenas mantém o suspense, mas também sugere que essa mulher poderia representar a avó de qualquer pessoa, levando em consideração que, durante um longo período, violências dessa natureza eram frequentes nos lares de famílias ricas, além de socialmente normalizadas e silenciadas.

Outro romance que é relevante para este breve inventário é *A Pediatra* (2021), um dos cinco finalistas do Prêmio Jabuti em 2022. Nesse livro, escrito por Andréa del Fuego, Cecília é a protagonista e também narradora. Trata-se de uma médica, uma mulher branca, de classe média, que afirma ter escolhido a profissão não por amor nem vocação, mas por conveniência (uma vez que o pai é um famoso endocrinologista pediátrico). No início da narrativa, Cecília envolve-se sexualmente com Celso, um homem casado. A médica participa do parto de Bruninho, filho de seu amante e, quando Camila, a esposa de Celso, agenda uma consulta com Cecília, fica evidente que a sororidade não faz parte dos valores da narradora. Em vez disso, sua arrogância e dissimulação ficam em evidência. O início da narrativa traz ela afirmando que não desejava ser mãe: “Criança nem pensar, acabaria minha naturalidade, me obrigaria a ser outra pessoa” (Del Fuego, 2021, p. 28). Conforme a história avança, a narradora revela-se progressivamente mais fria e pragmática, afastando-se completamente das ideias convencionais de doçura e feminilidade, que frequentemente são consideradas como atributos “naturais” das mulheres, aproximando-se, assim, do estereótipo associado à figura da bruxa, uma pessoa dissimulada, desinteressada e incapaz de sentir empatia: “Detesto crianças e não sou eu quem as trata, mas a medicina que estudei” (Del Fuego, 2021, p. 41).

Assim, essa personagem desafia todas expectativas ao revelar-se uma pediatra que, paradoxalmente, não tem afinidade com crianças, nem empatia com as mães — possibilitando a analogia com a figura tradicional da bruxa, geralmente retratada nos contos de fada como sendo pouco afeita a crianças. Portanto, este romance, ao mesmo tempo em que levanta uma questão problemática ao associar a ausência de filhos à imagem estigmatizada da “bruxa”, também desempenha um papel importante ao contribuir para o debate sobre um fenômeno social significativo, que é a desconstrução da idealização da maternidade.

Sendo assim, somos chamadas a crer que a acosmia feminina predominantemente representada nessas narrativas, embora converse com a histórica dialética da dominação masculina e da opressão feminina que — não se pode negar — ainda faz parte do inconsciente coletivo dos homens e das mulheres do nosso tempo, se atualiza em conjunturas de subversões feministas. De modo que, paulatinamente, vão sendo pavimentados outros caminhos em que as mulheres avançam e, com elas, também vão avançando as representações femininas que as escritoras [...] contemporâneas engendram, ajudando a construir e a solidificar novos valores, cada vez mais distantes dos binarismos hierarquizados de gênero (Zolin, 2021, p. 38).

Nesse sentido, observamos como a narrativa literária contemporânea desempenha um papel crucial na desconstrução de noções sociais arraigadas. É notável como, em vez de meramente reiterar percepções convencionais sobre maternidade e feminilidade, ela as submete a um

escrutínio crítico. Longe de apresentar um arquétipo feminino singular, a produção literária atual aprofunda-se na complexidade de personagens que transcendem o óbvio.

Essas personagens propiciam a exploração de múltiplas identidades femininas. Elas questionam a concepção de um único modo “correto” de ser mulher ou mãe, evidenciando os desafios e as incertezas daqueles que não se conformam às expectativas tradicionais. A maternidade idealizada, muitas vezes romantizada e retratada como um destino natural e gratificante, é desmistificada por narrativas que revelam seus aspectos menos glorificados, como a ambivalência de sentimentos, a exaustão física e mental, e a perda da individualidade. De modo análogo, a feminilidade, historicamente construída sobre premissas de submissão, doçura e vida doméstica, é ressignificada. A mulher que diverge dessas expectativas, em vez de ser marginalizada ou condenada, é elevada a um patamar de resistência e redefinição. Seja associada à figura da “bruxa”, que em muitas culturas simboliza o conhecimento ancestral, a autonomia e o poder feminino indomável, ou a outras formas de insubmissão e contestação, essa mulher emerge como uma autêntica agente de transformação.

Contudo, essa desconstrução de estereótipos não visa a demonizar a maternidade ou a feminilidade, mas sim a aprofundar a compreensão desses conceitos, reconhecendo a vastidão de experiências e escolhas. Ao oferecer representações mais ricas e realistas, a literatura contemporânea contribui para a criação de um diálogo mais aberto e inclusivo sobre o que significa ser mulher na sociedade atual, permitindo que novas identidades e subjetividades floresçam sem a imposição de modelos preestabelecidos. Como bem destaca Lúcia Zolin, as representações femininas têm avançado na direção de novos valores, afastando-se gradativamente dos binarismos que historicamente restringiram as possibilidades de ser mulher. Na próxima seção, expandiremos essa discussão ao explorar como essas questões têm sido tratadas nas representações audiovisuais contemporâneas. Analisaremos como a televisão e o cinema, ao produzir conteúdo destinado às massas, muitas vezes vai na contramão da literatura, reforçando determinados padrões e estereótipos ao retratar mulheres que desafiam o ideal de maternidade e as expectativas sociais que ainda as cercam.